

**Cadernos de
Estudos
Urbanos**

Instituto das Cidades

**Universidade Federal
de São Paulo (Unifesp)**

Volume 5:

**Urbanização
crítica**

Cadernos de Estudos Urbanos

**VOLUME 5:
URBANIZAÇÃO CRÍTICA**

Instituto das Cidades, Universidade Federal de São Paulo

São Paulo, 2022

INSTITUTO DAS CIDADES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (Unifesp)

EDITORES

Magaly Marques Pulhez (Unifesp)
Ricardo Santhiago (Unifesp)

CONSELHO EDITORIAL

Giovanna Bonilha Milano (Unifesp)
Joana da Silva Barros (Unifesp)
Patrícia Laczynski de Souza (Unifesp)

CONSELHO CIENTÍFICO

Adriana Fernandes (Lanaurb/UERJ)
Alessandro Soares (Cidade, Participação e Educação/GT Educação e ensino - AGB-SP)
Amanda Alves Vilas Boas (Cidade, Participação e Educação/Unifesp)
Anderson Kazuo Nakano (CEP/Unifesp)
Antônio Carlos Malachias (CEP)
Cássia H. G. Silva (Cidade, Participação e Educação/GT Educação e ensino - AGB-SP)
Cleber Pereira (CEP)
Egeu Esteves (CEP/Unifesp)
Flávia Ulian (Rede Mobilidade Periferias/Fatec-SP)
Gilberto Cunha Franca (Cidade, Participação e Educação/UFSCar)
Gláucia Guimarães Pereira (Rede Mobilidade Periferias)
Graciana de Souza Brune (Cidade, Participação e Educação/GT Educação e ensino - AGB-SP)
Guilherme Moreira Petrella (Transborda/Unifesp)
Harika Maia (CEP)
Ilza de Souza e Silva Santos (Cidade, Participação e Educação/GT Educação e ensino - AGB-SP)
Jorge Luiz Barcellos da Silva (Cidade, Participação e Educação/Unifesp)
Josivete Pereira da Silva (Rede Mobilidade Periferias)
Kelly Alves do Carmo (Rede Mobilidade Periferias)
Lívia Garcia Lima (Lanaurb/Unisal)
Magaly Marques Pulhez (Transborda/Unifesp)
Marcos Antonio de Moraes Xavier (Unifesp)
Marcos Soares (Cidade, Participação e Educação/UFSCar)
Maria Rita de Castro Lopes (Cidade, Participação e Educação/GT Educação e ensino - AGB-SP)
Nataly Ramos (CEP)
Rafael C. Cezzaretto (Cidade, Participação e Educação/GT Educação e ensino - AGB-SP)
Renato Almeida (CEP)
Ricardo Barbosa da Silva (Rede Mobilidade Periferias/Unifesp)
Ricardo Santhiago (Lanaurb/Unifesp)
Sandro Oliveira (CEP)
Sheyla Melo (CEP)
Shisleni Oliveira-Macedo (CEP)
Silvana Maria Zioni (Rede Mobilidade Periferias/UFABC)
Sílvia Lopes Raimundo (Cidade, Participação e Educação/Unifesp)
Tatiana Yamauchi Ashino (Rede Mobilidade Periferias)
Tiaraju Pablo D'Andrea (CEP/Unifesp)
Vitoria Martins Fontes (Cidade, Participação e Educação/Unifesp)
Weber Lopes Góes (CEP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Cadernos de Estudos Urbanos [recurso eletrônico] / Instituto das Cidades, Universidade Federal de São Paulo. – v. 5 (2022) – São Paulo, SP : Instituto das Cidades, Universidade Federal de São Paulo, 2022.

ISBN 978-65-00-40836-2

Editores: Magaly Marques Pulhez; Ricardo Santhiago

1. Cidades. 2. Urbanismo. 3. Ciência – Estudo e ensino – Pesquisa – Periódicos. I. Pulhez, Magaly Marques II. Santhiago, Ricardo.

CDD 300

O conteúdo e a apresentação dos artigos são de inteira responsabilidade dos autores.
Todos os direitos reservados ao Instituto das Cidades (Unifesp) e autores dos artigos.

Instituto das Cidades – Campus Zona Leste – Unifesp

Avenida Jacu Pêssego, 2630 – Itaquera

CEP: 08260-001 – São Paulo | SP | Brasil

<https://www.unifesp.br/campus/zonaleste/>

SUMÁRIO

Apresentação	6
A incidência da PPP Habitacional sobre a região da Luz: apontamentos sobre o enlace entre a promessa de renovação urbana e a emergência de formas securitárias de controle	7
Ariel Machado Godinho	
A pandemia e as ações de despejo por falta de pagamento: um recorte sobre a atuação do judiciário na Zona Leste de São Paulo	20
Breno William Nascimento; Dandara Luisa Ceconi dos Santos; Sílvia de Souza Silva; Sandra Aparecida Rufino	
A produção de espaços comuns a partir de coletivos sociais e da educação	33
Gilberto Cunha Franca	
A rua como campo de realização do trabalho: o cotidiano dos entregadores de delivery via aplicativos e o processo de produção do espaço urbano	42
Mariana Covas Costa	
Acumulação pela urbanização e déficit habitacional: disputas e conflitos	51
Gilson Jacob; Thamine de Almeida Ayoub Ayoub; Olivia Orquiza de Carvalho Zara; Elisa Roberta Zanon	
Apontamentos sobre a reprodução fictícia do setor imobiliário durante a “crise do coronavírus”	71
Artur Boligian Neto	
As cidades do rio: diversidade da formação socioespacial na Amazônia ribeirinha	83
Giselle de Lourdes Bangoim Sakatauskas e Flávia da Fonseca Feitosa	
Às margens do Novo Rio Pinheiros: entre o discurso ambiental e a segregação urbana	94
José Guilherme Schutzer; Fabio Pereira dos Santos; José Otávio Lotufo; Raphael Thomaz Sanches do Amaral	
CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE CAETITÉ, BAHIA. Dinâmicas do Território local dentro da economia globalizada	106
Rafael Augusto Nunes	
Disputas da terra, das narrativas e no campo do trabalho: advocacy em rede de ambulantes, universidades e movimentos nos conflitos pelo Direito à Cidade	115
Ana Lídia O. Aguiar; Benedito Roberto Barbosa; Luciana F. Itikawa; Vera da Silva Telles	
Moradia e Migração: ocupações sob ameaça de remoção	124
Eduardo Abramowicz Santos	
Nós vamos invadir sua praça: uma provocação sobre AirBnB, gentrificação e espaços públicos de lazer	136
Giovanna Lima Gurgel e Mateus Cavalcante de França	

O Programa Casa Verde e Amarela como mediador de novas etapas de financeirização	147
<i>Eloina Caroline Ferreira Paes e André Dal'Bó da Costa</i>	
Produção capitalista do espaço, revitalização e turismo no Parque da Juventude (São Paulo)	157
<i>Karla Santos Moreira e Marina Alves de Oliveira Sá</i>	
Raízes em resistência, nas margens da metrópole de São Paulo: habitat contra-hegemônico e construção decolonial	169
<i>Anaís Guéguen Perrin e João Marcos de Almeida Lopes</i>	
Uma concepção de gênero e interseccionalidades da ocupação do município de Rio Claro - SP através da cartografia social	184
<i>Sofia Santos Vasques Simões de Carvalho</i>	

Apresentação

O Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo (IC/Unifesp) tem o prazer de apresentar a toda a comunidade de interlocutores os *Cadernos de Estudos Urbanos*, sua primeira publicação institucional, que tem como propósito estabelecer um espaço permanente de interlocução para professores, pesquisadores, estudantes e todos os demais interessados nos diferentes aspectos dos estudos urbanos, em perspectiva interdisciplinar.

Publicados a partir do ano de 2022, os *Cadernos* nascem como consequência natural das atividades de pesquisa que, desde 2018, têm lugar no Instituto das Cidades, cujo objeto complexo e multifacetado faculta e demanda abordagens nas quais contributos de diferentes disciplinas convergem. Esta perspectiva orientou o programa de pesquisa e extensão “Estudos Urbanos e Interdisciplinaridade”, vigente entre 2020 e 2021, e o Seminário Internacional Estudos Urbanos e Interdisciplinaridade, realizado em outubro de 2021.

Esta primeira edição dos *Cadernos* reúne, precisamente, trabalhos apresentados nesse evento, que se estendeu ao longo de uma semana de atividades que incluíram uma mesa plenária com o tema “Cidade e política no Sul global: Diálogos interdisciplinares” e cinco mesas redondas com temáticas variadas: “Enfrentamentos da educação e da cultura: Territórios de resistência e utopia”, “Cidade, memória e passados difíceis”, “Mobilidades desiguais”, “Produção de conhecimento e de projeto político a partir das periferias” e “Acumulação do capital e reprodução da vida: Tensões a partir do espaço”.

Trabalhos apresentados em 38 sessões temáticas completaram a diversificada programação do evento. Uma amostra desses trabalhos está nos primeiros cinco volumes destes *Cadernos*, cujos temas respondem às áreas temáticas às quais as comunicações foram submetidas e nas quais foram apresentadas:

1. Cidade, democracia e educação;
2. Cidades: Memórias, histórias e narrativas;
3. Mobilidade em território das periferias urbanas;
4. Periferias urbanas contemporâneas: complexidades, contradições e lutas;
5. Urbanização Crítica: acumulação, conflito e luta política

A variedade e abundância dos temas pertinentes ao urbano assinalam estes cinco volumes, conjugando-se a abordagens e métodos também múltiplos, expressando a complexidade dessa área de estudos e os diálogos interdisciplinares e multiprofissionais instilados por e a partir dela.

Esperamos que estes primeiros cinco volumes constituam uma abertura para novas trocas de experiências, para a criação de redes de intercâmbio intelectual, e para a afirmação destes *Cadernos* como mais um espaço de publicação voltado a disseminar compreensões sobre as trajetórias históricas e as tendências presentes e futuras atinentes às cidades do Brasil e do mundo.

Desejamos a todos e todas uma boa leitura!

Os editores

A incidência da PPP Habitacional sobre a região da Luz: apontamentos sobre o enlace entre a promessa de renovação urbana e a emergência de formas securitárias de controle

Ariel Machado Godinho
Universidade de São Paulo
ariel.machado@usp.br

Resumo

Este artigo aborda a incidência da PPP Habitacional SP Lote 1 S/A sobre a região da Luz, área central de São Paulo, e a justaposição de parte dos empreendimentos habitacionais ao atual perímetro de fixação territorial da chamada Cracolândia. Para tanto, atemo-nos ao histórico recente da região da Luz e sua promessa de renovação urbana, na tentativa de apreender como este passa a se relacionar com a modelagem jurídico-financeira entre entes público e privado que fundamenta a parceria, sobretudo no que diz respeito às formas de atuação localizada do Estado que outrora caracterizam a chamada Cracolândia. A coincidência entre a entrega dos empreendimentos e a chegada dos novos moradores com um gradativo desmantelamento da infraestrutura socioassistencial e transformação das dinâmicas de policiamento nessa fração da área central leva-nos a indagar sobre o enlace entre a projeção da região da Luz como “nova” fronteira urbana e a emergência situada de formas securitárias de controle e normalização do cotidiano.

Palavras-chave

PPP Habitacional; Região da Luz; Cracolândia; Estado concedente.

Introdução

Nos últimos anos, a PPP Habitacional parece dar novos contornos à conhecida promessa de renovação urbana da região da Luz, fração da área central de São Paulo esquadrihada por planos e projetos urbanísticos há quase meio século e mais tarde consonante com a chamada Cracolândia.

Concebida em meados de 2011 pela recém-criada Agência Paulista de Habitação Social - Casa Paulista, a PPP Habitacional é promovida como o primeiro programa de parcerias público-privadas do país voltado à provisão de habitação de interesse social, posteriormente estendida até as faixas de renda do dito mercado popular. Com a celebração do contrato referente ao lote inaugural do programa, a região da Luz tornou-se um dos destinos privilegiados dos novos empreendimentos e das mais de 3.600 unidades habitacionais previstas no âmbito da parceria.

Os apontamentos a seguir desdobram-se de uma investigação em curso acerca da incidência da PPP Habitacional SP Lote 1 S/A sobre a região da Luz e, mais particularmente, da justaposição de parte dos empreendimentos ao atual perímetro de fixação territorial da chamada Cracolândia.

O texto divide-se em quatro partes: na primeira, resgatamos o horizonte da *cidade segura* que acompanhou a difusão da lógica contratual das parcerias público-privadas uma vez integradas às agendas urbanas dos bancos multilaterais. A segunda parte recupera o histórico recente da região da Luz e sua promessa de renovação urbana, na tentativa de apreender como este passa a se relacionar com a modelagem jurídico-financeira entre entes público e privado que fundamenta a PPP Habitacional, sobretudo no que diz respeito às formas de atuação localizada do Estado que caracterizaram o processo de fixação territorial da chamada Cracolândia. A coincidência entre a entrega dos novos empreendimentos habitacionais e a transformação das dinâmicas de policiamento é tematizada na terceira parte do texto, indagando sobre a emergência de formas securitárias de controle e normalização do cotidiano nessa fração da área central. Finalmente, consideramos as possíveis mediações entre os conteúdos elencados e o sentido da região da Luz como “nova” fronteira urbana.

Demarcações da imagem de *cidade segura*

Sobretudo após a crise da dívida externa na década de 1980, agendas urbanas e habitacionais difundidas por agências multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial aos países da América Latina e do Caribe passaram a prescrever um extenso repertório de ajustes estruturais destinado às aglomerações urbanas, expressando certa inflexão em relação às primeiras agendas pautadas pela “urbanização com baixos padrões” (cf. ARANTES, 2006). Sendo aprimorado nas décadas seguintes, os novos e os já conhecidos instrumentos voltados à chamada governança urbana foram atrelados a uma mesma tarefa programática de forjar “cidades financiáveis” (BANCO MUNDIAL, 2000 apud ARANTES, op. cit.). No caso de São Paulo, a requalificação da área central afirmou-se, desde meados da década de 1990, como um dos destinos em potencial para a aplicação dos empréstimos e suas respectivas contrapartidas, acompanhadas de uma intervenção direta dos bancos (ARANTES, 2008; FREIRE, 2018).

Alavancadas pelo discurso da “competitividade urbana” que acompanhou tais agendas, as parcerias público-privadas emergem nesse contexto como veículo primordial de planos de reestruturação localizados que, cada vez mais, devem estar aptos a disputar fontes de financiamento no mercado de capitais. Debruçando-se sobre o receituário estratégico apresentado pelos consultores catalães do Banco Mundial, Vainer (2000, p. 86) identifica o desenho contratual das parcerias como um meio de assegurar que sejam contemplados os “interesses constituídos e dominantes no mercado”, na senda de “novos e mais ágeis mecanismos de transferências de recursos” públicos – financeiros e fundiários – a agentes privados (ibidem, p. 89). Conforme sugere o autor, abrindo aspas aos consultores, a ambição de superação da suposta “separação rígida entre o setor público e o privado” (CASTELLS; BORJA, 1996, p. 159 apud VAINER, op. cit., p. 88) não é senão uma tentativa de harmonizar, na figura das parcerias, a hostilidade complementar entre as esferas de atuação dos *global players* e sociedades anônimas e as diligências do aparato estatal.¹

É nesse sentido que uma das principais contribuições de Vainer consiste, a nosso ver, em realçar a imagem de *cidade segura* em meio à barganha de “atributos específicos que constituem [...] insumos valorizados pelo capital transnacional” (ibidem, p. 79), conformando a “mercadotecnia da cidade” que envolve decisivamente a difusão de concessões e parcerias entre os entes público e privado nas últimas décadas. De acordo com o autor, se a provisão desse verniz de segurança e incolumidade, por um lado, compõe o conjunto de atributos que fazem da cidade financiável e atrativa aos olhos de “investidores,

¹ “[...] o market lead city planning, porém, [...] não abre mão de uma clara e decisiva intervenção estatal... desde que voltada para os interesses constituídos e dominantes no mercado” (VAINER, 2000, p. 86).

visitantes e usuários solventes”, por outro, enquadra como mero “entorno social” todos aqueles externos à demanda solvável das formas de uso do espaço presentes e futuras (CASTELLS; BORJA, 1996, p. 192 apud VAINER, op. cit., p. 80).

Apesar de sugerir que esse atributo peculiar, entrelaçando critérios de segurança e atratividade, já orientava a preocupação manifesta nos diagnósticos do Plano Estratégico do Rio de Janeiro de 1996 em relação à “visibilidade” da população de rua e da “pobreza urbana”, Vainer não avança sobre os possíveis desdobramentos da ampliação do conceito de solvência expressa, em um primeiro momento, na diferenciação supracitada entre os “usuários” virtuais da cidade competitiva e pacificada e seu “entorno social”.

O certo é que, nos últimos anos, instalações de mobiliário antimendigo, redes de videomonitoramento com ampla cobertura nas vias e praças públicas e a chamada zeladoria urbana – a identidade orçamentária de ações focalizadas na apreensão de pertences e no constrangimento seletivo da permanência em determinados espaços – são medidas conhecidas pela grande maioria dos centros urbanos e que, como no exemplo de São Paulo, terminam sendo articuladas a um sem número de albergues, centros de acolhida temporários e desmontáveis e acampamentos a céu aberto.² Contudo, tais medidas são complementares e inseparáveis do policiamento ostensivo como instrumento basilar – tendo ainda o sistema prisional como último recurso – empregado contra aqueles que têm êxito em esgueirar-se dessa primeira camada de uma “malha de repressão ordinária” (MBEMBE, 2020, p. 72), voltada ao controle da visibilidade de condutas tidas como “indesejáveis” ao espaço seguro e saudável da urbe por meio de sucessivos enquadramentos institucionais, triagens e encaminhamentos, ainda que sob um verniz humanitário.

A provisão espetacular da imagem de cidade segura, portanto, fica a cargo do Estado, o ente público, que trata de equacionar os virtuais danos e perigos a serem preventivamente repelidos e anulados em relação a determinadas frações do tecido urbano; sobretudo quando candidatas à localização de potenciais investimentos privados. Em sua geografia das cidades sitiadas, Graham (2016, p. 170-171) situa os BIDs (*Business Improvement Districts*) londrinos, por exemplo, como vetores de uma “urbanidade controlada”, vinculada direta ou indiretamente à “remoção, demonização ou encarceramento de consumidores fracassados”.

Talvez não por acaso a promoção de um recrudescimento das formas securitárias de controle à posição de atributo irrevogável na concorrência por fontes de financiamento seja coetânea ao surgimento da chamada segurança urbana em Nova York, líder nos *rankings* de competitividade urbana, como doutrina de gestão da miséria a ser exportada inclusive sob a forma de destacamentos policiais e cláusulas do código jurídico-legal. Qualquer tentativa de genealogia da segurança urbana, afinal, passa pelos expedientes de criminalização da pobreza que as políticas de “tolerância zero” implementadas por Rudolph Giuliani moveram durante a década de 1990 (cf. WACQUANT, 2007).

Em São Paulo, foi criada em 2002 a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU), desde então responsável por coordenar o corpo permanente da Guarda Civil Metropolitana (GCM). Nos últimos anos, todo o efetivo da GCM passou a ser armado com munições ditas menos-letais³, além de contar com drones, bases móveis de videomonitoramento e ter como seu

² Remetemo-nos aqui ao projeto de “camping social” insistentemente encabeçado por nomes da esquerda partidária associados à organizações do terceiro setor, visando concentrar em barracas a ascendente população em situação de rua de São Paulo. Embora nunca tenha sido implementado, durante a situação de pandemia o projeto foi recuperado como sendo de caráter emergencial e remodelado a toque de caixa pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) sem qualquer consulta à sua “população alvo”.

³ Conforme consta em licitação publicada no Diário Oficial de 30 de maio de 2018, página 103, o arsenal da Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) é extenso e inclui espargidores de gás lacrimogêneo, armas de eletrochoque, balas de elastômero, projéteis de espuma padrão OTAN, munições de carga química e uma variedade de granadas de efeito moral, luz e

desmembramento, desde 2009, uma Inspeção de Operações Especiais (IOPE) equipada em semelhança a tropas de choque.

Embora a atuação da GCM nas periferias de São Paulo venha tornando-se cada vez mais frequente como linha acessória da conhecida letalidade da Polícia Militar subordinada ao governo estadual, a maior parte do corpo de guardas civis é concentrada prioritariamente na área central há quase uma década, visando a condução de *ações de segurança urbana e priorizando aquelas de natureza preventiva e de repressão qualificada*.⁴ Atualmente, a SMSU chega a destinar cerca de 110 agentes para rondas de patrulha preventiva e *checkpoints* simultâneos nas cercanias da chamada Cracolândia.⁵

Se aceitamos perseguir a sugestão de que um verniz de segurança e incolumidade foi tornado atributo por excelência do paradigma da cidade competitiva e pacificada (VAINER, 2000) anunciado no final do século XX, faz-se necessário considerar seu apadrinhamento por parte da violência “juridificada”⁶ e centralizada pelo Estado (KURZ, 1998; TOLEDO, 2019); o que enseja a crescente adesão à chamada segurança urbana e é, ao mesmo tempo, legitimado por esta. Nesse sentido é que os processos desencadeados pela incidência da PPP Habitacional na região da Luz parecem trazer elementos de uma requalificação dos critérios de segurança que, por sua vez, é anexada à promessa de renovação urbana requestrada pela parceria público-privada.

A incidência da PPP Habitacional e a região da Luz como “nova” fronteira urbana

Ao longo das últimas décadas, a região da Luz consagrou-se como um espaço “degradado” sobre o qual são sucessivamente projetadas as ambições de requalificação de suas formas de uso. Diferentes planos e projetos urbanísticos, empregando também diferentes delimitações e perímetros de intervenção, tratam de forjá-la como fronteira de renovação e revitalização pelo menos desde a década de 1970 (PETRELLA, 2017; BRANQUINHO, 2007).⁷ Concomitantemente, a identificação dessa mesma fração da área central como *Cracolândia*, denotando-a como suposto reduto de preparação e venda do crack, bem como a veiculação midiática da alcunha datam de 1995, poucos anos após a incorporação da “nova” droga ao mercado varejista em expansão na metrópole (RUI, 2019; TEIXEIRA 2012).

Tornada entrave à realização de uma promessa de renovação urbana que a antecede, a coincidência entre a região da Luz e a chamada Cracolândia é enrijecida sobretudo a partir de 2005, quando o traçado do perímetro de intervenção urbanística resulta na tentativa de delimitação de uma área prioritária ao policiamento; à época, pautado principalmente pela aplicação diuturna de um método de *clearing out* seletivo, direcionado a dispersar e impedir a concentração daqueles identificados como usuários de crack.⁸

som, lacrimogêneo e pimenta, todas fornecidas pela Condor S/A Indústria Química, empresa nacional especializada nas chamadas tecnologias não-letais.

⁴ Artigo 2º do decreto municipal nº 58.199, de 18 de abril de 2018.

⁵ As informações sobre o efetivo de guardas civis destinado à chamada Cracolândia constam em depoimento do ex-secretário de segurança urbana (2017-2020), transcrito na Ação Civil Pública nº 1033071-79.2021.8.26.0053, Ministério Público do Estado de São Paulo, fls. 19.

⁶ Ao tratar do papel da violência desempenhada pelo aparato policial que procuramos caracterizar, optamos pelo emprego do termo “juridificada” no lugar da concepção weberiana da violência “legítima”. Contudo, tal escolha é endossada ainda como remissão às proposições de Benjamin (2013) sobre a relação co-constitutiva entre a violência (*Gewalt*) e o direito em seu ensaio de 1921, onde chega a tematizar a violência sem figura da polícia na social-democracia alemã.

⁷ Na tese de Petrella (2017), a sucessão histórica de planos e projetos urbanísticos concebidos e/ou destinados à região da Luz consiste em: plano de Renovação Urbana (1974), plano Luz Cultural (1984), plano Polo Luz (1996), plano Monumenta (2002), PRIH-Luz (2004), Concessão Urbanística Nova Luz (2009), PPP Habitacional (2014) e PIU do Terminal Princesa Isabel (2016).

⁸ O ano de 2005 é marcado por uma atuação coordenada do poder público por meio da primeira delimitação da Nova Luz – ainda na forma de lei de incentivos seletivos que antecede a criação do instrumento de concessão urbanística (ARANTES, 2008;

Se comparadas aos planos para a região concebidos no século passado, as ambições exortadas pelo poder público parecem cada vez menos iluminar uma deterioração do ambiente construído, dando lugar à chamada Cracolândia como a “mancha negra que irradia degradação” (apud ARANTES, 2008, p. 17) e justifica o fato dos esforços de “regeneração” anteriores terem soçobrado. Por outro lado, as possibilidades de um maior ou menor deslocamento daqueles que corporificam a chamada Cracolândia, mais ou menos ordenado pelo aparato policial, passam a anunciar-se como ameaças aos entornos da Nova Luz.

Outro marco diz respeito à Operação Centro Legal, deflagrada em janeiro de 2012 e popularizada como Operação Sufoco, que esgarça o modelo de policiamento dispersivo de outrora, sendo responsabilizada midiaticamente pela multiplicação de “cracolândias” reduzidas por todo o centro de São Paulo. A repercussão das investidas policiais, no entanto, expressou a inflexão das próprias formas localizadas de atuação do Estado, só então movendo o que entendemos como um processo de fixação territorial da chamada Cracolândia: a instalação de uma infraestrutura de serviços socioassistenciais e programas focalizados, conjugada à instituição de uma espécie de cercamento policial permanente – não mais do perímetro ofertado pela concessão urbanística, mas no lado oposto da Av. Duque de Caxias e entornos da Praça Júlio Prestes.

Essa infraestrutura socioassistencial que caracterizou a Cracolândia pós-Sufoco abarca programas focalizados no uso abusivo de álcool e outras drogas e na chamada situação de rua que sucederam-se ou, na maior parte do tempo, sobrepuseram-se, disputando beneficiários e assistidos mas partilhando a promessa de uma “reinserção social”. Subordinados à prefeitura e ao governo estadual, estes foram majoritariamente gerenciados pelo chamado terceiro setor e contaram com extensos quadros de funcionários, centralizando “trabalhadores sociais” em duas ou três quadras (NASSER, 2016). Programas como o De Braços Abertos (2014-2017) firmaram ainda convênios entre as secretarias municipais e uma trama pré-existente de pequenos hotéis e pensões que ofertam quartos na região, cobrando por diária ou por hora (RUI; FIORI; TÓFOLI, 2016).

Nesse mesmo período, o policiamento ostensivo das quadras e suas vias de acesso tornou-se tarefa da Guarda Civil Metropolitana (GCM), articulado a uma crescente rede de videomonitoramento do espaço restrito de transição do “fluxo”. Convencionado como remissão à dinâmica de varejo de drogas ilícitas ali situada e ao “mercado de pulgas” contíguo a esta, o “fluxo” é aqui entendido também como a própria concentração de homens e mulheres que vivem ou frequentam regularmente a chamada Cracolândia. A despeito de fazerem ou não uso de crack, são em maioria pessoas em situação de rua, marcados por processos de desagregação dos vínculos familiares e densos históricos de encerramento institucional – incluindo penas em privação da liberdade, detenções provisórias, manicômios judiciários, hospitais de custódia e clínicas de reabilitação. Reunidos, ganham evidência os vários expedientes de sobrevivência que passam pelo “mangueio”, pela prostituição, por longas jornadas puxando carroça em busca de recicláveis e por trabalhos de ocasião fora ou dentro do “fluxo” – como é o caso daqueles que revendem cigarros unitários ou confeccionam diferentes modelos de cachimbos a partir dos rejeitos da Santa Ifigênia.

Ao requestrar a promessa de renovação urbana da região da Luz, a incidência da PPP Habitacional e a realização fracionada em empreendimentos de seu lote inaugural passam a se relacionar diretamente com as particularidades desse histórico recente, sobretudo no que diz respeito às formas localizadas de atuação do Estado nele engendradas (GODINHO, 2020).

ALVAREZ, 2016) – e da chamada Operação Limpa (ADORNO; RAUPP, 2011), desencadeando uma sequência de operações policiais justificadas como “de combate ao tráfico” e concomitantes às sessões de demolição dos imóveis recém-desapropriados.

A projeção dessa fração da área central de São Paulo como “nova” fronteira urbana (SMITH, 1996), afinal, agora é tensionada pelo perímetro de fixação territorial da chamada Cracolândia; em certo sentido, extrapolando a relação jurídico-financeira entre Estado e agente privado que fundamenta a parceria.

Veiculada em 2012, a proposta preliminar da PPP Habitacional é direcionada originalmente a todo o centro expandido de São Paulo e apresenta uma primeira setorização que trata de “delimitar territórios de atuação com problemáticas e soluções particulares” (CGPPP, 2012, p. 02).⁹ Dentre os seis setores esboçados, a região da Luz corresponderia ao primeiro recorte territorial (Barra Funda – Santa Cecília) do setor A, apontando a chamada Cracolândia como um dos “desafios” postos às intervenções suscitadas, ao lado da Favela do Moinho. Os diferentes setores e recortes territoriais, no entanto, aparecem atrelados de antemão a uma mesma estratégia geral: alçar “a oferta de habitação como elemento integrador da renovação urbana” e “requalificação destes espaços degradados e desvalorizados” (ibidem, p. 02-03).

A oferta pretendida corresponde inicialmente a cerca de 10.000 unidades de habitações de interesse social (HIS) e, como fica explícito, fundamenta-se em uma inserção via subsídio da “população alvo” (sic) do programa no sistema de financiamento habitacional. Recortada em faixas de renda de acordo com a capacidade de endividamento familiar, a “população alvo” é prometida e assegurada pelo Estado como a demanda solvável dos futuros empreendimentos de HIS a serem distribuídos entre os setores de intervenção, na expectativa de assim torná-los atrativos ao parceiro privado ainda virtual.¹⁰

Ao longo das últimas duas décadas, os imperativos de diversificação dos produtos e de ampliação do acesso ao crédito imobiliário até as faixas de renda mais baixas consolidaram-se no chamado “segmento econômico”, aparecendo como pressupostos da proposta preliminar e seus critérios gerais de atratividade para a área central de São Paulo.¹¹ Nos moldes delineados pela Agência Casa Paulista, as operações de *targeting* (ARANTES, 2021) previstas no âmbito do programa visam sobretudo solucionar um problema de capacidade de pagamento e contração de crédito, propaladas como a tentativa de assimilação de uma “demanda que não consegue se resolver no mercado”, nas aspas de um dos funcionários da agência (apud PEREIRA; PALLADINI, 2018, p. 890).

A modelagem jurídico-financeira final do programa de parcerias é conhecida somente em 2014 com a publicação da licitação em edital de concorrência internacional, seguida pelo contrato de concessão do primeiro dos quatro lotes apresentados.¹² A partir de 2015 é então

⁹ A proposta preliminar da PPP Habitacional é apresentada no edital de chamamento público nº 004/2012, veiculado em 16 de abril de 2012 pelo Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) do Estado de São Paulo. Por sua vez, este destinava-se a angariar manifestações de interesse privado (MIP) dedicadas à concepção da modelagem econômico-financeira das intervenções suscitadas e à realização de estudos técnicos para fomentar as futuras licitações. Entre as manifestações de interesse recolhidas, a modelagem apresentada pelo Instituto Urbem é a que corresponde a 58% do conteúdo apresentado no edital de licitação de 2014 (PEREIRA; PALLADINI, 2018; PETRELLA, 2017).

¹⁰ “O subsídio habitacional constitui o próprio caráter da política pública de habitação de interesse social, ao mesmo tempo em que funda o mecanismo de ajuste do interesse dos agentes de mercado. Ou seja, é por meio da execução da política de subsídios que o Estado pode incrementar o poder de compra da população alvo e, assim, garantir as condições de rentabilidade do investimento, atraindo os empreendedores privados para o segmento habitacional dito popular” (CGPPP, 2012, p. 13-14, grifo nosso).

¹¹ Debruçando-se sobre a dimensão institucional e regulatória da PPP Habitacional, Pereira e Palladini (2018) vão na mesma direção ao situar o programa de parcerias da Agência Casa Paulista como tributário do arsenal jurídico-financeiro anexado à instituição do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) em 1997 e da expansão inédita em direção ao chamado segmento econômico que caracterizou o boom imobiliário de 2007, dois anos depois da abertura de capital das incorporadoras nacionais, bem como seu “prolongamento” por meio da canalização do fundo público a partir de 2009, na figura do programa federal Minha Casa Minha Vida.

¹² Edital de Concorrência Internacional nº 001/2014 e Contrato SH nº001/2015 PPP Habitacional SP Lote 01 S/A, respectivamente. Disponíveis em: <<http://www.parcerias.sp.gov.br/Parcerias/Documento/Download?codigo=2252>> e

instituída a PPP Habitacional SP Lote 1 S/A, sociedade de propósito específico (SPE) celebrada entre o governo estadual, na posição de ente concedente, e a Canopus Holding S.A., única empresa interessada e vencedora da licitação que inclui em seu quadro societário a International Finance Corporation (IFC), braço do Banco Mundial.

O lote inaugural corresponde a 3.683 das mais de 14.000 unidades habitacionais previstas, agora distribuídas entre empreendimentos de habitação de interesse social (HIS) e de habitação de mercado popular (HMP) – na proporção de 2.260 e 1.423 unidades, respectivamente – de modo a ampliar o escopo das faixas de renda a serem atendidas pela concessionária. Para além da entrega das unidades, a Canopus Holding S.A. fica responsável pela gestão da carteira de mutuários e prestação de uma extensa lista de serviços próprios à “forma condomínio” (RUFINO, 2018), além de comércios e supermercados intramuros, obras de infraestrutura, revitalização e equipamentos públicos – como é o caso do recém-inaugurado CEI Nova Luz. Ao Estado, por sua vez, ficam contratualmente atribuídos o subsídio da demanda e a concessão dos terrenos aos empreendimentos de HIS e equipamentos públicos, bem como a remuneração do conjunto de serviços prestados pelo parceiro privado ao longo do prazo de 20 anos. Nesses casos, a forma primária de remuneração é derivada da fórmula da contraprestação pecuniária¹³ e ampara-se em um amplo sistema de garantias.¹⁴

A implantação dos empreendimentos, contudo, não se restringe ao perímetro nominal do lote objeto da concessão, conforme evidenciaram os primeiros lançamentos. Ainda que fora do perímetro delimitado em contrato, a região da Luz foi tornada um dos destinos privilegiados da PPP Habitacional SP Lote 1 S/A (Tabela 1). Entre os empreendimentos elencados na tabela, os únicos que distanciam-se significativamente da região são aqueles previstos para o terreno da antiga usina de asfalto, na Barra Funda. Uma explicação possível para tal centralização das unidades habitacionais na região da Luz relaciona-se à “disponibilidade” de terrenos públicos municipais e estaduais nessa fração da área central, enquadrados como “baldios” ou “subutilizados” e passíveis de serem mobilizados pela parceria.

No caso do Complexo Mauá trata-se de um terreno declarado de utilidade pública, demolido em 2007 sob as ambições da Nova Luz e convertido em estacionamento até meados de 2017, quando então passa a receber contêineres que serviam a duas das três unidades de Atendimento Diário Emergencial (ATENDE) mantidas pela prefeitura, ofertando refeições e pernoites aos beneficiários do Programa Redenção. Já as sessões de demolição das quadras que hoje abrigam o Complexo Júlio Prestes perduraram por quase dois anos, iniciadas com a derrubada do antigo Terminal Rodoviário da Luz e concluídas durante as operações de 2012. Recém-demolidos, a maior parte dos terrenos serviu à instalação de estruturas desmontáveis e tendas de atendimento que inauguraram os programas socioassistenciais destinados à chamada Cracolândia nesse mesmo período.

<<https://www.habitacao.sp.gov.br/ppp/Arquivos/ContratoAssinado/ContratoAssinado.pdf>>. Acesso em 10 de setembro de 2021.

¹³ Para um exame mais rigoroso da contraprestação pecuniária e seu papel na modelagem jurídico-financeira da PPP Habitacional, cf. PETRELLA, 2017.

¹⁴ O sistema de garantias ao parceiro privado no caso de inadimplência do ente concedente inclui a indicação de terrenos públicos passíveis de serem leiloados, o penhor provisório do fundo de recebíveis da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e o fundo permanente da Companhia Paulista de Parcerias (CPP). Para uma análise mais detida, cf. PEREIRA; PALLADINI, 2018.

Tabela 1 - Empreendimentos de habitação de interesse social entregues e previstos no âmbito da PPP Habitacional SP Lote 1 S/A

Empreendimento	Unidades (HIS)	Situação	Origem do terreno	Área (m²)
Resid. São Caetano	126	Entregue	Prefeitura (COHAB)	2.036
Resid. Alameda Glete	91	Entregue	Governo estadual (CDHU)	2.202
Resid. Gasmões	96	Entregue	Prefeitura	1.118
Complexo Júlio Prestes (Q49)	Ed. Duque de Caxias	170	Entregue	Governo estadual
	Ed. Santa Efigênia	170		
	Ed. Barão de Piracicaba	170		
	Ed. Helvétia	170		
Complexo Júlio Prestes (Q50)	Resid. Campos Eliseos	156	Entregue	Governo estadual
	Resid. Cleveland	60		
Complexo Mauá	Resid. Luz	140	Entregue	Prefeitura
	Resid. Mauá	70		
Extensão Complexo Júlio Prestes (Q38)	190	Em projeto	Prefeitura (a desocupar)	8.652
Usina de Asfalto	417	Em projeto	Prefeitura	17.704
PPP Habitacional SP Lote 1 S/A	2260			-55.272

Fonte: Governo do Estado de São Paulo (2021). Elaboração do autor.

A especificidade fundiária que caracteriza a incidência da PPP Habitacional determinou certa imprescindibilidade de dismantlar a infraestrutura socioassistencial de outrora para a realização dos empreendimentos destinados à região da Luz. E o fez de tal modo que uma de suas faces é o espraiamento vacilante do Programa Redenção, tendo como aposta realocar a oferta dos mesmos serviços na expectativa de assim transferir também seus antigos assistidos e beneficiários aos novos equipamentos de acolhida na região da Armênia e na baixada do Glicério.

A redefinição das dinâmicas locais de policiamento poderia ser simultaneamente relacionada à abertura de canteiros nos terrenos açambarcados pela parceria.¹⁵ Entretanto, esta parece coincidir em maior medida com a entrega não-simultânea dos empreendimentos e a gradativa ocupação destes pela “população alvo” do programa habitacional, destacando-se os empreendimentos que compõem o Complexo Júlio Preste, justaposto ao mencionado perímetro de fixação territorial da chamada Cracolândia (Figura 1).

Figura 1 - Mapa da justaposição entre o perímetro de fixação territorial da chamada Cracolândia e os empreendimentos habitacionais direcionados à região da Luz



Elaboração do autor sobre base do Mapa Digital da Cidade de São Paulo (2021).

¹⁵ Um de seus marcos é justamente a operação performática de 21 de maio de 2017, que deslocou provisoriamente o “fluxo” da chamada Cracolândia até a Praça Princesa Isabel, a duas quadras de distância, para que as obras dos primeiros empreendimentos do Complexo Júlio Prestes avançassem.

Tratando-se de empreendimentos de HIS, a ocupação se deu principalmente por famílias das faixas de renda mais baixas (RF1 à RF4) previamente cadastradas pela Secretaria da Habitação e classificadas por meio de sorteio pareado com o número de unidades disponíveis; cabendo ressaltar que a destinação destas também é feita de modo involuntário, sem a possibilidade de escolher o prédio ou andar do apartamento. Atendendo os critérios de elegibilidade ao subsídio definidos pelo programa – a saber, ter ao menos um dos componentes da renda familiar trabalhando na área central, não ser proprietário ou possuir financiamento de outro imóvel residencial e não ter sido contemplado anteriormente por outro programa habitacional –, o morador-mutuário sorteado é então convocado pela concessionária e assina o contrato de financiamento, comumente intermediado pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Nessas condições foram parcialmente ocupados os empreendimentos de HIS do Complexo Júlio Prestes que ao todo correspondem a mais de 1100 unidades habitacionais subsidiadas. Soma-se ainda a possibilidade anunciada de expansão para as quadras vizinhas (vide Tabela 1), onde pequenas pensões e cortiços, algumas anexadas a birosocas e pequenos comércios, vêm sendo emparedadas antes mesmo de concluído o despejo de seus inquilinos. Conforme aventamos, o habite-se dos novos edifícios coincidiu com uma redefinição das dinâmicas de policiamento e constrição do cercamento permanente da chamada Cracolândia, de modo que a chegada dos moradores parece ensejar novos ou recrudescidos critérios de segurança.

O Estado concedente como *garantidor da pacificação local*

Se o desmantelamento da infraestrutura socioassistencial que outrora caracterizou a chamada Cracolândia aparece como um espraiamento dos mesmos programas focalizados a outras frações do centro expandido, as mudanças na dinâmica de policiamento ostensivo da região da Luz se traduzem em sucessivas incursões do aparato policial contra aqueles que insistem em permanecer nas calçadas dos novos empreendimentos habitacionais entregues pela parceria público-privada.

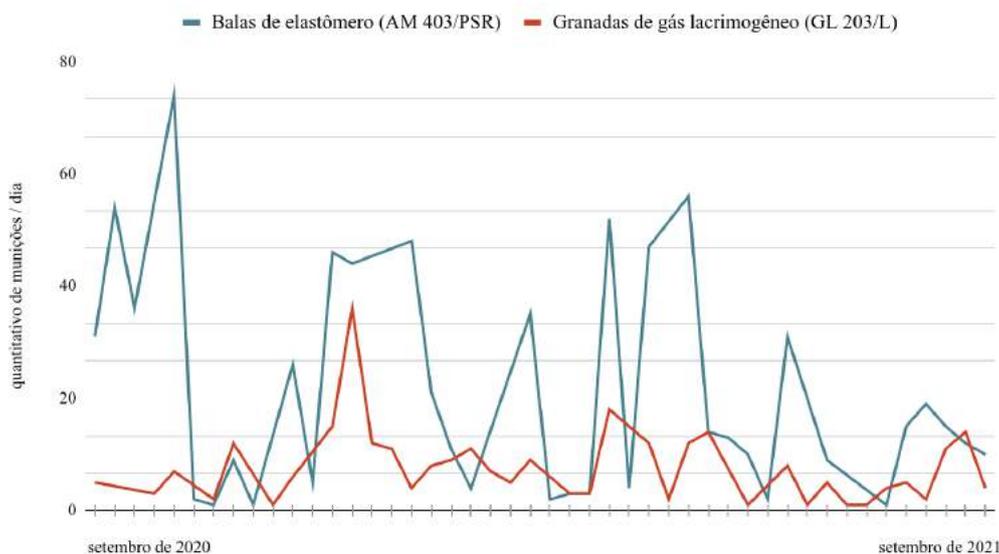
Pelo menos desde 2017, os saldos de investidas dispersas e desempenhadas majoritariamente pela GCM somam relatos e cicatrizes de projéteis de borracha, espancamentos com cassetete, “malocas” incendiadas e pessoas que perderam a visão, parcial ou integralmente, por estilhaços das granadas de carga química.¹⁶ Desse modo, a frequência que assumiram as incursões contra o “fluxo” da Cracolândia expressa-se também no aumento excepcional do emprego de munições ditas menos-letais nessa fração da área central. No último ano, foram quase 50 ocorrências de disparos e estrondos entre os meses de setembro de 2020 e setembro de 2021, todas confirmadas pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU), incluindo casos em que foram despendidas 80 balas de elastômero e granadas de lacrimogêneo em um único dia (Gráfico 1).

O emprego crescente e indiscriminado de munições é a manifestação confessa dos esforços de constrição do cercamento permanente que, como uma espécie de “trégua” condicionada e seletiva, fora consolidado anos antes em acordo com os programas e serviços socioassistenciais. Não coincidentemente os *checkpoints* distribuídos pelas principais vias de acesso ao perímetro de fixação territorial da chamada Cracolândia gradativamente assumiram maior caráter de interdição. Sobretudo nos expedientes diários de limpeza das ruas pela empresa de zeladoria urbana, tornaram-se cada vez mais rotineiras as abordagens

¹⁶ Para um retrato das investidas do aparato policial contra o “fluxo” da chamada Cracolândia em diferentes recortes temporais, cf. os dossiês “Agressões e violações na Cracolândia” (2017) e “Não é confronto, é massacre” (2021) organizados pelo coletivo A Craco Resiste. Disponíveis em: <<https://medium.com/@cracoresiste/dossi%C3%AA-agress%C3%B5es-e-viola%C3%A7%C3%B5es-na-cracol%C3%A2ndia-i-1f5187ade395>> e <<https://naoeconfronto.weebly.com/dossiecirc.html>>. Acesso em 27 de setembro de 2021.

arbitrárias, confisco de pertences e revistas motivadas por “fundada suspeita”, valendo-se da indeterminação jurídica do termo para legitimar o trato com “suspeitos prioritários” (MBEMBE, 2020).¹⁷

Gráfico 1 - Quantitativo de munições menos-letais despendidas por dia pela Guarda Civil Metropolitana (GCM) na chamada Cracolândia entre os meses de setembro de 2020 e setembro de 2021



Fonte: SMSU (2021). Elaboração do autor a partir de levantamento via Lei de Acesso à Informação (LAI) por A Craco Resiste.

Aos olhos de parte dos moradores recém-chegados, é essa a descrição do “trabalho garantidor da pacificação local” desempenhado pelos guardas civis, responsáveis por “evitar que o perímetro se transforme em uma porção da cidade onde o desprezo pelas leis seja permitido”.¹⁸ Nesse sentido, seria difícil não fazer notar a aspiração aproximada do horizonte da *cidade segura* flagrado por Vainer (2000): um tecido urbano composto de retalhos competitivos e pacificados porque policiados integralmente e interditados – ou em vias de interdição, ainda que como promessa – àquelas condutas tidas como indesejáveis e fontes potenciais de transtorno.

A crença na prometida renovação urbana movida pela oferta habitacional, portanto, parece determinar em alguma medida a decisão tomada pelos próprios moradores sorteados no momento de “aceite” do financiamento de apartamentos que têm o “fluxo” da Cracolândia como vizinho.¹⁹ Resguardada sua posição como ente concedente, resta ao Estado proteger

¹⁷ A operacionalização da “fundada suspeita” sob o caráter de excepcionalidade que envolve a atuação dos guardas na chamada Cracolândia é extensamente defendida no texto de contestação apresentado pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) à Ação Civil Pública nº 1033071-79.2021.8.26.0053, fls. 1146-1147.

¹⁸ Os trechos são extraídos de um manifesto assinado por parte dos moradores dos empreendimentos que compõem o Complexo Júlio Prestes. A íntegra do manifesto e as assinaturas dos moradores que o endossam, colhidas na portaria dos edifícios, estão anexadas à mencionada contestação da SMSU (ibidem, fls. 1296).

¹⁹ Novos contornos certamente devem ser percebidos após iniciada a ocupação de uma oitava torre residencial anexa ao Complexo Júlio Prestes que corresponde ao primeiro empreendimento de habitação de mercado popular (HMP) da PPP Habitacional SP Lote 1 S/A. No caso das unidades de HMP, não há qualquer subsídio da demanda por parte do programa, mas contratualmente cabe ao Estado adquirí-las do parceiro privado a preço de HIS no caso de frustração da liquidez do empreendimento.

aqueles designados como “população alvo” do programa habitacional, inicialmente assegurada como demanda solvável dos novos empreendimentos e agora parcialmente comprometida na forma da carteira de mutuários de longo prazo; traduzindo assim uma ambivalência ou oscilação entre controle e proteção que Arantes (2021) caracteriza como própria às operações de *targeting* há muito difundidas.

Esse ímpeto de proteção é o que talvez permite-nos balizar a incidência da PPP Habitacional SP Lote 1 S/A sobre a região da Luz como sendo também um processo de redefinição dos critérios de segurança e normalização do cotidiano nessa fração da área central, orientando os esforços excepcionais do poder público para desvencilhar dali a chamada Cracolândia. Os novos ou os mesmos-de-antes-mas-agora-recrudescidos critérios de segurança, notadamente racializados, em sua imensa maioria parecem espelhar-se na virtualidade de crimes patrimoniais, facilitada por especificidades arquitetônicas dos empreendimentos como muros e cercas insuficientemente altos ou a ausência de estacionamentos. Os depoimentos dos novos moradores suscitam receios e temores em relação a roubos de celular e outros pertences, além de casos de desmanche de fiações visando a receptação de fios de cobre e de furto de peças de carros, comuns a outros lugares da cidade mas que encontram no “fluxo” uma horda de suspeitos prioritários, antecipadamente açoitados como se já os tivessem cometido.

Considerações finais

Na analogia construída por Smith (1996) entre a chamada marcha para o Oeste norte-americana e o Lower East Side do final do século XX, a convivência entre o extermínio e um discurso ansioso de “regeneração” aparece como própria às dinâmicas de fronteira, sejam estas envoltas pelo mito civilizatório de uma expansão geográfica absoluta ou pelo anúncio do retorno de investimentos aos antigos centros urbanos, na senda do que o autor denomina como uma diferenciação interna do espaço geográfico. Contudo, como Smith bem sabe, a fronteira urbana já não é a linha sobre a qual avançam a propriedade privada da terra e a socialização para o trabalho. A violência que fideliza as promessas de renovação urbana contemporâneas, ensejando eixos de reestruturação sob critérios de atratividade vigentes no mercado de capitais, deve por isso também ser mediada com a totalidade da reprodução capitalista em crise.

Em São Paulo, a região da Luz recém-tornada destino privilegiado da PPP Habitacional SP Lote 1 S/A se efetiva como “nova” fronteira de ampliação do endividamento imobiliário em direção às camadas mais pobres da população, apresentada convencionalmente como política habitacional ao longo da última década. Assegurada ao parceiro privado como demanda solvável, uma parcela da “população alvo” do programa é agora dignificada como condôminos dos novos empreendimentos e parece trazer consigo critérios de segurança que têm como lastro a renovação prometida, desmanchando ou recrudescendo as formas de atuação localizada do Estado que outrora caracterizaram a chamada Cracolândia.

O aparato policial, nesse sentido, mostra-se imprescindível ao ente concedente como componente extrínseco à relação jurídico-financeira que fundamenta a parceria. Conforme reza o paradigma da cidade competitiva e pacificada, este fica encarregado daqueles externos à demanda solvável pressuposta, com pouca ou nenhuma capacidade de endividamento porque já não conseguem sequer vender a sua própria força de trabalho. Tensionando seu estatuto teórico como pretenso ajuste temporário de crise, a fronteira urbana evidencia-se aqui em seus traços mais schmittianos, apreendidos criticamente por Mbembe (2020), como espaço anômico e juridicamente vazio diante do crescente contingente populacional tornado excedente e supérfluo do ponto vista da forma de socialização capitalista.

Referências

- ADORNO, Rubens; RAUPP, Luciane. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 5, 2011, p. 2613-2622. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000500031>. Acesso em 04 de outubro de 2021.
- ALVAREZ, Isabel Pinto. The production of the segregated city: the case of São Paulo's nova luz urban redevelopment project. **Habitat International**, v. 54 (1), 2016, p. 88-93. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0197397515301260?via%3Dihub>>. Acesso em 04 de outubro de 2021.
- ARANTES, Paulo. **O mundo como alvo: uma genealogia da militarização contemporânea**. São Paulo: [s.n.], 2021.
- ARANTES, Pedro. Interesse público, poderes privados e práticas discursivas na política de renovação do centro de São Paulo. In: CYMBALISTA, Renato et al. **Políticas públicas para o centro: controle social do financiamento do BID à Prefeitura Municipal de São Paulo**. São Paulo: Instituto Pólis, 2008, p. 05-21.
- _____. O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. **Pós**, São Paulo, n. 20, 2006, p. 60-75. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43485>>. Acesso em 05 de setembro de 2021.
- BENJAMIN, Walter. Para a crítica da violência. In: BENJAMIN, Walter. **Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)**, 2ª edição. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2013, p. 121-156.
- BRANQUINHO, Evânio dos Santos. **Campos Elíseos no centro da crise: a reprodução do espaço no Centro de São Paulo**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (CGPPP). **Edital de Chamamento Público nº 004/2012**, 2012. Disponível em: <<http://www.habitacao.sp.gov.br/file.ashx?Id=31887>>. Acesso em 04 de setembro de 2021.
- FREIRE, Thauany Vernacci Brewer Pereira. **O problema da moradia no Centro de São Paulo entre o Estado e crise do trabalho: um estudo do Programa de Atuação em Cortiços (BID/CDHU)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- GODINHO, Ariel Machado. **Mobilização do espaço e violência juridificada na área central de São Paulo: a incidência da PPP Habitacional sobre a região da Luz a partir da chamada Cracolândia**. 2020. Trabalho de Graduação Individual (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- KURZ, Robert. A falta de autonomia do Estado e os limites da política. In: KURZ, Robert. **Os últimos combates**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 91-115.
- MBEMBE, Achille. **Brutalisme**. Paris: La Découverte, 2020.
- NASSER, Marina Mattar Soukef. **No labirinto: formas de gestão do espaço e das populações na Cracolândia**. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- PEREIRA, Alvaro; PALLADINI, Gabriel. **Parceria público-privada para construção de moradia popular: fundamentos institucionais para a expansão do mercado de habitação em São**

Paulo. **Cadernos Metr pole**, 20 (43), 2018, p. 879-903. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962018000300879&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 de setembro de 2021.

PETRELLA, Guilherme Moreira. **A fronteira infernal da renova o urbana em São Paulo: região da Luz no século XXI**. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RUFINO, Beatriz. A dissemina o da forma condomínio no Programa Minha Casa Minha Vida (PMVMC): privatiza o da urbaniza o para os mais pobres?. **Revista de Geografia Espacios**, 8 (16), 2018, p. 241-265. Disponível em: <<http://revistas.academia.cl/index.php/esp/article/view/1118/1236>>. Acesso em 05 de setembro de 2021.

RUI, Taniele. Por entre territórios visíveis e territórios invisibilizados: mercados ilícitos e cracol ndias de São Paulo e Rio de Janeiro. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 3, 2019, p. 573-588. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002019000300573&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 de setembro de 2021.

RUI, Taniele; FIORE, Maurício; TÓFOLI, Luís Fernando. **Pesquisa preliminar de avalia o do Programa “De Braços Abertos”**. Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)/ Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). São Paulo, 2016.

SMITH, Neil. **The new urban frontier: gentrification and the revanchist city**. Nova York: Routledge, 1996.

TEIXEIRA, Alessandra. **Construir a delinq ncia, articular a criminalidade**. Um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

TOLEDO, Carlos de Almeida. A fronteira da territorializa o do capital. In: CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (org.). **A necessidade da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 79-90.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 75 - 103.

WACQUANT, Lo c. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Revan, 3  edic o revisada e ampliada, 2007.

A pandemia e as ações de despejo por falta de pagamento: um recorte sobre a atuação do judiciário na Zona Leste de São Paulo

Breno William Nascimento
Instituto das Cidades, Unifesp
breno.william@unifesp.br

Dandara Luisa Ceconi dos Santos
Instituto das Cidades, Unifesp
dandaraluisa.ceconi@gmail.com

Sílvia de Souza Silva
Instituto das Cidades, Unifesp
silvia.silva@unifesp.br

Sandra Aparecida Rufino
Instituto das Cidades, Unifesp
sanrufino@gmail.com

Resumo

A crise sanitária ocasionada pela pandemia do Covid-19 agravou a insegurança jurídica das famílias que utilizam o aluguel como única possibilidade de moradia nas cidades. A perda de renda, consequência direta e imediata da onda de desemprego que avançou, principalmente, sobre o setor de serviços, tornou-se uma realidade para milhões de pessoas. Embora políticas públicas contingenciais tenham sido plotadas, como o auxílio emergencial, incidindo direta e positivamente sobre o orçamento das famílias durante este período de exceção, as medidas adotadas pelo Estado, em especial o poder judiciário, não foram suficientes para garantir estabilidade no modo de provisão habitacional de grande parcela da população. O presente trabalho se propôs compreender, por meio da análise de sentenças judiciais, as estratégias discursivas de juízes no manejo das discussões sobre os despejos durante a pandemia, especificamente na Zona Leste de São Paulo, no Fórum Regional do Tatuapé, bem como o perfil dos réus das ações, no que tange a aspectos espaciais e de gênero. Foram analisados 647 pedidos de despejos protocolados na referida regional forense, entre 01/03/20 e 28/02/2021, ações estas promovidas pelos locadores, em razão do não pagamento do aluguel. Os dados revelam que a individualização das questões relacionadas aos contratos de aluguel não dá conta da complexidade que vem envolvendo essa questão, além de destacar as vulnerabilidades de quem sofre as ações de despejo judicial. Por fim, é posta em foco a incapacidade do Poder Judiciário em lidar com os conflitos fundiários urbanos em respeito aos ditames constitucionais vigentes, além de indicar um comportamento sistemático de preservação do direito à propriedade privada em detrimento de demais direitos fundamentais, perpetuando desigualdades sociais e a efetivação do controle dos corpos no espaço urbano.

Palavras-chave

Despejo; Poder Judiciário; Aluguel; Moradia; Pandemia.

Introdução

A palavra “despejo” aparece uma única vez no último PDE de São Paulo, elaborado em 2014. No texto do inciso XIV do art. 293 (Das Ações Prioritárias na Habitação Social), tem-se como objetivos “debater, de modo participativo e integrado com os demais entes federativos, mecanismos para prevenir e mediar conflitos fundiários urbanos, buscando soluções negociadas e alternativas de moradia para as famílias despejadas” (SÃO PAULO, 2014, p. 59). O debate “participativo” dos despejos, assim, apresenta-se, no âmbito municipal, em detrimento de uma discussão que os antecede. Além disso, no Plano Diretor Estratégico da cidade, o referido problema toca um aspecto específico, que é o da habitação social, sem considerá-lo, portanto, em sua dimensão estrutural.

É necessário discutir uma política de aluguel no Brasil, haja vista que o problema da habitação é um elemento estrutural no país, em função de uma concentração fundiária no campo e na cidade (MARTINS, 1994), de uma produção imobiliária que nunca se efetivou democraticamente, já que a demanda por habitação não acompanhou a oferta por moradias (PASTERNAK E BÓGUS, 2014), somados a uma composição demográfica de sujeitos “deslocalizáveis” (NAKANO, 2021), ou seja, de pessoas vivendo em insegurança habitacional e com rendimentos familiares abaixo de 1,5 salários mínimos; e, atualmente, em virtude da financeirização da moradia, securitizada em fundos de investimento no mercado global (ALVAREZ, 2015; GUERREIRO, 2020). Em São Paulo, a cada quatro pessoas, uma vive de aluguel, um percentual que supera em 8% a média de locatários residenciais no Brasil (TAVOLARI et al., 2021a), configurando-se como a cidade brasileira com o maior número de pessoas oneradas com a locação de moradia.

O comprometimento orçamentário do inquilino paulistano é também um sintoma, se compararmos as porcentagens que os valores gastos com aluguel ocupam em relação ao salário mínimo, pago em outras metrópoles do mundo. Para o ano de 2020 em Amsterdam, Barcelona, Berlim, Lisboa e Paris, o valor médio do aluguel correspondia, respectivamente, a 79,87%, 70,48%, 58,46%, 117,03% e 73,26% do salário mínimo vigente local. Em São Paulo, tal proporção marca 168,18% (vide figura 1). Para as cidades europeias, já estão em vigor políticas de congelamento de preços do aluguel, bem como de revisão dos modelos de produção imobiliária sob encomenda e de caráter rentista. A formulação, implementação e avaliação de tais revisões vem tendo ampla participação da sociedade (DW, 2020; O’SULLIVAN, 2020).

Figura 1. Preço médio de Aluguéis de Capitais Mundiais²⁰.

Cidade	Salário mínimo (em moeda local)	Preço médio do aluguel (em moeda local)	Relação Aluguel/S.M.
Amsterdam (*)	1635,60	1306,41	79,87%
Barcelona	1050	740	70,48%
Berlim(*)	1584	926	58,46%
Lisboa	740,83	866,98	117,03%
Paris (*)	1540	1128,27	73,26%
São Paulo	1040	1850	168,18%

²⁰ Cidades com o aluguel congelado. Obs: A tabela foi elaborada pelos autores, considerando aluguéis de imóveis em regiões centrais. Fonte: Plataforma Preciosmundi, 2021. Disponível em: <https://pt.preciosmundi.com/>

No biênio 2017-18, os percentuais pagos com o aluguel chegaram a 41,2% do orçamento de famílias com renda de até dois salários mínimos (GUERREIRO et al., 2019), período em que o índice que corrige os valores de aluguel (IGP-M) se descolou da inflação (IPCA), provocando uma oneração do aluguel de forma ainda mais ostensiva no orçamento familiar, sobretudo as mais vulneráveis. Outros estudos indicam que este comprometimento chegou, recentemente, a 48% da renda dos mais pobres (MUNIZ E QUADRA, 2020), percentual que pode ter sido ampliado, já que o IGP-M ultrapassou os 37%, entre maio/20 e maio/21 (FGV, 2021).

Nesse sentido, a crise sanitária da Covid-19 agravou a situação das famílias que pagam aluguel, especialmente no Brasil. A perda de renda, consequência direta e imediata da onda de desemprego que avançou, principalmente, sobre o setor de serviços, tornou-se uma realidade para milhões de pessoas (MATTEI E HEINEN, 2020). Embora políticas públicas contingenciais tenham sido plotadas - como o auxílio emergencial, no valor de 600 reais -, incidindo direta e positivamente sobre o orçamento das famílias durante este período de exceção, outras ações governamentais não foram tão bem sucedidas, como a efetiva proibição das execuções de despejos por falta de pagamento do aluguel (TAVOLARI et al., 2021a).

As transformações do espaço urbano, regidas por decisões sobre as formas de morar, equipamentos, serviços e modais de transporte que, via de regra, excluem a população de baixa renda, operam, na leitura de KOWARICK (1978), com a violência de um rolo compressor sobre as populações mais pobres, espoliando-as. A disputa pelo espaço tem vencedor definido em instrumentos urbanísticos, na assimetria imposta nas relações de poder e, sobretudo, por meio de funcionamento estatal (através de diferentes poderes) de proteção à propriedade privada a qualquer custo. Ainda à luz da discussão proposta por Kowarick, observa-se que

“[...] como a especulação e a acumulação andam juntas, a localização da classe trabalhadora passou a seguir o fluxo dos interesses imobiliários. O autor argumenta ainda que, devido à fragilidade das organizações populares, os grupos privados trabalham livremente para a obtenção do lucro. Esse setor privado, ligado ao mercado imobiliário, leva adiante a ocupação espacial, conservando imensas áreas mais próximas aos núcleos centrais à espera de valorização” (SOUZA, 1994, p. 172)

Nascido como bairro operário, o Tatuapé, na zona leste de São Paulo, bem como suas adjacências, passa a esvaziar seu circuito industrial em função da pressão por uma nova configuração do mercado imobiliário da região - em especial, com a chegada da estação de metrô do Tatuapé, na década de 1980 (BÓGUS, 1988), do shopping Metrô Tatuapé, em 1997 e, atualmente, em virtude da expansão do setor terciário, principalmente a instalação de universidades, hotéis, escritórios e de serviços especializados de saúde, atraindo uma parcela expressiva das camadas de alta renda e de investidores no mercado imobiliário. Bairros vizinhos, como Belém e Carrão, também foram submetidos a uma lógica parecida de produção do espaço (ENDRIGUE, 2008).

Nessa esteira, nas cidades neoliberais é recorrente que os processos de gestão de populações e dos territórios, associados, frequentemente, ao poder executivo (SILVA, 2019) conduzam a dinâmicas de segregação, gentrificação e espoliação dos trabalhadores (SIQUEIRA, 2014; PETRELLA, 2018). Contudo, é importante colocar em foco outros atores estatais, como o Poder Judiciário, na condição de operador de tais dinâmicas, por meio de ações coletivas, como as relativas a ocupações, em que são esmorecidas as subjetividades dos réus, tratados como “ocupantes de identidade indeterminada” (MILANO, 2018), ou por meio de ações individuais que, em razão de sua expansão e forte presença, tornam-se um

problema coletivo, como é o caso do aumento expressivo das ações de despejo por falta de pagamento.

É fundamental (re)disparar o debate a partir da análise dos textos de decisões judiciais, esse lócus de signos e arcabouços que guardam, não tão secretamente, as chaves da interpretação jurídica. RIZZI (2008), MILANO (2017; 2018) e TAVOLARI et al. (2021a; 2021b) diagnosticaram uma tendência discursiva de magistrados de tribunais estaduais e federais à negação - e, em muitos casos, à não citação - de direitos sociais constitucionalmente garantidos, como o direito à moradia, deferindo, quase unanimemente, as solicitações de reintegração de posse e despejos coercitivos. No que tange à citação de funções sociais, como a função social da propriedade e a função social do contrato e seus revisionamentos, as autoras radiografaram um manejo estratégico de tais expressões, a fim de minimizá-las dentro de um ordenamento restrito, majoritariamente, aos Códigos Civil e de Processo Civil.

Nesse sentido, o presente trabalho se propôs compreender, por meio da análise de sentenças judiciais, as estratégias discursivas de juízes no manejo das discussões sobre os despejos durante a pandemia da COVID-19, especificamente na Zona Leste de São Paulo, bem como o perfil dos réus das ações, no que tange a aspectos espaciais e de gênero. A escolha pela regional forense do Tatuapé, em São Paulo, deu-se em virtude do grande volume de processos de despejos por falta de pagamento (647), protocolados entre 18/03/20 e 28/02/2021 (dados dos autores, obtidos via e-SAJ).

Metodologia

A competência territorial compreende o Fórum Regional do Tatuapé, que abrange os bairros Vila Formosa, Vila Manchester, Belém, Belenzinho, Carrão, Água Rasa, Vila Matilde, Parque Novo Mundo, Vila Rica, entre outros, além do próprio Tatuapé. O método escolhido foi o quali-quantitativo. Por meio da pesquisa na plataforma E-SAJ, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, foi realizado o levantamento por meio das categorias Despejo (Classe), Despejo por falta de pagamento e Despejo por falta de pagamento cumulado com cobrança, entre os processos julgados em primeira instância e, por fim, considerando as varas cíveis do Fórum Regional do Tatuapé. As datas que balizaram a triagem correspondem ao período entre 18/03/20 e 28/02/2021.

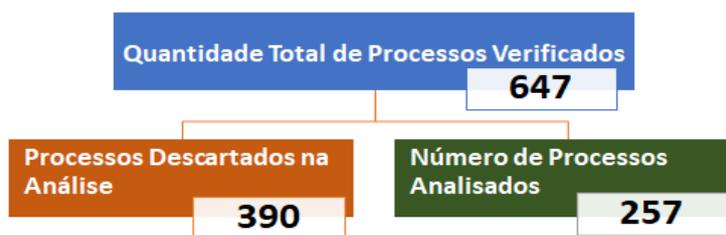
Imagem 1. Plataforma de consulta de processos julgados em primeira instância - TJSP (<https://esaj.tjsp.jus.br/cjpg/>)

Em seguida, o grupo catalogou as sentenças em planilha, organizando a amostragem por data da petição inicial, vara cível para a qual o processo foi distribuído, número do processo, nome do réu, texto da sentença, gênero do réu (masculino/feminino/outro). Após análise prévia do texto da sentença, novos extratos apareceram, a fim de apontar as ações em que houve deferimento da liminar, as ações em que a parte ré apresentou contestação e, por fim, se a/o magistrado citou a pandemia no despacho final.

Resultados

Realizada a triagem dos 647 julgados, encontrou-se 280 acordos homologados por sentença, 257 processos disciplinando locação residencial, 106 processos envolvendo locação comercial, 2 decisões improcedentes sem efeito modificativo de embargos declaratórios e 2 decisões declaratórias de prescrição intercorrente. Assim, a fim de garantir o recorte metodológico, foram descartados 390 processos, recaindo a análise sobre as decisões que versavam apenas acerca da disputa pela posse de imóveis residenciais sob a vigência de contratos locatícios.

Figura 2. Dados Ações Fórum Tatuapé

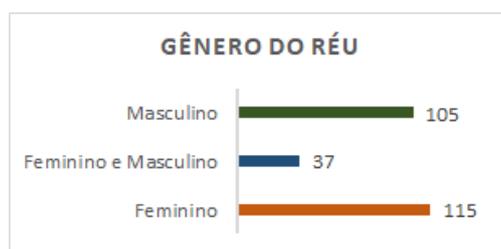


Fonte: Dos autores (2021).

Cabe destacar que os 257 processos examinados consistem em ações de despejo cumuladas com cobrança de aluguéis. Todos foram julgados procedentes no tocante ao despejo, vindo o Juiz a autorizar o uso de força policial e os demais meios necessários para a implementação da medida de desocupação dos imóveis em disputa, após o prazo de 15 dias, contados a partir da publicação da decisão no Diário de Justiça Eletrônico.

Em 115 processos, o polo passivo foi composto somente por mulheres, 105 apenas por homens e em 37 haviam homens e mulheres juntos como partes requeridas.

Figura 3. Dados de Gênero



Fonte: Dos autores (2021).

Verificou-se também que, mesmo havendo a efetiva citação, ocorreu a apresentação de contestação em apenas 82 ações, vindo a grande maioria dos processos correr por revelia, suportando os efeitos da presunção da veracidade dos fatos narrados na petição inicial, bem como o julgamento antecipado da lide.

Figura 4. Dados de Contestação

Houve contestação?	Quantas?
Não	172
Não, curador especial	3
Sim	82

Fonte: Dos autores (2021).

Já em 234 processos os juízes deixaram de citar a pandemia do COVID-19 ao longo de seus fundamentos, isto porque o entendimento jurídico ofertado na aplicação da Lei do Inquilinato, caracteriza as ações de despejo como ações constitutivas negativas, ou seja, uma vez declarado o rompimento do contrato de locação, desconstituindo-se o vínculo jurídico, impõe-se o automático cumprimento do despejo. Nas 24 decisões em que o tema foi abordado, foram entendidas como inadequadas as tentativas de invocar as excludentes de responsabilidade previstas no Código Civil com a finalidade de afastar os efeitos do inadimplemento. Isto porque, segundo os magistrados, as medidas de contenção da pandemia, apesar do impacto econômico causado, não impossibilitam o cumprimento da prestação pecuniária, indicando que estas não seriam hipóteses de onerosidade excessiva, uma vez que ainda que tenha se verificado a ruptura da relação de equivalência entre prestação e contraprestação, sob o ângulo da dimensão do sacrifício econômico imposto aos réus, seria necessário reconhecer a desproporção interna à própria prestação que lhes cabia, haja vista nenhum pagamento por eles ter sido realizado.

Neste sentido, argumentam que a onerosidade excessiva se configura de maneira objetiva. Logo, seria irrelevante a capacidade financeira dos devedores, isto é, não seria importante a maior ou menor capacidade subjetiva de pagamento. A dificuldade do contratante em cumprir a obrigação contratada não é, portanto, parâmetro para aferição da excessiva onerosidade, que deve se assentar em um juízo objetivo. Seu direito à invocação ao desequilíbrio prescinde de qualquer prova ou indício de que o valor da prestação exceda suas forças materiais, ou que o coloque em dificuldade.

Também se configurou como argumento das decisões a tese de que, embora haja a existência de um dever de renegociação de contratos desequilibrados, a revisão contratual somente seria possível através de uma conduta colaborativa das partes direcionada à superação do impasse, já que a situação da pandemia não suportaria, em si, legítima necessidade de relativização da intangibilidade do pactuado, uma vez que os interesses dos réus, contrastados com os dos autores, não seriam merecedores de maior tutela.

Sob a visão elencada nas decisões, com fundamento na regra do art.317 do CC, e a partir de uma interpretação formal dos arts. 478 a 480 do CC, os magistrados entenderam pela não

autorização da ampliação subjetiva do poder revisional dos contratos, bem como que, conseqüentemente, compreenderam pela desobrigação dos locadores em arcarem para com o ônus gerado pela inadimplência da relação contratual, vindo a aplicar a rescisão contratual de maneira objetiva e imediata.

Ademais, mesmo sob vigência da Lei nº 14.010/20, que instituiu o Regime Jurídico Emergencial e Temporário nas relações privadas no período da pandemia e previu, em seu artigo 9º, a não concessão de liminar para desocupação de imóvel urbano nas ações de despejo, houve o deferimento de 04 liminares, em um universo de 14 solicitações, nos moldes estatuídos pelo artigo 59 da Lei do Inquilinato, tendo apenas uma delas seu cumprimento suspenso por força de decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Figura 5. Dados das Liminares

Houve pedido de liminar?	Quantos?
Sim	14
Sim/deferimento	04
Sim/Suspenso	1

Fonte: Dos autores (2021).

Discussão

Embora o número total de processos protocolados no Fórum do Tatuapé (647), entre março de 2020 e fevereiro de 2021, seja menor do que o número total de ações nos anos anteriores - para o mesmo período nos anos de 2018-2019 e 2019-2020, foram observados 874 e 852 processos, respectivamente -, conforme indicado por TAVOLARI et al (2021a), tal queda percentual se justifica em virtude da adequação do TJSP, entre março e junho de 2020, ao trabalho remoto provocado pela pandemia, e não necessariamente em função de uma resposta institucional à problemática dos despejos, cujos protocolos de ações voltam a subir a partir de junho de 2020.

Em 66,9% dos processos analisados por esta pesquisa, não foram apresentadas contestações. Embora não sejam muitos os trabalhos quantitativos que tragam os textos de sentenças judiciais nos conflitos por moradia - podemos citar os de MILANO (2017; 2018) e RIZZI (2009) -, é recorrente que a tramitação favoreça as demandas perpetradas pelos autores das ações. De acordo com TAVOLARI et al. (2021b), durante o período de pandemia, 77,36% dos processos judiciais em que há a menção pela função social da propriedade tiveram sua tramitação sem a participação da Defensoria pública e, portanto, também correram à revelia.

Menos de 10% das decisões (9,82%) da presente pesquisa citaram a pandemia. Resultados semelhantes foram observados por TAVOLARI et al. (2021a), ao investigarem o uso de expressões relacionadas à pandemia em decisões de processos de despejo por falta de pagamento na região metropolitana de São Paulo. Os autores apontaram que pouco mais de 5% dos magistrados fizeram considerações a respeito da crise sanitária e, dentre um universo de mais de 12 mil processos, foi observada uma incidência de mais 77% de ações julgadas

precedentes, sugerindo uma tendência decisória a favor dos despejos. Como observado anteriormente, a triagem feita no Fórum do Tatuapé indicou 100% de decisões julgadas precedentes.

Além disso, a autorização para o uso coercitivo de forças policiais, presente na maioria das sentenças, destoava das recomendações propostas pela ONU e pela OMS, no que tange às remoções e despejos durante a pandemia. MALLAK (2019) apontou que, em termos de conflitos fundiários, os juízes não são afeitos a “recomendações”, mas apenas ao direito positivo, transformado em lei, o que distanciaria, neste contexto, a aplicabilidade de tais contingências. Por outro lado, no que tange ao mérito da argumentação e substância de instâncias como os Conselhos, é necessário considerar sua direção normativa, sobretudo em períodos de crise (BOBBIO, 2001). Dentre o arcabouço de recomendações institucionais disparadas durante a pandemia, destaca-se a 63/2020, do Conselho Nacional de Justiça, recomendando que os juízes avaliem “com especial cautela o deferimento de medidas de urgência, decretação de despejo por falta de pagamento e a realização de atos executivos de natureza patrimonial em desfavor de empresas e demais agentes econômicos em ações judiciais que demandem obrigações inadimplidas” (CNJ, 2020); e a Recomendação 01/20, da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos, para suspensão de despejos e remoções. No universo das sentenças analisadas, nenhuma delas evocou quaisquer das recomendações.

Devido a adoção do princípio da vigência imediata dos direitos humanos, previsto no §1º do artigo 5º da CF/88, mostra-se necessário reconhecer que a aplicação das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata (COMPARATO, 1997). Tal dispositivo alcança todos os direitos fundamentais reconhecidos pelo Brasil, não somente os previstos no rol do artigo 5º, haja vista o caráter materialmente aberto do texto constitucional no tocante aos direitos fundamentais, conforme determina o §2º do artigo 5º da CF/88. Segundo (SARLET, 2010 p.21) esta é a interpretação que melhor se adequa ao chamado neoconstitucionalismo, atual fase do direito constitucional. Assim, o aspecto dirigente da Constituição exige interpretação sistemática das normas, impondo uma releitura do direito infraconstitucional (CAMBI & GALDURÓZ, 2015), de modo que a eficácia irradiante dos direitos fundamentais passa a vincular o Poder Judiciário na aplicação das normas constitucionais. ÁVILA (2006 p.35) preceitua que o aplicador do direito deve interpretar os dispositivos conforme os fins e valores introduzidos no texto constitucional. Sendo assim, a aplicação das normas infraconstitucionais deve ser realizada em respeito aos preceitos constitucionais, de acordo com a circunstância e característica de cada caso, visando assegurar o cumprimento dos direitos e deveres fundamentais.

Não se mostra possível examinar os procedimentos que servem à tutela dos direitos reais ignorando a existência dos demais direitos fundamentais, dada a estrutura de todo o sistema constitucional (COMPARATO, 1997). Assim, a tutela processual da propriedade deve ser interpretada à luz dos princípios e normas fundamentais estabelecidas na Constituição Federal de 1988, de modo que os operadores jurídicos se consubstanciam no dever de aplicar o ordenamento infraconstitucional em respeito ao bem comum, a fim de respeitar e promover a dignidade humana.

A análise das sentenças, contudo, demonstra que o tratamento ofertado pelos magistrados nas ações de despejo escancara a incapacidade do Poder Judiciário em solucionar os conflitos fundiários urbanos de maneira adequada, resultando em provimentos jurisdicionais potencialmente injustos e carentes de legitimidade constitucional, haja vista que a primazia do formalismo se caracteriza por uma postura rígida do operador que passa a interpretar a propriedade privada como um *direito que se contrapõe* a todos, inclusive em prejuízo dos demais direitos envolvidos. Também, conduz o cumprimento das decisões através do

implemento da força nas medidas de desocupação dos imóveis em disputa, acarretando diversas violações aos direitos fundamentais (ÁVILA, 2006; SARLET, 2010).

Devido a construção histórico-jurídica do conceito de propriedade privada e função social estatuidos através dos ordenamentos jurídicos constitucionais, o tema foi sendo objeto gradativamente de preocupação estatal em decorrência da consolidação de um sistema de direitos democraticamente constituído. Assim, pode-se extrair que ambos os conceitos compõem uma relação de mútua implicação entre a necessidade de compatibilização da autonomia privada e as exigências do bem-estar da coletividade, de modo a conferir uma correlação entre o exercício dos direitos e deveres.

É importante localizar esta dinâmica enquanto uma violenta centralidade da propriedade privada na reprodução capitalista do espaço (PETRELLA E PRIETO, 2020) - centralidade esta, a qual, relembramos, pautou a discussão sobre a suspensão dos despejos durante o período de pandemia no país. Mesmo a questão tendo recebido atenção em tribunais do mundo inteiro, tendo sido posta, no Brasil, por movimentos sociais (vide a Campanha Despejo Zero) já nos primeiros dias do estado de calamidade, as frentes parlamentares só conseguiram aprovar o projeto em junho de 2020, mas foi vetado integralmente pelo Presidente da República. Após derrubada do veto pelo Congresso, a Lei Federal 14.010/20, conhecida como Lei da Pandemia, foi aprovada em 08 de setembro de 2020.

Apesar da organização e do capital político envolvido na aprovação de tal lei - é necessário lembrar que sua tramitação se deu em um congresso majoritariamente conservador e liberal -, notou-se que seu impacto foi muito discreto no curso das ações de despejo analisadas. Dentre as 257 decisões, apenas quatro fizeram menção à 14.010/20 - menos de 2% do total de sentenças. Assim, nos casos analisados, os magistrados ignoraram a situação da crise sanitária, bem como a disciplina especial ofertada pela lei e decidiram conceder a desocupação em quinze dias, antecipando para o início do processo a tutela pretendida sem que a parte contrária fosse ouvida, uma vez prestada a caução no valor equivalente a três meses de aluguel, requisito meramente formal. Conforme (VENOSA, 2014), trata-se de uma técnica processual existente na ação de despejo que posterga o exercício do contraditório, antecipando o provimento judicial. Por excepcionar o contraditório, trata-se de um rol taxativo, não sendo possível aplicá-lo para além das situações tipificadas no artigo.

Contudo, nota-se que, para tais casos, os magistrados deixaram de observar os termos do artigo 59, §1º, inciso IX da Lei do Inquilinato, do qual pode-se compreender que a mera falta de pagamento, por si só, não justifica o deferimento da liminar de despejo. É preciso também que o contrato esteja desprovido de qualquer garantia, seja por não ter sido contratada ou por sua extinção. Havendo a presença de fiador, ou demais garantias, não se verifica a hipótese legislativa de concessão da liminar.

A individualização das questões relacionadas aos contratos de aluguel, portanto, não dá conta da complexidade que vem envolvendo essa questão. Ressonância de agenciamentos que não se encerram em dualidades contratuais como “pagar ou não pagar o aluguel”, a insegurança habitacional, expressa na noção de transitoriedade permanente (ROLNIK, 2019), tem classe social e marcação espacial. NAKANO (2021), em levantamento realizado a partir do Censo demográfico de 2010 e da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), de 2018, discute esses elementos a partir da concepção de que essa marcação atribui às populações vulneráveis (com renda familiar de até 1,5 salário mínimo) a condição de “deslocalizáveis”. O mapa abaixo, elaborado por Nakano, traz a distribuição da população “deslocalizável” a perdas habitacionais em virtude do pagamento de aluguel, na Região Metropolitana de São Paulo.

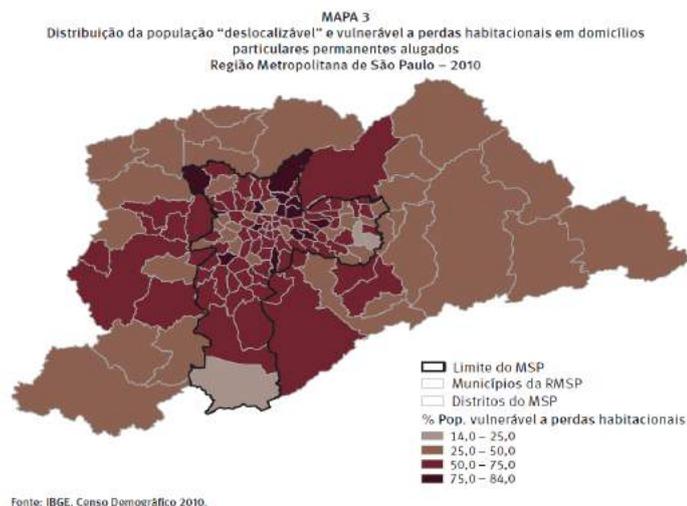


Imagem 2. Distribuição da população “deslocalizável” e vulnerável a perdas habitacionais em domicílios particulares permanentes alugados - Região Metropolitana de São Paulo.

Embora a região da capital com maior predominância destas populações no mercado de aluguel (formal ou informal) seja a zona norte, há de se notar que os distritos de Vila Matilde, Vila Formosa e Água Rasa possuem uma proporção de 75% a 84% - distritos de jurisdição da comarca forense do Tatuapé. Tais proporções excedem a média da cidade, que é de 54% da população vulnerável vivendo em situação de aluguel. Já os bairros do Belém, Tatuapé e Carrão, da mesma comarca forense, alcançam a proporção média de 50% a 75%.

Tais percentuais encontram outra variável importante, ao cruzarmos as proporções de “deslocalizáveis” ao total de ações cuja parte ré era composta por mulheres. Segundo dados publicados nos relatórios do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)²¹ e do DIEESE²², as mulheres representam 65,6% dos trabalhadores demitidos durante o período da pandemia, sendo que mais da metade das mulheres está fora do mercado de trabalho formal, enquanto outras 3 milhões, que estavam na informalidade, perderam o posto de trabalho e a renda no ano passado. O mesmo relatório aponta que a remuneração média (por hora) das mulheres brancas corresponde a R\$ 18,95, enquanto a dos homens brancos constituem R\$ 20,79. A diferença é ainda maior quando este último grupo é comparado ao de mulheres negras, cuja remuneração média por hora marca R\$ 10,95.

Conclusão

O alinhamento à interpretação tecnocrática da Lei do Inquilinato pelos magistrados implicou na exponenciação de vulnerabilidades dos réus, frente ao cenário de pandemia. As violências simbólicas e reais atravessam as dimensões de contratos de direito privado, revelando uma incapacidade do poder judiciário em lidar com os conflitos fundiários, bem como escancaram um comportamento sistemático de preservação do direito de propriedade, em detrimento de garantias fundamentais constitucionais, como o direito à vida e à dignidade humana.

²¹ <https://valorinveste.globo.com/objetivo/empresa-se/noticia/2020/11/09/mulheres-concentram-perda-de-empregos-formais-na-pandemia.ghtml>. Acesso em: 20 de set de 2021.

²² <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.pdf>. Acesso em: 20 de set de 2021.

Com efeito, mediante as ações de despejo por falta de pagamento de aluguel, deve-se considerar que tais conflitos se inserem em um contexto espacial complexo, de modo a demandar amplitude interpretativa e sensibilidade na aplicação da norma ao caso concreto. As recomendações em âmbito nacional e internacional, não evocadas nas sentenças analisadas, poderiam subsidiar as estratégias argumentativas dos magistrados na suspensão dos despejos durante a pandemia. Ao cruzar os dados das sentenças com a cartografia dos “deslocalizáveis”, observa-se, por outro lado, que os impactos das execuções de mandados de despejos reafirmam o caráter espoliativo do Estado sobre as populações mais pobres, exponenciando sua vulnerabilidade em um período de notável necessidade de amparo governamental.

A expressiva quantidade de processos que correram à revelia, desamparando os réus de seu legítimo direito de defesa, apresentam um cenário de conflito que tem seus atores em posições definidas e invariáveis, desde o início do jogo - cenário este agravado pelo estado de pandemia, desemprego e, conseqüentemente, perda de renda. Outros instrumentos precisariam ser pensados, a nível da participação popular direta, para que tais abusos não ocorram, sobretudo em períodos de calamidade pública.

Deslocar o debate tecnocrático para uma discussão popular sobre aluguel é um elemento concreto de contingências reais frente aos abusos impetrados pelo judiciário, mas também de consistência simbólica, ao colocar a participação popular em outras posições na disputa por direitos fundamentais, subsidiando-a com as interpretações críticas necessárias ao debate e ouvindo-a em sua pluralidade. A insurgente presença de ações públicas como a Campanha Despejo Zero e o Coletivo Aluguel em Crise são um pontapé importante na ampliação da participação popular em ações de caráter individual. Traçar o perfil econômico e social de quem vive em moradias alugadas formalmente, mobilizar esforços para uma amostragem de moradias em situação de aluguel informal, realizar um acompanhamento mais amplo sobre os despejos na cidade, espacializando e cartografando as decisões judiciais nas ações de despejos, bem como lançar luz sobre os sujeitos mais afetados por tais medidas - a saber, mulheres pobres -, é um desafio que cabe às pesquisas futuras no campo dos estudos urbanos, mas também que merece maior consolidação nos debates e nas políticas públicas sobre o tema.

Referências

ALVAREZ, Isabel Pinto. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. **A cidade como negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios – da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 5ª ed. São Paulo: Malheiros ED., 2006, p. 35.

BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. Tradução de Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. São Paulo: Edipro, 2021.

CAMBI, Eduardo; GALDURÓZ, Eduardo de Lima. Função social da posse e ações possessórias (releitura do art. 927, I, do CPC/1973 e perspectiva de interpretação para o art. 561, I, do NCPC). Revista de Processo, São Paulo, v. 247, p.1-14, out. 2015. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RPro_n.247.15.PDF>. Acesso em: 25 set. 2021.

COMPARATO, Fábio Konder. Direitos e deveres fundamentais em matéria de propriedade. **Revista CEJ**, América do Norte, v.112, n. 12, 1997.

ENDRIGUE, Taisa da Costa. Tatuapé: a valorização imobiliária e a verticalização residencial no processo de diferenciação sócio-espacial. Dissertação de Mestrado: FAU-USP, 2008.

FIRPO, Sérgio; TAVOLARI, Bianca. Políticas de moradia em momentos de crise: a centralidade do aluguel. In.: Machado, Laura Muller. Legado de uma pandemia: 26 vozes conversam sobre os aprendizados para política pública. Rio de Janeiro, RJ: Autografia. 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). IGP-M - Resultados 2021. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/igp-m-resultados-2021>. Consultado em 01/06/21.

GUERREIRO, Isadora. O aluguel como gestão da insegurança habitacional: possibilidades de securitização do direito à moradia. Cad. Metrop., São Paulo, v. 22, n. 49, pp. 729-756, set/dez, 2020.

_____. MARINO, Aluizio; ROLNIK, Raquel. Custos urbanos, especialmente com moradia, comprometem a renda das famílias. LabCidade (Online), 2019. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/custos-urbanos-especialmente-com-moradia-comprometem-renda-das-familias/>. Acesso em 13 de maio de 2021.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MALLAK, F. K. Judicialização dos conflitos fundiários urbanos e o direito à moradia. In.: OLIVEIRA, V. E. **Judicialização de políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2019.

MARICATO, Ermínia. A Terra é o Nó. In.: **O Impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 185-191.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso - Ensaios de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente Loeblein. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. Brazilian Journal of Political Economy, v. 40, n. 04, Oct/Dec. 2020.

MILANO, Giovanna Bonilha. Crônicas de despejos anunciados: análise das decisões em conflitos fundiários urbanos. Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 3, p. 1249-1283, 2018.

MILANO, Giovanna Bonilha. Conflitos fundiários urbanos no poder judiciário: estratégias discursivas no fundamento das decisões. Direito da Cidade, v. 9, p. 2045-2071, 2017.

MUNIZ, Andreia Fernandes; QUADRA, Tyara Targa. Ônus excessivo com o pagamento do aluguel: desigualdade no direito à habitação - Vitória/ES. GeoTextos, vol. 16, n. 2, dezembro, pp. 59-86, 2020.

NAKANO, Anderson Kazuo. (2021). Vulnerabilidade a perdas habitacionais na Região Metropolitana de São Paulo. R. bras. Est. Pop., v.38, 1-26, e0148.

PASTERNAK, Suzana; BÓGUS, Lúcia Maria Machado. **Habitação de aluguel no Brasil e em São Paulo**. CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 235-254, Maio/Ago. 2014.

PEREIRA, Paulo Cesar XAVIER. (1986). Valorização imobiliária, movimentos sociais e espoliação. Revistas Sinopses, nº 9, jun. São Paulo: FAUUSP, 1986, p. 203-233.

_____. Para a discussão do valor e do preço na produção imobiliária. In: Paulo Cesar Xavier Pereira. (Org.). Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI. 1ed. São Paulo, SP, Brasil: FAUUSP, v. 1, p 55-78. 2018.

PETRELLA, Guilherme Moreira. Aprendendo com a São Paulo delirante: reestruturação imobiliária, movimentos sociais e espoliação. In: Paulo Cesar Xavier Pereira. (Org.). Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI. 1ed. São Paulo, SP, Brasil: FAUUSP, v. 1, p. 163-195, 2018.

_____. PRIETO, G. (2020). Os fantasmas se divertem: propriedade privada, expropriação e interdição ao direito à cidade. Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, Vol. 11, N. 01, p. 562-590.

PORTAL DW. Berlim aprova teto para o valor dos aluguéis. São Paulo, janeiro de 2021. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/berlim-aprova-teto-para-o-valor-de-alugu%C3%A9is/a-52210044>> Acesso em 15 de abril de 2021.

RIZZI, Ester Gammardella. A Função Social da Propriedade e o Conceito de Poder de Polícia no STF. In: COUTINHO, Diogo; VOJVODIC, Adriana. (Org.). Jurisprudência Constitucional: Como decide o STF?. 1ed.São Paulo: Malheiros Editores, 2009, v. 1, p. 366-381.

ROLINK, Raquel. Informal, ilegal, ambíguo: a construção da transitoriedade permanente. In.: _____. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo. 2ª edição. 2019.

_____. **A cidade e a lei.** São Paulo, Studio Nobel/Fapesp.1997.

SÃO PAULO, PREFEITURA MUNICIPAL DE. Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, Lei 16.050 de 31 de julho de 2014. Diário Oficial de São Paulo. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE-Suplemento-DOC/PDE_SUPLEMENTO-DOC.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang. O Direito Fundamental à Moradia na Constituição: Algumas Anotações a Respeito de seu Contexto, Conteúdo e Possível Eficácia. **Revista Brasileira de Direito Público – RBDP**, Belo Horizonte, ano 1, n.02, p.65-119, jul.set.2010.

SIQUEIRA, Marina Toneli. **Entre o fundamental e o contingente: dimensões da gentrificação contemporânea nas operações urbanas em São Paulo.** **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 391-416, Nov. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962014000200391&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de abril de 2021.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 1994.

TAVOLARI, Bianca; PUPPIO, M. G; SILVA, L. C; BARIANI, L. F. Função social da propriedade na pandemia: análise das decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo. **REVISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 47-72, jan./jun. 2021

TAVOLARI, Bianca; Mendonça, P. R.; ROLNIK,R. Precisamos falar sobre aluguel. Revista quatro cinco um, 16 de março de 2021. Disponível em: <https://quatrocinco.um.folha.uol.com.br/br/colunas/as-cidades-e-as-coisas/precisamos-falar-sobre-aluguel?fbclid=IwARoNmytWnAVGsx86T-C9GDNE-vl-QvOFB9_gsoy5vasoY4UFH_gI2q24lg>. Acesso em 10/04/2021.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Lei do inquilinato comentada: doutrina e prática:** Lei nº 8.245/1991. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 296.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo, Studio Nobel/Fapesp.1998.

A produção de espaços comuns a partir de coletivos sociais e da educação

Gilberto Cunha Franca
UFSCar
franca@ufscar.br

Resumo

Este trabalho discutirá a produção de espaços comuns na urbanização de São Paulo a partir da ação de coletivos e movimentos sociais da educação. Partimos do pressuposto de que as metrópoles contemporâneas se tornaram espaços de produção, mais centralmente de produção de vida social e subjetividade. Como metrópole biopolítica, espaço comum onde somos produzidos e reproduzidos, ela é também submetida às novas formas capitalistas de extração da riqueza e de controle social. Mas esta captura do urbano também gera linhas de resistência à privatização dos espaços públicos e à destruição do meio ambiente. Além disso, a metrópole se apresenta como virtualidade, uma fonte material, social e subjetiva para construção de novas relações sociais territorializadas, mais colaborativas, autônomas e ecológicas. Para isto, vamos analisar duas experiências que apresentam elementos potentes de uso comum do espaço urbano, ambas criadas pelas iniciativas de seus habitantes de maneira coletiva.

Palavras-chave

Espaços comuns; Metrópole; Coletivos; Educação; Meio ambiente

Introdução

As desigualdades, segregações e cercamentos urbanos contemporâneos têm sido contestadas por movimentos, coletivos e ativistas sociais que reivindicam a cidade como espaço comum. Tais ações acontecem tanto através de redes compartilhadas de bens, serviços e afetos, quanto a partir de ocupação e uso compartilhado de praças, ruas e imóveis.

Com isso, na última década abriu-se um debate no âmbito da academia, que procura renovar e atualizar a pesquisa sobre o direito à cidade, com o surgimento dos comuns urbanos, algo que se passa também no âmbito do ativismo urbano. Este trabalho se insere neste debate, particularmente, para discutir como os espaços da metrópole de São Paulo estão sendo reivindicados, cuidados e defendidos coletivamente, por seus moradores em práticas de comunhão local.

Apoiado na literatura recente sobre os comuns e em duas experiências em curso da município de São Paulo, uma no centro-Oeste da cidade, outra na periferia da zona Sul, procuro destacar o potencial urbano para práticas colaborativas, ecológicas e democráticas de compartilhamento de praças públicas e terrenos baldios por parte de suas comunidades e coletivos. Em especial, destaco o potencial educativo desta produção comum do espaço urbano, na medida em que o conhecimento e o saberes são cada vez mais as bases do trabalho e reprodução da vida social, tanto nas áreas centrais quanto nas periferias.

Parte 1. A potência urbana

Henri Lefebvre, conhecido pela elaboração teórica do direito à cidade, pensava o urbano como virtualmente aberto para novas relações sociais, mesmo quando submetido aos processos de segregação, fragmentação e mercantilização. “O urbano”, diz Lefebvre, “permanece num estado de atualidade dispersa e alienada, como núcleo e virtualidade” (1996, p. 148). E, portanto, “não há dúvida de que o conhecimento da realidade urbana pode se relacionar ao possível (ou possibilidades)” (Lefebvre, 1996, p. 94).

Mesmo privatizado e expropriado pelos empreendimentos imobiliários capitalistas há uma dimensão do urbano que se mantém como potência para novas atualizações. Conforme interpretação do urbanista grego Stavros Stavrides (2020, p.140), a “afirmação principal [de Lefebvre] de que a cidade deveria ser reivindicada como uma *oeuvre* coletiva de seus habitantes”, quer dizer que “a virtualidade da cidade está centrada nas ações de seus habitantes”. E aqui há um aspecto político fundamental, pois seus habitantes podem, também virtualmente, redefinir relações de poder implicadas na produção da cidade.

Mais recentemente, David Harvey resgatou este conceito do direito à cidade como direito de produzir coletivamente à cidade. Como diz Harvey, “o direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos” (2014, p.28). A importância das condições urbanas para a reprodução da vida coloca o direito na lista dos direitos humanos fundamentais do século XXI.

No Brasil, o projeto de direito à cidade, desde os anos 80 do século XX, esteve mais ligado aos movimentos de moradia, e se disseminou para outros segmentos sociais na luta pelo direito ao acesso e à qualidade de serviços e equipamentos públicos de educação, saúde, transporte, lazer, etc. Desde 2001, o direito à cidade é reconhecido na Lei Federal do Estatuto da Cidade de 2001²³, como parte de sua incorporação como dispositivo constitucional da política habitacional e urbana.

Há, no entanto, uma perspectiva do direito à cidade que indica como fundamental um processo de autogestão (TONUCCI FILHO, 2020). Esta perspectiva estaria inclusive mais em consonância com os movimentos, coletivos e ativos urbanos contemporâneos que se pautam pelos “princípios de autonomia, democracia direta, horizontalidade e autogestão, a organização em redes digitais” (p. 372). Para ele “a utopia concreta e experimental defendida por Lefebvre passa pela autogestão generalizada e por um sentido revolucionário de cidadania calcado na vida cotidiana desalienada, liberta do capital e do Estado”, o que se assemelha “tal qual em muitas das formulações mais críticas sobre o comum”, completa o autor (p. 374).

Stavrides é outro autor que retoma o pensamento de Lefebvre para analisar as lutas e as formas contemporâneas de produção, ocupação e autogestão do espaço urbano. Relembrando a discussão de Lefebvre sobre o direito à cidade, Stavrides (2016) nos diz que “podemos, além disso, descobrir movimentos urbanos que reivindicam tal direito na medida em que mostram que a cidade não meramente um contexto de direitos, mas os meios e a aposta de um esforço abrangente de moldar coletivamente um mundo comum²⁴”.

A cidade como meio ambiente, construído, social e, principalmente, intersubjetivo dentro do qual vivemos, é virtualmente uma obra coletiva, cuja atualidade desta possibilidade coletiva depende da ação política de seus habitantes. A questão a seguir é saber quais são os

²³ “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2001).

²⁴ Tradução livre do autor.

elementos que permitem pensar o urbano contemporâneo como espaço, meio e resultado da produção comum?

Parte 2. Metr pole biopolítica

A metrópole se revela atualmente como o mais amplo e complexo espaço de produ o. Cada vez mais ela   tanto a fonte e o meio quanto o próprio resultado da produ o social. “A metrópole”, dizem Hardt e Negri, “  uma imensa fábrica de produ o e reprodu o sociais, ou, mais precisamente,   um espaço produzido em comum (olhando para tr s) que serve (olhando para frente) de meio de produ o e reprodu o para instâncias futuras do comum” (2018, p. 201).

Ou seja, o espaço comum urbano tornou-se a própria base material e imaterial da divisão e da coopera o do trabalho, base externa   fábrica e   empresa. Isto foi possível técnica e geograficamente pela constitui o do meio-técnico-informacional (SANTOS, 1996)²⁵, que integrou os processos particulares de trabalho e permitiu maior coopera o e fluidez   produ o e circula o de mercadorias e de capital, condicionando inclusive o próprio funcionamento do processo direto de trabalho e produ o fabril (FRANCA, 2007).

A cidade, nesse sentido,   “um amplo reservatório do bem-estar comum” (HARDT e NEGRI, 2016, p. 177), não   somente um ambiente construído de ruas, casas e todo tipo de infraestruturas físicas como saber objetivado, também  , cada vez mais, uma “dinâmica viva de práticas culturais, circuitos intelectuais, redes afetivas e institui es sociais” (p.177). O capital e o Estado neoliberal estão atrás deste ambiente e saber comuns, para isso, privatizam, fragmentam e cercam os comuns urbanos, a fim de extrair renda e valor²⁶.

Porém, “ironicamente”, diz Federici, “esses cercamentos demonstraram que não só as terras comunais não desapareceram, como também novas formas de coopera o social estão sendo constantemente produzidas, inclusive em esferas da vida em que antes não existia nada, como por exemplo a Internet” (2018, p. 2).

O que Hardt e Negri, assim como Federici, estão sugerindo   que as potencialidades emancipatórias da vida urbana residem na re-apropria o do comum que os diversos circuitos de compartilhamento continuam a produzir enquanto os mecanismos dominantes de explora o continuam o cercamento e privatiza o do comum. O que equivale a pensar e agir para liberar e manter aberto o comum do comando do estado capitalista, na sua versão mais destrutiva para a rela es sociais e rela es com a natureza.

Então a questão se passa em pensar essa possibilidade de abrir e manter espaços comuns a partir de um meio urbano, informacional, em que a esfera da produ o e da reprodu o social vivenciam a dilui o de suas fronteiras; quando e onde os locais de trabalho se sobrepõe aos locais de vida social como a casa, a escola, ruas, praças, etc. “A tradicional divisão econômica entre trabalho produtivo e reprodutivo sai de cena nesse contexto, dizem Negri e Hardt (2016), “  medida que a produ o capitalista volta-se mais para a produ o não só (e talvez nem mesmo primordialmente) de mercadorias, mas também de rela es sociais e formas de vida” (p. 155 e 156), ou como produ o biopolítica na metrópole.

Como as mulheres ainda realizam a maior parte do trabalho da casa, dos cuidados e afetos familiares, são elas também as mais atingidas. Ou seja, quando o trabalho assalariado das

²⁵ “Não há essa coisa de um meio geográfico de um lado e um meio técnico de outro. O que sempre se criou a partir da fusão   um meio geográfico, um meio que viveu mil nios como meio natural ou pr -técnico, um meio ao qual se chamou de meio técnico ou maquina o durante 2 ou três séculos, e que hoje estamos propondo considerar como meio-científico-informacional” (Santos, 1996, p. 35)

²⁶ Plataformas da Educa o. Privatiza o dos parques.

mulheres se mescla às atividades cotidianas de reprodução familiar, principalmente em modalidade remotas, a vida torna-se mais estressante e degradante para elas. Porém ao inundar o espaço de vida social e sobrecarregar principalmente o trabalho das mulheres, o capital também encontra limites, pois a vida social também se dissocia do domínio quase absoluto dos corpos como ocorre na disciplina fábrica e empresarial capitalistas.

O que pretendemos dizer é que no contexto atual de vida social urbana, sobretudo metropolitana, abriu-se também a potencialidade para produção de espaços comuns a partir da ação coletiva dos próprios habitantes. Esta produção da vida social no meio metropolitano se afasta também do domínio do homem como se deu tradicional nos espaços de produção predominantemente fabril. Por isso, inclusive, as ações coletivas são cada vez mais inundadas de afetividade, cuidado, e menos hierárquicas.

Parte 3. Espaços comuns urbanos

Nesta sessão apresento duas ações coletivas de ocupação do espaço urbano que partem e se mantêm pelos próprios habitantes locais. Em que pese a interação com os poderes públicos e privados, o que predomina, muitas vezes até pela recusa destes poderes, é a autodeterminação destes e destas pessoas e seus coletivos. Portanto o que desponta é uma prioridade ao bem comum, ao espaço, e o compartilhamento aberto destes espaços, inclusive para outras conexões de escalas mais amplas da cidade.

Agrofloresta/Território do povo

No Campo Limpo, periferia da Zona Sul de São Paulo, está em curso uma experiência interessante de produção comum do espaço urbano, construída principalmente pela colaboração local entre escola, coletivos e moradores. Trata-se da Agrofloresta Urbana, Território do Povo, que reúne espécies da Mata Atlântica, horta comunitária, compostagem e pessoas, especialmente crianças da EMEF Sócrates Brasileiro Sampaio de Oliveira²⁷.

A escola está “situada numa região densamente povoada com aglomerado subnormal e altos índices de vulnerabilidade juvenil, possui poucos equipamentos públicos bem como áreas verdes e de lazer” (VIEIRA DE OLIVEIRA, 2019, p. 1), informa o material apresentado pela escola, ao IV Prêmio Território, promovido pelo Instituto Tomie Ohtake, em 2019, com o título “Agro Floresta Urbana: Um laboratório a céu aberto integrado ao Currículo da Cidade e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”²⁸.

²⁷ A escola foi criada em 2009 como EMEF Campo Limpo I. Em 2010, Solange Amorim Aberta passou a dirigir a escola e estimulou uma série de mudanças, inclusive no nome da escola, que passou a se chamar EMEF Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira, nome escolhido democraticamente, ao esportista, médico e, principalmente, defensor da democracia.

²⁸ O trabalho foi coordenado pelo professor de Geografia Eliseu Rosa Müzel. Recebeu também o 1º lugar do Prêmio Paulo Freire de Qualidade do Ensino Municipal 2017, entre 80 projetos concorrentes, com o título "Território do povo: ocupar, resistir e construir o nosso Quilombo Cultural", isto depois de ter ficado em 3º lugar no ano anterior.

Figura 1 - Agrofloresta urbana Território do Povo, Campo Limpo, SP



Fonte: EMEF Sócrates Brasileiro, 2018.

https://www.facebook.com/emefsocratesbrasileiro/photos/?ref=page_internal

A recuperação e manutenção da Agrofloresta iniciou, desde junho de 2015, com o movimento da escola, incluindo coletivos locais, pela apropriação do terreno baldio localizado entre os bairros vizinhos Jardim Olinda e Jardim Catanduva. Como descreve o Manifesto Território do Povo, lançado em 2016, como parte deste movimento,

O Conselho de Escola da EMEF Dr. Sócrates Brasileiro, preocupado com o terreno baldio localizado ao lado da unidade, repleto de lixo e entulho, servindo apenas de pasto de cavalos, rota para a fuga de bandidos e ponto de drogas, resolveu convidar a comunidade do entorno, os coletivos culturais e associações de bairro para discutir o uso social do espaço e a revitalização da área (Território do Povo, 2016, p.2).

O uso social do espaço, através da revitalização do terreno, previa o manejo da Agrofloresta assim como a construção de um Galpão Cultural. Sua ocupação começou ao longo do segundo semestre de 2015, com mutirões de limpeza e atividades culturais, envolvendo principalmente artistas locais. Dia 08 de agosto de 2015 foi a primeira ação de reivindicação da comunidade com a ocupação social e cultural do terreno ocioso.

Como informa o blog Território do Povo, "com uma programação variada, o povo ocupou o terreno durante todo o sábado em uma ação reivindicatória e de luta pela apropriação do bairro e da cidade" (TERRITÓRIO DO POVO, 2015). Nos anos seguintes as ruas dos bairros próximos foram ocupadas por Cortejos Poéticos reivindicando principalmente o Galpão Cultural²⁹. Como descreve Oliveira,

Por meio de mutirões, cortejos poéticos e manifestações artísticas pelo bairro, o projeto atua na revitalização de áreas improdutivas próximas à escola. Atividades de cultivo, oficinas de jardinagem e horta, chuva de sementes, composteira e minhocário são realizadas nas proximidades do córrego de Olarias, região de acúmulo de lixo" (OLIVEIRA, 2019, p.1).

²⁹ "Por meio de mutirões, cortejos poéticos e manifestações artísticas pelo bairro, o projeto atua na revitalização de áreas improdutivas próximas à escola. Atividades de cultivo, oficinas de jardinagem e horta, chuva de sementes, composteira e minhocário são realizadas nas proximidades do córrego de Olarias, região de acúmulo de lixo" (OLIVEIRA, 2019).

No processo de luta pela ocupação cultural e agroflorestal do terreno surgiu no final de 2016 o coletivo Território do povo, uma federação de Coletivos, “que compartilham a presença física no território e uma orientação geral em comum: a ideia do direito à cidade” (TERRITÓRIO DO POVO, p. 1). Além da EMEF Sócrates Brasileiro Sampaio de Oliveira, representada pelo seu Conselho de Escola, o Território do Povo integrou a ASSAJO (Associação de Moradores do Jd. Olinda), a Brechoteca Biblioteca Popular, o Sarau do Binho, a Acadêmicos do Campo Limpo, a Brava Companhia de Teatro, o Coletivo RUA – Juventude Anticapitalista e o coletivo de grafite KVC – Kores e Valores Crew.

A reivindicação deste espaço público e comunitário teve uma importância especial na vida cotidiana da própria escola, pois desde o início foi concebido e vivido como dispositivo pedagógico na produção do conhecimento. Desta maneira o processo de luta, ocupação do terreno, revitalização da Agrofloresta são vividos e elaborados de um lado como conhecimento do território, e de outro como territorialização do currículo, incorporando as narrativas dos alunos e moradores, a partir de seus vínculos originários: de migrantes, afrodescendentes, indígenas. Como segue nesta descrição,

O principal ganho deste Projeto foi a realização de trabalhos coletivos que oportunizou a prática da interdisciplinaridade voltadas para o tema gerador e PPP da escola. A mobilização entre todos os profissionais com alunos, familiares e parcerias demonstra que podemos nos unir em torno de um único objetivo que contribua para consolidação do Currículo da Cidade e as propostas das ODS e que oportunize pensarmos o território como potencializador do currículo (VIEIRA DE OLIVEIRA, 2019, p. 2)

Um dos desdobramentos desta e de outras experiência de escolas locais de políticas pedagógicas surgiu, em 2018, o Coletivo Territorialidades, também no Campo Limpo. Segundo Amorim “o nome advém, por um lado, da importância de valorizar, no currículo e Projeto Político-Pedagógico (PPP) das unidades escolares, a cultura local, a ecologia natural e social, as formas de uso e ocupação do território” (2021, p. 61)³⁰. No campo de ação do Territorialidades há por exemplo, uma experiência duradoura de horta pedagógica, da EMEI Chácara Sonho Azul, que também surge da ocupação de um terreno baldio (TISEO, 2020).

Composteira das Vilas Beatriz, Ida e Jataí

Considero importante relatar outra experiência de ocupação comum do espaço urbano. Nesta, moradores das Vilas Beatriz, Ida e Jataí, organizados pelo Coletivo das Vilas, alimentam e mantêm atualmente 4 composteiras em 2 praças da vizinhança: Comendador Manuel de Melo Pimenta e Carlos Monteiro Brisola. Para isto, todo domingo de manhã, um grupo de vizinhos se reúne para compostar restos de folhas, legumes, verduras, borra de café, cascas de ovos e restos de podas.

Em decorrência da pandemia do Covid houve um período de suspensão da compostagem, porém, no segundo semestre de 2021, os encontros foram retomados. Como morador de um dos bairros me juntei recentemente ao projeto, e achei importante relatar brevemente o que aprendi desta experiência, pelo potencial colaborativo de lidar com resíduo orgânico. O encontra na praça para compostar, aliás, é sempre um momento conversas, de se informar sobre os acontecimentos locais, de bate-papo, de renovar a energia, ou seja, de estabelecer laços sociais e afetivos.

³⁰ O coletivo Territorialidades surge de um grupo de supervisoras/es, gestoras/es e professoras/es e organiza como primeiro evento um Seminário para discutir criticamente a Base Nacional Comum Curricular, o Currículo da Cidade e os Cadernos de Formação, recém implantados no município.

Utiliza-se a técnica de compostagem termofílica, desenvolvida pela Universidade Federal de Santa Catarina. Este processo não inclui resíduos gordurosos e nem carne, apenas resíduos do tipo listado anteriormente. “A composteira não exala mau odor”, diz a carta entregue à vizinhança, “não atrai pragas urbanas e o calor gerado pela decomposição da matéria orgânica, que pode chegar a 70°, elimina larvas e patógenos” (COLETIVOS DAS VILAS, 2021, p. 2)

Figura 2 - Compostagem termofílica, Praça Comendador Manuel de Melo Pimenta



Fonte: <https://www.coletivodasvilas.com.br/nossas-iniciativas/compostagem/>

A primeira compostagem foi montada na Praça Gastão Cruls em dezembro de 2017, e já foram produzidas 10 composteiras até agora. Na carta distribuída em setembro de 2021 diz que “desde que começamos o projeto das composteiras comunitárias nas Vilas em 2017, a vizinhança participante deixou de enviar aos aterros sanitários mais de 18 toneladas de resíduos domésticos orgânicos”. Segundo informação da Prefeitura, “diariamente, a cidade de São Paulo coleta 12 mil toneladas de resíduos domiciliares, cerca de 360 mil toneladas/mês³¹”

O projeto foi inspirado na Revolução dos baldinhos³², uma ação coletiva de moradores da comunidade Chico Mendes em Florianópolis, Santa Catarina, hoje uma referência na gestão comunitária de resíduos. Na “Revolução dos Baldinhos”, diz Farias (2010), “famílias e instituições separam seus resíduos orgânicos em baldes, deixados em pontos de entrega voluntária (PEV’s), distribuídos pela comunidade e em troca recebem o composto produzido para fertilização de hortas nos seus espaços disponíveis” (p. 3).

Conheci a composteira das Vilas por meio do grupo de trocas e doações, BuyNothing_Doações&trocas³³, entre vizinhos, do qual participo há mais tempo. Através de

³¹Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/amlurb/residuos_solidos/domiciliar/index.php?p=4636

³² Além disso, contou com a consultoria da bióloga da UFSC Marina Ferreira Campos Pinto.

³³ O grupo inspirou-se no Buy Nothing Project, uma rede global de grupos comunitários, fundada nos Estados Unidos em 2013, que incentiva a doação (ou reciclagem) de bens de consumo e serviços, como preferência em relação ao comércio convencional. O objetivo do BNP, como descrito em sua página, é “colocar de lado o modelo de escassez de nossa economia de dinheiro, em favor de compartilhar de forma criativa e colaborativa a abundância ao nosso redor” About Buy Nothing Project (2020). Disponível em: <https://buynothingproject.org/about/>.

um grupo de ajuda mútua no Whatsapp, cerca de 250 moradores das Vila Ida, Vila Beatriz e Jataí, realizam doações, trocas e favores, como pedido de uma muda, doação de um livro, troca de roupas, ou simplesmente a indicação de um serviço na vizinhança. Neste a prática ecológica e coletiva são centrais, como se pode ler:

“Somos um grupo de vizinhos que acredita que é possível viver de uma forma mais sustentável e colaborativa, fortalecendo laços de cooperação e amizade dentro da cidade. Através de uma rede de doações e trocas de bens e serviços, estamos fomentando o não consumismo e nos ajudando mutuamente. Acreditamos que, com isso, podemos gerar menos resíduos, o que condiz com as nossas aspirações a uma sociedade lixo zero” (COLETIVO DAS VILAS BEATRIZ, IDA E JATAÍ, p. 1).

Estas e outras ações de moradores são articuladas pelo Coletivos das Vilas, apesar da relativa autonomia entre elas no dia a dia. A composteira por exemplo é parte do Grupo de Trabalho (GT) Áreas Verdes, onde há outras ações como a construção de “canteiros de chuva”, cuidados das praças, etc. A página da internet do Coletivos das Vilas lista dos 13 Grupos de Trabalhos (GTs). Desde 2013 o Coletivo realiza o Arraiá das Vilas, uma festa junina comunitária, que acontece na praça Comendador Manuel de Melo Pimenta, suspensa nos dois últimos por conta da Pandemia do Covid.

Por fim, é importante citar o GT Escolas. Como informa a página do Coletivo das Vilas, o GT Escolas “atua diretamente nas escolas das Vilas divulgando e sensibilizando jovens e crianças sobre as iniciativas e temas de reflexão do coletivo”. Antes da pandemia eram realizadas visitas monitoradas de escolas e colégios nas composteiras, na horta comunitária, em nascentes dos bairros³⁴. O Coletivo das Vilas apoiou na criação da composteira de colégio privado do bairro, em uma praça próxima ao colégio. A compostagem foi integrada como atividade curricular, envolvendo a participação de seus alunos. Mas com a pandemia esta compostagem do colégio foi também suspensa.

Parte 4. Algumas considerações

Com estes dois casos quis discutir a potencialidade do urbano, mais especificamente de São Paulo, para o surgimento de espaços comuns a partir da ação coletiva dos próprios habitantes, seja da cidade ou das periferias. Como obra coletiva o conjunto metropolitano atual é potencialmente um meio para apropriações singulares e locais da riqueza urbana em formas de vida mais igualitárias socialmente, mais sustentáveis ecologicamente, e mais democráticas politicamente.

O que os exemplos demonstram é que a organização destas ações está sendo levadas adiante por coletivos de maneira horizontal. O que percebo e precisa ser aprofundado é que os processos decisórios estão menos separados do modo de fazer cotidiano, ou seja, tendencialmente nestes casos não se constituíram superestruturas de comanda e decisão separa do trabalho cotidiano de manter a Agrofloresta urbana e compostagem. A escala é pequena, por isso é preciso seguir aprofundando e ampliando a escala nos espaços do município, da região metropolitana, etc.

De qualquer forma pode-se dizer que está em curso um processo de apropriação de espaços públicos, uma praça e um terrenos da municipalidade, como espaço compartilhado por seus moradores. No momento histórico de privatização, cercamentos e destruição do meio ambiente, estas experiências são reveladoras das forças que se levantam a partir dos territórios. Neste sentido a reivindicação do direito à cidade retoma a perspectiva lefebvriana

³⁴ Com a melhora da situação neste mês de outubro, foram agendadas as primeiras visitas para o fim do mês.

de autogestão do urbano pelos cidadãos, agora como abertura, manutenção e defesa do que é comum desta obra coletiva, que é São Paulo.

Referências

AMORIM, S; FREITAS, L. Territórios Educativos, Currículos de Resistência e Aquilombamentos em São Paulo. In. *Coletivos Mulheres e Crianças em Movimentos: na pandemia, do podcast ao livro*. Organizadores Marcia Aparecida Gobbi, Juliana Diamante Pito. São Paulo: FEUSP, 2021. Pág. 60-73.

COLETIVOS DAS VILAS BEATRIZ, IDA E JATAÍ. *Caros vizinhos e vizinhas do entorno da Praça Comendador de Meolo Pimenta*. São Paulo, 2021.

FARIAS, E. *Revolução dos baldinhos: um modelo de gestão comunitária de resíduos orgânicos que promove a agricultura urbana*. São Paulo, 2010. TCC (Agronomia) Centro de Ciências Agrárias, Universidade de Santa Catarina.

FRANCA, G. C. *O trabalho no espaço da Fábrica. Um estudo da General Motors em São José dos Campo (SP)*. São Paulo expressão popular, 2007.

HARVEY, D. *Cidades Rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARDT, M e NEGRI, A. *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016

_____. *Assembly. A organização multitudinária do comum*. São Paulo: Editora filosófica Politeia, 2018

LEFEBVRE, H. *Writings on Cities*. Oxford: Blackwell, 1996.

STAVRIDES, S. *Common Space. The city as commons*. London: Zed Books, 2016.

_____, *Reclaiming the City as Commons. Learning from Latin American Housing Movements. Built Environment*, Vol. 46, N. 1, 2020.

TERRITÓRIO DO POVO. *Manifesto Território do Povo*. São Paulo, 2016. Disponível em: territoriopovo.blogspot.com/2016/10/manifesto-territorio-do-povo.html. Acesso em: 13/10/2021.

TISEO, M. G. *Desafios da Implementação e Gestão de Hortas Pedagógicas em Escolas Municipais: estudo de caso na região do M'Boi Mirim em São Paulo*. São Paulo, 2020. Monografia. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

TONUCCI FILHO, J. B. M. *Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebvriana*. *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, Vol. 11, N. 01, p. 370-404, 2020.

VIEIRA DE OLIVEIRA. *EMEF S. B. S. S. Construindo o território cidadão sustentável e de direitos*. São Paulo, 2019.

A rua como campo de realização do trabalho: o cotidiano dos entregadores de delivery via aplicativos e o processo de produção do espaço urbano³⁵

Mariana Covas Costa
Universidade Federal Fluminense
marianacovas@id.uff.br

Resumo

A expansão da modernidade, as evoluções tecnológicas e a reconfiguração do papel do Estado abriram espaço para um modelo de acumulação pautado na flexibilização da produção e do trabalho. As transformações no mundo laboral incluem novas formas de gerenciamento, organização e controle dos trabalhadores. Surge, neste contexto, a prestação de serviços por plataformas digitais, como é o caso do objeto de estudo deste trabalho, a atividade dos entregadores de delivery via aplicativos que se cadastram em plataformas como “Ifood”, “Rappi”, “UberEats ” e passam a costurar as ruas das cidades com seus instrumentos de trabalho: motos/bicicletas, celulares e mochilas-térmicas. Buscamos apontar algumas contradições percebidas entre o modo com o qual as empresas-aplicativo se apresentam e a realidade enfrentada pelos trabalhadores e trabalhadoras a elas cadastrados. Para isso, realizamos um estudo teórico cujas bases fundamentais foram leituras de Karl Marx, Henri Lefebvre e Guy Debord, que nos auxiliaram na busca pela compreensão dos processos de alienação do trabalho, do tempo e do espaço, bem como de suas respectivas dissimulações contemporâneas. Por se desenvolver, predominantemente, no espaço urbano, entendemos que o trabalho dos entregadores via aplicativos consiste em um exemplo paradigmático para a compreensão da produção do espaço e da reprodução das relações sociais de produção no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo.

Palavras-chave

Uberização do Trabalho; Gerenciamento Algorítmico; Práticas Espaciais

Introdução

Os percursos cotidianos pelo espaço urbano delineiam incontáveis observações acerca da pulsante vida nas cidades, possibilitando percepções e reflexões sobre os diferentes sujeitos e as relações sociais que constroem o espaço e que por ele são afetadas. Nos últimos anos, um fenômeno urbano passou a permear tais observações, percepções e reflexões: o surgimento e o rápido crescimento de uma nova categoria de trabalhadores que têm como espaço de realização do seu trabalho as ruas das cidades — os entregadores que transitam em motos e bicicletas carregando mochilas térmicas coloridas e preenchidas por nomes como iFood, Rappi e UberEats.

A atividade profissional de motoboys que atuam transportando mercadorias, inseridos em um frenético ritmo de deslocamentos por diferentes localidades, já preenche a paisagem das

³⁵ Agradeço à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo financiamento da pesquisa desenvolvida neste artigo, por meio de bolsa de mestrado.

grandes cidades brasileiras desde as últimas décadas do século XX (SILVA, 2009). No entanto, o processo de plataformização do trabalho³⁶ e o surgimento de aplicativos para a oferta desses serviços culminou em novas características que intensificam a precarização de tal atividade. O que ficou conhecido como uberização³⁷ é fruto de transformações nas formas de gerenciamento e controle do trabalho, que se estabelecem através do avanço informacional-digital e dos processos de flexibilização e globalização das cadeias produtivas.

A presença generalizada dos trabalhadores de aplicativos nas ruas das cidades traduz as contradições da relação entre capital e trabalho no espaço urbano. Além dos ritmos intensos operados sobre duas rodas, outras práticas espaciais marcam o exercício de tal atividade: hiperdeslocamentos diários; busca por locais com maiores demandas; longas horas de permanência nas ruas; extensos períodos de pausa nas entregas; ausência de espaços de apoio; impedimento da permanência em certos espaços e da utilização de banheiros de estabelecimentos; apropriação de calçadas e praças como locais de descanso. Tais aspectos revelam dimensões da posição de subalternização e exploração que constituem o cotidiano dos trabalhadores, que tende a ser camuflado pelo caráter extremamente fetichista desta nova forma de consumo.

Nesse sentido, consideramos a rua como um campo privilegiado para a análise da reprodução das relações sociais de produção, pois, com base em Lefebvre (2002), entendemos que a produção do espaço está essencialmente ligada a este processo. Através do espaço da rua, sentimos e vivemos as contradições. Nele se desenvolvem dinâmicas de dominação e de apropriação, relacionadas, respectivamente, com a sujeição e com a possibilidade da rebelião — que advém da própria alienação (MARX, 2004). A rua se apresenta, portanto, como espaço do estranhamento mas, também, como espaço do encontro, do reconhecimento e da luta.

Além disso, o trabalho dos entregadores vinculados aos aplicativos representa um potente ângulo para a compreensão do atual estágio da reprodução capitalista. Dessa forma, o reconhecimento do cotidiano desses trabalhadores, através de suas práticas espaciais, possibilita um exercício de desvendamento daquilo que o modo de representação capitalista tenta esconder por meio do fetichismo (MARX, 2013).

Isto posto, o trabalho em tela busca lançar uma perspectiva teórica acerca desta forma de trabalho tão atual e presente nas cidades brasileiras, partindo da compreensão de que tal fenômeno corresponde a um prisma que nos proporciona captar aspectos da produção e reprodução do espaço (e da sociedade) na atualidade. Para isso, nos apoiaremos, sobretudo, em leituras de Marx, Lefebvre e Debord, autores que nos oferecem instrumentos para mediar o diálogo sobre o trabalho alienado, o fetichismo, o espetáculo e a reverberação de tais relações sociais na (re)produção do espaço urbano.

A transformação do trabalho no capitalismo

Antes de voltarmos nosso olhar para a atividade de entregas por aplicativos, uma digressão histórica e conceitual se faz necessária para que nos encontremos na teia teórica que estabelece as noções de trabalho, seus percursos históricos e o caráter humanizador-desumanizador que o permeia.

Inicialmente, é importante considerar o trabalho como a atividade fundante do ser social. Tal elemento é intrínseco à história humana pois consiste na transformação da natureza em bens dotados de valor de uso, que são idealizados e produzidos para a satisfação das necessidades

³⁶ Processo no qual o trabalho passa a ser mediado por plataformas digitais, seguindo lógicas algorítmicas, que são construídas socialmente a partir de interesses específicos.

³⁷ Termo cunhado com base na empresa Uber, símbolo global da economia plataformizada e da nova morfologia do trabalho correspondente.

de seus produtores. O trabalho possui, nessa perspectiva, um sentido de dupla transformação: transforma a natureza em prol do suprimento das carências humanas e transforma os seres humanos em seres sociais através da idealização e realização desta transformação (SILVA, 2018). Dessa forma, a humanidade e o espaço social se produzem e reproduzem por meio das transformações conscientes projetadas sobre a natureza. Conforme os escritos de Marx, “toda a assim denominada história mundial nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano, enquanto o vir a ser da natureza para o homem, então ele tem, portanto, a prova intuitiva, irresistível, do seu nascimento por meio de si mesmo, do seu processo de geração” (MARX, 2004, p.114).

Seguindo uma linha histórica, a partir do nascimento do modo de produção capitalista, o trabalho passa a cumprir outro papel, perdendo seu sentido ontológico, sendo subjugado pelo capital e transformado em mercadoria. Se antes os trabalhadores produziam valor de uso para a reprodução da vida humana, tal produção adquire a forma mercadoria e passa a ser dominada pelo valor de troca, elemento vital para a reprodução do capital. Essa transformação é engendrada por um violento processo de expropriação dos trabalhadores e conversão de seus meios de vida em capital.

As bases do capitalismo são lançadas, então, pela privação dos meios que possibilitavam a produção direta de bens necessários à satisfação de suas necessidades humanas. Marx descreve o processo violento de separação entre os produtores e seus meios de produção no contexto da pré-história do capitalismo, que torna possível o surgimento desse modo de produção e a sujeição dos trabalhadores às dinâmicas de dominação e exploração capitalistas. Em suas palavras, “a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 2013, p. 515), constituídos pelo roubo de terras, pelos saques coloniais, pela escravização e pelo assassinio.

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo (MARX, 2013, p. 516).

Nesse sentido, a acumulação primitiva do capital é uma categoria trabalhada criticamente nos escritos de Marx como o ponto de partida para o advento do modo de produção capitalista. Ao retirar dos trabalhadores seus meios de produção e, conseqüentemente, suas formas de reprodução da vida, o sistema capitalista impõe apenas um modo de sobrevivência àqueles que foram expropriados: a venda da força de trabalho.

Em seus Manuscritos econômico-filosóficos, o autor explicita os processos de estranhamento e alienação provenientes da exploração do trabalho humano pelo capitalismo e do conseqüente rebaixamento do trabalhador à condição de mercadoria força de trabalho. Nesse contexto, o trabalho se fixa nos objetos (mercadorias) e tais objetos se tornam mais importantes para o modo de produção do que os seus próprios produtores. De forma que, nas palavras do autor,

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riquezas produz, quanto mais a sua produção aumenta em riqueza e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria,

e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2014, p. 80).

O trabalhador é afastado do produto de seu trabalho de forma que esta atividade perde seu sentido. O que antes produzia a existência, passa a ser a forma imposta para a garantia de meios que possibilitam a sobrevivência. Daí decorre o estranhamento, que se manifesta em quatro dimensões principais: 1) a alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho; 2) a alienação do trabalhador em relação ao seu trabalho; 3) a alienação do trabalhador em relação ao outro trabalhador; e 4) a alienação do trabalhador em relação a si.

Conforme Guy Debord, “o homem separado de seu produto produz, cada vez mais e com mais força, todos os detalhes de seu mundo. Assim, vê-se cada vez mais separado do seu mundo. Quanto mais sua vida se torna seu produto, tanto mais ele se separa da vida” (DEBORD, 2013, p. 25). Reiterando as palavras de Marx,

O operário – que, durante 12 horas, tece, fia, perfura, torneia, constrói, cava, talha a pedra e a transporta etc. – valerão para ele essas 12 horas de tecelagem, de fiação, de trabalho com o arco de pua, ou com o torno, de pedreiro, ou escavador, como manifestação da sua vida, como vida? Ao contrário. A vida para ele começa quando termina essa atividade, à mesa, no bar, na cama. As 12 horas de trabalho não têm, de modo algum, para ele, o sentido de tecer, de fiar, de perfurar, etc. mas representam unicamente o meio de ganhar o dinheiro que lhe permitirá sentar-se à mesa, ir ao bar, deitar-se na cama (MARX, 2006, p.36-37, apud SILVA, 2018, p. 58).

Quando o trabalho é apropriado pelo capitalismo, ele deixa de ser produtor de humanidade e passa a ser produtor de estranhamento. A atividade humanizadora é transformada em sua negação. Dessa forma, a alienação atinge o corpo, o tempo, o espaço e o cotidiano. Nesse sentido, ao teorizar a sociedade capitalista moderna, Guy Debord pontua que ela é formada por uma “imensa acumulação de espetáculos” (DEBORD, 2013, p.13) que, por sua vez, consistem na “afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e o consumo que decorre dessa escolha” (idem, p.14).

O desenvolvimento das forças produtivas engendrou uma forma social pautada no fetichismo e na contemplação, que se apresenta como “reflexo fiel da produção das coisas, e a objetivação infiel dos produtores” (idem, p.18). A sociedade do espetáculo se forma na medida em que a forma mercadoria se generaliza e invade, continuamente, o espaço social. A desumanização e o estranhamento entre os indivíduos ganham centralidade diante da “fabricação concreta da alienação” (idem, p. 24).

Partindo do princípio de que o espaço social é produto e produtor da sociedade, que intervém no modo de produção e que por ele é transformado, temos que o espaço da sociedade capitalista produz e reflete suas características, ritmos e contradições. As práticas espaciais consistem numa projeção dos aspectos e momentos da prática social, da realidade cotidiana. Nesse sentido, a consolidação das relações capitalistas e a generalização da forma mercadoria são causa e consequência da produção de um espaço social abstrato (LEFEBVRE, 2013).

O trabalho dos entregadores via aplicativos: um olhar para a cidade e para o capitalismo na atualidade

Como já foi pontuado anteriormente, entendemos o trabalho dos entregadores via aplicativos como um exemplo paradigmático da atualidade capitalista. Partindo da ideia de

que o modo de produção transcende as atividades econômicas na medida em que afeta e é afetado pelos modos de viver, de pensar e de agir, sublinhamos a noção de que sua reprodução move e é movida pelas dinâmicas socioespaciais.

No que diz respeito aos processos produtivos, o surgimento de um regime de acumulação flexível (HARVEY, 1992), nas últimas décadas do século XX, teve diferentes consequências socioespaciais ao redor do mundo. A globalização da economia e o desenrolar de uma contra-revolução neoliberal culminaram na generalização e acentuação massiva das disparidades de renda, bem como da corrosão do mundo do trabalho (HARVEY, 2013). Em paralelo, o desenvolvimento tecnológico e a produção do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006) produziram novas necessidades sociais, novos serviços e novas modalidades e formas de trabalho.

No caso brasileiro, a reestruturação produtiva provocou, em algumas metrópoles, a diminuição do papel da indústria e a ampliação do papel do setor de serviços no emprego da força de trabalho.

É a partir dos anos 80 que no Brasil se manifestaram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva, mas é a partir do início da década seguinte que atingiu nova amplitude e profundidade, momento em que as inovações técnicas e organizacionais assumem um caráter mais sistêmico em todo o circuito produtivo dos diversos setores econômicos. No entanto, guardando traço de semelhança em relação à busca da competitividade do capital e a adoção de novos padrões organizacionais e tecnológicos compatíveis. Nesse percurso, quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitalista, mais desastrosas e cruéis são as consequências para o trabalho, para a classe-que-vive-do-trabalho (JUNIOR, 2005, p. 42-43).

O avanço da automação e informatização engendram transformações nas formas de organização, gerenciamento e controle do trabalho. Apesar do desenvolvimento tecnológico possuir um grande potencial para facilitar os processos produtivos e suavizar a vida dos trabalhadores, “quanto mais a ciência e a tecnologia se tornam forças produtivas do capital, mais se voltam contra a classe trabalhadora” (SILVA, 2018, p. 63). Isso ocorre, segundo István Mészáros, devido à constante necessidade do capital de se expandir através da exploração do trabalho.

O capital é absolutamente incapaz de respeitar os seres humanos. Ele conhece só uma maneira de administrar o tempo de trabalho: maximizando a exploração do “tempo de trabalho necessário” da força de trabalho empregada e ignorando totalmente o “tempo disponível” na sociedade de forma geral, pois deste não pode extrair lucro (MÉSZÁROS, 2006, p. 43, apud SILVA, 2018, p. 63-64).

Nesse sentido, a descaracterização do trabalho passou a permear os discursos empresariais, cujo léxico incluiu termos como “parceria”, “empreendedorismo”, “cooperação”, “sinergia”, dentre outros. As novas adjetivações atribuídas à atividade laboral visam mascarar a reprodução das relações sociais de produção, produtoras de estranhamento e alienação, tão reais na atualidade. Diante deste cenário, Filgueiras e Cavalcante (2020, p. 19) levantam o seguinte questionamento: “as ‘novas’ formas de trabalho são realmente novas em termos de conteúdo, ou são relações assalariadas intencionalmente dissimuladas pelas empresas como estratégia de gestão?”.

Tal temática envolve diversos debates acadêmicos que tensionam o papel do trabalho e a criação de valor na atualidade. Nesse contexto, Ricardo Antunes defende que o modo de produção capitalista prescinde do trabalho humano para a geração de riqueza. Em relação às transformações das últimas décadas, o autor destaca o advento do novo proletariado de

serviços que, apesar de executar, predominantemente, atividades imateriais, está profundamente inserido na cadeia produtiva (ANTUNES, 2018). Entendemos que as novas características do mundo do trabalho vêm servindo de argumento para a intensificação das relações de exploração e dos processos de precarização das atividades profissionais.

A noção de fetichismo define o modo de representação do capitalismo, que distorce o sentido das coisas, dos processos e das relações — uma ilusão real, uma produção de espetáculos, uma forma de esconder a realidade opressora e exploradora das relações capitalistas. Dessa forma, podemos perceber múltiplas dimensões pelas quais o fetichismo se expressa em meio a atualidade do mundo do trabalho.

Voltemos nosso olhar para o trabalho dos entregadores vinculados a aplicativos de delivery. Tendo como base as regras estabelecidas pelos “Termos e condições de uso do iFood para entregadores”, disponível no site da plataforma, podemos entender um pouco sobre o modo com o qual essas empresas estruturam as relações de trabalho que sustentam seu crescimento³⁸, dissimulando-as, como sugere o trecho a seguir.

O iFood para Entregadores é uma plataforma que pertence ao iFood. Dentro dela, oferecemos um ambiente virtual para que os Entregadores e Entregadoras que queiram trabalhar em parceria com a gente possam se cadastrar e realizar entregas, utilizando motos, bicicletas, patinetes, a pé, entre outros meios. Atente para o seguinte: nós não vendemos nem entregamos nenhum produto! Somos uma empresa de tecnologia que faz o “meio de campo” entre os Estabelecimentos Comerciais Parceiros (restaurantes, bares, padarias, supermercados, entre outros) e os Clientes. Para participar da Plataforma, você precisa reconhecer que o iFood não é uma empresa de transporte ou operação logística (...) Como profissional independente, cadastrando-se na Plataforma por livre e espontânea vontade, você confirma que não há qualquer relação de hierarquia, de dependência, subordinação ou trabalhista com o iFood. Com isso, o Entregador, a Entregadora e o iFood reconhecem que a relação aqui presente não possui nenhuma característica prevista em lei que comprove vínculo empregatício (...) Você, assim como o iFood, é independente e responsável pelos seus custos operacionais, despesas, taxas, contribuições e tributos relativos à manutenção de suas atividades³⁹.

No geral, os aplicativos aqui abordados costumam se apresentar como sendo apenas uma forma de facilitar o contato entre os estabelecimentos comerciais, entregadores e clientes, se eximindo de quaisquer responsabilidades como empregadores. A representação que as empresas produzem dos entregadores é a de que eles são profissionais independentes, como se as plataformas fossem apenas ambientes virtuais neutros, que não interferissem no trabalho. No entanto, sabemos que a tecnologia não é neutra, pois é construída e programada a partir de relações historicamente determinadas.

A administração algorítmica do trabalho coloca em xeque qualquer possibilidade de autonomia, já que os trabalhadores não possuem controle sobre quais serviços chegam até eles e quanto receberão por entrega⁴⁰. Relatos de experiências de entregadores apontam

³⁸ Atualmente, o iFood é a maior foodtech presente no Brasil. Segundo dados fornecidos pela empresa, o mês de março de 2021 registrou 60 milhões de pedidos de entregas no país. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/muito-mais-que-entregar-comida/>>. Acesso em: 22 set. 2021.

³⁹ Disponível em: <<https://entregador.ifood.com.br/termos/termosdeuso/>>. Acesso em: 22 set. 2021.

⁴⁰ De acordo com o iFood, o valor total de cada entrega é calculado por um algoritmo que considera os seguintes elementos: “i) Ponto(s) de coleta(s); ii) Ponto(s) de entrega(s); iii) Distância percorrida; iv) Tempo de deslocamento; v) Condições de trânsito; vi) Forma de fazer entrega; vii) Região; viii) Oferta e demanda”. Ou seja, oito variáveis georreferenciadas que não se apresentam de forma transparente aos trabalhadores.

para a ausência de controle acerca da rotina de trabalho, o que se materializa na necessidade de uma conexão prolongada aos aplicativos até que haja o aparecimento de demandas⁴¹.

O espaço-tempo dos entregadores é completamente monitorado pelo gerenciamento algorítmico, que opera um mapeamento diuturno dos deslocamentos e ritmos de trabalho, intensificando a vigilância sobre a circulação do espaço urbano. Uma das consequências deste intenso controle aparece de forma evidente nas retaliações aos entregadores que se organizam e denunciam as condições de trabalho às quais estão submetidos⁴².

No final das contas, os trabalhadores “digitais” são menos livres e estão mais submetidos ao capital do que os assalariados reconhecidos com tais. Isso porque eles sofrem uma dupla coerção para se subjugar. Além da coerção tradicional do mercado de trabalho (externa), que é a ameaça de dispensa comum a qualquer empregado, eles também sofrem uma coerção interna, pois, mesmo com contrato, estão sob permanente ameaça de não ter renda (e por fim, mesmo quando conseguem um serviço, não têm nenhum direito respeitado). A tecnologia entra nesse cenário para aperfeiçoar esse controle, pois se sabe precisamente, e em tempo real, quem está fazendo o que, de que modo, por quanto tempo, em qual velocidade etc. Assim, a grande novidade na organização do trabalho introduzida pelas novas TICs é permitir que as empresas utilizem essas ferramentas como instrumental sofisticado de controle da força de trabalho (FILGUEIRAS; CAVALCANTE, 2020, p. 32).

Outra estratégia utilizada por essas empresas é a transferência dos riscos e custos da atividade ao trabalhador. Por se desenvolver em meio ao trânsito das ruas e avenidas e por ter como meta o ritmo mais acelerado possível para a realização das entregas, o trabalho dos entregadores enuncia um perigo constante. A falta de proteção e de garantias trabalhistas faz com que um acidente — ou qualquer outro motivo que afaste temporariamente o entregador de suas atividades — coloque em risco a reprodução da vida desses trabalhadores e de suas famílias. Além disso, as despesas relacionadas aos instrumentos de trabalho (moto, combustível, bicicletas alugadas, mochila térmica, celular, plano de dados móveis, alimentação, hidratação, equipamentos de segurança) entram na conta do trabalhador que, muitas vezes, já inicia suas atividades endividado.

No âmbito das mistificações, destaquemos mais uma: a preocupação e inclusão do trabalho feminino apresentada, sutilmente, pela utilização frequente do termo “entregadoras”, no gênero feminino, nas publicações e propagandas do iFood. Tal preocupação, porém, se detém ao discurso, uma vez que esta forma de trabalho se desenvolve de forma ainda mais degradante quando realizado pelas mulheres.

A bolsa usada para transportar os pedidos causa desconforto devido ao fecho que fica em cima dos seios; a falta de seguro de vida traz medo durante o trajeto no trânsito corridos da cidade; a ausência de um ponto de apoio com banheiro faz com que as mulheres que precisam trabalhar como entregadores de aplicativos tenham “que se virar pedindo a um e outro”. No período menstrual, a situação se torna tão delicada que muitas mulheres precisam interromper o serviço até o ciclo acabar (AMÂNCIO, 2021).

⁴¹ A socióloga Ludmila Costhek Abílio considera que este modelo de trabalho produz trabalhadores *just-in-time*, que precisam ficar disponíveis todo o tempo, mas que são utilizados na exata medida da demanda. Tal aspecto, nos termos da autora, representa um autogerenciamento subordinado (ABÍLIO, 2020).

⁴² Nas palavras de Paulo Galo, fundador do movimento dos Entregadores Antifascistas da cidade de São Paulo, em entrevista ao Brasil de Fato: “o bloqueio branco é o clássico para te desestabilizar, eles não vão deixar de usar essa tática. Se você está dando trabalho, está se manifestando e dizendo que não aceita determinadas coisas, eles vão te bloquear. Aí você vai ficar pensando se valeu a pena”. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/07/01/greve-dos-entregadores-completa-um-ano-demanda-tempo-para-organizar-essa-categoria>>. Acesso em 22 set. 2021.

O fetichismo se apresenta, mais uma vez, quando o fruto da hiperexploração do trabalho e da descartabilidade do trabalhador vira símbolo do consumo. Diante das perversidades vivenciadas no cotidiano de trabalho, em março de 2020, o motoboy Paulo Lima gravou um vídeo-denúncia e organizou uma petição cobrando garantias mínimas aos entregadores. Em seu texto, ficam evidentes as dimensões da alienação (e da precarização) do trabalho mediado pelos aplicativos.

Motoboy também é ser humano (...) A gente tem sonho, a gente chora, a gente tem família. A gente não é só entregador de comida (...) Seguimos fazendo as entregas no meio dessa crise do coronavírus e as empresas não nos fornecem nenhuma medida de proteção, como álcool em gel, máscaras ou luvas. Além disso, estamos trabalhando com fome (...) Não temos condições de comprar álcool em gel e arcar com a alimentação na rua em meio a essa crise do coronavírus (...) Vocês sabem o que é ter que trabalhar o dia inteiro carregando comida para as pessoas, sentindo o cheiro, e estar com fome? (Paulo Lima, 2020)⁴³.

Segundo o slogan do iFood, “viver é uma entrega”, no entanto, apoiados na fala de Galo, podemos afirmar que, na prática, as grandes empresas de delivery têm valorizado mais o serviço das entregas do que a vida daqueles que as realizam, reproduzindo, desta forma, a lógica criada pelo capitalismo desde seus primórdios. Nesse sentido, o cotidiano dos trabalhadores de entrega, que atualmente está visivelmente integrado a paisagem urbana, traduz, nas ruas das cidades, as contradições entre a valorização do capital e a superexploração do trabalho.

Considerações finais

O trabalho no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, apesar de se apresentar de formas diferentes do que em outros períodos da história social, segue emanando alienação e estranhamento. Nesse sentido, o surgimento de plataformas digitais para a oferta de serviços, resultante do avanço informacional-digital, arquitetou novos mecanismos de exploração e controle da força de trabalho, como, por exemplo, o gerenciamento algorítmico. Paralelamente, o trabalhador passou a ser descaracterizado como tal e está se tornando cada vez mais descartável. Em meio a este cenário, o fetichismo e a fabricação de espetáculos parecem viver o seu apogeu diante da mistificação das perversidades produzidas pelo capitalismo.

O trabalho dos entregadores vinculados aos aplicativos de delivery, realizado no espaço da rua, revela uma situação de intensa exploração e precarização, enquanto o capital se isenta de responsabilidades e multiplica seus lucros. Diante do exposto, acreditamos que investigar as contradições que permeiam o cotidiano desses trabalhadores nos permite desvendar alguns aspectos contemporâneos da sociedade em que vivemos e do espaço que dela é produto e produtor.

Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Plataformas digitais e uberização: globalização de um Sul administrado?. **Revista Contracampo**, Niterói, v. 39, ed. 1, p. 12-26, 2020.

⁴³ O texto completo e o vídeo estão disponíveis em: <<https://www.change.org/p/ifood-aplicativos-de-entrega-distribuem-alimenta%C3%A7%C3%A3o-e-%C3%A1lcool-em-gel-para-os-motoboys>>. Acesso em: 22 set. 2021.

AMÂNCIO, Adriana. Precarização no serviço de delivery é mais grave entre as mulheres. In: **Marco Zero Conteúdo**. [S. l.], 1 mar. 2021. Disponível em: <https://marcozero.org/precarizacao-no-servico-de-delivery-sao-mais-graves-entre-as-mulheres/>. Acesso em: 16 jul. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

FILGUEIRAS, Vitor; CAVALCANTE, Sávio. O trabalho no século XXI e o novo adeus à classe trabalhadora. **Revista Princípios**, [s. l.], n. 159, p. 11 - 41, 2020.

FONTENELLE, Isleide Arruda. **O nome da marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável**. São Paulo: Boitempo, 2002. 363 p.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. **Limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

JÚNIOR, Antonio Thomaz. Por uma Geografia do Trabalho!: (reflexões preliminares). **Revista Tamoios**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 38 - 51, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004

_____. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, Livro I, 2013.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço – Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp. 2006.

SILVA, Amanda Moreira da. **Dimensões da precarização do trabalho docente no século XXI: o precariado professoral e o professorado estável-formal sob a lógica privatista empresarial nas redes públicas brasileiras**. Orientador: Prof^a. Dr^a. Vânia Cardoso da Motta. 2018. 393 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Ricardo Barbosa. **Os motoboys no globo da morte: circulação no Espaço e Trabalho Precário na Cidade de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientadora: Prof^a Dr^a Amalia Inés Geraiges de Lemos. São Paulo, 2009.

Acumulação pela urbanização e déficit habitacional: disputas e conflitos

Gilson Jacob Bergoc
Universidade Estadual de Londrina
bergoc@uel.br

Thamine de Almeida Ayoub Ayoub
Universidade Estadual de Londrina
thamine@uel.br

Olivia Orquiza de Carvalho Zara
Universidade Estadual de Londrina
oliviaorquiza@uel.br

Elisa Roberta Zanon
Universidade Estadual de Londrina
elisa@uel.br

Resumo

Embasado na experiência extensionista e utilizando como estratégia o estudo de caso, o presente artigo objetiva analisar o processo de urbanização recente de Londrina-PR, considerando o impulso desta relacionada à produção habitacional no período de 2009 a 2016 e as tensões e conflitos envolvendo a segregação espacial e o deslocamento de ocupações irregulares, principalmente com a desaceleração econômica e obras inacabadas. As cidades brasileiras vivenciaram um período ímpar de urbanização impulsionado pelos recursos do Programa Minha Casa Minha Vida, que dinamizou a economia de boa parte delas, forçando alterações na legislação urbanística, nem sempre atendendo às diretrizes do Plano Diretor Participativo e do Estatuto das Cidades. Devido às disputas pelos espaços para grandes obras de conjuntos habitacionais, alimentou a especulação imobiliária como não visto desde as políticas do BNH. A produção de bairros de classes média e alta também cresceu, em setores distintos da cidade, ocupando vazios urbanos com altos índices de adensamento ao mesmo tempo em que novos loteamentos e conjuntos habitacionais surgiram com a inclusão de áreas agrícolas ao perímetro urbano, constituindo novos vazios e mantendo o conhecido padrão de valorização da terra. Na análise, busca-se identificar os elementos supramencionados e refletir sobre os processos sociais e espaciais decorrentes do período histórico e sobre as frustrações da população de menor renda, decorrentes da falta de moradia e serviços, mesmo com todo investimento feito. É discutido como a produção da moradia e as alterações na legislação urbanística são utilizadas no processo de acumulação e concentração de capital e o Estado como garantidor das condições legais mais favoráveis à maximização dos lucros, gerindo os conflitos por meio de uma política habitacional às avessas. É considerado, ao final, as possibilidades e limites para o enfrentamento da desigualdade no contexto da disputa pela ampliação da acumulação do capital.

Palavras-chave

Urbanização; habitação; conflitos urbanos; produção do espaço urbano; extensão universitária

Introdução

Recentemente, o processo de urbanização brasileira tem-se apresentado de modo intenso, seja pela expansão urbana periférica e pela reorganização da estrutura urbana das cidades, seja pelo aprofundamento de crises ligadas ao acesso à terra e aos serviços públicos essenciais que afetam a população. As desigualdades sócio espaciais são visíveis e produzidas pelo próprio Estado, mesmo quando se tratam de um programa habitacional. O PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida) aprovado pela Lei Federal n.º 11.977/2009 “tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais”, conforme nova redação dada ao Art. 1º pela Lei n.º 12.424, de 2011. Devido a sua abrangência nacional, o programa trouxe ações comuns com efeitos similares e aspectos específicos para cada localidade, o que torna relevante os estudos de caso, como o apresentado em Londrina. Para Severino (2007, p. 121), um estudo de caso é algo representativo quando se destaca “de um conjunto de casos análogos”. Em Londrina, a produção habitacional na década de 2010 foi de 5.247 unidades, sendo que deste total, 4.802 foram pelo PMCMV e ainda, deste universo um mesmo conjunto habitacional foi construído com 2.712 moradias nas franjas da cidade envolto pelas atividades agrícolas, sem infraestrutura e serviços públicos. Nesse sentido, o estudo da produção habitacional em Londrina com recursos do PMCMV se faz necessário não somente pela quantidade de unidades construídas, mas pelos processos engendrados pela atuação do Estado representado pela administração pública municipal combinada com a ação privada do capital incorporador.

Para tanto, há dois aspectos a se considerar. Primeiramente, o provimento de moradias requer a urbanização de parcelas de solo que são adicionadas completa ou parcialmente à malha urbana existente. Um segundo aspecto está relacionado à urbanização propriamente dita, o que, na maioria das vezes, gera os vazios urbanos e conseqüentemente, o aumento de deslocamentos e gastos com infraestrutura e serviços públicos. É importante, compreender o sentido que se pretende dar aos vazios urbanos, pois no geral, estes são descritos como espaços ociosos e de fato são áreas não otimizadas dentro das áreas urbanas, porém, ao mesmo tempo estes vazios, representam reservas de mercado da esfera pública ou privada que retém as terras como garantias futuras. Portanto, a amarração destes processos de urbanização e de retenção de terras representa uma das artimanhas do capitalismo em comum acordo com as políticas do Estado capitalista, mesmo que este negue seu envolvimento. Harvey (2011, p. 137) enfatiza que a urbanização tornou-se “um grande negócio no capitalismo”, pois é “um dos principais meios de absorver o excesso de capital”, tendo em vista que há “uma proporção significativa da força de trabalho total global” que é empregada na “construção e manutenção do ambiente edificado”. Assim, grandes quantidades de “capitais mobilizados sob a forma de empréstimos a longo prazo” são colocadas no desenvolvimento urbano. E aqui Harvey (2011) aponta para a formação de crises, pois se tratam de investimentos alimentados pelo endividamento.

Na medida em que a absorção dos excedentes do capital e o crescimento das populações são um problema, a urbanização oferece uma maneira crucial para absorver as duas coisas. Daí surge uma conexão interna entre a produção de excedente, o crescimento populacional e a urbanização. (HARVEY, 2011, p. 137)

Todavia, a urbanização nem sempre foi igual, como também cabem níveis de intensidade e diferenciações conforme a localidade. Harvey (2011, p. 141) comenta que após a década de 1970, a urbanização sofreu uma transformação em escala, “tornou-se global”, criando deste modo uma economia para além dos limites nacionais, em que alguns países, por exemplo, se tornam meramente fornecedores de matérias primas para a construção de bairros e cidades nos centros que interessam a agregação de valor. Paralelamente, os efeitos dessa urbanização global geram o que Rolnik (2015, p. 26) explica como um longo processo de “desconstrução da habitação como um bem social e de sua transmutação em mercadoria e ativo financeiro”. Aliado a isto, é a partir do final dos anos de 1970 e ao longo dos anos 1980 que se vê forte atuação do capital neoliberal, iniciado em países que possibilitaram a absorção dos excedentes de capital globalizado na urbanização e depois estendido para outras realidades, como no Brasil, principalmente desde a década de 1990. Peck, Theodore e Brenner (2009, p. 50) afirmam que, de fato, as cidades tornaram-se “estratégias centrais para a reprodução, reconstituição e mutação do neoliberalismo”, como também têm sido campo fértil para experimentos políticos neoliberais, inovações institucionais e projetos. Portanto, aplicar investimentos em infraestrutura é uma maneira de encontrar meios de absorver o excedente.

Ainda que a ação do neoliberalismo esteja ligada a ideia de não regulação do Estado, Dardot e Laval (2016, p. 15) explicam que a atualidade tem demonstrado o contrário, isto é, tem sido cada vez mais normativo e assim “o relativo descrédito que atinge hoje a ideologia do *laissez-faire* não impede de forma alguma que o neoliberalismo predomine mais do que nunca enquanto sistema normativo dotado de certa eficiência”. Contudo, a regulação pelo neoliberalismo torna o Estado uma empresa pública, o que, de certo modo, Dardot e Laval (2016) destacam que essa condição enfraquece a missão do serviço público confiada a ele. Entretanto, a armadilha está no entendimento de que o papel do Estado deve ser oposto à esfera dos interesses privados, sendo que na política neoliberal, tem agido com uma enorme gama de privatizações, desregulamentação e redução de impostos, como exposto por Dardot e Laval (2016).

A principal crítica que se faz ao Estado é sua falta global de eficácia e produtividade no âmbito de novas exigências impostas pela globalização: ele custa caro demais em comparação com as vantagens que oferece à coletividade e põe entraves à competitividade da economia. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 273).

No estudo sobre a produção de conjuntos habitacionais do PMCMV em Londrina nota-se que várias leis foram criadas para “flexibilizar” a regulamentação local sob a prerrogativa de viabilizar a construção da habitação social pelo programa e, portanto, para atender às condições de emergência justificadas nos projetos. Contudo, várias situações podem ser reveladas ao se analisar a lógica da produção habitacional aliada às vantagens locais propostas pelas empresas.

a) - urbanização considerando a produção habitacional no período de 2009 a 2016;

A produção da habitação é um componente importante no processo de urbanização das cidades. O crescimento populacional demanda o aumento das moradias, entretanto ela não acontece por igual para todas as classes sociais, como é sabido. As empresas construtoras, assim como os bancos que financiam essas obras, têm interesse em lucro e só o atendimento às faixas de maior renda é que atendem seus interesses. A classe dominante e parte dos trabalhadores de maior renda, tem fácil acesso, pela capacidade de aquisição e de acesso a crédito, de diversas formas. A classe dominada, formada pelos trabalhadores assalariados, das faixas de menor renda, seja empregada ou não, mesmo a parcela precarizada ou

“uberizada” pelas reformas e a crise capitalista em curso, tem poucas possibilidades para resolver seu problema de habitação. As possibilidades vão desde morar “de favor”, embaixo de viadutos e pontes, em bueiros e edificações abandonadas, na casa dos pais, em ocupações, passando pelos cadastros em COHABs, que possuem filas de espera pela habitação que além de numerosa, chega a demorar mais de 20 anos para ser atendida.

O Estado tem um papel fundamental nesse processo e conforme a concepção de governo sua ação muda de forma drástica, como pode ser visto nas políticas habitacionais praticadas no Brasil desde que o processo de industrialização começou a pressionar essa demanda nas cidades em processo de crescimento populacional e de urbanização.

O problema da habitação não é recente. “Essa crise do alojamento não é particularidade do momento (...)”, escreveu Engel em fins do século XIX. (ENGELS, 1979, p. 1). Mais de um século depois dessa constatação, o problema persiste, permitindo inferir que há um problema estrutural, relacionado à exploração de classe. Enquanto houver exploração de classe, haverá o problema da habitação, entre outros. Engels, analisando a situação naquele momento afirmou ainda que “(...) não é tampouco [a crise do alojamento] um daqueles males que sejam próprios do proletariado moderno e o distinguiria de todas as classes oprimidas que o precederam.” (ENGELS, 1979, p. 1). Entretanto, Engels alerta que o problema não é somente da classe operária, que afeta as demais classes sociais, citando a pequena burguesia como exemplo, reconhecendo que “essa penúria de habitação afeta por consequência muito mais duramente o trabalhador que as outras classes acomodadas.” (ENGELS, 1979, p. 3).

Procurando responder à questão de como uma revolução social resolveria o problema da habitação afirma que “já existem, nas grandes cidades, imóveis de habitação suficientes para remediar sem demora, pelo emprego racional, a ‘verdadeira crise do alojamento’”. (ENGELS, 1979, p. 14).

Reportando aos tempos atuais, a constatação de Engels para o século XIX persiste até o presente. No Brasil “tem 6,9 milhões de famílias sem casa e 6 milhões de imóveis vazios”, conforme afirmativa de Fernandes (2018), revelando que o problema não é o déficit, mas a possibilidade de acesso aos imóveis pela sociedade e em particular pela parcela da classe trabalhadora de menor remuneração e daqueles sem nenhum rendimento estável.

Levantamento de campo para fazer o diagnóstico do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Londrina (PLHIS), feito em 2013, constatou que tinham “15.500 Famílias com renda de até 1,5 SM, que vivem em assentamentos precários, casas cedidas, conviventes, etc.”, ou seja, menos da metade dos imóveis “sem uso” que naquele ano eram 37.468, segundo o Perfil de Londrina (2014), publicação oficial da Secretaria de Planejamento do Município.

De 2009 a 2016, com recursos do PMCMV⁴⁴, foram construídas 4802 unidades habitacionais (PERFII, 2020), distribuídas em 18 empreendimentos na área urbana somando 4730 unidades e 72 unidades pelo Programa Nacional de Habitação Rural do MCMV no ano de 2015. Outras 445 unidades foram construídas na área urbana com recursos do Orçamento Geral da União - OGU -, do Habitar Brasil (residual) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS - distribuídos em 7 empreendimentos. Do total das 5.247 unidades habitacionais construídas no período, 91,52% foram realizadas pelo PMCMV no município de Londrina, sendo 90,15% na área urbana e 1,37% na área rural, como mostra a tabela, a seguir. Ainda, dentre os empreendimentos, destacam-se o Residencial Vista Bela com 2.712 unidades, representando 51,69% do total das unidades construídas e os conjuntos Cristal I e II com 480 moradias, que representam 9,15% desse mesmo universo, que juntos perfazem 60,83% das unidades construídas e 66,47% do PMCMV.

⁴⁴ Programa Minha Casa Minha Vida

Tabela 1 - Conjuntos habitacionais construídos em Londrina na década de 2010

Destaque para os que tiveram recursos pelo PMCMV.

Conjuntos habitacionais PMCMV	Número de unidades	Ano de Entrega	Localização
Residencial Elizabeth	32	2010	Norte
Residencial Ana Terra	85	2010	Norte
Residencial Columbia	21	2011	Oeste
Residencial Vista Bela	2712	2011-2012	Norte
Residencial Paiquerê	156	2012	Paiquerê
Residencial Nova Esperança I	100	2010	Sul
Residencial Nova Esperança II	50	2011	Sul
Nova Esperança III	61	2013	Sul
Cristal I e II	480	2013	Sul
Cerejeira – Yticon – Faixa II	176	2013	Oeste
Quatro Bairros – Portal dos Pioneiros	15	2013	Leste
Azaléias – Yticon – Faixa II	208	2013	Norte
Quatro Bairros – Res. Abussaf	54	2014	Leste
Quatro Bairros – Moradas dos Pioneiros	12	2014	Leste
Quatro Bairros – Jerônimo Nogueira	149	2014/2015	Norte
Ipê – Faixa II	256	2014	Norte
Acácia – Faixa II	144	2014	Norte
Vila Romana* (recursos PMCMV/FGTS)	19	2019	Leste
Fonte: Perfil Londrina (2020)	4730		

MCMV - Programa Nacional de Habitação Rural ** COHAPAR	72	2015
--	----	------

Conjuntos Habitacionais outros recursos	Número de unidades	Ano de Entrega	Localização	Recursos
Habitar Brasil (resíduo)	15	2011	Norte	PAC-PPI
Santa Joana	2	2011	Sul	OGU
Vila Romana	18	2011	Leste	OGU/PAC
Felicidade (FNHIS)	45	2012	Norte	FNHIS (2008)
Jamile Dequech (FNHIS)	10	2012	Sul	FNHIS (2008)
Nova Esperança (FNHIS)	62	2012	Sul	FNHIS (2009)
Horizonte II	293	2012	Norte	FNHIS (2009)
Fonte: Perfil Londrina (2020)	445			

Todavia, nota-se que a quantidade de unidades produzidas no período não atende a demanda e não facilita o acesso dos moradores à cidade, já que vários destes empreendimentos se encontram em áreas sem infraestrutura e sem disponibilidade de equipamentos e serviços públicos para atender suas necessidades. De acordo com dados de dezembro de 2020 da Cohab-LD, havia naquele momento 3.815 famílias em ocupações irregulares no município, o que corresponde a 12.540 pessoas (PERFIL, 2021), se a média for de somente 3,28 pessoas por família. Isto nos leva a pensar a finalidade da habitação social e se esta não estaria colocada como um “falso problema”, argumento formulado por Bolaffi (1979) em sua crítica ao BNH (Banco Nacional da Habitação), que embora a crítica tenha sido formulada em outra conjuntura, ainda se mostra atual. Afirma Bolaffi que o déficit habitacional é real, porém, a sua apresentação como problema tem sido falsa em decorrência das estratégias de poder e da ideologia que mascara a necessidade de enfrentamento da questão.

b) - as tensões e conflitos envolvendo a segregação espacial e o deslocamento de ocupações irregulares;

A necessidade de morar e a permanência da falta de habitação para atender a demanda mantém parcela da sociedade em permanente conflito. Na fila da Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-LD), que tem mais de 68 mil inscritos (CALDEIRA, 2019, p. 93), alguns esperando há mais de 20 anos. Em praticamente todos os municípios brasileiros acontecem conflitos, em menor ou maior grau, oriundos da falta de moradia.

Londrina tem mais de 60 ocupações, sendo que um exemplo significativo de caso extremo de conflito pode ser observado no conjunto Flores do Campo. Trata-se de um empreendimento do PMCMV, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) de 1.218 moradias. Em outubro de 2016 cerca de 300 famílias ocuparam esta obra, paralisada desde 2014, que estava sem nenhuma manutenção ou cuidado do canteiro desde sua paralisação. O abandono da obra acabou motivando pessoas a se articularem para ocupar a obra inacabada e abandonada.

“[...] Quando eu não tinha mais nada pra vender pra poder pagar meu aluguel me comunicaram a respeito do flores do campo e eu, com fé e coragem, catei minha família sem conhecer ninguém e vim para essa ocupação que é governamental. [...]” (MORADOR 1, apud CALDEIRA, 2019, p. 75).

A situação das pessoas que ocuparam a obra era precária, como se vê no depoimento de outro morador:

[...] Nós estávamos na rua e viemos pra morar, com medo de não ter um lugar pra gente ficar, mas então eu cheguei aqui conversei com a liderança e ela mandou a gente ver uma casa e a gente acabou ficando. Ela ajudou a gente, não só ela a comunidade toda ajudou, porque eu cheguei sem nada. Tudo que eu tenho hoje foi a comunidade que conseguiu, tudo que está aqui dentro da minha casa foi a comunidade que me deu, eu não trouxe nada só minhas roupas [...]. (MORADOR 2, apud CALDEIRA, 2019, p. 75).

Outro depoimento mostra o tempo de espera por uma habitação pelos programas habitacionais oficiais:

A gente ouviu algo sobre a ocupação pela televisão, daí sentamos e conversamos eu e minhas filhas e falamos vamos pra lá. Daí a gente mudou aqui perto, eu aluguei uma casa, aí eu falei pras minhas filhas, vamos lá pro Flores porque lá quem sabe a gente consegue uma casa, porque já fazem 25 anos que eu todo (sic) o cadastro e até hoje não me chamaram na Cohab. (sic) (MORADOR 3, apud CALDEIRA, 2019, p. 76).

Os depoimentos coletados por Caldeira (2019) para sua dissertação revelam a precariedade dos ocupantes, o tempo de espera e suas origens, muitos dos quais oriundos de outras favelas de Londrina e região. Segundo Caldeira (2019, p. 78) as favelas de origem de parte significativa desses ocupantes “expressam além do conflito fundiário de moradia urbana, o conflito na ordem de segurança, reproduzindo a violência urbana” (...) “causadas pelos processos de desigualdade social e econômica, por meio do tráfico e as ostensivas operações policiais.”

Os conflitos e a violência ainda estão relacionados à segregação espacial e social, à discriminação que sofre cotidianamente esta população. O Morador 1 (apud CALDEIRA, 2019, p. 78) explica estar há mais de dois anos sem nunca ter conseguido um emprego e fala da violência e das dificuldades enfrentadas pelos moradores da ocupação.

(...) sofremos muita investida da polícia, agressiva, perdemos muitas histórias aqui dentro, nossos filhos saíram da escola porque tudo é muito longe, sofremos até hoje quando buscamos um órgão pra poder usar a saúde, pra poder usar um ônibus...quando chove não tem ônibus. Estamos no meio de um sítio... São de quatro a 6 km o primeiro colégio, então a gente tem sofrido muito aqui e temos lutado em cima da moradia, que é o direito de todo brasileiro. (MORADOR 1 apud CALDEIRA, 2019, p. 78-79)

Em três ocasiões houve a tentativa de reintegração de posse. Uma em 21/11/2017, outra em meados de fevereiro de 2018 e a terceira em janeiro de 2019. A primeira, segundo Caldeira (2019, p. 90) foi a mais truculenta, relatada pelo Morador 1:

A gente viveu noite de filme de terror aqui dentro. De 5, 6, 4 horas da manhã, [vimos] a choque entrar com mais de 15 viaturas dentro da comunidade, motos, e a gente tinha medo das nossas famílias saírem pra fora... Houve até toque de recolher, porque eles entravam mascarados no meio da noite. Nossos moradores, a gente pedia pela segurança de todos os moradores, que caso da polícia começar espancar algum morador, todos nós sairíamos pra fora enfrentávamos as bombas, enfrentávamos os tiros de borracha, pra poder estar defendendo a outra família... Em cima disso muita família acabou desistindo da sua luta. (MORADOR 1 apud CALDEIRA, 2019, p. 90)

Além das ações policiais, a discriminação ocorre diariamente na imprensa falada, escrita e televisionada, assim como nas novas mídias sociais, comandadas pela direita e extrema direita, tendo seus partidos e vereadores, principalmente, como os porta vozes da sua visão de mundo, que afrontam a Constituição nos fundamentos de se construir uma sociedade em que a cidadania e a dignidade da pessoa humana sejam os valores principais e com os objetivos de construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (Artigos 2º e 3º da Constituição). Esses fundamentos e objetivos se relacionam com a função social da cidade e da propriedade, entretanto a parcela da população de maior renda defende a propriedade privada acima de qualquer coisa, inclusive do direito à vida, à alimentação segura e saudável e à habitação.

Existem, por todo o Brasil, muitos relatos de violências praticadas contra os moradores de favelas, ocupações periféricas e centrais, como por exemplo o caso do desalojamento e demolição da região da Luz, em São Paulo e a desocupação do Morro do Chapéu em Parauapebas, no Pará. (MELO e CARDOSO, 2014). Mesmo na pandemia, com o risco de contaminação pela falta de condições mínimas de habitabilidade, observou-se aumento de despejos em todo o país. Em São Paulo, chegou a 79% de aumento (BRASIL DE FATO, 2021), que acabou gerando o movimento contra o despejo durante a pandemia, obtendo a aprovação da lei n.º 14.216 em 07/10/2021, que impede excepcionalmente durante a emergência de saúde pública a remoção ou desocupação forçada coletiva em imóvel privado ou público urbano.

Os conflitos vêm de longa data, que sua simples listagem ocuparia todo espaço deste artigo. É necessário observar outras formas de conflito como a da invisibilização de comunidades inteiras nas cidades. A invisibilização da população de menor renda é um conflito mais sutil, que ocorre por diversos meios. Um deles é a falta de informações adequadas mesmo nas pesquisas oficiais, como constatado por Castro (2018) na sua dissertação. Analisando a metodologia do Censo de 2010 e suas consequências para cidades do porte e características de Londrina, com quase 600 mil habitantes, concluiu que “o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uma das principais fontes de dados populacionais e urbanos das cidades

brasileiras, possui uma metodologia de recenseamento em área de favelas que pode distorcer a realidade das mesmas, quando os dados são espacializados em setores censitários comuns.” (CASTRO, 2018, p. 7). Demonstra, a autora, que as favelas de Londrina não aparecem no Censo de 2010, o que compromete a possibilidade de se pensar em políticas públicas específicas para essa população.

Os deslocamentos das populações de parte destas áreas foram praticados em Londrina entre 2009 e 2016 é outro tipo de conflito, de tensão que é imposta aos moradores de algumas áreas. Um caso exemplar é o da população que ocupava as margens do córrego Sem Dúvida, ao nordeste da área urbana de Londrina. A área ocupada, considerada de proteção ambiental, foi totalmente desocupada em 2009, sendo sua população levada para o Conjunto Residencial Vista Bela e os barracos totalmente demolidos. A imagem a seguir (Figura 1), mostra a área em 2009, após a completa desocupação.

Figura 1 - Córrego Sem Dúvida em 2009



Fonte: GoogleEarth, em 13/10/2021.

No ano anterior, é perceptível a ocupação existente no seu entorno, conforme a imagem a seguir da Figura 2.

Figura 2 - Córrego Sem Dúvida em 2008.

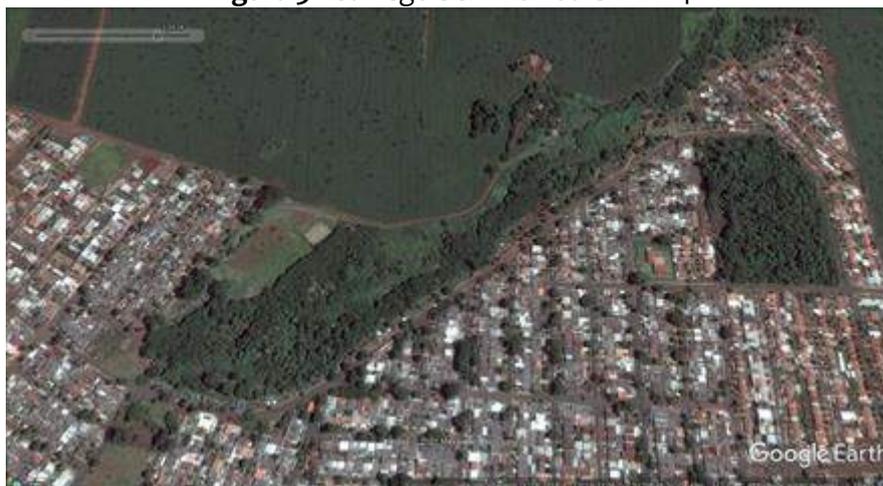


Fonte: GoogleEarth, em 13/10/2021.

Existiam cerca de 100 barracos, de variados tamanhos. Considerando o tamanho médio das famílias em Londrina, conforme o IBGE, seriam no mínimo 320 habitantes e no máximo estimar perto dos 500 habitantes. Essas famílias foram removidas e deslocadas para o Conjunto Vista Bela, empreendimento do PMCMV, também localizado na zona norte da cidade, mas no extremo oeste, acarretando todos os problemas relacionados ao rompimento dos laços afetivos e de sobrevivência construídos até o momento.

A partir de 2014 começa a ser observado o início de uma nova ocupação do entorno do Córrego Sem Dúvida, como pode ser visto na Figura 3, a seguir:

Figura 3 - Córrego Sem Dúvida em 2014



Fonte: GoogleEarth, em 13/10/2021.

É possível contar cerca de 55 barracos, de dimensões bem menores que a ocupação anterior, nesta imagem de 2014. Nos anos posteriores aumenta em quantidade de barracos e nos respectivos tamanhos, chegando em 2016 a ter 70 e em 2021 mais de 120, conforme se observa nas Figuras 4 e 5, a seguir:

Figura 4 - Córrego Sem Dúvida em 2016



Fonte: GoogleEarth, em 13/10/2021.

Figura 5 - Córrego Sem Dúvida em 2021



Fonte: GoogleEarth, em 13/10/2021.

Como a pesquisa ainda está em andamento, não é possível afirmar se essa reocupação está relacionada ao retorno da população que morava neste local até 2008 e foi removida. Mas certamente mostra que a política habitacional do município não conseguiu produzir habitação na quantidade necessária para atender a demanda existente a partir de então, conforme anteriormente afirmado e tampouco manter desocupada a área de proteção ambiental do Córrego Sem Dúvida.

Esses casos são exemplares para se refletir sobre os conflitos que se multiplicam nas cidades, muitas vezes decorrentes tanto da segregação física dos deslocamentos ou remoções, como da invisibilização das parcelas da população que fica excluída por não ser identificada e não se enquadrar nos critérios de pesquisa oficial. Convém lembrar que tais critérios podem servir para as grandes metrópoles, mas não para as cidades de menor porte, que constituem a grande maioria das cidades brasileiras.

Os exemplos mencionados são para lembrar que essa situação permanece latente e não tem perspectiva de solução nesse modo de produção em que a concentração do capital é uma regra. A raiz do problema tem que ser tocada, caso contrário jamais será resolvido.

c) - a desaceleração econômica e obras inacabadas;

O Flores do Campo ainda é ilustrativo da crise que teve início em meados de 2013, se agravando em 2014. Segundo o DIEESE (2014), a economia brasileira teve crescimento acelerado entre 2002 e 2008, sofreu o impacto da crise internacional no final de 2008 e se recuperou rapidamente em seguida, apresentando uma desaceleração a partir de 2011, sendo que em 2013 o PIB cresceu “relativamente pouco e de forma oscilante” (DIEESE, 2014, p.2). Neste cenário macroeconômico é que se observa a diminuição do ritmo de muitas obras públicas em todo o País, desde as de infraestrutura, até os programas habitacionais. O Flores do Campo, orçado em 79 milhões de reais à época, teve início em dezembro de 2013, ou seja, no momento de crise da economia. Sofreu paralisação da obra por atraso no repasse da parcela por dois meses em 2014, segundo a versão veiculada na imprensa local. Os trabalhadores da construção tiveram seus salários atrasados, acarretando na interrupção das atividades, sendo que vários destes ainda não receberam o período dos serviços até hoje.

Em 2015 havia obras paralisadas ou com pagamentos atrasados em todo Brasil, causando muitos problemas ao setor da construção civil e conseqüentemente, aos trabalhadores. A população que aguardava sua casa própria, viu o sonho se esvaír nas dificuldades econômicas

e políticas que dominaram os anos de 2015 e 2016, que culminou no golpe de 2016, que depôs a Presidenta Dilma Rousseff e soterrou de vez o desejo de grande parcela da população, pois até o momento o programa não foi retomado na íntegra

Com a troca de governo houve alguns momentos de “retomada” do programa, como o anunciado em novembro de 2016, em que foi anunciado o financiamento para recomeçar pouco mais de 7 mil obras paralisadas, destinadas à faixa 1. Entretanto, se verifica que isso representa cerca de 3% do total que estimavam estarem paradas. Em 2019 o governo desviou os recursos para pagar emendas e juros. Conforme denunciou Rolnik:

o governo simplesmente limpa o orçamento que estava destinado para esse subsídio [da faixa 1 do PMCMV] e destina a maior parte dos recursos para duas finalidades: (1) emendas parlamentares dentro do mesmo Ministério, a serem distribuídas entre os parlamentares e (2) o pagamento de juros da dívida da União. (ROLNIK, 2019).

Só nesta faixa 1 do PMCMV eram 220 mil unidades habitacionais em construção que já apresentavam atrasos no repasse há pelo menos 2 meses. Em abril de 2021 o governo tomou uma medida que pode ser considerada vexatória, pois depois de prever um orçamento para o programa Casa Verde Amarela, destinado a substituir o PMCMV, cortou mais de 98% dos recursos referentes ao financiamento das obras da faixa 1 - de R\$ 1,540 bilhão baixou para apenas R\$ 27 milhões - atingindo diretamente as famílias de menor renda. “Essa redução deve paralisar as obras de 250 mil casas que já estão em construção, além de afetar cerca de 250 mil empregos diretos e 500 mil indiretos e induzidos”, segundo avaliação da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). (UOL, 2021). Ao que parece, o programa “amarelou”.

Além da desaceleração econômica iniciada em 2011, conforme avaliação do DIEESE (2014), da crise econômica e política ocorrida entre 2015 e 2016, se observa a alteração das políticas governamentais. O Estado neoliberal, assim como o liberal, tem como concepção não interferir no mercado, deixando à sua “mão invisível” a regulação entre oferta e demanda, afetando diretamente as políticas públicas relacionadas à produção habitacional de maneira geral, com as correspondentes consequências em Londrina. De modo complementar, Rolnik (2015, p. 32) explica que a atual mercantilização e “o uso crescente da habitação como um ativo integrado a um mercado financeiro globalizado” tem acometido o direito de acesso à moradia e gerado o abandono das políticas públicas sob “a crença de que os mercados poderiam regular a alocação da moradia, combinada com o desenvolvimento de produtos financeiros experimentais e”criativos”, levou ao abandono de políticas públicas em que a habitação é considerada um bem social”. (ROLNIK, 2015, p. 32). O abandono da política habitacional de interesse social encontra sua justificativa nessa explicação.

d) - alterações na legislação urbanística para atender o MCMV e a relação com o Plano Diretor;

A Lei n.º 7.485/98 (LONDRINA, 1998) definiu cinco zonas residenciais, sendo que as zonas residenciais 1 e 2 eram estritamente residenciais de baixa densidade (com área de lote mínimo de 500m² para a primeira e 360m² para a segunda) e foram localizadas justamente no eixo centro-sudoeste. Além disso, a lei também definiu a localização da ZR-3 (caracterizada por ser uma zona residencial de média densidade, com lotes de 250m² passíveis de subdivisão e, portanto, referentes a uma ocupação por classe média ou baixa) precisamente em pontos completamente opostos da cidade, consolidando a segregação. Assim, verifica-se que a regulamentação garante a manutenção da ocupação da zona pelas classes mais altas,

protegendo os valores das propriedades e dando força a um segmento do mercado imobiliário (FELDMAN, 2005).

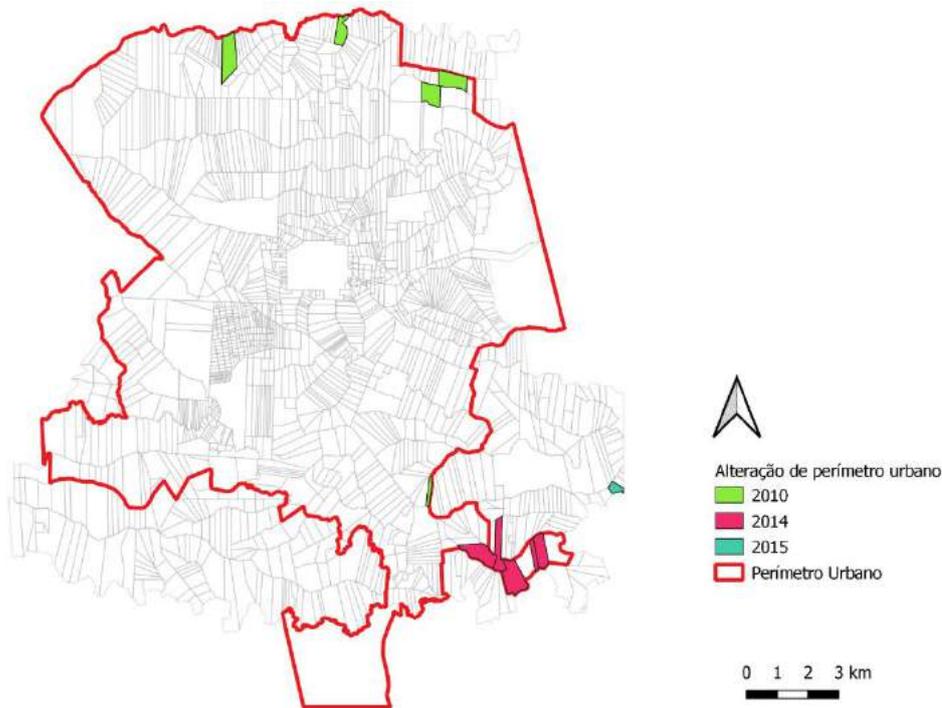
Já em 2008, a Lei n.º 10.637 (LONDRINA, 2008) instituiu as diretrizes do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina - PDPML - estabelecendo pela primeira vez 'Zonas Especiais de Interesse Social' (ZEIS). Curiosamente, estas foram localizadas em áreas adjacentes às ZE-4 (fundos de vale e áreas de preservação permanente) e sempre nos mesmos quadrantes ocupados pelas ZR-3, ou seja, nenhuma no eixo centro-sudoeste, mesmo tendo muitas áreas vazias e loteamentos antigos, sem uso. Mesmo assim, a formulação da lei não permite a aplicação imediata, dependendo de lei específica.

Em 2015, é aprovada uma nova lei de zoneamento, a 12.236/15, que dispõe sobre o Uso e a Ocupação do Solo no Município de Londrina e dá outras providências (LONDRINA, 2015). Uma das poucas diferenças que se pode notar em relação à lei 10.637/08, é a criação da zona especial 4.4 (ZE-4.4), que, segundo a lei, são "áreas de preservação ambiental, assim classificadas na Lei de Parcelamento do Solo, que se destina a implantação de novos parcelamentos" (LONDRINA, 2015, art. 139) referindo-se "aos lotes 57, 58, 58A, 60-A e 60 Remanescente da Gleba Jacutinga. Residencial Terra Nova Londrina" (LONDRINA, 2015), demonstrando que a elaboração de leis visam atender à especulação imobiliária. Essa nova lei, assim como as demais, demonstrou a finalidade das regulações criadas, a partir da criação de uma nova zona especial apenas para legalizar um condomínio residencial em área de preservação ambiental, ou seja, atender os interesses do mercado, que por sua vez, beneficia a classe dominante.

A lei de Uso e Ocupação do Solo de 1998, substituída posteriormente pela de 2015, teve 189 leis de alteração em que 11 visavam a expansão urbana e três para atender o PMCMV no período de 2001 a 2012. O teor destas alterações desconsideram critérios ambientais aumentando o adensamento habitacional próximo aos fundos de vale. Referem-se basicamente a inclusões e modificações nos parágrafos do Art. 86 da Lei n.º 7.485/1998, o que indicam a dispensa de limites de verticalização na faixa de 120 metros da via marginal de APP (Área de Preservação Permanente) admitindo-se até 4 pavimentos para habitação vertical coletiva de interesse social. Todavia, nem todas as áreas listadas pelas leis 10.838/2009 e 11.533/2012 receberam empreendimentos pelo PMCMV, sendo que algumas permanecem vazias. Além destas alterações, consta pela Lei n.º 11.361/2011 a mudança de uma Zona Especial de Equipamentos Institucionais (ZE-1) referente a uma área do IAPAR para a Zona Residencial 3 (ZR3), porém, não realizado.

As leis de perímetro urbano (1998 e 2012) também foram alteradas significativamente e para atender ao PMCMV foram aprovadas quatro leis no período de 2010 a 2016. As áreas incluídas estão localizadas nos extremos norte e sul da área urbana, levando ao esgarçamento do perímetro urbano, sendo que há uma quantidade considerável de vazios urbanos, ao mesmo tempo em que estes criam novos vazios. Somado a isto, nota-se um processo de dispersão com a aprovação de áreas distantes da malha urbana e desprovidas de serviços sociais e infraestruturas, como mostra a Figura 6, a seguir.

Figura 6 - Mapa do perímetro urbano atual de Londrina com a indicação de áreas incluídas para atender o PMCMV.



Fonte: Projeto Integrado EIV /UEL (2021)

Com relação ao EIV - Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança, comumente os empreendimentos habitacionais devem atender a exigência de aplicação do instrumento a partir de um certo número de unidades. Entretanto, poucos foram os casos que apresentaram EIV, como o Residencial Flores do Campo em razão do aumento do perímetro urbano. O EIV em Londrina passou a ser exigido inicialmente em leis dos anos de 2005 e 2006, posteriormente revogadas pela Lei n.º 10.637/2008 que instituiu o Plano Diretor Participativo. Também foi apresentado à Câmara Municipal de Vereadores o Projeto de Lei n.º 220/2014 visando regulamentar a aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, porém, foi arquivado.

Devido à quantidade de processos e dúvidas quanto aos procedimentos legais, a administração pública passou a exigir o EIV dos empreendimentos com base em decretos, estabelecendo linhas de corte e definições para PGT (Polo Gerador de Tráfego), PGRD (Polo Gerador de Ruído Diurno), PGRN (Polo Gerador de Ruído Noturno) e PGR (Polo Gerador de Risco).

Desde 2014 a regulamentação do EIV tem sido por decretos, muitos dos quais pairam suspeições sobre a legalidade, sendo que decretos não podem alterar uma Lei, questão ainda está a ser enfrentada localmente.

e) - especulação imobiliária decorrente deste processo;

Os recursos destinados à massiva produção de habitação social no Brasil causou uma das maiores especulações com os imóveis urbanos e mesmo os periurbanos das últimas décadas. Reportagem da Revista Exame de 2011 chamava a atenção para “A maior alta de imóveis do mundo” com os preços dos imóveis subindo 25% em 12 meses e 50% em dois anos

consecutivos - 2009 e 2010 - marcando o “recorde global”. A explicação se relaciona à quantidade de casas e apartamentos financiados em 2010, tendo sido o dobro em relação a 2008, fazendo com que o Brasil ficasse apenas atrás de Hong Kong e Singapura no ranking da valorização imobiliária mundial. (NAPOLITANO, 2011).

Londrina seguiu essa “onda”, observando-se a rápida elevação do preço dos terrenos. Pesquisa realizada em 2016 constatou que os anos de 2005 e 2006 tiveram um aumento médio de 75,07%, sendo a maior média anual do aumento do preço do terreno para o período de 2000 a 2015. Em 2008 e 2009, o aumento médio foi de 65,22%, em 2010 e 2011, de 58,95% e em 2013 e 2014, de 58,93% ao ano. (ARÔXA, 2016, p. 69).

O mapa a seguir - Figura 8 - mostra a valorização ocorrida de 2000 a 2015, conforme pesquisa de Arôxa (2016), em que se observa algumas áreas com valorização de mais de 1.606% até praticamente 2.000%, o que significa cerca de 133% ao ano, num cálculo simples. Algumas das áreas com valorização no período de 940% a 1.100% receberam empreendimentos, incluindo os do MCMV, desde os de média e alta renda - como o bairro Esperança e Vivendas do Arvoredo, e também os de média renda, como o Pacaembu, Parigot de Souza, Vila Recreio, Califórnia e Aeroporto. As áreas de nenhuma valorização se deve à falta de informações, ou seja, não foram veiculados anúncios no jornal local em quantidade suficiente que pudesse ser utilizado na metodologia. Os de menor valorização, agrupando as faixas de 41% até 802%, que são: Jamaica (verde claro), Cinco Conjuntos, Shangri-la, Quebec e Higienópolis (verde médio), Ouro Verde, Alpes, vila Nova, Vila Casoni e Bela Suiça, (amarelos), apresentam variadas possibilidades por alguns são bairros de baixa renda, como o Ouro Verde e outro de alta renda, como o Shangri-la e o Bela Suiça. Será necessário verificar os fatores que limitaram a valorização nestas áreas. Os de menor renda, pode-se levantar a hipótese de que sua estrutura urbana não permite grandes empreendimentos e há poucas áreas vazias que possibilitasse grandes empreendimentos. Os de alta renda, geralmente a própria população local procura impedir a construção de grandes empreendimentos, limitando o coeficiente de aproveitamento na lei de zoneamento ou mesmo impedindo que o bairro seja alterado para receber empreendimentos multifamiliares, o que diminui a pressão pela valorização. Mas essas hipóteses devem ser melhor investigadas em outro momento.

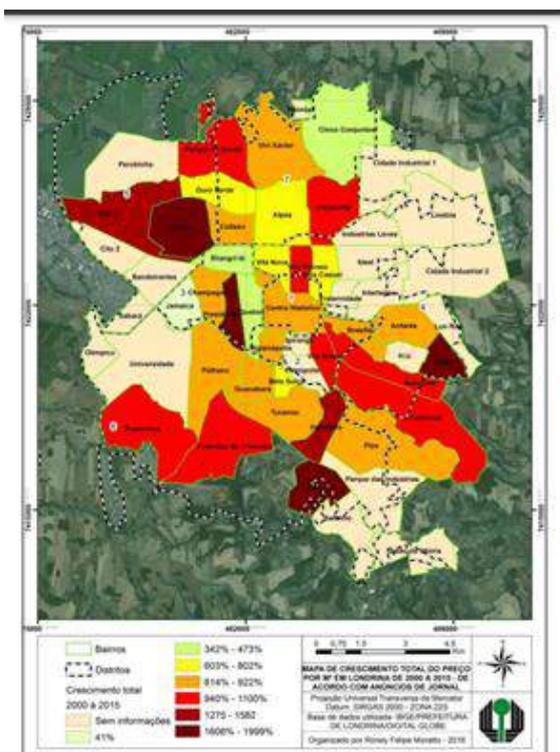


Figura 7 - Apuração da valorização imobiliária entre 2000 e 2015 segundo os preços de mercado e o critério bairros de Londrina

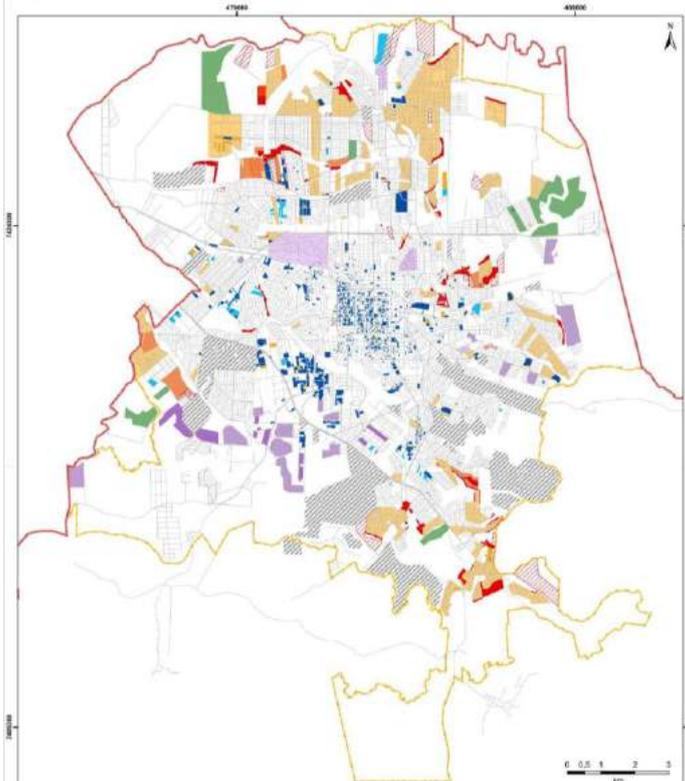
Fonte: Arôxa (2016 p. 76).

O importante, neste trabalho, é constatar que este mapeamento permitiu verificar que os bairros, mesmo os localizados na franja do perímetro urbano, que receberam grandes empreendimentos ou até, grande quantidade de empreendimentos, acabaram sendo mais valorizados no período, como o Parigot de Souza, que teve o Vista Bela no seu extremo, com mais de 2.000 unidades. A valorização desses extremos acabou também elevando o preço dos terrenos e glebas vazias que estão entre esses e o centro.

f) - produção de bairros de classes média e alta e respectivos setores que apresentaram crescimento;

A maior quantidade dos bairros de classe média e alta de Londrina estão localizados no setor sudoeste da área urbana. No mapa abaixo (Figura 8), que mostra o uso do solo residencial da cidade, se observa que além da grande verticalização existente no centro, em azul escuro, que tem grande quantidade de edifícios acima de 15 pavimentos, residenciais, comerciais e mistos, a sudoeste tem outra concentração de edifícios, com predominância residencial, com mais de 20 pavimentos, destinados a absorver, predominantemente, a classe média alta, conhecida como Gleba Palhano. Também se observa nesta mesma direção, mais a sudoeste, em tons de vinho médio e escuro, os loteamentos fechados e os condomínios fechados, também destinados à classe média alta e alta. A grande mancha em vinho médio a noroeste do centro é um bairro antigo, da década de 1950-60, destinado à classe de alta renda, que está passando por uma grande pressão do mercado imobiliário que pretende aproveitar seus grandes terrenos, boa infraestrutura e proximidade do centro para verticalizar. Entretanto, está encontrando resistências dos moradores locais. É uma disputa em curso, que ainda levará tempo para ter seu resultado consolidado, sendo que até o momento os moradores estão conseguindo manter o bairro predominantemente residencial de médio-alto padrão.

Figura 8 - Mapa de uso do solo residencial em Londrina

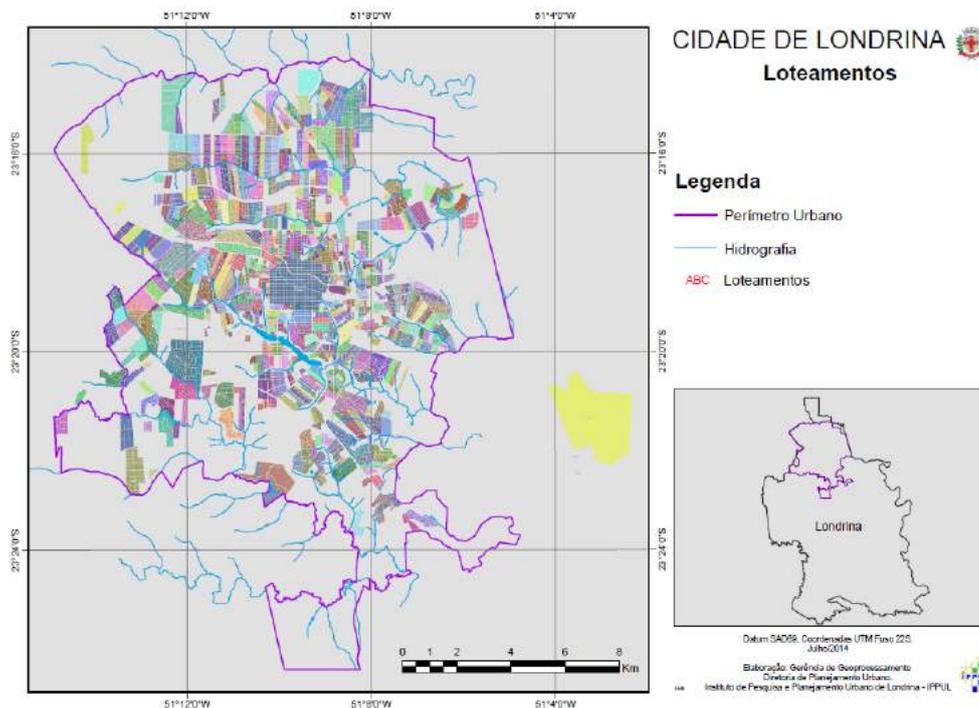




Fonte: IPPUL (2018)

g)- ocupação dos vazios urbanos;

É possível verificar a extensão dos vazios urbanos dos lotes não construídos e percebe-se que ele ainda é intenso no percurso centro-sudoeste. Estão neste setor alguns dos loteamentos que estão há mais de 30 e 40 anos sem ocupação, mesmo tendo infraestrutura. A Universidade Estadual de Londrina, que está situada neste setor, é um forte indutor da ocupação neste sentido, como explicado, entretanto, as quantidade de áreas vazias são explicadas pela ação dos grandes proprietários, que estão retendo essas áreas somente com vistas à sua valorização. Apenas 01 proprietário tem as maiores áreas sem ocupação, sem uso, deste setor.



A aplicação de instrumentos do Estatuto da Cidade para forçar a ocupação tem sido difícil devido à força política que este proprietário tem junto ao Executivo, principalmente. Mesmo quando teve Governos que tentaram forçar a destinação da área para sua finalidade, ele conseguiu protelar decisões, ganhar tempo, até que Prefeitos mais “atenciosos” aos seus interesses voltassem ao posto. Esse é um problema que ainda está para ser enfrentado e será somente quando houver uma forte vontade de movimentos sociais atuando para forçar a destinação social destas propriedades.

Como a área urbana ainda possui pouco mais de 52% da área urbana e mais de 37 mil unidades sem uso, conforme dados publicados no Perfil de Londrina, sob responsabilidade da

Secretaria de Planejamento do Município, a pressão pode ser direcionada para vários outros lugares, dispersando uma possibilidade de ação mais direta.

h) - índices de adensamento;

Densidade é um conceito muito em voga ultimamente. As discussões sobre cidades compactas, recolocaram no centro das questões urbanísticas a preocupação com essa relação entre a população e o território. Lembrando que se pode avaliar a populacional - quantidade de habitantes por uma área determinada -, que pode ser bruta ou líquida sendo a densidade bruta a quantidade de habitantes por uma área, com toda infraestrutura e equipamento e a líquida a quantidade de habitantes por uma área, sem considerar a infraestrutura e equipamento da respectiva área. Ainda é possível falar em densidade habitacional, que é o número de habitações ou unidades de moradia por área. (SILVA et all, 2016). A avaliação sobre a “melhor densidade” é uma questão muito controversa, pois depende de vários fatores dentre os quais pode-se citar os culturais, históricos, econômicos, só para se ter uma ideia das possibilidades que envolvem o tema. Será abordado apenas alguns aspectos genéricos para levantar o problema que deverá ser objeto de estudos mais sistemáticos futuros.

Londrina tem 306,52 habitantes por km², conforme cálculo do IBGE, considerando a população estimada para 2021 (IBGE, 2021). Entretanto, há muita variação na área urbana, que fica visível em qualquer análise rápida nas imagens aéreas da cidade, como pode ser visto parcialmente na Figura 3. O Centro e a Gleba Palhano, apresentam grandes densidades populacionais e habitacionais, proporcionalmente às demais áreas urbanas e concentram muitos problemas referentes aos fluxos viários. Entretanto, como mencionado, Londrina tem mais de 52% de áreas vazias, sem ocupação, o que eleva consideravelmente o custo de manutenção da cidade. Essa é uma questão que necessita ser abordada, procurando verificar todas as dimensões desse espalhamento que a cidade vem sofrendo ao longo dos anos, que atende muito mais aos interesses de especuladores, do que o conjunto da população.

i) - novos loteamentos e conjuntos habitacionais;

A implantação de novos loteamento e conjuntos habitacionais é um desafio constante. A cidade precisa ser planejada para absorver seu crescimento, que tem aumentado em quase 60 mil habitantes a cada 10 anos. Esse tamanho de população é maior que 367 municípios do Paraná e mais de 5.000 municípios brasileiros. A demanda por habitação, infraestrutura, equipamentos e serviços públicos é enorme e se faz necessário planejar esse processo sobre pena da total perda de controle sobre sua expansão. A dimensão da cidade ainda permite um planejamento que atenda tanto essa demanda quanto resolver os problemas relacionados ao meio ambiente. Reitera-se a necessidade de procurar a ocupação das áreas vazias, com os novos loteamentos, buscando um desenho de cidade que permita a adequada distribuição dos equipamento públicos e, conseqüentemente, dos serviços urbanos, de forma a se obter um equilíbrio mínimo, conforme estabelece o objetivo geral do Estatuto da Cidade, ou seja, de se ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana (art. 2º). As diretrizes de garantir “o direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (inciso I do art. 2º) e de promover o “planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente” (inciso IV do art. 2º)

são fundamentais para atender o que se coloca para os próximos anos e os novos loteamentos e conjuntos habitacionais precisam ser planejados tendo essas normas como seus alicerces.

j) - a inclusão de áreas agrícolas ao perímetro urbano;

A simples alteração legal de uma área rural para urbana eleva muito o valor do metro quadrado do terreno. Um participante das reuniões de revisão do Plano Diretor de Londrina, em processo, informou que seu interesse era somente incluir seu sítio no perímetro urbano, pois seu valor passaria de R\$ 1 milhão para aproximadamente R\$ 7 milhões. Em pesquisa, ainda não concluída, mas com uma amostragem mínima de preços de terrenos urbanos e rurais no município de Londrina se observa que essa relação se confirma, pois a relação de valorização encontrada até o atual estágio é de 6,65 vezes ou 665,62%, o que está muito próximo da dado inicial relatado. Em outro momento será publicado artigo referente a essa pesquisa, mas esse resultado preliminar é um bom indicativo da pressão que parte dos proprietários rurais próximos à área urbana da cidade exercem para ampliar o perímetro da cidade. Estes proprietários estão visando apenas seu benefício imediato. Observa-se, entretanto, que essa valorização não tem nenhum componente de investimento do proprietário. A valorização é resultado da alteração legal, por um lado, mas do conjunto dos investimentos feitos pela sociedade na área urbanizada, mesmo que não esteja ainda dotada de nenhuma infraestrutura ou estrutura e serviços urbanos. Colocando de outra forma, pode-se afirmar que é o processo de investimento social e histórico acumulado que gera essa valorização.

Cabe, então, indagar: é justo o proprietário se apropriar integralmente dessa valorização? É justo a sociedade toda arcar com o investimento feito ao longo de anos, décadas, na produção da cidade e quando uma nova área for incorporada ao perímetro urbano ela ainda ter que arcar com o ônus da valorização produzida pelo seu investimento?

Pensando na função social da propriedade urbana e rural, argumenta-se que não. Que a sociedade, por meio do Estado, deve ficar com essa diferença. É o mínimo que se espera considerando o diretriz da justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização estabelecido no Estatuto da Cidade (Inciso IX, art. 2º). Esse é um dos enfrentamentos necessários.

k) - novos vazios urbanos;

Há um grande embate colocado, em Londrina: a proposta do Plano Diretor aprovada em Conferência e ainda em processo de discussão na Câmara de Vereadores, que é o projeto de lei nº 207/2018, é de não permitir o aumento do perímetro urbano. Entretanto, setores do mercado imobiliário querem “flexibilizar” essa regra, pois poderão incluir, quando lhes for conveniente, novas áreas agrícolas ao perímetro urbano. Entretanto, não tem embasamento esta proposta, pois o crescimento populacional projetado para os próximos 10 anos demonstra que não tem necessidade desta flexibilização.

Todos os esforços da parcela organizada da população, das lideranças de bairro e representantes sindicais de trabalhadores que entenderam os interesses que movem essa proposta - de “flexibilizar” a possibilidade de expansão do perímetro para “não engessar” a cidade - estão voltados à manutenção dessa proposta, evitando a possibilidade de criação de novos vazios urbanos e, conseqüentemente, do aumento do custo urbano. Aumento este pago com dinheiro do cidadão, seja no IPTU, seja no custo do transporte - público ou privado -, no aumento do custo da iluminação pública em áreas ociosas, sem uso, da necessidade de

expandir infraestrutura e mesmo da distância que a população dos bairros mais distantes acabam tendo que percorrer para ter acesso aos serviços, como visto nos depoimentos dos moradores do Flores do Campo.

Considerações finais

Os vários pontos mencionados ilustram os problemas que as cidades brasileiras enfrentam. O enfrentamento destes problemas necessitam de organização e luta da população, de conscientização, de aprendizado, em todos os sentidos e aspectos. As cidades são um patrimônio de todos e é necessário zelar por elas. O que se pode apreender com todos estes aspectos é a importância da inserção da população nesse debate, que não pode se restringir aos aspectos técnicos e administrativos, mas precisa ser construído enquanto espaço dos cidadãos, principalmente dos trabalhadores, que são os que mais usam as cidades cotidianamente. Movimentos como o BR Cidades podem ser meios para articular essas disputas urbanas, pois são nas cidades que os grandes problemas contemporâneos ocorrem e onde poderão ser resolvidos, articuladas com as lutas no campo, pois ambas fazem parte do mesmo processo.

Referências

ARÔXA, B. H. **Faces da segregação deliberada: correlações entre planejamento, gestão e o preço do solo urbano em Londrina (PR)**. Londrina: Dissertação: Orientadora profa. Dra. Eliane Tomiasi Paulino: UEL: CCE: Departamento de Geografia, 2016.

CALDEIRA, T. M. Cidade ocupada: conflito fundiário de moradia urbana e a atuação dos movimentos sociais na ocupação Flores do Campo - Londrina - PR. Londrina: Dissertação: UEL, 2019. In <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000229701> acesso em 11/10/2021.

CASTRO, L. **Invisibilidade das favelas de Londrina nos dados censitários do IBGE: implicações nos diagnósticos urbanos de vulnerabilidade**. Londrina: Dissertação: UEL: CCE: Geografia, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016

ENGELS, F. **A questão da habitação**. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.

Fundação João Pinheiro. **Déficit habitacional no Brasil 2013: Resultados preliminares**. Nota técnica. FJP: Governo de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2015.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

LONDRINA. **PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social**. Londrina: Prefeitura do Município, 2010.

LONDRINA. Prefeitura do Município. **Perfil do Município de Londrina 2020 (Ano-Base 2019)**. Londrina: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia / Prefeitura do Município de Londrina, 2020.

LONDRINA. Prefeitura do Município. **Perfil do Município de Londrina 2021 (Ano-Base 2020)**. Londrina: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia / Prefeitura do Município de Londrina, 2021.

LONDRINA, Lei nº 133, de 7 de dezembro de 1951. Dispõe sobre loteamento, arruamento, zoneamento e dá outras providências.

LONDRINA. Lei nº 7.485, de 20 de julho de 1998. Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo na zona urbana e de expansão urbana de Londrina, e dá outras providências. **Jornal Oficial do Município de Londrina**, Londrina, v. 104, 28 jul. 1998.

LONDRINA, Lei nº 10.637, de 24 de dezembro de 2008. Institui as diretrizes do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina - PDPML e dá outras providências. **Jornal Oficial do Município de Londrina**, Londrina, v. 1047, 29 dez. 2008.

LONDRINA, Lei nº 12.236, de 29 de janeiro de 2015. Dispõe sobre o Uso e a Ocupação do Solo no Município de Londrina e dá outras providências. **Jornal Oficial do Município de Londrina**, Londrina, v. 2637, 02 fev. 2015.

MELO, A. C. C.; CARDOSO, A. C. D. Cidade para quem? O descompasso entre políticas ambientais e urbanas na periferia do capitalismo. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. v.21, n. 29, 2º sem. 2014. p. 83-103.

NAPOLITANO, G. A maior alta de imóveis do mundo. **Revista Exame**. 17/06/2011. In <https://exame.com/revista-exame/a-maior-alta-do-mundo/> acesso 11-10-2021.

PECK, Jamie; THEODORE, Nik; BRENNER, Neil. Neoliberal Urbanism: Models, Moments, Mutations. **SAIS Review of International Affairs**, San Diego v. 29, n. 1, p. 49-66, 2009.

POLIDORO, Maurício. **Conurbação e dispersão em aglomerações urbanas: desafios ao planejamento**. 2012. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

ROLNIK, R. **Obras do MCMV paradas, governo confisca dinheiro para pagar emendas e juros**. Labcidade: 29 de novembro de 2019. In:

<http://www.labcidade.fau.usp.br/obras-do-mcmv-paradas-governo-confisca-dinheiro-para-pagar-emendas-e-juros/> acesso 11/10/2021.

ROLNIK, R. Guerra dos lugares.

SHENG YU, A. P. **A valorização do espaço e a revisão da planta de valores do IPTU: estudo de caso na Gleba Palhano no Município de Londrina (PR)**. Londrina: Dissertação: Orientadora profa. Dra. Ideni T. Antonello: UEL: CCE: Departamento de Geografia, 2019.

UOL. **Governo corta 98% dos recursos do Orçamento para novo Minha Casa Minha Vida**. UOL: Economia, 23/04/2021. In: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/23/governo-corta-98-dos-recursos-do-orcamento-para-novo-minha-casa-minha-vida.htm> Acesso em 11/10/2021.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

Apontamentos sobre a reprodução fictícia do setor imobiliário durante a “crise do coronavírus”

Artur Boligian Neto⁴⁵

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana – FFLCH USP
arturboligian@gmail.com

Resumo

O objetivo deste texto é refletir sobre a relação entre o setor imobiliário e a expansão do capital fictício na forma de crédito imobiliário durante a “crise do coronavírus”. Pretendemos desenvolver a seguinte reflexão com base em uma pesquisa em andamento: a queda da taxa de juros no contexto pandêmico foi ativadora dos negócios imobiliários. Uma imensa coleção de mercadorias imobiliárias está sendo produzida à toda velocidade do dia para noite na metrópole de São Paulo e em outras metrópoles brasileiras. Canteiros de obras, guindastes, o som de britadeiras e martelos, são alguns dos elementos que compõem a paisagem urbana em acelerada e intensa transformação. Mas para além da realidade imediata, nexos formais e abstratos do capital devem ser analisados de maneira crítica. As atividades da construção civil e do mercado imobiliário foram estimuladas pelo fetichismo tautológico do dinheiro (D) que produz mais dinheiro (D’). O recurso ao sistema de crédito é uma condição para que a produção capitalista do espaço consiga se reproduzir de maneira ficcionalizada. Nesse sentido, o setor imobiliário será analisado neste contexto como um negócio baseado em empreendimentos econômicos e especulativos, totalizado pela economia em estado de crise estrutural.

Palavras-chave

Setor imobiliário; Crise; Capital fictício; Coronavírus; Crédito

Introdução

Durante a maior crise sanitária da história do capitalismo, o ambiente construído das grandes cidades sofreu uma acelerada transformação. Uma imensa coleção de mercadorias imobiliárias parece brotar na paisagem. Edifícios são erguidos à toda velocidade, novos canteiros de obras aparecem da noite para o dia, guindastes compõem o horizonte, o som de britadeiras e martelos dão o ritmo da sonoridade das cidades no contexto pandêmico. Em meio ao que convencionou-se denominar como a “crise do coronavírus”, os negócios do setor imobiliário estão a todo o vapor.

Apesar do cenário de agravamento das condições econômicas, quando inúmeros setores tiveram suas atividades econômicas interrompidas, o setor imobiliário se apresentou “imune” ao grande bloqueio econômico. Os porta-vozes do mercado brasileiro elegeram a indústria da construção civil como a “portadora de esperança” em suas análises, sendo definida como uma “atividade essencial” para a economia por diferentes níveis de governo. Contrariando a tendência de outras atividades que tiveram quedas drásticas de rentabilidade

⁴⁵ Bolsista de mestrado FAPESP processo: 2020/07823-6.

e/ou de estagnação na produção e circulação de suas mercadorias, o mercado imobiliário continuou trabalhando intensamente durante a “crise do coronavírus”, com uma performance de “recordes” nunca antes vista no contexto brasileiro. Não apenas no Brasil, mas durante o agravamento da crise o mercado imobiliário mundial foi aquecido e sinaliza o inchaço de bolhas imobiliárias em diferentes territórios que podem estourar a qualquer momento acirrando ainda mais a crise global.⁴⁶

A queda global da taxa de juros desempenhou um papel fundamental para esse novo “surto” de crescimento do setor imobiliário. Com a disseminação global do coronavírus as taxas de juros caíram para patamares negativos. Desde 2019, os “ciclos de redução da taxa de juros” vem sendo adotados por diferentes bancos centrais como uma “nova obstinação terapêutica” de política monetária para injetar liquidez nas engrenagens econômicas estimulando a criação de capital fictício (crédito e especulação). É este contexto de agravamento da crise e de queda do preço do dinheiro de crédito (juros), que fez com que a propriedade imobiliária retomasse sua “notoriedade” de um ativo financeiro seguro para capitalizações.

Para além do “realismo econômico” traduzido nos números de crescimento do setor imobiliário que são exaltados pelas “máscaras de caráter do capital”, o objetivo deste texto é analisar a dinâmica do setor ultrapassando as interpretações mais imediatistas. O setor imobiliário deve ser refletido teoricamente de maneira crítica, levando em consideração os nexos formais e abstratos da dinâmica capitalista que alavancaram este setor durante o que convencionou-se denominar como a “crise do coronavírus”. Portanto, o objetivo deste texto é tentar apresentar a dinâmica recente da produção e circulação do imobiliário levando em consideração suas particularidades “essenciais” do ponto de vista da acumulação de capital.

À primeira vista, todo o boom do setor durante a “crise do coronavírus” pode ser comemorado pelas interpretações vulgares como uma das formas de “resolução” ou de “remediação” da crise. Porém, de outro ponto de vista, se o setor imobiliário esteve a reboque de processos de capitalização fictícios baseados na montanha de créditos que fluíram para a produção e a circulação do ambiente construído, toda essa comemoração se transforma em clima de fim de festa. O argumento que desenvolveremos neste texto apresenta que a “crise do coronavírus” alavancou os negócios do imobiliário. Do ponto de vista da dinâmica da acumulação, o setor foi alvo de uma “fuga para frente” através da ficcionalização da produção do espaço que tende a agravar ainda mais a crise econômica.

“Crise do coronavírus” ou crise imanente?

A “crise do coronavírus” foi uma crise que, em muitos aspectos, não teve precedentes na história do capitalismo. O “choque econômico” provocado pelo confinamento social é inédito. À medida que a doença foi se alastrando em escala planetária, diversos Estados impuseram políticas de confinamento para restringir a circulação populacional. As políticas de exceção como lockdowns e quarentenas interromperam o funcionamento das atividades econômicas. Conforme foram sendo adotadas, os investimentos e os empregos em quase todas as economias do mundo entraram em recessão, contraindo o comércio, a produção e o consumo de mercadorias. O bloqueio de grande parte da economia mundial causou desespero nos mercados baseados em fluxos globais. Diferentes bancos centrais interviram na tentativa de “administrar a crise” para garantir a sobrevivência da economia mundial

⁴⁶ “Por que o preço dos imóveis dispararam pelo mundo”, Cecilia Barría. BBC NEWS, 02/09/2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-58025702>>; “Mercado imobiliário global vive aquecimento e cresce o risco de uma nova bolha global, José Luís Aranda. Brasil El País, 15/06/2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2021-06-16/mercado-imobiliario-global-vive-aquecimento-e-cresce-o-risco-de-uma-nova-bolha-global.html>>.

derrubando as taxas de juros para patamares negativos, estimulando a oferta de crédito barato e abundante, injetando liquidez com o propósito de impedir o *crash* dos mercados.

Durante a “crise do coronavírus” um dos setores que não teve suas atividades interrompidas no Brasil foi o setor imobiliário. O mercado imobiliário foi aquecido e, ao mesmo tempo, diferentes níveis governamentais decretaram que a construção civil fosse incluída entre as “atividades essenciais” da economia. No início da pandemia, o governador do estado de São Paulo, João Doria, foi o primeiro a indicar a não paralização das atividades industriais, declarando como palavra de ordem para a imprensa que “a indústria da construção civil não pode parar”. Em seguida, o presidente Jair Bolsonaro, após assinar o decreto de atividades que não seriam interrompidas, afirmou em uma live que as “atividades essenciais são aquelas que não podem parar”, defendendo a reabertura das atividades econômicas. Após ter se reunido com um grupo de empresários de grandes empresas, o presidente afirmou: “Eles disseram que estão na UTI. E da UTI só tem uma saída, ou vão para casa ou para o descanso eterno”.⁴⁷

O ministro da economia, Paulo Guedes, afirmou que estava ocorrendo um “boom” na construção com a contratação de mais 5 mil trabalhadores durante o período que ele acreditou ser a fase “mais crítica da pandemia”. Segundo o ministro, a construção civil tem um papel essencial na retomada econômica criando empregos, pois a economia “não é um V em que volta com a mesma velocidade com que caiu, foi um meteoro que caiu sobre nosso universo. É um V da Nike”. Em um encontro com os representantes do setor, o ministro disse que “a construção civil atravessou toda a crise criando empregos. Esperava que todos setores caíssem, mas vocês criaram empregos e preservaram vidas na pandemia”.

O *mainstream* de interpretações positivistas e vulgares presentes na teoria econômica e nas análises midiáticas apontam que a “crise do coronavírus” é o resultado de um nexos entre crise econômica e crise sanitária. A globalização do vírus seria o principal elemento provocador da interrupção da “normalidade” de reprodução econômica, ocasionando a formação da crise dos mercados. Nestas compreensões factuais e simplistas de “causa e efeito”, o desenvolvimento do processo de crise é interpretado como o resultado de uma interferência de elementos externos aos processos econômicos. O vírus, elemento biológico e exógeno, é elevado a razão de irrupção da crise atual. Estas compreensões tentam externalizar as profundas causas internas da crise econômica e financeira.

“A crise que se anuncia não resulta de uma interferência externa, muito menos é o mecanismo de ‘limpeza de terreno’ de sempre. Aqui temos problemas estruturais em processo há quatro décadas que têm empilhado soluções mundiais fracassadas. Somente o positivismo sedimentado como forma corriqueira do pensamento pode estabelecer um vírus como causa de uma crise econômica” (BOTELHO, 2020).

A chamada “crise do coronavírus” não foi provocada por choque externo em uma economia funcionando a plenos pulmões em um “estado ótimo de saúde”. A globalização do vírus e as políticas de contenção ao seu avanço foram apenas o estopim da quebradeira econômica, e não a sua causa. A crise global e estrutural do capitalismo vem se processando desde meados da década de 1970. É neste momento em que a reprodução do capital atinge seu limite lógico, chegando a um ponto de virada historicamente irreversível.

O advento da terceira revolução industrial (microeletrônica, informática, robótica) provocou uma crise profunda e qualitativamente distinta na dinâmica de reprodução do capital. No

⁴⁷ O decreto no dia 7 de maio de 2020 incluiu o decreto do presidente incluiu setores como: atividades industriais, transporte e distribuição de gás natural; indústrias químicas e petroquímicas de matérias-primas ou produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas; e, as atividades da construção civil. “Bolsonaro inclui construção civil em atividades essenciais que podem operar durante isolamento”, Valor Econômico, Raphael Di Cunto, 07/05/2020.

plano global, com o desenvolvimento das forças produtivas, cada vez mais massas de força de trabalho são desempregadas da produção imediata de mercadorias. Como consequência cada mercadoria passa a conter progressivamente sempre menores partes de trabalho humano (abstrato), que é, contraditoriamente, a única fonte de criação de valor (mais-valia). “O que é alcançado não é o limite do desenvolvimento das forças produtivas, mas o limite da objetividade do valor” (KURZ, [1989] 2018). O capitalismo entra em seu declínio histórico e absoluto de desvalorização.

Desde meados do final do século XX, uma “nova obstinação terapêutica” tenta remediar o esgotamento da valorização da acumulação de capital. O abandono da convertibilidade do dólar em ouro – fim do sistema de Bretton Woods em 1971, deu origem à oferta ilimitada de dinheiro nos mercados globais em uma economia sem lastro monetário e o avanço da chamada revolução neoliberal na política econômica e monetária no início da década de 1980, ampliaram e firmaram as bases da expansão secular do sistema de crédito e do endividamento em massa.

A descolagem mundial das finanças e o neoliberalismo são formas de manifestação contemporâneas de uma crise imanente à reprodução capitalista. É neste momento que a “superestrutura do sistema de crédito” alça voo aos céus assumindo um papel central, a *conditio sine qua non* da produção de mais-valia (lucro) e da participação continuada no mercado. “A crescente importância estrutural da superestrutura do crédito financeiro é a forma de reação do sistema ao real processo de desvalorização que avança pé ante pé” (KURZ, 2003).

Para Marx (2017, p.524), a “formação do capital fictício tem o nome de capitalização. Para capitalizar cada receita que se repete com regularidade, o que se faz é calculá-la sobre a base da taxa média de juros, como o rendimento que um capital, emprestado a essa taxa de juros, proporcionaria”. O crédito, seja público ou privado, é uma forma de capital fictício porque sua lógica se baseia na capitalização, uma antecipação dos ganhos esperados no futuro. O ciclo do capital monetário (definido como dinheiro usado para produzir mais valor) aparece agora como a circulação do dinheiro (D) que produz mais dinheiro (D’) na forma de capital fictício.

A formação do capital fictício (crédito e especulação) torna-se um processo comum à dinâmica econômica a partir do momento em que o desenvolvimento tecnológico diminui os lucros na totalidade. Conforme a produção de valor, portanto, de mais-valia (lucro) não sustenta mais a acumulação real, a forma mais acabada do fetichismo do capital, o capital fictício, assume a mediação de toda a porosidade da totalidade da reprodução capitalista. Neste processo a relação entre o crédito e a produção se inverte, uma vez que a produção “real”, se torna um elemento subordinado a esfera do capital monetário “fictício”. Agora, tudo desmorona se não for “financiável” a base de crédito – um lucro consumido antes de ser realizado.

Como consequência, desde a década de 1970, um panorama inédito de instabilidade duradoura e progressiva se instala na economia mundial. O encadeamento sistemático de crises cada vez mais violentas tem como catalizadores que surgem em setores específicos (imóveis, ações, commodities, títulos soberanos). As manifestações da ficcionalização da acumulação capitalista são as recorrentes crises financeiras baseadas na formação de bolhas especulativas. No final dos anos 1990, após o boom na economia norte-americana, foi erguida a maior bolha acionária de todos os tempos, a entrada de empresas de tecnologia na bolsa ficou conhecida como a “bolha da new economy”. Analisando esse contexto de ficcionalização do capital no mercado global, o economista Robert Brenner (2003) cunhou a expressão “economia de bolhas”.

A produção do ambiente construído possui uma relação imediata com a “superestrutura de crédito”, seja pela necessidade de financiar a produção, seja pela necessidade de viabilizar o consumo. Durante a expansão global do vírus, o setor imobiliário foi o alvo de injeção de capital fictício e teve um quadro particular em relação aos outros setores da economia. Se a economia foi impactada como um todo, na contramão, o setor vive um aquecimento mundial com risco do estouro de uma nova bolha global. Com a queda do preço do crédito (juro), os imóveis enquanto ativos financeiros foram alvos de investimentos. Indicadores apresentam que a “crise do coronavírus” e a tentativa de recuperação econômica posterior estão levando os mercados imobiliários a situações desconhecidas desde 2008, com as possibilidades crescentes de estouro de uma bolha imobiliária mundial. A crise atual constitui um novo impulso da tendência estrutural já em curso, de um funcionamento baseado em “fugas para frente” como tentativa de adiar a crise estrutural antecipando a produção futura de mais valor.

A “crise do coronavírus”, portanto, não faz parte de um ciclo eterno de sucessão de crises. As relações entre a crise atual e a continuidade do processo de crise estrutural são diversas. Portanto, para analisar os impactos econômicos na dinâmica do setor imobiliário no contexto da “crise do coronavírus” é necessário inseri-lo no panorama mais amplo do processo de crise fundamental do capitalismo, em particular, as suas diferentes formas fictícias e simuladas de reprodução.

Do boom de crédito à bolha imobiliária pandêmica

Quando o vírus começou a se difundir globalmente e as atividades econômicas passaram a ser interrompidas pelas políticas de confinamento populacional, diversos bancos centrais do mundo adotaram como política econômica de “administração da crise” a injeção de dinheiro em escala sem precedentes nos mercados para manter as taxas de juros em níveis historicamente baixos ou negativos, uma estratégia de anabolizar a circulação de mercadorias na economia durante sua interrupção (total ou parcial, dependendo das ações de cada governo). Essa “receita médica” foi reproduzida por diversos bancos centrais de diferentes países, como no caso do Federal Reserve (FED) - banco central norte-americano, o Banco Central Europeu (BCE) e o Banco Popular da China (PBC). O Banco Central do Brasil (BCB) também seguiu o receituário econômico e reduziu a taxa de juros para patamares mais baixos da história do país com a Selic atingindo 2% ao ano. Os “ciclos de redução de juros” tem por objetivo baratear preço do capital monetário emprestado pelos bancos, dando fluidez ao sistema de crédito e conseqüentemente “lubrificando” as engrenagens da maquinaria econômica e financeira. Os planos para aquecer a economia, como estímulos de crédito, são sempre apresentados como prova da saída definitiva da crise.

Desde 2019, com a queda global da taxa de juros, o setor imobiliário vem sendo alavancado pela concessão de créditos para financiamentos. O cenário de instabilidade econômica acentuado pela “crise do coronavírus” e a queda galopante dos juros fez com que o excesso de capital monetário excedente fluísse para a produção e o consumo de propriedades imobiliárias.

Segundo as análises midiáticas, a pandemia provocou um efeito comportamental de “corrida por espaço”. Por um lado, conforme parte da sociedade foi confinada dentro de suas mercadorias habitacionais, surgiu o que os analistas chamam de “mais consciência da importância de uma casa”: a necessidade de reformar o ambiente doméstico a fim de adaptar às novas condições impostas pela pandemia, buscar novas habitações maiores e afastadas dos centros urbanos. Por outro lado, as camadas médias de investidores que faziam suas apostas nos mercados financeiros ou que deixavam seu dinheiro rendendo de maneira mágica na conta poupança, tiveram suas expectativas de capitalização abaladas. O resultado

foi o “efeito manada” de investimentos que migraram suas aplicações para a propriedade privada imobiliária. Os investidores e consumidores viram nos ativos imobiliários, imóveis e fundos imobiliários, uma melhor opção de investimento pelo fato de ser uma forma de capitalização “mais segura” do que outras modalidades de aplicação financeira. Segundo o presidente da Associação Brasileira de Incorporadora Imobiliárias (Abrainc): “Ninguém esperava que o mercado imobiliário teria o comportamento que teve na pandemia, (...) o ambiente de negócios permanece propício, com grande atratividade para o investimento em imóveis em comparação com as aplicações financeiras tradicionais”.⁴⁸

“O aumento da troca de mercadorias, a difusão das relações monetárias e o crescimento do sistema de crédito constituem condições contextuais favoráveis ao tratamento crescente da terra como um bem financeiro. O atrativo da terra como investimento (sua segurança e também o prestígio tradicionalmente vinculado à sua posse) sempre a tornou vulnerável ao capital excedente” (HARVEY, 2013, p.449).

As interpretações que consideram o “comportamento” dos indivíduos como central para explicar a dinâmica de aquecimento do setor imobiliário durante o contexto da pandemia, desconsideram por completo a particularidade “fictícia” da propriedade privada imobiliária e o papel “essencial” que o setor imobiliário ocupa na dinâmica fetichista do “sujeito automático” (capital) que busca por todos os modos tentar se valorizar em períodos de agravamento da crise.

A propriedade imobiliária se torna um investimento seguro porque é um ativo financeiro que tem sua vinculação associada a posse de um bem material. Porém, para além de sua materialidade, a propriedade assume a expressão mais acabada de uma forma fictícia de capital e é tratada como um campo aberto para a circulação de capital monetário. Isto decorre da sua capacidade de adiantamento de ganhos futuros através da sua particularidade econômica de gerar rendas ao seu proprietário. A terra e os imóveis são tratados como um puro bem financeiro que circula no mercado de acordo com a sua capacidade de renda que deriva das expectativas de aluguéis futuros. Nesse sentido, a propriedade imobiliária possui a característica de capitalização como todas as demais formas de capital fictício, pois o que se compra e vende é um direito a um rendimento futuro. Em outras palavras, a maneira com que a terra, essa porção do globo terrestre monopolizável e elemento fundamental do setor imobiliário tem seu preço determinado tal como os ativos financeiros, ou seja, pelo valor presente das rendas futuras esperadas, a terra também se expressa no montante monetário resultante da capitalização relacionada à taxa de juros vigente.⁴⁹

O “efeito manada” de investimentos na propriedade imobiliária durante a pandemia foi estimulada pela queda do preço do crédito. As baixas taxas de juros fizeram com que uma montanha de capital fictício na forma de crédito imobiliário financiasse a demanda de empréstimos para a capitalização de rendimentos futuros através da propriedade imobiliária enquanto um ativo financeiro. Este movimento provocou um “surto” de crescimento financiamentos no setor via crédito imobiliário, superando os números do último boom visto no ano de 2014.

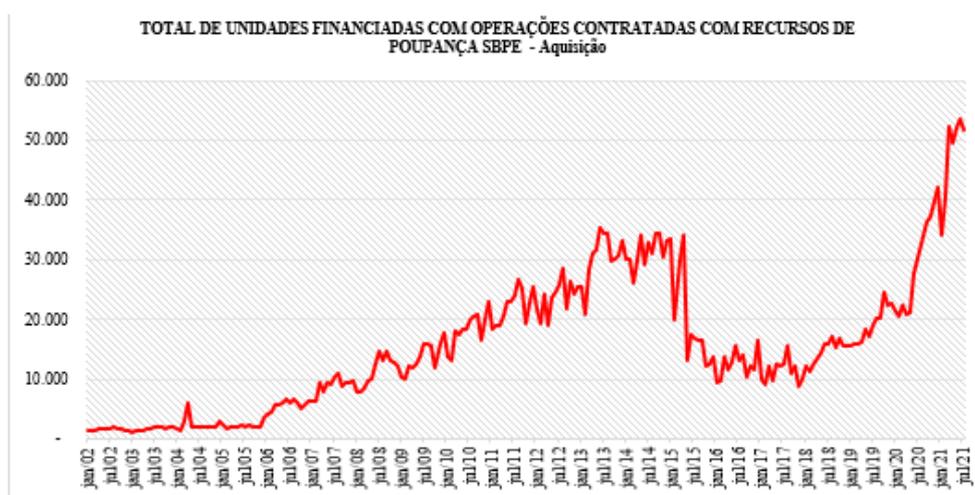
A linha de crédito que teve a maior taxa de crescimento foi o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), abastecida pelo maior “funding” do setor que é o Sistema Brasileiro de Poupança e

⁴⁸ “O lançamento de imóveis na pandemia”, ABRAINC, 16/06/2021. Disponível em: <<https://www.abrainc.org.br/abrainc/2021/06/16/os-lancamentos-de-imoveis-na-pandemia/>>.

⁴⁹ Esta análise é desenvolvida detalhadamente pelo geógrafo David Harvey no seu livro “Os limites do capital” (2014) com base nas formulações apresentadas por Marx no terceiro volume do Capital (2017). Autores como Botelho (2016) e Fix e Paulani (2019) também desdobraram a análise da relação da terra como ativo financeiro e capital fictício.

Empréstimo (SPBPE). Durante a pandemia a captação recorde de recursos na poupança inundou a principal fonte de financiamento de imóveis para as camadas médias, principalmente voltado a imóveis de médio padrão - a partir de R\$ 240 mil. Segundo os dados da Abecip (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança), os empréstimos destinados à aquisição e construção de imóveis nesta linha somaram R\$ 123,97 bilhões no ano de 2020, sendo um crescimento de 57,5% em comparação ao ano anterior. Em 2014, no auge do último boom imobiliário, a taxa média de juros cobrada era de 9,23%. Nesta época, o volume de crédito emprestado chegou em 112,9 bilhões de reais. No ano de 2021, os financiamentos imobiliários com recursos das cadernetas de poupança atingiram \$ 18,35 bilhões em março, maior volume nominal mensal registrado na série histórica iniciada em 1994. Em comparação ao mês do ano anterior quando o coronavírus ainda não tinha se difundido com intensidade no Brasil o valor foi 172,7% maior (gráficos 1 e 2).

Gráfico 1



Fonte: Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo. Org. Artur Boligian Neto

Gráfico 2



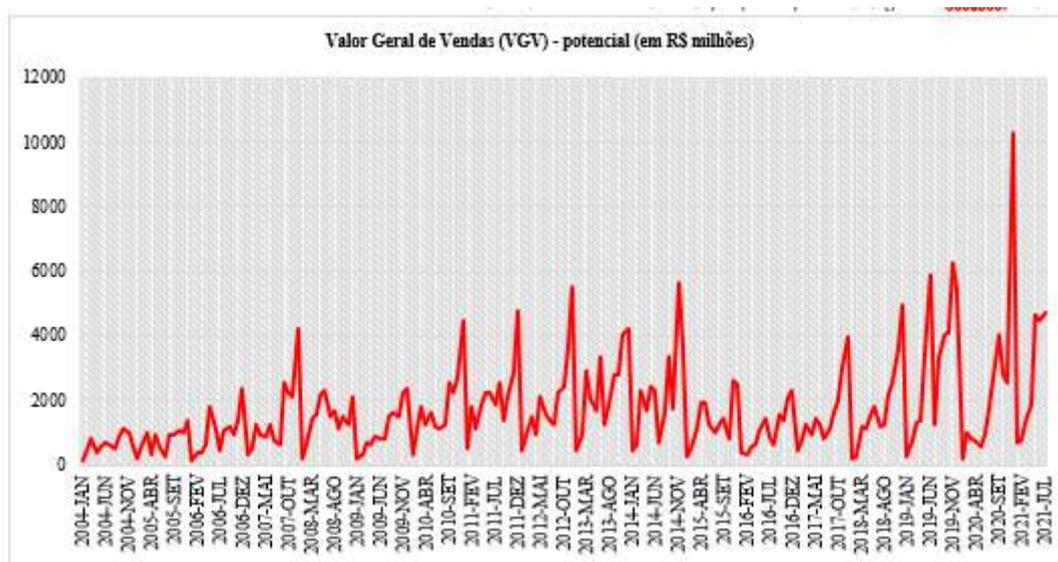
Fonte: Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo. Org. Artur Boligian Neto

A segunda maior linha de financiamentos com recursos do FGTS chegou a R\$ 24,6 bilhões no primeiro semestre de 2021, uma queda de 8% em relação ao mesmo período do ano passado; e a “hipoteca” brasileira, o “home equity”, alcançou uma alta de R\$ 1,8 bilhão, alta de 47% em relação ao primeiro semestre de 2020.

A queda dos juros e o fluxo abundante de capital fictício na forma de crédito imobiliário⁵⁰, fizeram com que as incorporadoras durante a “crise do coronavírus” acelerassem o número de novos lançamentos imobiliários (gráfico 3). O Valor Geral de Vendas (VGV) é calculado com base no total de número de unidades dos empreendimentos lançados multiplicado pelo valor médio de cada unidade. Este é o lastro central e comum das incorporadoras de capital aberto que está baseado no número de lançamentos imobiliários previstos. Este número deu um salto durante a pandemia. A terra neste caso também funciona como um ativo financeiro, pois a esperança no aumento das unidades futuras serve de critério de remuneração abstrato dado pela indústria financeira.

Do ponto de vista da acumulação capitalista a “essencialidade” do setor imobiliário constitui na sua capacidade de absorver grande contingente de força de trabalho, capital fixo e capital monetário durante longos períodos de tempo, dando longevidade aos investimentos. O movimento de expansão do crédito indica que o contexto da “crise do coronavírus” alavancou os negócios do imobiliário. A acumulação excessiva de investimentos no ambiente construído durante a pandemia esteve a reboque de processos de fictícios de capitalização que mobilizaram a produção imediata do espaço.

Gráfico 3



Fonte: Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo. Org. Artur Boligian Neto

Apesar da produção do ambiente construído das cidades neste contexto estar a reboque de mecanismos fictícios, processos reais foram alavancados, como a criação de novos postos de trabalho. A construção foi o setor que mais gerou empregos no país nos primeiros de 2020,

⁵⁰ O crédito, seja público ou privado, é uma forma de capital fictício porque sua lógica se baseia na capitalização, uma antecipação dos ganhos esperados no futuro. Neste texto apresentamos de maneira geral as diferentes linhas de crédito imobiliário sem especificar a sua dinâmica própria e detalhada de captação de recursos no sentido de privilegiar a alavancagem do setor imobiliário no contexto da “crise do coronavírus”. A análise o comportamento específico de cada linha de financiamento fugiria do escopo deste texto, sendo este um empreendimento que pretendemos desenvolver mais adiante em outros textos.

com a criação de 138.409 vagas formais⁵¹. O setor imobiliário foi a “válvula de escape” do capital monetário excedente e do grande contingente de força de trabalho disponível. Porém, a “breve lua de mel” entre a economia ficcionalizada (a reboque do capital fictício) e a economia real, pode lançar ilusões nos agentes que detém suas análises no plano vulgar, ou seja, aqueles que não consideram o plano mais abstrato e categorial da crise capitalista. Os “êxitos do emprego” neste setor estão baseados na enorme inflação estimulada pelo crédito e especulação, que há muito se tornaram os principais motores da economia mundial. Porém, pode ser questionável toda essa massa de trabalhadores mobilizados neste contexto seja produtiva no sentido de termos substanciais da produção de valor, já que o crédito tem a capacidade de antecipar o trabalho futuro consumindo mais-valor (lucro) antes dele ser realizado.

“Quando o banco empresta ao consumidor para que compre uma casa, recebendo em troca um fluxo de juros, faz parecer que algo na casa esteja diretamente produzindo valor, sendo que isso não acontece. (...) Quando os bancos emprestam para comprar terra e imóveis dos quais espera receber aluguel, a categoria distributiva do aluguel é absorvida no fluxo da circulação de capital fictício. Quando os bancos emprestam a outros bancos, ou quando o Banco Central empresta aos bancos que empresta a especuladores imobiliários em busca de aluguéis adequados, o capital fictício parece cada vez mais a uma regressão infinita de ficções construídas sobre ficções. O alavancamento a níveis cada vez mais altos (conceder empréstimos trinta vezes, e não três, a quantidade de depósito em espécie disponível) aumenta as quantidades fictícias de formações e fluxos de capital. E são esses fluxos que convertem os bens imóveis em algo irreal”. (HARVEY, 2014, p.88-89)

O montante de dinheiro antecipado na forma de crédito imobiliário para o financiamento de imóveis que ainda não foram produzidos criou uma cadeia de juros que pode ser que não seja honrada, tanto pelo lado das incorporadoras e construtoras, quanto pelo consumidor final. A antecipação de lucros do setor imobiliário pode ser que não seja realizada no futuro.

A intensificação da generalização das relações de crédito (barateamento e expansão) para o setor imobiliário no contexto da “crise do coronavírus” deve ser compreendido como uma dinâmica crítica de crescimento. Os juros baixos têm permitido que mais famílias tomem crédito para o acesso da propriedade imobiliária. De acordo com os dados do Banco Central, o endividamento das famílias chegou a 59,2% em maio de 2021, atingindo percentual recorde. Este é o maior nível de endividamento dos brasileiros da série. Apesar do crédito imobiliário ter sido barateado durante a pandemia e as linhas de financiamento terem longos prazos de parcelas para serem quitadas, o financiamento imobiliário ocupa quase metade do percentual da dívida. Nesse sentido, o contexto de queda da taxa de juros também favoreceu de contração de dívidas baseadas em empréstimos imobiliários. Como afirma Martins (2015), “a naturalização da dívida surge através da necessidade de expansão dos créditos”. Programas para “aquecer” a economia baseados no estímulo de financiamentos creditícios pelos governos, imediatamente apresentados como prova de saída definitiva da crise, acabam por agravar ainda mais as condições da própria crise.

De acordo com Flavia Martins (2011), em momentos de “prosperidade” econômica podemos observar uma abundância de créditos no mercado acelerando os ritmos da produção do ambiente construído. Todavia, em períodos de agravamento da crise, a montanha de crédito passa a ser vista como um processo de endividamento geral da sociedade, entrelaçando não apenas o setor imobiliário, mas todos os demais setores com o modo de funcionamento

⁵¹ “Construção civil lidera geração de vagas formais no país”, CBIC, 26/11/2020. Disponível <em:<em:https://cbic.org.br/en_US/construcao-civil-lidera-a-geracao-de-vagas-formais-no-pais/>>.</p></div><div data-bbox="911 948 940 965" data-label="Page-Footer"><p>79</p></div>

crítico do capital fictício. Porém, no contexto da pandemia temos os dois cenários em conjunto, a abundância de créditos no mercado imobiliário e um aumento histórico da massa de endividados. A simultaneidade entre estes dois fatores pode sinalizar o agravamento de uma bolha imobiliária.

“Na realidade, na era neoliberal do endividamento e das bolhas financeiras, o abismo entre a produção real e a produção ficticiamente antecipada de mais-valia abriu-se em dimensões, a bem dizer, grotescas” (KURZ, 2019). É neste sentido que a “crise do coronavírus” tende agravar mais ainda a crise estrutural do capitalismo. Os mecanismos fictícios da “superestrutura de crédito” para a reprodução do capital neste contexto estiveram mediando o setor imobiliário, seja pela necessidade de financiar a produção, seja pela necessidade de viabilizar o consumo das mercadorias, produzindo um circuito fechado de crédito na forma de uma “bolha de ativos imobiliários”. Apesar dos investimentos no ambiente construído fornecerem surtos de crescimentos iniciais, após um certo período de tempo se revelam como graves crises.

É nesta reprodução aparentemente ampliada do capital, ou em seu ciclo, que se abre um espaço vazio, que é o do trabalho abstrato formador de substância, deslocado para o futuro, inserido no movimento estrutural de “deslocamento do eixo temporal da produção social de mais-valia do passado para o futuro” apresentado por Robert Kurz (2014). Esta lacuna apenas temporariamente pode ser colmatada através da criação valor insubstancial, ampliando cada vez mais rodadas de créditos à procura dos consumidores e créditos para os custos prévios das incorporadoras e construtoras. Assim, a produção gerada pela criação de dinheiro sem substância (crédito) tem de se revelar inevitavelmente como inválida com o estouro da bolha, como demonstrou expressivamente a crise imobiliária de 2008, uma das manifestações fenomênicas da crise fundamental do capital.

Considerações finais

Para conter a assustadora queda da economia brasileira desde meados do início da pandemia, o Banco Central Brasileiro reduziu drástica e rapidamente a taxa de juros. O objetivo desta política econômica era encorajar os gastos barateando bastante o custo dos empréstimos facilitando a circulação e produção de mercadorias baseadas no crédito. A histórica redução da taxa de juros cujo sentido era estimular a produção e o consumo para tentar conter a espiral descendente da economia, nem sequer chegou a restaurar uma aparência de estabilidade. Essa montanha de crédito “superbarato” possibilitou, durante o agravamento da crise, o aumento recorde de empréstimos imobiliários que podem se transformar em dívidas.

A ficcionalização da economia – processo resultante da abstração suprema e totalitária do movimento do capital no seu estágio último de desenvolvimento – arrasta e incorpora consigo a economia real, o nível mais imediato da realidade. Toda a transformação acelerada da paisagem das grandes cidades durante a maior crise sanitária do capitalismo não representa uma “esperança” para economia. A absorção de capital excedente (monetário e força de trabalho) realizada pelo setor imobiliário durante a “crise do coronavírus” portanto não é uma forma de “resolução” do agravamento da crise estrutural, pois tende a agravá-la mais ainda com a alavancagem de uma bolha imobiliária estimulada por crédito - a antecipação de uma criação de valor futura que nunca ocorre.

Enquanto no discurso burguês corrente, principalmente manifesto nas palavras do Ministro da Economia e nas diferentes facções que compõem o setor imobiliário, de que a expansão representa uma retomada da economia brasileira, sinalizando a “saída em V da Nike de uma crise”, isso representa o movimento contrário. A expansão via acumulação fictícia pode até

trazer elementos simuladores de esperança para a “recuperação econômica”, porém, isso sinaliza ainda mais a um agravamento da crise estrutural do capitalismo. Quanto maior for o adiamento, maior será o golpe sobre a acumulação real. As cadeias de crédito e a antecipação da mais-valia que talvez não sejam realizadas, ainda sem lastro de valor real, representam a formação crítica de uma bolha de dívidas e de especulação imobiliária, que “mais cedo ou mais tarde isso vai estourar, é tão seguro quanto o amém na igreja”.

Referências

BOTELHO, Maurílio. **Epidemia econômica: Covid-19 e a crise capitalista**, 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/02/epidemia-economica-covid-19-e-a-crise-capitalista/>

_____. **Um mundo afogado em capital: a queda global da taxa de juros e a nova rodada da crise estrutural do capitalismo**, 2019. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/11/29/um-mundo-afogado-em-capital-a-queda-global-da-taxa-de-juros-e-a-nova-rodada-da-crise-estrutural-do-capitalismo/>

_____. **Renda da terra e capitalização em David Harvey. Notas sobre o caráter especulativo da propriedade imobiliária.** *Espaço e Economia* [Online], 8; 2016.

BRENNER, Robert. **O boom e a bolha**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CZORNY, Bernd. Ernst Lohoff e o individualismo metodológico. *Revista Exit*, 2014. Disponível em: http://www.obeco-online.org/bernd_czorny.htm

FIX, Mariana; PAULANI, Leda. Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização. *Revista de Economia Política*, vol. 39, nº 4 (157), pp. 638-657, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/rep/a/skzsvNGRmRTNTN3wKsCzRNB/abstract?lang=pt#>

HARVEY, David. **Para entender o capital: livros II e III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.

JAPPE, Anselm. et al., **Capitalismo em quarentena: notas sobre a crise global**. São Paulo: Elefante, 2020.

_____. **Crédito à morte: a decomposição do capitalismo e suas críticas**.

KURZ, Robert. **As perfídias do capital financeiro**, 2003. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz159.htm>

_____. **Ascensão do dinheiro aos céus: Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global**. *Revista Geografares*, [S. l.], n. 28, p. 55-115, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/24388>. Acesso em: 3 out. 2021>.

_____. **Crise do Valor de Troca**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

_____. **Dinheiro sem valor**. Lisboa: Antígona, 2014.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política (III): O processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARTINS, Bruno Xavier. **Do modelo crítico de expansão do setor imobiliário brasileiro ao Programa Minha Casa Minha Vida**. v. 18 n. 3, 2016: GEOgraphia. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13744>

MARTINS, Flavia. **A (re)produção social da escala metropolitana: um estudo sobre a abertura de capitais nas incorporadoras e sobre o endividamento imobiliário urbano em São Paulo.** Tese - Doutorado em Geografia (Geografia Humana) - Universidade de São Paulo. 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25052011-123730/pt-br.php>

LOHOFF, Ernst. **Quando riqueza destrói riqueza: o capitalismo invertido e seus limites.** Revista Krisis, 2015. Disponível em <<https://www.krisis.org/2015/quando-riqueza-destroi-riqueza/>>.

As cidades do rio: diversidade da formação socioespacial na Amazônia ribeirinha

Giselle de Lourdes Bangoim Sakatauskas
Universidade Federal do ABC
gibangoim.gisa@gmail.com

Flávia da Fonseca Feitosa
Universidade Federal do ABC
flavia.feitosa@ufabc.edu.br

Resumo

O presente trabalho fará uma discussão sobre o espaço urbano amazônico e suas articulações ao longo do processo de formação histórico e territorial na região. A exposição da pesquisa empreendida sobre o objeto em questão realizou-se a partir da análise bibliográfica e pesquisa de campo. Para estudo de caso adotou-se as cidades localizadas na região do Baixo Tocantins no Pará. Pretendeu-se, a partir dessa realidade urbana, destacar as diversidades regionais, enfatizando a forma diferenciada com que se deu as políticas de ordenamento territorial das últimas décadas e chamar atenção para as particularidades urbanas que demarcam as diferentes espacialidades e que sugerem políticas públicas diferenciadas quando se considera a realidade ribeirinha amazônica. Acredita-se que o estudo da diversidade existente na região pode contribuir para ampliar o conhecimento sobre as condições tanto do urbano como da moradia da população residente, assim como subsidiar a elaboração de políticas públicas aderentes à realidade amazônica.

Palavras-chave

Cidades ribeirinhas; Amazônia; Diversidade urbana; Baixo Tocantins

Introdução

Para a compreensão do urbano na Amazônia brasileira é necessário resgatar a formação histórica e os reflexos do processo de urbanização na emergência de formas diversificadas de ocupação na região, as quais foram diretamente impactadas pelas políticas governamentais na redefinição do espaço regional.

Acredita-se que o estudo da diversidade existente na região do Baixo Tocantins, pode contribuir para ampliar o conhecimento sobre as condições de moradia da população residente, assim como subsidiar a elaboração de políticas de desenvolvimento urbano e habitacional que possam dialogar com esta realidade.

Para tanto, afirma-se que a relação entre as cidades e os rios na Amazônia sinaliza que a política estatal deixa à margem municípios que tem suas realidades construídas às margens dos rios e que veem essas práticas espaciais diversas e singulares sendo ignoradas no âmbito do planejamento urbano.

Essa discussão é realizada a partir de uma visão histórica e dialética que permite avançar na compreensão da complexidade e a diversidade do urbano amazônico, partindo do pressuposto de que existem singularidades no processo de construção desses espaços urbanos amazônicos que só podem ser apreendidos a partir de uma perspectiva histórica.

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A primeira apresenta a discussão sobre a diversidade do urbano na região amazônica com ênfase para as cidades ribeirinhas. A segunda pauta-se na análise crítica da formação da diversidade socioespacial do território amazônico. E, por fim, algumas considerações a título de síntese.

A diversidade do urbano amazônico e as cidades ribeirinhas

A região amazônica, especificamente a região Norte, apresenta características específicas, a saber: o processo histórico de sua ocupação, os baixos índices socioeconômicos, as características climáticas e físicas da região, a questão cultural fortemente presente e os conflitos fundiários e ambientais.

Porém, as políticas setoriais elaboradas pelo Governo Federal têm sido pensadas a partir de realidades da região Sul e Sudeste não tem dialogado com algumas dessas especificidades regionais. No enfrentamento dessa problemática, torna-se necessário levar em consideração tais características, que parecem ser “desconhecidas” pelo poder público.

Esse conhecimento deve partir do pressuposto de que a construção do urbano na Amazônia se colocou como estratégia de apropriação e domínio territorial ao longo da história e que na contemporaneidade a diversidade de cidades coloca-se não apenas na forma de resposta a políticas ou incentivos, mas “como expressão da diversidade cultural, que inclui a resistência cultural da população às novas formas e agentes de produção do espaço urbano” (VICENTINI, 2004, p. 35).

As cidades constituem-se como lugares de reprodução das relações sociais, e são as bases onde o Estado realiza intervenções na produção do espaço possibilitando a expansão de novas formas de relações de produção na região, o que representa uma medida essencial para o desenvolvimento do capital.

Considerando que o modo como se produz o espaço depende das condições dos meios de produção, assim como também a forma como a vida se manifesta, este não pode ser reduzido à natureza nem ao ambiente construído, e sim como as formas de controle que se adequam à produção dos meios materiais para a existência do homem (OLIVEIRA, 1999).

O espaço urbano que se produz num lugar qualquer da Amazônia não é único. Ele está contido e contém uma totalidade que inclui tanto o processo de desenvolvimento recente para a região, como a forma de produção da sociedade nacional, refletindo a maneira da espacialização de outras cidades brasileiras assinalada pela contradição: de um lado, as ilhas de luxo, riqueza, bem estar, e de outro, os arquipélagos de extrema miséria (OLIVEIRA, 1999, p. 203).

A análise do processo de produção do espaço na Amazônia pressupõe o entendimento de que a produção deste espaço, não se encerra em si mesmo, na medida em que é condição, meio e produto da sociedade. O espaço existe fora do indivíduo, é produto, mas também se imbrica na produção da sociedade. Ele abrange não apenas as relações de produção, mas abarca, também, as dimensões política, cultural etc. Logo, sua produção possui dimensão de totalidade.

Considerado apenas como aparente, o cotidiano pode ser o ponto de partida para a investigação da realidade, pois ela não está à margem da vida de cada

dia. Mas o cotidiano não é só isso, é também o receptáculo da passividade, da desesperança, da repetitividade enfadonha, da falta de perspectiva, enfim, da miséria do dia a dia e, no caso, nos confins da Amazônia. E mais: é, sobretudo, o que contém a possibilidade de mudança da vida, pois ele também possui uma dimensão de riqueza não apenas material, concentrada nas mãos de poucos, mas virtual, que reproduz a vida e que aponta para o fato de que o social não se restringe ao econômico, indo além ao se referir às relações sociais entre os indivíduos, entre estes e o grupo e deste com a sociedade (OLIVEIRA, 1999, p. 203).

O processo de produção do espaço amazônico ocorre através da ação de vários atores, tais como: pequenos agricultores, pescadores, populações ribeirinhas, assalariados, posseiros, peões, caboclos e povos indígenas. De outro lado, os constituintes do capital privado, as empresas, o capital financeiro e as multinacionais, completando-se com a ação do Estado, o qual atua como agente que possibilita a produção da Amazônia como fronteira (OLIVEIRA, 1999).

A dimensão urbana da região amazônica, segundo Cruz (2012), resulta dos nexos estabelecidos por aspectos relacionados: a) à exploração dos recursos naturais, b) à produção de territórios, c) às políticas públicas, d) ao explosivo crescimento populacional, e) ao desempenho e impacto dos grandes projetos de infraestrutura e econômicos, f) à ocupação e disputa pelo espaço de moradia, e g) ao planejamento do desenvolvimento urbano e territorial. Tais questões já pautadas em discussões anteriores demonstram a relevância de compreender essas lógicas que estruturam o espaço urbano amazônico.

Há um desafio em decifrar o urbano na Amazônia, partindo-se do princípio de que a densidade populacional na região é muito menor que em outras regiões do país e também porque o processo de ocupação e urbanização da região foi diferenciado, por isso, essa singularidade não pode ser renegada. Por esse motivo é necessário entender as racionalidades em jogo; as relações interculturais em uma região onde o pluriétnico se expressa no urbano; as relações monetarizadas amplamente articuladas ao mercado globalizado; o mercado de trabalho mesclado, com a rede informal (CASTRO, 2003).

As cidades na Amazônia combinam variáveis como tempos históricos e culturais que implicam formas de apropriação desiguais do território (VICENTINI, 2004). Essa composição de variáveis faz da região uma verdadeira heterogeneidade do ponto de vista da produção do espaço geográfico. Tal particularidade pode ser visualizada na diversidade sociocultural que influencia na relação sociedade-natureza.

Para a autora, a constituição das cidades, que historicamente fora condicionada pelas imposições de um sistema econômico, político e cultural mundial, guarda suas especificidades, as quais são expostas por uma natureza diversificada e por uma peculiar apropriação antrópica. “Esta especificidade revela uma fragmentação em sua organização territorial, assim como uma diversidade própria na expressão espacial, social e cultural das cidades” (VICENTINI, 2004, p. 11).

Enfatiza a autora, que os processos históricos e culturais de formação das cidades, aliados às características geofísicas da Bacia Amazônica delineiam e explicam o processo de ocupação contemporânea. Variam, assim, os tempos históricos e culturais que implicaram formas de apropriação desigual do território

Vicentini (1994) sinaliza que cidades tradicionais, cidades da colonização, cidades espontâneas vinculadas ao garimpo ou a projetos extrativistas e as *companytowns*, são facetas complexas do processo de transformação porque passou o urbano na região. As características das cidades na Amazônia têm relação direta com as políticas de

desenvolvimento regional que resultaram na concentração de grandes contingentes populacionais nas cidades, carentes de bens, trabalho e serviços públicos adequados.

Segundo Trindade Jr. (2013) a diversidade urbana amazônica ou urbanodiversidade é revelada pelos diversos tipos de cidade e pela existência de múltiplos tipos de urbanização que decorrem de processos originados externamente à região.

Para Gonçalves (2001), a Amazônia não pode ser considerada uma região homogênea, por ser extremamente complexa e diversificada em seus diferentes contextos socioculturais. A Amazônia é marcada pela diversidade, sendo possível a identificação segundo o mesmo autor, de dois padrões de organização do espaço, que são contraditórios entre si; a saber: o padrão de organização rio-várzea-floresta e o padrão de organização rodovia-terra-firme-subsolo. Essa é uma caracterização das cidades da Amazônia referente ao tempo de inserção na estrutura regional.

O modelo chamado de rio-várzea -floresta é anterior à década de 1960. Em algumas das cidades desse modelo observa-se uma ligação a dinâmicas econômicas herdadas do passado e às vias fluviais ou rural e o urbano se confundem, o que demonstra a intensa articulação da cidade com uma temporalidade que não foi totalmente assimilada pelas atividades e modos de vidas mais recentes.

Quanto ao perfil “rodovia-terra-firme-subsolo”, referem-se à ocupação regional posterior a década de 1960 ligados diretamente a implantação de rodovia, frentes de expansão econômica, são áreas sujeitas as repercussões dos projetos econômicos instalados recentemente (GONÇALVES, 2001). São espaços de apoio à mão de obra.

Diferentemente das áreas sujeitas diretamente às repercussões dos projetos econômicos instalados recentemente, existem aquelas cidades que não se caracterizam como espaços de apoio à mão-de-obra móvel e polivalente, o que nos faz sugerir que nem todas as cidades passam a se inserir da mesma maneira nessa nova dinâmica. Em algumas delas, muitas vezes ligadas ainda a dinâmicas econômicas herdadas do passado e às vias fluviais, o rural e o urbano se confundem, mostrando a intensa articulação da cidade com uma temporalidade ainda não totalmente assimilada pelas novas atividades e modos de vida implantados mais recentemente; ou quando fortemente difundidos, criam impactos e resistências, que tendem a expressar múltiplas temporalidades e espacialidades conviventes e conflitantes, que conferem o caráter híbrido ao espaço [...] (TRINDADE JR.; TAVARES, 2008, p. 10).

De acordo com a regionalização proposta por Becker (2005) as cidades que apresentaram destaque na rede urbana regional por causa de sua centralidade e influência sub-regional podem ser identificadas como de porte médio. Essas cidades têm uma importância econômica e política que assumem no contexto regional. Neste perfil de cidade, a autora identificou pelo menos três tipos de saber:

- a. *rurópolis*: circulação rodoviária; forte peso agrícola; novos fóruns de decisão política; investimentos governamentais e privados;
- b. *cidades de tradição ribeirinha*: circulação fluvial; peso agrícola e extrativista; novos fóruns de decisão política; investimentos governamentais e privados;
- c. *capitais estaduais*: papel burocrático administrativo; economia diversa com importância aos serviços e comércio; investimentos governamentais; sedes governamentais.

Becker (1998) também pensou a diversidade de pequenas cidades e caracterizou três perfis:

- a. *ciudades empresa*: também conhecidas como *Companytowns*; foram implantadas como franjas urbanas no interior da região; há um controle dos empreendimentos sobre essas cidades e acabam exercendo grande pressão sobre a floresta;
- b. *ciudades rodoviárias*: associadas a presença de modernas atividades econômicas e locais de atividades ligadas ao apoio de frente de expansão; grande influência da dinâmica das rodovias;
- c. *ciudades tradicionais*: cidades situadas em regiões pouco ou apenas indiretamente impactadas pelas frentes econômicas. São cidades consideradas pioneiras no processo de organização do território que remontam à colonização portuguesa.

Quadro 1 - Cidades tradicionais na Amazônia: tipos e particularidades.

CIDADES	PADRÃO DE OCUPAÇÃO	POPULAÇÃO	VÍNCULOS CULTURAIS
Cidades Ribeirinhas	Várzea/rio/floresta	Nativa	Fortes enraizamentos
Cidades de Colonização Agrária Antiga	Terra firme/estrada/colônia agrícola	Migrantes do passado	Mesclagem cultural mais antiga
Cidades Híbridas	Padrão multiforme	Predomínio da população nativa	Mesclagem cultural mais recente

Fonte: Trindade Jr. (2013).

As cidades na região amazônica são marcadas pela forte presença da floresta. Os rios têm um papel de grande importância ao longo do processo de povoamento dessa região. Nos últimos anos, inúmeros autores já identificam as cidades amazônicas brasileiras associando sua imagem à floresta.

Trindade Jr. (2010) discute as expressões “cidade da floresta” e “cidades na floresta” inspirado em Santos (1993/1994) em seu empreendimento de cunho teórico quando da sistematização das tendências da urbanização brasileira. Ao reconhecer as cidades da floresta, estabelece a diferenciação em face de outro tipo de cidade. Segundo Trindade Jr. (2010):

- a. *ciudades na floresta*: tendem a se articular com as demandas externas da região; a floresta torna-se um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana; espaço da exploração econômica;
- b. *ciudades da floresta*: eram as predominantes até a década 60; pequenas cidades associadas à circulação fluvial; fortes ligações com as dinâmicas da natureza; vida rural não moderna e com floresta pouco explorada.

É importante esclarecer que a ocupação do território amazônico não permite a clara distinção sobre onde começa e onde termina o urbano na região, o que poderia permitir referenciar estratégias socioespaciais de populações tanto do meio rural quanto urbano. Neste sentido, pressupõe-se que esta realidade está em constante transformação.

Segundo Cardoso e Lima (2006), “o urbano na Amazônia manifesta-se como um ‘continuum’” (p. 90), o qual se irradia das cidades maiores em direção às menores agrovilas e vilas. Nos dias atuais, na Amazônia, a realidade do espaço urbano regional exige pensar para além das definições estabelecidas nas categorias dicotômicas urbano/rural. A configuração espacial do urbano amazônico não é constituída somente às cidades e vilas estruturadas e formais, englobam também outras formas socioespaciais, tais como projetos

de assentamentos, comunidades ribeirinhas, áreas indígenas, unidades de conservação e, até mesmo, sedes de fazendas (CARDOSO; LIMA, 2006).

A riqueza e a extensão do fenômeno urbano amazônico estão também no mosaico de diferentes formas de assentamentos humanos organizados em núcleos populacionais e suas relações. Os autores reconhecem que, na atualidade, há várias tipologias de ocupação do território amazônico, desde a sede municipal (ou cidade), vilas ribeirinhas, agrovilas, projetos de assentamento, reservas ambientais, reservas indígenas e fazendas (CARDOSO; LIMA, 2006).

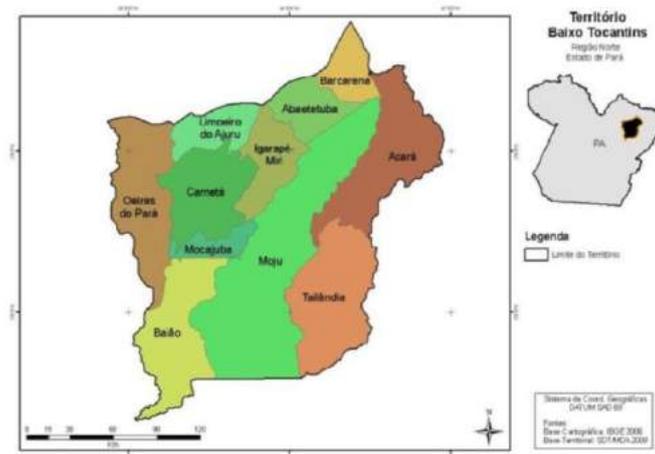
As cidades do rio: formação socioespacial ribeirinha

Para análise desta temática torna-se importante compreender a relação da cidade com o rio na Amazônia, levando em consideração as mudanças e permanências nas dinâmicas e a caracterização de cidades que são consideradas ribeirinhas, especialmente aquelas localizadas na região do Baixo Tocantins.

A escolha do Baixo Tocantins como lócus da pesquisa justifica-se pelo fato de que essa região se constituiu como uma das primeiras áreas de ocupação da colonização portuguesa, sendo um dos primeiros núcleos de povoamento da Amazônia e, além disso, trata-se de uma região bastante heterogênea. Sua particularidade é dada a partir da diversidade sociocultural, devido à influência na relação sociedade-natureza, resultando numa diversidade de expressões espaciais.

O território do Baixo Tocantins encontra-se numa zona de fronteira na Amazônia brasileira, localizado entre a Amazônia Central e Amazônia Oriental, na região nordeste do Pará, integrado à Bacia do rio Tocantins. A região do Baixo Tocantins, que é a microrregião de Cametá, é organizada pelos rios Moju, Pará e Tocantins. É constituída e composta por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia (figura 1).

Figura 1 - Território do Baixo Tocantins.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA/SDT (2009).

A microrregião integra a Bacia do Tocantins, considerada a segunda mais importante do país, superada apenas pela Bacia do Rio Amazonas. É ainda indicada como a de maior potencial para a geração de energia hidrelétrica. A Bacia do Tocantins-Araguaia constitui um dos eixos

de planejamento do governo federal, com enfoque em transporte e geração de energia, o que prenuncia outros impactos sociais e ambientais para as populações locais (REIS, 2015).

Nesta discussão, faz-se necessário delimitar conceitualmente a diferença entre as cidades “beira rio” e “cidade ribeirinha”. A cidade ribeirinha é dotada de atributos tanto de localização geográfica como os de natureza relacional, isto é, de conteúdo socioespacial que a definem como ribeirinha. As cidades ribeirinhas para além de sua localização trazem consigo um conteúdo de inúmeras interações de sua população residente com elemento hídrico.

Neste sentido, pode-se afirmar que toda cidade ribeirinha é uma cidade beira-rio, no entanto, nem toda cidade beira-rio é necessariamente ribeirinha. Recorre-se a interpretação de Lefebvre (1974) de espaço, onde a prática espacial, a representação do espaço e o espaço da representação conferem um caráter multidimensional ao espaço que é socialmente produzido.

Em decorrência dessas características multidimensionais relativas ao espaço e suas representações pode-se falar de “laços” para conhecer os espaços de vivências e as múltiplas identidades ribeirinhas que identificam a interação cidade e rio como parte da complexidade.

Chega-se à maioria das pequenas cidades pelo rio e delas é possível contemplar uma paisagem cujo limite é o reencontro das paralelas no horizonte em que o céu e as águas parecem se abraçar. A paisagem citadina é avistada de longe, aparecendo aos poucos, preguiçosamente aos olhos de quem se aproxima sem pressa de chegar. Assim vista, a maioria destas pequenas cidades situadas às margens dos rios assemelha-se a um quadro emoldurado pela folhagem verde-escuro da floresta que lhe guarnece. Parece um recanto sedutor (OLIVEIRA, 1999, p. 200).

As cidades ribeirinhas incorporam uma das mais significativas expressões da Amazônia brasileira. Para Higa (2011), essas cidades tiveram sua origem relacionada à implantação de atividades ligadas ao extrativismo com a função de se tornarem pontos de referência para a comercialização e o embarque dos produtos da floresta e também desenvolveram formas peculiares de organização, identidade e modalidades específicas das condições de vida que asseguram sua sobrevivência.

As teias que marcam a organização interna destas cidades e suas relações com o entorno são estabelecidas sob condições e lógicas específicas de adequação às circunstâncias históricas, políticas, econômicas e socioambientais que definiram suas localizações e permeiam e molduram os processos que lhes permitem resistir e perdurar ao longo do tempo (HIGA, 2011, p. 112).

Desde o período da colonização na região amazônica, os rios eram a base econômica. O extrativismo, a agricultura e a pecuária estavam vinculados à dinâmica dos rios.

Os objetos/símbolos dessa temporalidade ribeirinha são: o próprio rio, os barcos, os portos e a feira. O rio aparece, então, enquanto espelho do movimento, como definidor de cotidianos e de itinerários com seus regimes de enchente e vazante; os barcos servem de elo entre as comunidades quilombolas, dentre outras, e a cidade e vice-versa; os portos são o ponto de encontro da cidade com o rio, dos cosmos citadino e ribeirinho, das mercadorias vindas do rio e das que saem da cidade por ele; a feira é o lugar onde se horizontalizam as relações, onde se trocam as mercadorias e, ao mesmo tempo, as conversas, onde se desenvolvem as experiências, onde se narram as histórias (MALHEIRO; TRINDADE JR., 2009, p. 59).

As citações acima apontam que o rio é um elemento central na formação das cidades ribeirinhas e na definição do modo de vida da população. Nestas realidades há uma forte ligação material e simbólica, reforçando um povoamento que se consolidou ao longo dos rios e que estrutura até hoje as relações sociais e a dinâmica da produção do espaço.

A dimensão cultural é uma dimensão preponderante na produção do espaço amazônico, com importante presença na configuração das cidades e na dimensão simbólica das relações sociais que marcam a formação socioespacial das cidades ribeirinhas. Neste sentido, recorre-se ao aporte teórico de Lefebvre (2008), que entende a cidade como uma dimensão simbólica e que “apenas hoje é que começamos apreender a especificidade da cidade” (p. 46).

Há uma dinâmica econômica que está ligada aos rios e inclui inúmeras atividades, a saber: o extrativismo do açaí, da castanha, do cacau, e de várias frutas regionais. Por outro lado, há o extrativismo da madeira, muitas vezes de forma irregular, sem uma racionalidade no manejo da floresta. Estas dinâmicas são responsáveis pela sobrevivência de inúmeros atores que vivem nas cidades, nas vilas, nos povoados e que têm nos portos e nas feiras seus espaços fundamentais de sobrevivência.

No que se refere ao contexto interno, as cidades ribeirinhas são marcadas: pelo cotidiano pacato; temporalidades específicas e alheias à dinâmica das grandes e médias cidades; atividades econômicas classificadas como urbanas quase inexistentes na região; a atividade rural é a principal ocupação de sua população e há uma reduzida ocorrência de empregos públicos e atividades comerciais.

Quanto ao contexto externo, as cidades ribeirinhas são marcadas: pelo isolamento; não conta com regular acesso aos serviços de transporte e serviços de telecomunicações; não dispõem de serviços que possam atrair pessoas ou recursos e servem de entreposto comercial (HIGA, 2011).

As cidades localizadas às margens dos rios perderam a importância econômica em decorrência da crise do extrativismo. Sinalizam Pinheiro *et al.* (2011) que no passado as cidades que se destacavam eram as localizadas às margens dos rios, hoje têm se destacado as cidades de Belém e Região Metropolitana, algumas cidades que funcionam como polo regional (Marabá, Santarém e Castanhal) e aquelas dinamizadas por eixos rodoviários ou grandes empreendimentos econômicos (Parauapebas, Marituba e Abaetetuba).

Os autores continuam a afirmar que a mudança no padrão de organização do espaço regional ocorreu a partir das grandes transformações impulsionadas pelos projetos públicos e privados que ingressaram na região alterando assim, a estruturação das cidades causando uma reorganização do espaço regional aumentando a relevância das cidades que se estruturaram às margens das rodovias.

Pelos motivos já pontuados, as cidades ribeirinhas precisam ser olhadas com parâmetros diferenciados daqueles utilizados para outros tipos de cidades da região amazônica.

Nos municípios do Baixo Tocantins é predominante o padrão de ocupação relacionado aos rios. Este padrão é considerado o mais antigo e está vinculado à natureza extrativista das atividades econômicas que são praticadas há muito tempo na região. Fazem parte deste conjunto as cidades históricas que possuem mais de trezentos anos de existência.

Segundo Cardoso e Lima (2006), essas cidades mais antigas tornaram-se importantes por oferecerem maior infraestrutura e pela diversidade de serviços que oferecem à população. E também há aquelas cidades menores localizadas às margens dos rios que representam pontos de apoio à população ribeirinha e rural abrigo para os principais serviços como escolas, postos de saúde, feiras etc.

Trindade Jr. et al., 2008 (2008) reconhecem três padrões distintos na estrutura intraurbana das cidades ribeirinhas:

- a. *padrão ribeirinho*: apresenta um ordenamento não aleatório e é definido e direcionado pelo rio;
- b. *padrão espontâneo*: não se define pela via fluvial, e se constituiu aleatoriamente de acordo com interesses de apropriação do espaço dos diversos agentes;
- c. *padrão pré-definido ou dirigido*: reflete o processo de apropriação do espaço direcionado pelo Estado ou pela iniciativa privada.

Malheiro e Trindade Jr. (2009) acrescentam o *padrão rodoviário*, na qual a dinâmica de apropriação do espaço se liga direta e indiretamente aos processos relacionados à circulação rodoviária, sendo definido e direcionado pelas estradas principais ou vicinais.

Não obstante, os problemas de infraestrutura e de carência que apresentam as cidades ribeirinhas despertam a necessidade, em suas formas de planejamento e gestão, de adoção de instrumentos de participação e de gestão democrática mais associados às suas demandas híbridas, que as articulam organicamente com a floresta (TRINDADE JR. et al., 2008).

Considerações finais

Os resultados demonstram que ainda que essas as cidades no Baixo Tocantins estejam articuladas aos processos de expansão capitalista, elas guardam características que revelam permanências de dinâmicas anteriores ao período mais recente. As cidades escolhidas para este estudo têm uma forte ligação com as dinâmicas da natureza, em que a vida ainda é marcada por um ritmo mais lento.

Essas características tornam muitas das cidades representativas das “cidades da floresta”, expressão utilizada por Trindade Jr. (2010). As cidades do Baixo Tocantins apresentam características específicas, a saber: o processo histórico de sua ocupação, os baixos índices socioeconômicos, as características climáticas e físicas da região, a questão cultural fortemente presente e os conflitos fundiários e ambientais.

Nas cidades ribeirinhas predominam o *padrão ribeirinho* e *espontâneo*, porém também é possível visualizar a presença de *padrão pré-definido* ou *dirigido*. É importante ressaltar que estes padrões de apropriação do espaço não são estanques e/ou homogêneos, muitas vezes coexistem padrões entre si.

Por este motivo, é de fundamental importância compreender a Amazônia na sua diversidade e complexidade. Deve-se compreender que existem singularidades no processo de construção dos espaços urbanos amazônicos, mesmo tendo sido submetidos a processos idênticos presente em toda fronteira amazônica e que essas especificidades se manifestam na forma, na função e na estrutura que a cidade assume na sua dimensão intraurbana.

Conhecer a realidade urbana da Amazônia é de extrema importância para compreender os diversos processos contraditórios da modernização que chegam, se instalam e modificam a realidade da região. Acredita-se que as particularidades do urbano não podem ser captadas sem a compreensão dos processos históricos que caracterizam o território em questão e ainda sem o diálogo entre as especificidades e questões mais gerais que envolvem a diversidade do urbano amazônico.

Referências

- BECKER, Bertha. Dinâmica urbana na Amazônia. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (org.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 401-28.
- _____. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1998.
- CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, José Júlio Ferreira. Tipologias e Padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental. In: CARDOSO, Ana Cláudia Duarte Cardoso. **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas**. Belém: Ed. UFPA, 2006. p. 55-96.
- CASTRO, Edna. Relações campo-cidade, identidades e redes de sociabilidade na Amazônia. In: **Workshop II SUSAM. Relação campo-cidade e Identidades Regionais nas Amazônias**. Belém-PA, 03 a 05 de novembro de 2003.
- CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes projetos urbanos em metrópoles amazônicas: segregação social e moradia em Belém e Manaus**. 2012. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.
- HIGA, Tereza Cristina Cardoso de Souza. Dinâmica Urbano-regional na Amazônia. In: PEREIRA, Rafael Henrique Moraes; FURTADO, Bernardo Alves. **Dinâmica Urbano-Regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília: IPEA, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Anthropos, 1974.
- _____. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira; TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Entre rios, rodovias e grandes projetos: mudanças e permanências em realidades urbanas do baixo Tocantins (PA). In: TRINDADE JR., Saint-Clair et al. **Pequenas e médias cidades na Amazônia**. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFPA; Observatório Comova, 2009. p. 59-92.
- OLIVEIRA, José Ademir de. **As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados**. São Paulo: Contexto, 1999.
- PINHEIRO, Andrea de Cassia Lopes et al. Dinâmica Urbana do Estado do Pará (2000-2008). In: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. **Dinâmica Urbano-Regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília: IPEA, 2011. p. 145-82.
- REIS, Adebaro Alves do. **Desenvolvimento sustentável e uso dos recursos naturais em áreas de várzea do território do Baixo Tocantins da Amazônia paraense: limites, desafios e possibilidades**. 2015. Tese (Doutorado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará,
- TRINDADE JR., Saint-Clair et al. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, n. 321, dez. 2013.
- _____, et al. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, n. 51, p. 113-37, mar./set. 2010.
- _____, et al. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: TAVARES, Maria das Graças; TRINDADE JR., Saint-Clair (org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008, p. 27-47.

VICENTINI, Yara. **Cidade e história na Amazônia**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

VICENTINI, Yara. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.

Às margens do Novo Rio Pinheiros: entre o discurso ambiental e a segregação urbana

José Guilherme Schutzer

Associação Escola da Cidade - Plataforma de Pesquisa Arquitetura e Biosfera
jgschutzer@gmail.com

Fabio Pereira dos Santos

Associação Escola da Cidade - Plataforma de Pesquisa Arquitetura e Biosfera
fabio.psantos@gmail.com

José Otávio Lotufo

Associação Escola da Cidade - Plataforma de Pesquisa Arquitetura e Biosfera
zkltf10@gmail.com

Raphael Thomaz Sanches do Amaral

Associação Escola da Cidade - Plataforma de Pesquisa Arquitetura e Biosfera
raphael.tsa@gmail.com

Resumo

Este artigo aborda novas facetas da segregação urbana e de processos de gentrificação, como componentes do processo de produção do espaço urbano, que se apresentam fortemente demarcados por um discurso da sustentabilidade ambiental e que embala a captura do orçamento público para produzir amenidades verdes e uma sobrevalorização imobiliária nos bairros mais bem equipados da cidade. A segregação urbana põe em evidência o profundo desnível entre ricos e pobres em termos de qualidade de vida e no acesso ao ambiente urbano saudável e qualificado com infraestrutura, equipamentos, serviços e áreas verdes. Trata-se de uma dinâmica cujos propósitos frequentemente se encontram obscurecidos por uma sofisticada máquina de propaganda pela qual opera o domínio de quem escolhe o destino das cidades. É nesse contexto que o grupo de pesquisa sobre Urbanismo Verde da Plataforma Arquitetura e Biofera da Escola da Cidade analisa os elementos do Programa Novo Rio Pinheiros desenvolvido na cidade de São Paulo.

Palavras-chave

Segregação urbana; Gentrificação verde; Produção do espaço urbano; Justiça ambiental.

Dinâmica de produção do espaço urbano e conflitos socioambientais

O processo de produção capitalista do espaço urbano é objeto de análise de diversos autores (VILLAÇA, 1985; MARICATO, 2001; LEFEBVRE, 2008) que retratam sua dinâmica e impactos associados. A cidade é, sem dúvida, uma produção social, resultado da soma do trabalho empreendido historicamente pelos diversos grupos ou classes sociais. Como uma produção social, a cidade pode ser entendida também como um bem comum – *locus de valor de uso* como condição intrínseca da vida urbana.

Por outro lado, a cidade capitalista é o lugar onde se justapõe meios de produção e de reprodução social, condicionados à lógica de crescimento e apropriação de mais-valia pelos detentores do capital. Dessa forma, converte-se a própria terra urbana em mercadoria – priorizando-se o *valor de troca* e o processo de acumulação capitalista materializado na dinâmica de produção do espaço urbano.

Conforme Santos (2018), desde a industrialização, a dinâmica de produção do espaço urbano avançou progressivamente por diferentes compartimentos de relevo, superando limitações geomorfológicas, ocupando áreas ambientalmente sensíveis e ignorando processos naturais ou ecossistêmicos, priorizando a lógica de destinação contínua de espaços da cidade à acumulação capitalista, implicando em impactos ambientais como a extensa impermeabilização do solo e indução de enchentes e alagamentos constantes, a poluição dos corpos hídricos, o rebaixamento do lençol freático e extinção de nascentes, o aumento de ilhas de calor e desconforto térmico, a supressão da vegetação e desqualificação dos espaços públicos, entre outros.

Tal processo de produção do espaço urbano fundamentado numa lógica de espoliação urbana (KOWARICK, 2000) expressa espacialmente a desigualdade, a partir de dinâmicas de segregação (VILLAÇA, 2011) e processos de especulação e gentrificação (SMITH, 2007). A partir dos anos 2000 a produção capitalista do espaço em sua fase ecológica traz um novo elemento discursivo na produção de desigualdade. A retórica ambiental embala uma série de projetos e obras que, em sua essência, promovem a implementação de amenidades verdes em bairros e regiões já valorizadas pelo mercado imobiliário, ou então a ressignificação de áreas centrais degradadas para a apropriação da “classe da sustentabilidade”, a que referiram Gould e Lewis (2018), em típico processo de gentrificação verde (GOULD e LEWIS, 2018, p. 12)⁵².

Nesse contexto, a segregação socioespacial nas cidades expõe um profundo desnível entre ricos e pobres, o que se evidencia no acesso desigual ao meio ambiente urbano saudável, isto é, a um local de moradia que esteja devidamente qualificado com infraestrutura, habitação de qualidade, equipamentos, serviços e áreas públicas verdes, arborizadas e convidativas para a vida e participação cívica.

As atuais condições de desigualdade socioespacial incidem drasticamente sobre a qualidade de vida da população de menor renda, com consequências que transpassam as infraestruturas de saneamento e transporte público, como também os equipamentos de educação, saúde, lazer, segurança e alimentação, a economia local e acesso a emprego, as relações sociais e tudo o que afeta a realização e felicidade do indivíduo e da comunidade.

Compreender as origens da segregação e como ela vem a se reproduzir no curso do desenvolvimento urbano requer desvendar como se articula a organização do espaço com a economia, a política e a ideologia. Trata-se de uma dinâmica cujos propósitos se encontram, não raro, obscurecidos por uma propaganda cuja imagem forjada se adequa de forma constante aos novos tempos. É por esta máquina sofisticada que opera o domínio sobre o território e, assim, o destino das cidades. Cabe então a pergunta: nesta cidade sempre desigual, quais grupos receberão as melhores fatias e quais grupos ficarão à margem dos benefícios? (VILLAÇA, 2005).

⁵² Conforme Kenneth A. Gould and Tammy L. Lewis, no artigo “From Green Gentrification to Resilience Gentrification: An Example from Brooklyn” - “In the last decade, New York City has transformed its formerly industrial waterfronts into gentrified residential neighborhoods for the sustainability class. To do this, the city has had to clean up and “green” these spaces. We call this process green gentrification. It is led by the green growth machine—public officials and private investors who appropriate unrevitalized environmental resources (like the waterfront), restore them, develop them, and repackage them for sale to the sustainability class. The sustainability class is well-educated, holds overt sustainability oriented values, can afford sustainability themed consumption, and touts their green urbanism (such as living on the waterfront or near green spaces) to brand their lifestyle”.

O Programa Novo Rio Pinheiros no contexto da despoluição da bacia do Alto Tietê

O Programa Novo Rio Pinheiros foi iniciado em 2019 e tem como objetivo a revitalização de um importante rio da Cidade de São Paulo por meio da ação de diversos órgãos públicos como a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo, conjuntamente com o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), a Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE), a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). O programa visa integrar o rio à cidade por meio de uma recuperação ambiental e paisagística que inclui obras de infraestrutura e de revitalização do entorno, buscando trazer a população de volta para as suas margens. Para isso, o projeto conta com vários eixos de atuação, sendo eles: saneamento, resíduos sólidos, manutenção e revitalização.

A principal ação para a despoluição do Rio Pinheiros é o serviço de saneamento, que visa conectar mais de 500 mil imóveis à rede de esgoto da cidade de São Paulo. Com a expansão do serviço promovida pela Sabesp, mais de 3 milhões de pessoas serão beneficiadas com saneamento, evitando que todo o resíduo produzido nesses locais chegue até o rio. Além da complementação das redes e coletores tronco de esgoto, serão instaladas Unidades Recuperadoras da Qualidade (URQs) em 5 sub-bacias que apresentam assentamentos informais, localizações onde não se considera viável tecnicamente implantar infraestrutura de saneamento. As URQs realizarão o tratamento dos efluentes diretamente nos córregos, retirando o esgoto remanescente presente no corpo hídrico, devolvendo a água tratada antes de desaguar no Rio Pinheiros. O projeto do Governo do Estado de São Paulo prevê a despoluição do rio até 2022, mas como se trata de um rio urbano a água não será potável, porém com todo o tratamento haverá a melhora do odor existente e abrigo de vida aquática. Paralelamente ao projeto de saneamento, outro importante eixo é a frente dos resíduos sólidos que atua na coleta de resíduos flutuantes e na remoção da vegetação aquática, utilizando-se de rebocadores, plataforma com escavadeira embarcada, barcaça (para acondicionar o lixo) além de 10 barcos coletores que conseguem navegar em toda a extensão do rio, inclusive nas áreas mais assoreadas. A manutenção do Rio Pinheiros envolve a proteção das margens e desassoreamento, processo que consiste na retirada dos resíduos do fundo do canal, contribuindo para a capacidade natural de regeneração das águas além do aumento do seu armazenamento e vazão⁵³.

A revitalização, que visa a tão esperada aproximação da sociedade com o Rio Pinheiros, se dará através do parque linear e a revitalização das ciclovias, da continuidade do projeto pomar urbano, da abertura da Usina São Paulo ao uso social de comércio e lazer e a implantação de nova subestação de energia.

O projeto Pomar Urbano tem foco na produção de plantas nativas da mata atlântica incluindo árvores frutíferas, que contribuirá na implantação do projeto paisagístico – 13,2km de extensão na margem oeste e 15km de extensão na margem leste, além da manutenção e revitalização da vegetação já implantada. A revitalização da antiga Usina Elevatória de Traição, inaugurada em 1940, manterá suas funções relacionadas ao bombeamento das águas do rio, mas o prédio de operações também abrigará cafés, bares, restaurantes e lojas. Localizada próximo ao grande centro financeiro do vetor sudoeste, é uma das principais expectativas do projeto e promete ser o “novo cartão postal da cidade”⁵⁴.

Portanto, não se trata de um simples programa de despoluição do rio e da bacia do Pinheiros, pois está articulado às intervenções dirigidas a fomentar o uso social e a valorização do entorno da orla do Rio Pinheiros. Traz, assim, um novo ingrediente na política de despoluição

⁵³ Site <https://novoriopinheiros.sp.gov.br>.

⁵⁴ Ibidem

da bacia do Alto Tietê na Região Metropolitana de São Paulo, até então focada somente em obras específicas de saneamento.

Desde o ano de 1992, a partir de reivindicações populares que cobravam ações para conter a degradação dos principais rios de São Paulo, a despoluição da Bacia do Tietê vem sendo realizada pelo Estado de São Paulo por meio da Sabesp, a empresa responsável pela implementação do Programa de Despoluição do Rio Tietê. Contando com empréstimos do BID, estima-se que o programa desembolsou de 1995 a 2020 o equivalente a 18,7 bilhões de reais (US\$ 3,5 bilhões)⁵⁵, o que corresponde a uma média de 748 milhões de reais ao ano, distribuídos em todas as bacias que compõem a Bacia do Alto Tietê, contemplando vários municípios, muitos deles essencialmente periféricos (BID/SABESP, 2018, p. 09).

Em 2018 a Sabesp inicia tratativas para a contratação de um novo empréstimo junto ao BID para a continuidade do Programa em sua quarta etapa, que é firmado em 2019. Com investimentos da ordem de 1,6 bilhões de reais (US\$ 300 milhões), essa etapa contempla obras em todas as regiões da bacia do Tietê incluindo os municípios de São Paulo Capital (Unidade de Negócios Sabesp Centro), Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Santana do Parnaíba e Cotia (UN Oeste) e Itapeverica da Serra (UN Sul) e Ferraz de Vasconcelos e Itaquaquecetuba (UN Leste) (ibidem, p. 10-11).⁵⁶

No mesmo ano de 2018 o projeto Novo Rio Pinheiros é apresentado com uma perspectiva de investimentos em torno de 4 bilhões de reais em 4 anos, o equivalente a 1 bilhão reais ao ano realizados somente na bacia do Pinheiros, nas zonas oeste e sul do município de São Paulo e no município do Taboão, mas incluindo investimentos além do esgotamento sanitário, como o desassoreamento e limpeza do leito do rio, monitoramento da qualidade da água, melhoria paisagística de suas margens, manutenção, tratamento de resíduos sólidos, revitalização e comunicação/educação ambiental. Ou seja, mesmo considerando a participação de outras instâncias do governo estadual, no conjunto trata-se de uma média de dispêndio maior somente para essa região que a anual verificada para toda a bacia do Tietê nos últimos 25 anos.

Decerto que a Etapa IV do Programa Tietê incluía alguns córregos da bacia do Pinheiros abrangidos pelas áreas dos municípios de São Paulo e Taboão, mas a priorização de investimentos no projeto Novo Rio Pinheiros inclui obras de saneamento em córregos que ainda não estavam entre as priorizadas pela Sabesp até então, como os afluentes que recebem esgotos de favelas adensadas, onde avaliava-se inviável a instalação de estrutura de coleta convencional de carga poluidora sem uma intervenção de urbanização integrada desses assentamentos precários. A partir das novas unidades de recuperação da qualidade da água desses córregos, a jusante dos assentamentos poluidores, é que se encontrou uma solução paliativa para a melhoria da qualidade das águas, sem a urbanização das ocupações irregulares, aplicada na bacia do Pinheiros a fim de atender um cronograma de inauguração exíguo. Mesmo sem considerar as razões técnicas para tais divergências de planejamento e priorização, cabe observar um possível redirecionamento de foco dos investimentos na despoluição do Programa Tietê, para atender as novas demandas impostas para a melhoria das águas do Rio Pinheiros, no Vetor Sudoeste.

Pode-se dizer que o modelo vislumbrado na implantação do projeto Novo Rio Pinheiros tem suas referências nas intervenções realizadas em Seul, Madri, Barcelona, Nova York, Washington, Los Angeles, entre outras cidades, para a revitalização de áreas centrais

⁵⁵ Conforme estimativas de investimentos apresentadas em BID/SABESP (2018) em dólares americanos. A atualização monetária para reais baseou-se na cotação do dia 27/09/21 que indicava dólar comercial no valor de R\$ 5,344.

⁵⁶ Cabe salientar que outros projetos/obras e financiamentos contratados pela Sabesp também colaboram para a despoluição da bacia do Tietê como os programas Córrego Limpo, Mananciais Billings e PAC Mananciais e não estão computados nessa estimativa.

degradadas por atividades portuárias, industriais e rodoferroviárias de grande impacto. A vinculação mais notória é com as obras de revitalização do córrego Cheong Gye Cheon em Seul, Coreia do Sul, obra que deu muita visibilidade ao prefeito que a realizou, entre 2002 e 2006, e o catapultou para a presidência do país nas eleições de 2007. O arranjo institucional organizado para a execução do projeto é semelhante ao realizado em Seul, com a coordenação do Governo Metropolitano e participação de órgãos públicos e institutos de pesquisa relacionados à resolução das ações setoriais do projeto (REIS; SILVA, 2015). Mudanças significativas no uso do solo foram implementadas a partir desse projeto, sendo que, segundo Kim e Jung (2019), a questão da sustentabilidade ambiental sobrepuja a atenção de gestores, técnicos e pesquisadores, enquanto a sustentabilidade econômica recebe o menor interesse e seu aspecto de equidade e justiça ambiental ainda permanece controverso.

O Vetor Sudoeste como cidade empreendedora, lócus de sustentabilidade e de segregação

Para Villaça (2011) compreender a segregação através de uma dinâmica centro-periferia é importante, mas insuficiente. Temos que nos perguntar por que o centro tradicional de nossas cidades cresce mais numa determinada direção do que em outras. Na cidade de São Paulo podemos observar com clareza este deslocamento na direção do quadrante Sudoeste, e claramente como um fator determinante de um desenvolvimento desigual.

Podemos destacar algumas características relevantes do quadrante Sudoeste: (i) esta região da maior cidade do Brasil concentra as residências, o trabalho e as demais atividades da vida das classes de mais alta renda; (ii) é a área que possui o mais elevado índice de desenvolvimento humano da cidade; (iii) é lá também onde se registram os índices mais amenos de temperatura, justamente por concentrar a maior taxa de superfície verde; (iv) considerada a totalidade da área do município, o quadrante Sudoeste é a região de menor carência de melhorias socioambientais, mas é também onde, há muito, observamos a maior alocação de recursos, o que mais recentemente tem se configurado como investimentos para um suposto “desenvolvimento sustentável”.

O processo de deslocamento em direção ao quadrante Sudoeste, descrito aqui de forma sintética, se inicia do Centro Velho à região da Praça da República. A Avenida Paulista mais tarde, até então o local dos casarões da classe dominante, começa a se transformar no mais novo centro empresarial da cidade. Na vertente oposta do espigão da Av. Paulista até as margens do Rio Pinheiros e mais tarde além do rio, os loteamentos da Cia. City adaptavam a proposta, de cunho social, do movimento das cidades-jardins inglesas num modelo de ocupação do solo que marcaria um sofisticado estilo de morar para as elites paulistanas: grandes terrenos para casarões unifamiliares em bairros ricamente arborizados.

A Rua Augusta, famosa nas décadas de 60 e 70 como ponto de encontro e passeio da juventude abastada, enquanto concentrava bares, restaurantes e boutiques, conectava a Avenida Paulista aos bairros nobres. Na passagem para a década de 80, e daí em diante, a Avenida Faria Lima começa a se adensar com novos prédios comerciais. Essa nova centralidade que agora se configurava às várzeas do Rio Pinheiros se deslocaria posteriormente à Av. Luiz Carlos Berrini, grande área a protagonizar, então, a substituição da Av. Paulista como o lugar preferencial às novas empresas no contexto da economia global.

Na década de 90 grandes intervenções urbanas conectam fragmentos de centralidade até então separados. A av. Avenida Faria Lima ganha o status de “Nova Faria Lima”, centralidade sofisticada a conectar outros eixos de adensamento comercial, como a região das avenidas Berrini, Juscelino Kubitschek e Cidade Jardim. Esta última, com todo seu entorno, sofreu

também grandes transformações com novas torres envidraçadas de alto padrão. Nas mediações do tradicional Clube Pinheiros, a hipervalorização do solo urbano transforma uma área tradicionalmente de classe média no metro quadrado mais caro e luxuoso da cidade, marca que será superada anos depois por área adjacente, a que circunda o Parque do Povo.

Junto à ponte Cidade Jardim o Parque do Povo foi até a década de 90 o remanescente do futebol de várzea da cidade de São Paulo, com campos de futebol, um teatro e uma escola de circo, com atividades todas abertas e acessíveis à população de menor renda que ainda habitava pequenos núcleos no entorno. Quando ganhou seu projeto de renovação, perdeu os campos de futebol e o famoso circo-escola. “Do Povo” ficou só no nome na medida em que ganhava ares sofisticados numa região em rápida valorização (SCIFONI, 2013).

Ainda em deslocamento em direção Sudoeste, na região da Avenida Luiz Carlos Berrini, o desenvolvimento urbano era então alavancado pela Operação Urbana Águas Espriadas. Como não é raro neste tipo de intervenção, ocorriam remoções forçadas de comunidades populares, tendo como exemplo mais notável o caso do Jardim Edite. A presença da ponte Estaiada, arquitetura espetaculosa que coroa a região, extrapola sua função viária e estrutural sem cumpri-la com eficácia. A criação de um marco simbólico para promover a cidade na economia global se evidencia como sua principal função, enquanto, aos pedestres e ciclistas seu uso foi vetado desde a inauguração.

Um conjunto de torres de apartamento de altíssimo padrão no estilo neoclássico, ao lado de torres comerciais e sobre shopping center que reúne lojas das principais grifes internacionais e restaurantes da alta gastronomia, desponta como um marco, não muito harmonizado na paisagem, no lado oposto do rio. Daquela altura, de onde não se sente o cheiro das águas poluídas entre as vias expressas e a comunidade do Real Parque está cuidadosamente fora da vista das salas de estar, vê-se um pôr do sol emoldurado por arranha-céus de concreto e vidro que, refletidos na água, distanciam ainda mais a imagem do real. O Parque Cidade Jardim, é este conjunto acima descrito; mais uma obra que não foi concluída sem um confronto direto com o interesse de comunidades populares estabelecidas há anos, estas não muito bem-vistas pelo olhar elitista do mercado imobiliário e seus clientes abonados (FIX, 2009).

Tendo em vista este panorama, uma imagem pretenciosa do que São Paulo não é, oculta-se a cidade que não se quer mostrar. É necessário, se de fato desejamos um real desenvolvimento sustentável, passar nosso olhar cuidadoso sobre a situação da “outra” São Paulo, e perguntar o porquê dessa escolha.

É neste contexto, o de um desenvolvimento programado por interesses muito específicos, que surge o projeto Novo Rio Pinheiros, como o mais novo empreendimento “sustentável” para a cidade de São Paulo.

Às margens da intervenção: desigualdade no planejamento da política pública e atuação setorial.

O perímetro de abrangência do Programa Novo Rio Pinheiros não se restringe ao denominado Vetor Sudoeste da cidade de São Paulo – como visto, região historicamente privilegiada e onde reside a maior parcela dos estratos de mais alta renda da capital. O Programa abrange também 11 microbacias de contribuição, a saber – Jaguaré, Pirajuçara, Cidade Jardim/Morumbi, Morro do S, Ponte Baixa/Socorro, Corujas/Rebouças, Águas Espriadas, Cordeiro, Pouso Alegre/Santo Amaro/Poli, Aterrado/Zavuvus e Pedreira/Olaria – que apresentam passivos na coleta e tratamento do esgotamento sanitário. Como um Programa que abrange localidades de alta e baixa renda, cabe observar a amplitude das

intervenções e analisá-las enquanto políticas públicas e desafios inerentes aos grupos sociais beneficiários ou impactados pelas obras.

Conforme mencionado, o Programa prevê a implementação de intervenções de redução de esgoto nos afluentes e a revitalização de áreas do entorno do Rio Pinheiros, para redução dos níveis de poluição e odor em suas margens e atrativos paisagísticos localizados no Vetor Sudoeste (SABESP, 2020).

Conforme Relatório de Sustentabilidade da Sabesp (2020), o Programa prevê, além da despoluição, revitalização e requalificação do Rio Pinheiros: “...levar condições de dignidade a milhares de famílias que habitam regiões vulneráveis próximas aos córregos poluídos que desaguam no Rio Pinheiros” (SABESP, 2020, p. 66).

Informações institucionais apontam a execução de obras de implementação de coletores e meta de 500 mil ligações domiciliares, por meio de 16 contratos de obras nas 11 microbacias de contribuição da sub-bacia do Rio Pinheiros. Cabe destacar que estimativas a partir de base de dados da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) apontam para mais de 170 mil domicílios em favelas e loteamentos irregulares nas micro-bacias.

O Quadro 1 apresenta os Eixos de Atuação do Programa e respectivas Ações Estruturantes com indicação de abrangência por segmento territorial de incidência – Vetor Sudoeste ou microbacias de contribuição, e segundo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU contemplados.

Quadro 1 - Eixos de Atuação e Ações Estruturantes por segmento territorial e ODS.

Eixo de atuação	ODS	Ações estruturantes	Abrangência	
			Vetor Sudoeste - Margens do Rio Pinheiros	Microbacias de contribuição
Saneamento	6	Execução de Coletores Tronco e Ligações domiciliares		
		Implementação das UR -Unidades Recuperadoras		
Manutenção	6, 11	Desassoreamento do Canal do Pinheiros		
		Serviços de Manutenção		
		Topografia e Escobatimetria		
Resíduos Sólidos	11	Remoção, Carga e Destinação de Vegetação Aquática e detritos flutuantes com uso de barco coletor		
		Instalações de grades		
Revitalização	11, 15	Pomar Urbano		
		Usina São Paulo		
		Parque Bruno Covas - Projeto Novo Rio Pinheiros		
		Revitalização das Ciclovias		
		Implantação de nova subestação de Energia		

Fonte: <https://mapas.infraestruturameioambiente.sp.gov.br> <acesso em 28/09/2021>

Em relação a contribuição com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, conforme Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), informações do Programa apontam o atendimento aos ODS 06 – Água Potável e Saneamento, 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e 15 – Vida terrestre.

Podemos observar o panorama da desigualdade nas intervenções do Programa, conforme as informações apresentadas no Quadro 1. Ainda que se compreenda que Rio Pinheiros é o foco principal da intervenção – quase fetichizado, cabe questionar a priorização e implementação de amenidades verdes em região já provida de boa infraestrutura com a

maior valorização pelo mercado imobiliário (GOULD e LEWIS, 2018), enquanto outras regiões carentes desse tipo de infraestrutura e de outras infraestruturas socioambientais, inclusive na própria sub-bacia do Pinheiros, não são atendidas. Neste contexto cabe perguntar: a quem ou quais interesses são atendidos pelo Programa?

Não obstante tal questão, é importante observar outros aspectos do Programa Novo Rio Pinheiros. É inegável a relevância dos recursos hídricos, enquanto valor e significado atual para a sociedade, considerando-se o histórico de impactos ambientais do processo de urbanização e o atual cenário de escassez hídrica. É forçoso destacar a contribuição da despoluição do Rio Pinheiros, principalmente considerando-se a perspectiva de melhoria nas condições de saneamento de áreas periféricas e precárias quanto a infraestrutura.

Como indicamos, o escopo do Programa abrange prioritariamente obras de saneamento – implantação de coletores tronco e ligações domiciliares nas microbacias de contribuição, além de implantação de melhorias e obras de paisagismo nas margens do Rio Pinheiros. De acordo o site do Programa a contratação de obras teve como modelo a remuneração por performance, vinculado ao número de ligações ou economias. Com este modelo a empresa que vence a licitação fica responsável por todas as obras de esgotamento sanitário e a remuneração depende do resultado obtido nos índices de qualidade da água⁵⁷. Também de acordo com informações institucionais, a atuação socioambiental – dentre elas o trabalho social associado às obras – tem como objeto o suporte comunitário à execução das intervenções, contemplando prioritariamente ações de comunicação e educação ambiental. Importante observar, conforme mencionado, a estratégia técnica de implantação de 05 Unidades Recuperadoras de Qualidade da Água (URQ) como alternativa para redução da poluição em afluentes, tendo em vista as dificuldades das obras, focadas prioritariamente em saneamento, em intervir nos assentamentos precários, cujas condições morfológicas constituem, muitas vezes, um fator limitante e podem demandar ações de urbanização e, em alguns casos, a remoção de famílias.

Obviamente não se pretende aqui fazer apologia de intervenções que tenham as remoções como um direcionador de projetos de melhorias das condições de vida em ocupações irregulares. O direito à moradia e permanência das famílias nas localidades onde se estabeleceram deve ser um princípio em toda e qualquer intervenção urbana, bem como deve-se buscar alternativas para intervir e qualificar o ambiente construído em assentamentos precários – favelas e assemelhados – que propiciem a manutenção das famílias em seus locais de moradia.

É importante ressaltar histórico de passivos em processos de urbanização que contemplam remoções e conflitos sociais (DA SILVA, 2020; REGINO, 2017). Entretanto, as dificuldades inerentes a tais processos não devem ser impeditivas para implementação de intervenções que devem se pautar pelo compromisso de diálogo, participação social e garantia do direito à moradia – seja com a desejável permanência no local de origem ou em alternativa satisfatória de atendimento quando de necessária remoção, após esgotadas todas as alternativas técnicas para se evitar o deslocamento involuntário de famílias.

Neste contexto, é fundamental observar lições aprendidas no histórico de décadas de intervenções em assentamentos precários e de inclusão social. As ações a serem empreendidas em tal âmbito devem se pautar pela multidisciplinaridade e intersetorialidade das políticas públicas – desafio ainda a ser superado. Conforme Custodio e Silva (2015), “[a] experiência brasileira já demonstrou que a fragmentação e a visão setorializada de políticas públicas é custosa e ineficiente” (CUSTODIO E SILVA, 2015, p. 2).

⁵⁷ Como pode ser observado no site do Programa - <https://novoriopinheiros.sp.gov.br>.

De acordo com Magalhães e Villarosa (2012) as intervenções em assentamentos precários se caracterizam pela complexidade que abrange, para além questão ambiental, múltiplas dimensões – da habitabilidade das moradias (SANTOS, 2019), urbanística, fundiária, social – abrangendo aspectos de inclusão, cidadania e garantia de direitos, e econômica – prioritariamente a respeito de geração de trabalho e renda. Para além da intervenção de saneamento – componente que deve ser seguramente contemplado – a intervenção em favelas ou loteamentos irregulares deve abranger uma intervenção a partir de uma visão integral que possibilite a qualificação do ambiente construído, bem como a integração com políticas sociais setoriais, quais sejam assistência social, saúde, educação, geração de trabalho e renda, entre outros – de modo a propiciar maior efetividade nas políticas públicas com vistas à inclusão e desenvolvimento social das populações vulneráveis (MAGALHÃES e VILLAROSA, 2012).

Compreende-se aqui, a partir da ótica da multidisciplinaridade e da intersetorialidade, que a ação em áreas vulneráveis deve considerar uma intervenção com maior amplitude que contemple objetivos específicos de qualificação do ambiente construído, a partir de obras de urbanização, ações de melhorias habitacionais para a qualificação de moradias – considerando que a realidade das favelas no contexto metropolitano apresenta, não raro, situações de moradias que sequer dispõem de sanitários, locais onde possivelmente o Programa pretende levar infraestrutura de saneamento.

Com efeito, a partir de contatos *in loco* e com técnicos pôde-se obter algumas percepções iniciais sobre as intervenções do Programa. As informações apuradas apontam ações limitadas ao enfoque do saneamento que, dessa forma, “deixam para trás muitas coisas” para outras frentes de obras a serem feitas num tempo futuro, ignorando-se a temporalidade das áreas informais e a dinâmica de adensamento no contexto de crise urbana com carência de políticas habitacionais e restrição de acesso à moradia.

Figura 1 - Ribeirão/Aterrado: Antes e depois - limpeza de córrego e permanência da precariedade



Fonte: Sabesp, 2020⁵⁸

⁵⁸ Disponível em:
[www.sabesp.com.br/sabesp/filesmng.nsf/9332BD504B289EC5032586770019D474/\\$File/Projeto_Novo_Pinheiros.pdf](http://www.sabesp.com.br/sabesp/filesmng.nsf/9332BD504B289EC5032586770019D474/$File/Projeto_Novo_Pinheiros.pdf)

Os relatos indicaram demandas não atendidas nos assentamentos quanto a estruturação de drenagem superficial, melhoria de condições de acessibilidade, eliminação de situações de risco ou enfrentamento de condições extremas de precariedade dos domicílios ou do ambiente construído. Tampouco a implantação de áreas verdes ou equipamentos era objeto de articulação com outras esferas do Poder Público – a dificuldade de interface entre instituições, à luz de uma política setorial, parece ser uma condição estabelecida.

Também ações efetivas de inclusão social não pareceram, salvo iniciativas pontuais, fazer parte do cardápio e orientações do Novo Rio Pinheiros. Via de regra, as ações sociais se circunscreveram à comunicação e educação ambiental para adesão e sustentabilidade das intervenções, contemplando também negociações e mediações para liberação de frentes de obras interferentes em domicílios ou vias de circulação, incluindo vielas e/ou acompanhamento de ações de recuperação de áreas impactadas ou degradadas em decorrência das obras. Em que pese as limitações aqui refletidas, os relatos obtidos também apontam para uma favorabilidade e aceitação por parte dos moradores de assentamentos precários. Quanto a atuação em espaços públicos, foram descritas as ações de limpeza em pontos “viciados” ou de acúmulo de lixo a partir de parcerias com as Prefeituras Regionais do Município de São Paulo.

Cabe refletir, nesse contexto, sobre o aparente desinteresse dos agentes públicos em aprimorar políticas públicas a partir do fomento à intersetorialidade que, quando não alcançada, expressa-se nos diversos problemas materializados no território – *lócus* das dimensões sociais da vida. Conforme Ferrara (2014), é necessário, no contexto da intersetorialidade, o aprimoramento do planejamento que busque conciliar as intervenções de saneamento e habitação, cuja experiência indica terem temporalidades distintas – de um lado, intervenções de saneamento pautadas por planos de longo prazo e grandes obras padronizadas e, de outro, projetos habitacionais orientados por dinâmicas locais e com ciclos mais curtos de execução.

Em resposta a uma questão anterior, o Novo Rio Pinheiros parece se consubstanciar em práticas já conhecidas que, a partir de um relevante e necessário discurso ambiental, operar para um ideário de uma cidade neoliberal e “empreendedora”, mas que, em verdade, segrega e privilegia interesses de grupos dominantes – em especial do mercado imobiliário, enquanto à periferia, não obstante alguma qualificação ambiental, cabe o lugar da regularização da coleta de esgoto e ligações domiciliares (quando possível) para recuperação de tarifa – ainda que na modalidade de tarifa social. Uma maior efetividade da intervenção que possa contemplar inclusão social e qualificação do ambiente construído parece ter ficado à margem.

Considerações finais

Este artigo não pretende esgotar a discussão sobre o Programa Novo Rio Pinheiros, mas inferir desalinhamentos entre o discurso ambiental e políticas socioambientais. A destinação de investimentos à setores historicamente privilegiados e de maior visibilidade constrói uma imagem desejada de cidade que se sobrepõe a uma cidade real. Ao desviar o olhar, e consequentemente a compreensão por parte do público, da imprescindível relação entre as questões sociais e ambientais, reproduz uma lógica de desenvolvimento neoliberal que, ao se apropriar do discurso ambiental, não só descuida das populações mais vulneráveis como recusa sua visibilidade. Esquiva-se assim da responsabilidade sobre estas e sobre o fato de que, menos do que criar um modelo de desenvolvimento que responda as demandas das mudanças climáticas, concentra recursos e benefícios reproduzindo também a precariedade.

Os investimentos nas áreas ocupadas por classes de menor renda muitas vezes assumem um caráter residual perante as demandas destinadas a atender a cidade corporativa, o que parece se reproduzir na essência do programa analisado. A percepção é que as intervenções nas microbacias só foram realizadas como condição necessária para limpeza das águas do Rio Pinheiros e implantação das amenidades verdes do projeto ao longo do vetor Sudoeste, de forma a atender a interesses de valorização imobiliária e instituir uma imagem de cidade global. Assim, em que pese os ganhos ambientais, o foco das intervenções está centrado nas margens do rio, enquanto nas cabeceiras as ações não abrangem questões centrais para populações vulneráveis, tais como a precariedade habitacional e pobreza – que persistirão após as intervenções do Programa.

A atuação setorial não contempla o enfrentamento, em espectro mais amplo, de diferentes dimensões da sustentabilidade e da vulnerabilidade social, acabando por privilegiar outros interesses que não os da justiça ambiental, em uma cidade já marcada por fortes desigualdades sociais.

Referências

BID/SABESP, Banco Interamericano de Desenvolvimento – Cia Saneamento Básico Estado de São Paulo. Avaliação Ambiental e Social e Marco de Gestão Ambiental e Social (AAS/MGAS), Produto 2 - Programa de Despoluição do Rio Tietê Etapa IV. (Versão Final). Consultor – Marcelo Antônio da Costa Silva. São Paulo, 2018.

CUSTÓDIO, André Viana Custódio. SILVA, Cícero Ricardo Cavalcante da. A intersectorialidade nas Políticas Sociais Públicas. XI Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. Santa Cruz do Sul/RS, 2015.

DA SILVA, José Donato. Intervenções nos córregos da Ponte Baixa e Jardim Letícia – soluções de drenagem, direito à Moradia e integração territorial. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território, São Bernardo do Campo, 2020.

FERRARA, Luciana Nicolau. Descompassos entre saneamento e habitação e suas implicações na área de proteção aos mananciais da metrópole paulistana. Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo – APPURBANA 2014, Belém/PA, 2014.

FIX, Mariana. Uma ponte para a especulação - ou a arte da renda na montagem de uma “cidade global”. Caderno CRH, Salvador, v. 22, n. 55, p. 41-64, Jan./Abr. 2009.

GOULD, Kenneth A; LEWIS, Tammy L. Lewis. From Green Gentrification to Resilience Gentrification: An Example from Brooklyn. City & Community. Washington/DC, 2018.

KIM, H.; JUNG, Y. Is Cheonggyecheon sustainable? A systematic literature review of a stream restoration in Seoul, South Korea. Sustainable Cities and Society, Volume 45, Pages 59-69, February 2019.

KOWARICK, Lúcio. Escritos Urbanos. São Paulo, Editora 34, 2009.

LEFEBVRE, H. O direito à Cidade. São Paulo, SP: Centauro, 2008.

MAGALHÃES, F.; VILLAROSA, F. di. (Editores). Urbanização de favelas: Lições aprendidas no Brasil. Nova Iorque: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 2012.

MARICATO, E. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

REIS, L. F.; SILVA, R. L. M. da, Decadência e renascimento do Córrego Cheong-Gye em Seul, Coreia do Sul: as circunstâncias socioeconômicas de seu abandono e a motivação política por detrás do projeto de restauração. Revista ResearchGate, janeiro de 2015.

REGINO, Tássia de Menezes. Direito à Moradia, Intervenção em Favelas e Deslocamento Involuntário de Famílias - Conflitos e Desafios para as Políticas Públicas. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território, São Bernardo do Campo, 2017.

SABESP – Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. Relatório de Sustentabilidade, 2020. São Paulo: Sabesp, 2020. Disponível em: <https://ri.sabesp.com.br/a-companhia/relatorio-de-sustentabilidade/>

SANTOS, Fabio Pereira dos. Morte e Vida de Rios na Grande Cidade. V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Salvador/BA, 2018

SANTOS, Fabio Pereira dos. A dimensão física e a precariedade habitacional em urbanização de favelas: Análise do tratamento da precariedade da moradia autoconstruída em intervenções do PAC-UAP no município de São Paulo. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território, São Bernardo do Campo, 2019.

SCIFONI, Simoni. Parque do Povo: um patrimônio do futebol de várzea em São Paulo. Anais Do Museu Paulista: História e Cultura Material, v.21, n.2. São Paulo, USP – 2013

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do Espaço Urbano. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 21, pp. 15 - 31, 2007

VILLAÇA, F. A terra como capital (ou a Terra – Localização). Espaço & Debates. V. 5, nº 16. São Paulo, 1985.

VILLAÇA, F. As ilusões do Plano Diretor. Publicação independente. São Paulo, 2005.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. Estudos Avançados, v.25, n.71, São Paulo, IEA-USP, 2011

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE CAETITÉ, BAHIA. Dinâmicas do Território local dentro da economia globalizada

Rafael Augusto Nunes
Universidade do Estado da Bahia
ranunes360@gmail.com

Resumo

Este trabalho busca analisar aspectos relacionados ao processo de formação social e econômica do município de Caetité, Bahia. Apresentando algumas das principais atividades econômicas realizadas no município ao longo do tempo. Destacando a exploração de ametista, ao longo do século XIX e XX. O município por apresentar abrangência nos recursos minerários, teve no começo dos anos 2000 o anúncio da construção da mina para exploração de urânio, pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), empresa estatal pertencente ao governo federal. A exploração de urânio acarretou em diversos conflitos com as comunidades locais, pela contaminação do lençol freático, colocando diversas famílias em risco na região. Outro grande empreendimento que o município abriga é o complexo eólico, instalado no município a partir dos anos 2010, que alterou a dinâmica local, bem como potencializou a influência do capital internacional no município. Outra atividade com forte presença do capital internacional é a recente exploração do minério de ferro, realizado pela empresa Bahia Mineração S/A, que se configura como a efetivação da territorialização de megaprojetos no município, assim como a construção de trechos da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL), que cortam a zona rural de Caetité. Estudar os aspectos geográficos relacionados com o território, seu desenvolvimento econômico e populacional, nas regiões interioranas do Brasil se apresenta de fundamental importância, tendo em vista o processo acentuado de globalização da economia, e como, essas relações interferem no território dentro da lógica de produção capitalista. Para a realização da pesquisa, foram realizados levantamentos bibliográficos e atividades de campo.

Palavras-chave

Caetité; Território; Globalização

Introdução

O município de Caetité integra o Território de Identidade Sertão Produtivo, a cidade está inserida na Serra Geral e está localizada na encosta da serra do Espinhaço, entre os morros do Observatório e do Cruzeiro. Segundo dados do IBGE, no ano de 2020 a população de Caetité foi estimada em 51.081 habitantes, com um território total de 2.442 km².

Inicialmente o município teve uma grande importância como interposto para diversos viajantes que cortavam os sertões, a procura de trocas comerciais e de recursos naturais que pudessem ser explorados. Esta relação comercial existente em Caetité foi fundamental para sua fundação em 1867, e sua influência política na região.

O primeiro ciclo econômico que a cidade passou, foi à exploração de ametista, iniciado por volta dos anos 1870, e com duração até começo dos anos 2000. Explorada inicialmente por

colonos alemães “Durante primeiras décadas do século XX, os alemães controlavam parte significativa do comércio baiano” (COMTRIM, p.35, 2015), entre os produtos comercializados, no estado da Bahia, Silva (2007), destaca os seguintes; “Cacau, açúcar, fumo, café, couros curtidos, peles, piaçava, pedras preciosas, cera de carnaúba, borracha e madeira eram os principais produtos comercializados por firmas exportadoras comandadas por luso-brasileiros e estrangeiros – ingleses, italianos, norte-americanos, alemães, suíços e franceses”.

Percebe-se que a forte presença da exploração dos recursos naturais, como fator fundamental para a dinâmica territorial, bem como, a forte presença de estrangeiros, em especial, no primeiro momento de colonos alemães. Outra atividade que teve relevância foi à agricultura de subsistência e sua comercialização local também era uma fonte importante de abastecimento e de relações econômicas e sociais. A relação com a atividade de exploração de ametista também influenciou fortemente a agricultura e seu desenvolvimento na cidade. Como cita Reis (2008);

[...] as atividades agropastoris eram concebidas pelos mineradores como atividades necessárias e intimamente articuladas com o trabalho nas lavras, constituindo assim um todo que garantia a base para a mineração. Dependendo do tamanho da estrutura produtiva, a agricultura e a criação de animais praticada pelos mineradores podiam voltar-se simplesmente para a subsistência e manutenção da unidade mineradora ou também para a produção de um excedente comercializável no mercado interno. (p. 8).

O ciclo da exploração de ametista proporcionou a formação de uma elite urbana em Caetité, que desempenhou grande influência política na região. A cidade e sua base econômica extrativista sofreram diversas mudanças estruturais em sua organização econômica, social e política ficando mais alinhada a necessidade de investimentos de grandes e médios projetos, especialmente voltados para a exploração dos recursos naturais existentes em seu território.

Com o fim do ciclo de ametista o município continuou dependente de atividades voltadas para a exploração de suas riquezas naturais, especialmente os recursos minerários. Esta dependência da exploração dos recursos naturais está presente na realidade de diversos municípios interioranos do país.

A mineração é a base estrutural das dinâmicas econômicas existentes no município de Caetité, ocorrendo forte dependência do setor, por conta da arrecadação gerada pelo mesmo. Este setor representou uma arrecadação de R\$ 86.278,93 da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (CFEM) no ano de 2019 para o município.

Este processo carrega diversas contradições. Estes recursos são destinados para o abastecimento do mercado internacional, desde a exploração de ametista, entre fins do século XIX, e, mantendo a mesma lógica no processo de exploração do minério de ferro. Essas características constituem problemáticas latentes quando, por exemplo, diversas comunidades campesinas são impactadas, com remoções de suas áreas, muitas destas, centenárias, ou dos diversos conflitos gerados pelo acesso a terra e água.

Além da forte presença do setor mineral dentro do município, Caetité abriga um dos maiores Parques Eólicos da América Latina, que também, ao longo do seu processo de construção acarretou diversos impactos dentro do município. Sendo fundamental o estudo destas relações de empreendimentos que exploram as riquezas naturais, dentro de uma economia globalizada, seus efeitos na periferia do capital são amplos, e, colocam a efetivação do lugar do Brasil dentro da Divisão Internacional do Trabalho, como país fornecedor de matérias primas para os países centrais do capital, e também para o abastecimento do mercado chinês. Deixando nos territórios pouco desenvolvimento efetivo, ficando apenas o ônus de tais empreendimentos.

1. Exploração das Ametistas.

O processo de exploração de ametista, no município de Caetité, e de formação, do distrito de Brejinho das Ametistas, representou uma expansão populacional e um dinamismo econômico. Com forte influência de colonos alemães, o distrito de Brejinho das Ametistas começa a ganhar destaque. Como aponta Cotrim;

Dessa forma, o envolvimento desses alemães nos negócios de pedras preciosas em Brejinho pode ser entendido como produto do contexto que vivenciavam e da possibilidade de aproveitarem suas experiências, já que muitos deles mantiveram relações de proximidade ou possuíam vínculos familiares com atividades que envolviam pedras em Idar-Oberstein, localidade que recebeu uma enorme quantidade das pedras de Brejinho. (p.115, 2019)

Tanto o distrito quanto o município passam por mudanças em sua estrutura, geradas pela exploração de ametista, “No ano de 1873 os baianos descobriram pedras roxas no alto da Serra das Ametistas, na fazenda “Boa Vista” ali, onde se forma o divisor das águas do Rio de Contas e do São Francisco” (COTRIM, 2015, p. 84).

Esta relação comercial perdurou até o momento em que, a exploração das pedras roxas ainda foi vantajosa para os comerciantes alemães. Mas este processo trouxe diversas mudanças no espaço e na dinâmica social e econômica do distrito de Brejinho, bem como da cidade de Caetité. “No decorrer das primeiras décadas do século XX, o distrito ia mudando de paisagem com a inserção dos carros, novas ruas, números nas residências” (COTRIM, p.154, 2015).

A dinâmica social e econômica proporcionada pela exploração das Ametistas configura-se dentro da lógica de exploração-exportação dos recursos naturais, relação esta que se perdura no município, mesmo ao longo dos anos, a mesma dinâmica econômica se mantém ativa.

O que evidencia diversas problemáticas, principalmente ligadas a um projeto de médio e longo prazo, pois no caso dos recursos minerários, estes, quando esgotados não possibilitam alternativas econômicas para a região, além da contaminação de rios, do solo e ar gerados por essas atividades.

2. Exploração de Urânio e seus impactos.

As jazidas de urânio localizadas no município de Caetité, fazendo divisa com o município de Lago Real foram localizadas nos anos 1977; segundo dados das Indústrias Nucleares do Brasil (INB). Sendo que, a jazida tem aproximadamente 100 mil toneladas de urânio. O projeto de pesquisas para a efetivação da mina se inicia nos anos 1995, sendo explorada comercialmente a partir dos anos 2000. Durante os anos 2000 a 2015, foram retiradas 3.750 toneladas de concentrado de urânio. A exploração ficou paralisada até 2019, quando a empresa retomou a exploração. (INB, 2021).

O início da exploração de urânio desencadearam diversos conflitos na região. Especialmente no local próximo a mina, são encontradas diversas comunidades de remanescentes Quilombolas, que convivem no território a diversas gerações, sendo que, a região está no Mapa de Conflitos da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

A exploração apresenta diversas irregularidades, como a contaminação de poços, impossibilitando a utilização desta água por diversas famílias, o que gera um agravamento da situação dessas comunidades que contam basicamente com cisternas para a captação da água da chuva. A região, por estar dentro do bioma da Caatinga apresenta um índice

pluviométrico baixo, dificultando as atividades agrícolas das comunidades, impactando atividades que auxiliam na sobrevivência destas, como a agricultura para subsistência.

Esta contaminação gerou a suspensão do consumo de água em três pontos da cidade devido à presença da radioatividade alfa acima dos padrões. Segundo dados da FIOCRUZ (2010); “Em análise feita pelo Ingá, os técnicos encontraram índices de radioatividade de 0,3 quando o padrão é 0,1 bg/litro. Por isso, o Ingá, em parceria com a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB), notificou a Prefeitura e a INB a interromperem o uso da água contaminada e garantir às famílias abastecimento alternativo de água”.

A empresa no ano de 2005 admitiu, durante audiência pública em Caetité, “que não fazia o controle da saúde da população e dos trabalhadores, por dificuldades para monitorar a contaminação provocada por suas atividades, já que os efeitos por baixas doses de radiação são cumulativos”, (INB, 2021), ou seja, seus efeitos na saúde da população são percebidos a médio e longo prazo. Porém, nenhuma providência foi efetivamente tomada, causando preocupação e desconfiança na população.

Outra problemática da exploração de urânio está caracterizada no tamanho total da área que a empresa utiliza, segundo dados da empresa são ocupados 1.700 hectares. A ampla concentração de terras por parte da empresa e a quantidade de minério explorado atende a uma demanda injustificável, já que a porcentagem da geração de energia nuclear no Brasil não ultrapassa os 4 %. A atividade, pelo grau de risco de contaminação humana e do ambiente apresenta-se como atividade sem benefícios concretos tanto para as populações locais quanto para aos interesses nacionais.

Outro fator culminante que caracteriza diversas controvérsias é o alto índice de doenças como o câncer, que, desde que a empresa começou a operar em Caetité tem aumentado vertiginosamente. “Há uma incidência muito alta [de câncer] em Caetité, alguns [tipos] possivelmente ligados à mineração de urânio - como câncer de tireoide e de pulmão, mais prováveis graças à emissão de gases tóxicos na mina”, declarou à BBC News Brasil Letícia Nobre, coordenadora da Diretoria de Vigilância da Saúde do Trabalhador do governo da Bahia (DIVAST).

A retomada da atividade de exploração de urânio pela estatal INB, que se efetivou em fins do ano 2020, traz novamente insegurança por parte das comunidades em torno da mina, bem como de toda a população dos municípios de Caetité e Lagoa Real. Os processos de contaminação do lençol freático, que já ocorreu antes, bem como toda a irresponsabilidade já apresentada pela empresa no que compete à mesma com o controle ambiental da exploração de urânio, podem desencadear diversos agravamentos na região.

3. Parque Eólico e suas implicações

O complexo eólico Alto Sertão I, que incorpora os municípios de Caetité, Igaporã e Guanambi, foi construído nos anos 2010 pela empresa Renova Energia, com participação do grupo espanhol Iberdrola, juntamente com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Inicialmente o projeto teve como objetivo de sua implantação atender a construção de três parques eólicos, que geraram 54,4 MW, sendo investidos R\$ 152 milhões, na construção do Parque Eólico. (BNDES, 2015).

Porém este complexo de produção de energética obteve outros investimentos, ampliando sua geração de energia, bem como a totalidade de torres instaladas. Em relação a esta estrutura de funcionamento do parque eólico, “está dividido em 14 Parques, com um total de 184 torres, 05 subestações e geração de 294,4 MW de capacidade instalada, contratados no Leilão de Energia de Reserva (LER) 2009”. (Silva, 2018, p. 77).

A discussão central sobre a implementação dos empreendimentos do setor energético em relação aos parques eólicos está em que a fonte de energia se apresenta como renovável, ou seja, diferentemente de outras fontes, como os combustíveis fósseis e termoelétricas, a energia eólica, é uma energia limpa.

Mas, a questão central do debate está no *modus operandi* dentro lógica capitalista da efetivação desses empreendimentos, além do processo de territorialização efetivado, quando empresas transnacionais passam a controlar os territórios, cercando áreas e impossibilitando a utilização das mesmas por parte das comunidades locais, que gera diversos impactos nas dinâmicas locais.

Além desta problemática, ocorrem diversos impactos nas regiões onde se efetiva a instalação dos parques eólicos. “Com a instalação dos parques, mudanças expressivas atingiram a região, desde divisas econômicas para os municípios e famílias afetadas, direta e indiretamente, com a instalação das turbinas até transformações ambientais, reorganizando o espaço e dando uma nova configuração à paisagem (Silva, 2018, p. 78)”.

A dinâmica econômica da sociedade capitalista está pautada na exploração dos recursos naturais e do trabalho, para a obtenção de lucros, independente de qual seja essa fonte (ar, minérios, água, solos, etc.). E, dentro desta perspectiva de organização do capital nos território, existem diversos fatores que precisam ser estruturados, pois as dinâmicas locais são radicalmente modificadas com a incorporação do território por empresas de diversos países, especialmente aquelas localizadas no centro do capitalismo.

Na Região, a interação homem/natureza resultou na configuração atual de espaços (dominantemente artificiais), que, apesar de assumir identidade geoeconômica e social própria, a intensidade da sua dinâmica ainda está submetida, compulsoriamente, a fatores externos, como novas tecnologias ou, principalmente, a apelos de mercado, especificamente aqueles demandados pelas corporações transnacionais, ampliados pelos mercados emergentes (maior inserção de consumidores marginais, ao mercado de consumo), além de outras demandas de origem doméstica (CODESP, 2010, p. 37).

Outra relação estrutural está pautada na contratação de mão de obra local.

Diante do cenário político, social e econômico, característico dos pequenos municípios situados no semiárido baiano, vulneráveis aos fracos regimes pluviométricos e que possui o desemprego estrutural como marco do quadro político-econômico, a chegada do empreendimento eólico foi visto como uma salvação, principalmente pela promessa de uma grande quantidade de emprego para a população. (SOUZA, 2018, p.79).

Porém, esta contratação da mão de obra é temporária sendo de fato utilizada no processo de instalação das torres, não promovendo a efetivação de trabalhadores/as, ocasionando apenas frustração para as populações. Outro ponto relacionado à chegada dessas empresas multinacionais está no fator de dependência econômica que os pequenos municípios acabam gerando, por apresenta pouco dinamismo econômico, e, dificuldades de atrair outros investimentos, esses empreendimentos passam a exercer forte influencia na política local, ocasionando subserviência do poder público local, para o atendimento dos interesses das empresas.

4. Projeto Pedra de Ferro.

O município de Caetité apresenta em seu subsolo diversas riquezas minerárias, entre elas, especialmente o urânio e o ferro. Sendo este último cobiçado pelo capital internacional, e tendo sua exploração efetivada pela empresa Bahia Mineração S/A, originária do Cazaquistão, e pertencente ao grupo Eurasian Resources Group (ERG).

A localização da mina de ferro está localizada entre os municípios de Caetité e Pindaí, inseridos na Serra Geral, que dada a sua formação geológica apresenta condições ideais para a existência de minérios, tendo sua exploração econômica com mais efetividade a partir de 2007. (SANTOS, MAGDA, 2004).

Sendo encontradas na Mina duas variações do minério de ferro, sendo eles, hematita (1/3) e itabirito (2/3). A hematita possui alto teor de ferro (cerca de 65%). (BAMIN, 2021). Sobre o *modus operandi* do projeto, segundo informações contidas no RIMA realizado pela empresa, o projeto prevê uma extração 15 milhões de toneladas de concentrado de minério de ferro, durante 15 anos, resultando em aproximadamente 32 milhões de toneladas de minério retirado da cava (MONTALVÃO; MOREIRA; NUNES, 2020).

A mina entrou em operação em dezembro de 2020, a intensidade do processo extrativo coloca em risco toda a região. Especialmente as comunidades campesinas localizadas ao redor da mina. As comunidades campesinas tem papel fundamental no abastecimento de alimentos para as feiras de Caetité, Pindaí e Guanambi. Produtos como hortaliças, legumes, tubérculos, além de leites, queijos entre outros alimentos são comercializados a preços mais acessíveis, nessas cidades, sendo fornecidos pela agricultura familiar.

Um dos maiores impactos envolvidos na exploração do minério é a construção da barragem de rejeitos. O que, depois dos crimes ambientais ocorridos em Mariana em 2015 e Brumadinho 2019, ambos ocorridos em Minas Gerais, gerou por parte da população em geral desconfiança e medo. Principalmente para as comunidades que passarão a conviver próximas a esta estrutura.



(Pilha de rejeitos próximos a Mina Pedra de Ferro. Fonte: Atividade de Campo, agosto, 2021).

A mudança na dinâmica existente nessas comunidades mediante os impactos do empreendimento minerário, além de colocar em risco o abastecimento hídrico da região, impactará também na garantia do fornecimento de alimentos a preços acessíveis, ampliando

a insegurança alimentar e colocando em risco diversas populações que já se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Dentro deste quadro, não só as comunidades de Caetité são impactadas, mas também os municípios de Pindaí e Guanambi, e, levando em consideração o bioma da caatinga, onde os recursos hídricos se apresentam de maneira escassa, os impactos da construção da barragem nessa localidade, se apresenta como uma verdadeira catástrofe social e ambiental. Além disto, o projeto está implantado numa área total de 700 hectares, dimensionando de maneira expressa o controle do território por parte da empresa.

5. Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL)

Outro megaempreendimento que tem ocasionado diversos conflitos é a construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL). Anunciada no ano de 2011, a ferrovia tem aproximadamente 1527 km de extensão, a mesma integra o projeto Pedra de Ferro como via de escoamento do minério, bem como dos grãos da região Oeste do estado da Bahia, tendo como destino final o Porto Sul, que, está em fase de construção no município de Ilhéus, na região do litoral Sul da Bahia.

Além de diversas disputas nos territórios a ferrovia atualmente representa a violência estatal na instalação e na perda de território pelas comunidades. Em relação à construção da ferrovia Rodrigues (2019), aponta que,

Destaca-se também, que o projeto da BAMIM está ligado a outro grande projeto de desenvolvimento estrutural: a Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL), planejada para realizar o escoamento da produção de ferro de Caetité. A construção da FIOL ocasionou, de acordo com a pesquisa de campo realizada durante os anos de 2017 e 2018, e dos dados da CPT (2018), conflitos no campo, envolvendo 163 das comunidades de Serragem, Manoel Vicente e Curral Velho, no município. (p.141).

As contradições da construção da Ferrovia se efetivam pelo próprio processo de construção da mesma. Diversas comunidades sofreram com o processo de expropriação de terras, explosões, mudanças de rotas das estradas utilizadas pelas comunidades, além de impedir o acesso a terras públicas, utilizadas pelas comunidades como fundo e fecho de pasto, prática centenária. Esta nova dinâmica do território tem intensificado os conflitos dentro do município de Caetité.

A construção da ferrovia tem como objetivo central atender a demanda do grande capital. Dentro da dinâmica social do capital, de expansão de controle dos territórios e seus impactos decorrentes de tais atividades.

A ferrovia, enquanto meio de transporte de mercadorias, assume importante papel na ampliação da escala de reprodução do capital. Se, por um lado, a construção de ferrovias atua como fomentadora da distribuição de mercadorias, o que favorece, de forma significativa, os grandes setores agroindustriais e empresas estatais, portanto, à elite agrária baiana e brasileira; por outro lado, provoca profundas transformações espaciais, bem como acarreta uma série de prejuízos materiais e imateriais para moradores de pequenas localidades, mormente, os camponeses, no interior do estado (MACEDO; SANTOS, 2010, p. 14).

Esta dinâmica de domínio nos territórios se potencializa no momento em que, a Ferrovia de Integração Oeste Leste é privatizada. A ferrovia foi a leilão no mês de abril de 2021, sendo vendida para a própria Bahia Mineração, com valor de outorga de R\$ 32,7 milhões, além do

pagamento de outorga variável de 3,43% da receita bruta a partir do sexto ano da concessão. O projeto foi qualificado na carteira do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) por meio do Decreto nº 8.916/2016. (BRASIL, 2021).

Considerações finais

Diante dos quadros sociais e econômicos apresentados no desenvolvimento de Caetité, percebe-se a relação de dependência com o mercado internacional. O município do Alto Sertão baiano está intrinsecamente ligado à lógica de exploração dos recursos naturais para o abastecimento do mercado internacional, bem como do capital privado e estatal. Dentro desta lógica, o desenvolvimento local fica em segundo plano, pois, dentro da lógica capitalista o que vale é a acumulação de capital sobre a exploração do trabalho e da terra. Esta dinâmica desencadeia diversas violações na vida das comunidades camponesas, bem como geram diversos impactos negativos no ambiente. A lógica acumulativa do capital, atrelado à inexistência de planejamento dos municípios reverbera em processos acumulados de conflitos, bem como, o esgotamento de alternativas para alcançar o desenvolvimento econômico e social. Esta problemática ocorre nos municípios onde a exploração dos recursos naturais se efetiva, mas também, é reflexo do processo que se desenvolve a nível nacional, na qual, a base econômica está voltada em abastecer o mercado internacional com *commodities*, secundarizando um projeto de desenvolvimento nacional.

Referências

BRASIL. **BNDES aprova R\$ 773,2 milhões para a construção de 10 parques eólicos no Nordeste.** Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20150506_eolicas. Acesso em: 12 de maio de 2020.

BRASIL. **Leilão do Trecho I da FIOEL garante R\$ 3,3 bilhões em investimentos para entrada em operação da ferrovia.** Disponível em: <https://www.ppi.gov.br/leilaofiol>. Acesso em 03 de maio de 2021.

Conselho de Desenvolvimento do Território Sertão Produtivo – CODESP. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS.** 1ª Ed. Caetité – Bahia, 2010.

Cotrim, C. G. C. de C. (2015). “As bellas amethystas”: Garimpos e relações comerciais em Brejinho das Ametistas (Alto Sertão da Bahia, 1870-1930). *Epígrafe*, 2(2), 25-46. <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8855.v2i2p25-46>.

Distribuição da CFEM por município. **ANM**, 2020. Disponível em: https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/distribuicao_cfem_muni.aspx?ano=2019&uf=BA. Acesso 15 de maio de 2021.

Ferrovia de Integração Oeste Leste. **VALEC**, 2020. Disponível em: <https://www.valec.gov.br/ferrovias/ferrovia-de-integracao-oeste-leste>. Acesso em 05 de maio de 2021.

Fontes não renováveis. **ANEEL**, 2008. Disponível em: http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas_par3_cap8.pdf. Acesso em 20 de abril de 2021.

INB CAETITÉ. **Indústrias Nucleares do Brasil (INB)**. Disponível em: <http://www.inb.gov.br/A-INB/Onde-estamos/Caetite>. Acesso em 18 de julho de 2021.

Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil. **FIOCRUZ**, 2010. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=ba-exploracao-de-uranio>

no-sudoeste-da-bahia-envolve-licenciamentos-oscuros-contaminacao-riscos-a-saude-e-falta-de-transparencia-na-fiscalizacao-da-politica-e-da-producao-nuclear-brasileiras. Acesso 20 de junho de 2021.

PAES, F. Caio. Mineração de urânio no sertão da Bahia traz à tona memória de contaminação. **BBC**, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50077223>. Acesso em: 19 de junho de 2021.

REIS, F. M. M. **Traços do cotidiano nas minas de ouro: A estrutura produtiva e o trabalho escravo nas unidades mineradoras setecentistas**. XIII Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina – MG, 2008.

RODRIGUES, Fernanda Oliveira. **A Tragédia fáustica do capital no campo: Mineração e conflitos por terra e água nas comunidades camponeses de Caetité e Pindaí-Bahia**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista. Bahia, 2019.

SANTOS, Jemisson Mattos dos; OLIVEIRA, Magda Rodrigues. **Diagnóstico Socioambiental Participativo do Município de Caetité- BA**, in: VII ENCONTRO BAIANO DE GEOGRAFIA – EBG, 2004, Jacobina-BA.

SILVA, Edilélio dos Santos. **Contradições do desenvolvimento sustentável intrínsecas às alterações ambientais: análise do Complexo Eólico Alto Sertão I – Bahia**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista. Bahia, 2018.

SILVA, M. H. C. **Vivendo com o outro: Os alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial**. Tese de doutorado, Salvador, UFBA, 2007.

Tribunal de Contas dos municípios do estado da Bahia. Caetité. **TCM- BA**. Disponível em: <https://www.tcm.ba.gov.br/municipio-post/caetite/>. Acesso em: 30 de julho de 2021.

Disputas da terra, das narrativas e no campo do trabalho: advocacy em rede de ambulantes, universidades e movimentos nos conflitos pelo Direito à Cidade

Ana Lúcia O. Aguiar
analidia.oaguiar@gmail.com

Benedito Roberto Barbosa
ditocmp@gmail.com

Luciana F. Itikawa
luciana.itikawa@gmail.com

Vera da Silva Telles
vs.telles@gmail.com

Resumo

Os mercados populares na cidade de São Paulo podem ser compreendidos a partir do entrecruzamento de diversas práticas de trabalho, economias, movimentos de pessoas, mercadorias, tecnologias e políticas securitárias. Com a pandemia do Covid-19, altera-se profundamente o funcionamento dos mercados, a ocupação dos espaços, as disputas políticas e, sobretudo, a intensidade da violência policial contra os trabalhadores ambulantes na cidade. A violência do Estado que historicamente recai sobre esses trabalhadores por meio da repressão policial, é também operante nos modos pelos quais se processa a negação e apagamento dos registros dessa violência, além da deslegitimação e criminalização das vítimas. Neste contexto, uma importante inflexão na luta articulada em rede entre movimentos de trabalhadores, moradia, imigrantes, universidades e organizações pelo Direito à Cidade e Direito ao Trabalho nos últimos 10 anos tem sido objeto de uma reflexão crítica que orienta a luta. Não obstante a soma de esforços de organizações e movimentos que atuam nas escalas local, nacional e internacional, temos visto uma outra ordem de disputas. Malgrado o advocacy pela manutenção e criação de novas licenças, contra a violência policial e redistribuição de comida nos contextos mais agudos de proibição da atividade, a consciência das modificações dos teores e atores dessa disputa são cruciais para elaboração das estratégias em rede. Nesse sentido, o presente trabalho visa analisar a disputa que se transforma e se difunde entre os trabalhadores ambulantes da cidade de São Paulo reproduzindo em escala local no nível da rua, as disputas que se dão em âmbito nacional entre a política de Bolsonaro; e estadual, através da política de perseguição violenta da Polícia Militar. Nossa reflexão crítica objetiva compreender como esses conflitos configuram também a forma de atuação dos ambulantes e os movimentos locais engajados de esquerda frente a um cenário de pobreza, violência precariedade.

Introdução

O objetivo deste artigo, escrito a várias mãos e ainda em construção, é analisar as disputas que se configuram e se difundem entre os trabalhadores ambulantes da cidade de São Paulo reproduzindo em escala local no nível da rua, as disputas que se dão em âmbito nacional

entre a política de Bolsonaro; e estadual, através das políticas de perseguição violenta do Estado. Nossa reflexão crítica objetiva compreender como esses conflitos configuram também a forma de atuação dos ambulantes e os movimentos locais engajados frente a um cenário de pobreza, violência e precariedade, sobretudo com as profundas alterações promovidas pelo impacto da pandemia da Covid-19 no espaço urbano.

As reflexões inscritas neste artigo foram proporcionadas pelos processos de articulação em rede construídas a partir da realização do seminário *Ambulantes e Cidade: Cartografias da economia popular, tensões nos territórios, conflitos e práticas de resistência durante a pandemia da Covid-19* realizado no mês de setembro de 2020 e construído com diversos atores, integrando uma rede pesquisadores, movimentos populares e sociais e trabalhadores ambulantes, reativando redes antigas e fortalecendo outras frentes de atuação e de reflexão desse mundo em torno dos mercados populares, trabalhadores informais, em especial em torno dos ambulantes e migrantes da cidade, como tudo isso se conecta e conforma um outro mundo conformado na *invisibilidade*. O seminário buscava compreender e cartografar o impacto da pandemia do Covid-19 nos comércios populares na cidade de São Paulo, as tensões e conflitos em torno de formas de controle dos espaços urbanos, bem como as ações e iniciativas de redes e formas de articulação utilizadas pelos trabalhadores ambulantes para lidar com os bloqueios e impasses no exercício do seu trabalho nesses espaços.

O seminário, dividido em quatro mesas de debate: 1) controle urbano e de corpos, criminalização dos atores e violência policial, 2) Cidade invisível: subnotificação de dados, “desaparecidos” urbanos, 3) Trabalho ambulante na Pandemia e migração e 4) Mobilidades urbanas, novos arranjos da economia popular e redes de apoio; também tinha como objetivo contribuir com pesquisas acerca das temáticas travadas e construir de forma cooperativa uma cartografia sócio-política da guerra urbana que se intensificou nesse período e suas formas de resistência.

Mobilizar informações, adensar a descrição sobre o impacto da pandemia sobre os trabalhadores ambulantes e a diversidade de sua composição, (permissionários, trabalhadores do corre e também os grupos migratórios que se somam às fileiras dos comércios populares e informais, suas redes de conexão e sobrevivência). Em poucas palavras, pretendia-se compreender o campo político do conflito – conflito urbano – tal como parece se configurar nessa “zona de turbulência” posta pela pandemia no contexto de políticas de destruição e devastação, roteiro previsto de extrema direita posto em ação pelo atual (des)governo do país. Além de pensar quais serão as consequências para o futuro e novas formas de organização daqui pra frente.

Como desdobramento do seminário, formou-se uma ampla rede de articulação e apoio ao trabalho ambulante e mesmo fortalecendo organizações já existentes de outros momentos, resultando também em *advocacy* pelas pautas dos ambulantes que vão desde disputas para a aprovação de projetos de leis que garantam a manutenção e criação de novas licenças ao exercício do trabalho, assim como em proposições para incorporação e efetividade das ações do trabalho ambulante no plano diretor municipal; passando pelos debates, questionamentos e formulações contra a violência policial que recai sobre as/os ambulantes; até chegar em ações práticas efetivas contra a forma na pandemia com a redistribuição de comida nos contextos mais agudos de proibição da atividade. A consciência das modificações dos teores e atores dessa disputa são cruciais para elaboração das estratégias em rede, estratégias que serão discutidas mais adiante.

Transformações urbanas na pandemia

A pandemia agravou demasiadamente o mundo do trabalho no Brasil, não obstante a informalidade ser uma realidade significativa nos países do Sul Global antes mesmo da COVID-19. Segundo o IBGE, a média de desemprego para o ano de 2020 bateu recorde histórico de 13,5%, desde que passou a ser computada em 2012. De acordo com a última pesquisa nacional de 2018, havia 103 mil trabalhadores na via pública na cidade de São Paulo, sendo que deste número, 81 mil eram ambulantes, dentre eles uma massa de trabalhadores imigrantes que também atuam no comércio ambulante. As organizações de ambulantes estimam que este número aumentou exponencialmente com a crise econômica.

Com o agravamento da COVID-19 em 2021, que culminou em novas medidas de restrição de circulação e permanência nos espaços públicos no ano passado e este, o Poder Público não só impediu os ambulantes de exercerem sua única fonte de geração de renda, como vêm empreendendo ações de repressão aos trabalhadores e trabalhadoras com extrema violência. Existem apenas cerca de 1.000 Termos de Permissão de Uso – TPU (licença para comércio ambulante no município) atualmente na cidade, e cerca de 14 mil autorizações temporárias (“Tô Legal”), porém ambas são precárias. Em outra escala da precarização e da vulnerabilidade estão os demais trabalhadores que não possuem nem um tipo de autorização ou licença temporária do poder público, sujeitos ainda mais às violências e opressões do Estado, são os chamados *do corre*. Com o aumento do desemprego e o fim do auxílio emergencial, agrava-se o cenário de queda nas vendas do comércio ambulante na cidade, alargando ainda mais a desigualdade social. As inúmeras vulnerabilidades na condição jurídica precária para permanência no espaço público, com equipamentos de trabalho inadequados por expor trabalhadores às intempéries e aos riscos de saúde e segurança, a falta de padronização e preocupação do desenho urbano, tornam os trabalhadores alvo de constantes violências, expulsões do Poder Público e preconceitos pela sociedade.

Neste artigo leva-se em consideração a reestruturação e reinvenção da vida urbana a partir da implementação de projetos pela administração pública (em consonância com lojistas e empresários) que promovem disputas com os trabalhadores informais que compõem os comércios populares. Isto é, considera-se os processos globais que reconfiguram o urbano e “os processos internos, que unem atores a essa localidade em tempos neoliberais” (Çaglar; Glick Schiller apud Feldman-Bianco, 24:2009), ao mesmo tempo que reestruturam o mercado com hierarquias de poder.

Desde o início do ano de 2021, mesmo com a troca de prefeitos⁵⁹, o executivo municipal de São Paulo tem colocado uma série de projetos urbanos em pauta, como resposta às várias crises na pandemia. Apesar de o principal projeto urbano em questão ser a revisão do atual Plano Diretor de São Paulo, este tem sido precedido por uma série de outros projetos urbanos menores aprovados ou a aprovar este ano, com a justificativa de ser a tábua de salvação para recuperação econômica da cidade. O Prefeito defende a ideia ultrapassada de que a instalação de grandes empreendimentos comerciais e a ampliação da verticalização imobiliária na cidade possibilitará mais habitação, oportunidades de negócio e emprego. Entretanto, mesmo no meio da crise econômica, o mercado imobiliário já está superaquecido, aprofundando a crise habitacional, o desemprego e a fome sem precedentes. Os argumentos escondem a real intenção de expansão dos lucros imobiliários e financeiros, entregando mais empreendimentos para a faixa de renda que não integra o déficit habitacional, o desemprego ou o setor informal.

Um dos projetos urbanos discutidos no ano de 2021 que exemplifica o conflito entre a fronteira imobiliária em movimento e a expulsão dos trabalhadores ambulantes dos espaços

⁵⁹ Com o falecimento do Prefeito Bruno Covas (PSDB), em maio de 2021 Ricardo Nunes(MDB) assume a prefeitura da cidade de São Paulo.

públicos é o Projeto de Intervenção Urbana (PIU) Central. O PIU Central elencou vários perímetros para projetos estratégicos, entre eles o Largo da Concórdia no Brás, com a previsão de intervenção em espaços públicos e verticalização de empreendimentos. Concomitantemente, a Federação de Varejistas e Atacadistas do Brás (FEVABRAS) assina um termo de cooperação com a Prefeitura para o projeto “Boulevard Tiers”, um projeto urbanístico e paisagístico financiado pela referida Federação, que prevê o fechamento da rua para carros e, sobretudo, a expulsão de ambulantes. Neste caso, os empreendimentos imobiliários destinados ao comércio se beneficiam duplamente: ao poderem ampliar a verticalização ou construir novos empreendimentos para seus negócios, recebem o aval da Prefeitura para intervirem nos espaços públicos, ainda que financiem o projeto e execução. Os ambulantes, além de não serem ouvidos nos processos participativos, suas presenças são sumariamente excluídas nestes projetos urbanos, como se não existissem como parte da intensa dinâmica econômica da região e para a viabilidade da sua própria existência.

Processos de expansão dessa fronteira imobiliária promovem até mesmo a antecipação da expulsão dos trabalhadores ambulantes, antes mesmo dos empreendimentos serem executados. No caso do Brás, a violência praticada pela fiscalização e pelos policiais militares intensificou-se após o anúncio do projeto “Boulevard Tiers”. A Prefeitura, por meio dos projetos urbanos, o Governo do Estado, através da repressão da Polícia Militar, atuam na viabilização de um cenário propício para os negócios imobiliário-comerciais, que excluem os ambulantes.

Os espaços tradicionais de intenso comércio popular não são apenas os principais destinos de quem atua como ambulante na cidade, isso porque durante o regime de isolamento social, passa a ter as suas ruas e calçadas também como espaço privilegiado para outras tantas categorias do comércio, tanto para os lojistas que tem suas lojas fechadas, como para seguranças de estacionamentos dessas regiões, cafezeiras etc. Isto é, neste momento de pandemia, a venda informal na rua foi a saída para a miséria de muitos, além de promover mais um imbricamento e embaralhamento das práticas de trabalho formal e informal e uma intensificação das disputas em torno dos territórios e por direitos frente, principalmente, ao poder público.

É bom que se diga que os questionáveis critérios estabelecidos pelo Estado brasileiro para selecionar quem tem ou não direito a ele também faz parte das escolhas de quem tem mais ou menos chance de viver em meio à pandemia. A saber, são milhares de trabalhadores, dentre eles uma massa de imigrantes, a população de rua e mulheres chefes de família que ficaram de fora do acesso ao limitado auxílio emergencial ou tiveram as parcelas bloqueadas, compondo uma massa de “invisíveis” urbanos. A consequência disso é um enorme contingente de trabalhadores que todos os dias precisa se lançar na disputa contra o Estado para defender suas vidas e seus modos de sobrevivência. Isso tudo faz parte dos dispositivos operantes nos desmontes dos serviços públicos e da agenda ultraliberal.

Na produção desses chamados “invisíveis”, o que observa-se, na verdade, é a operação de dispositivos de invisibilização também presentes no desmonte dos serviços e programas sociais em curso nos últimos anos. E agora, a pretexto das urgências do momento, como desculpa para conter a contaminação do vírus, o acirramento da repressão e violência policial, acompanhando formas de modulação e controle dos espaços urbanos, seus usos e modos de circulação são acionados de formas repressivas e brutais, além de externalizar fortes sentimentos de intolerâncias contra determinados grupos sociais.

É o caso dos trabalhadores autônomos, dentre eles camelôs e empregadas domésticas que continuam circulando pela cidade em busca de sobrevivência financeira e que, além de ficarem sujeitos à contaminação do vírus, ainda estão sujeitos às violências estatais, utilizadas para fazer o controle das vidas e dos corpos. São elementos das cenas urbanas em que o que

está por trás da subnotificação de dados é a realidade de milhares de trabalhadores que, com a negação dos recursos sociais, não puderam ter o direito ao isolamento social.

É nesta arena do conflito urbano que a pandemia aparece como uma oportunidade, para acelerar a agenda de desmontes e de limpeza urbana, visando limpar o centro daqueles vistos como “indesejáveis” urbanos por parte do poder público em consonância com fortes setores privados. O truculento poder estatal que além de negar auxílio e direitos, ainda age com violência sob os corpos, a fim de obter total controle dos espaços da cidade (Aguiar e Barbosa, 2020).

O atual contexto pandêmico colocou novos desafios e novas reflexões pela reconfiguração acelerada urbana e dos mercados, sobretudo nas dificuldades de trabalho e manutenção da sobrevivência, acompanhadas de extrema violência estatal. As cenas de violência contra as (os) trabalhadoras (es) ambulantes passou a configurar um modo operatório de controle do espaço público urbano de gestão das populações.

As disputas nacionais se transpõem às ruas

No mês de janeiro de 2021, circulou pelas redes sociais o vídeo de um vendedor de açaí⁶⁰ sendo agredido pela polícia militar com um golpe que levou o homem ao chão; como som de fundo, escutava-se uma mulher gritando socorro em defesa de seu marido. O evento em questão, aconteceu no dia 15 de janeiro, no entanto, a partir do dia 21 de janeiro esse mesmo vídeo, passou a tomar outras proporções, principalmente na rede social do twitter⁶¹. A repercussão do vídeo foi impulsionada por redes bolsonaristas, sobretudo por usuários que se autodeclaravam de “extrema direita”, “100% Bolsonaro”, “cristão”, “armamentista”, “antiaborto”; ou mesmo mais de um desses adjetivos juntos como “Deus, família e Pátria Amada Brasil”. As descrições que vinham acompanhadas do vídeo reproduziam, de certa forma, a disputa travada entre o presidente Jair Bolsonaro e o governador de São Paulo João Doria e que impactam diretamente as disputas na rua.

No mês de março também deste ano, com a iminente possibilidade de fechamento do comércio anunciado pelo governador Doria, carros de som (articulado por diversos atores como empresários, lojistas, agiota, etc) começaram a circular pelas ruas da região central do Brás, convocando “a todos pais e mães de família” para uma manifestação em direção a ALESP⁶² contra o fechamento do comércio. Conforme o carro passava tocando o hino nacional brasileiro, também se discursava a favor dos policiais militares, parabenizando-os porque

eles que colocam sua vida em risco, que luta pelo pai de família de bem... que deixam suas famílias, para manter a ordem e a segurança do pai de família que está revoltado com esse governo corrupto, com esse governo mentiroso, a onde diz que meu emprego não é essencial, então já quero dizer ao João Doria que meu filho está passando necessidade! João Doria, o que você vai fazer pra manter o sustento da minha família? O meu emprego é essencial, eu gero renda, eu gero sustento. O vendedor depende da minha empresa, o

⁶⁰ O vendedor de açaí estava voltando para casa, uma ocupação no centro da capital paulista, dentro do seu horário de permissão ao trabalho, quando a equipe de remoção e apoio da prefeitura o parou para apreender o seu equipamento de trabalho, o carrinho de açaí. O vendedor em questão foi localizado pelo Fórum dos Ambulantes de São Paulo e um ato em solidariedade a ele foi realizado no local em que sofreu a violência.

⁶¹ Ver em: Aguiar, de Gobbi, Rocha e Barbosa (2021).

⁶² Segundo ambulantes presentes no ato, assim como outros que participaram, não imaginavam que o ato em si tinha o caráter de “pedir o impeachment do Doria”, isso porque os discursos de mobilização da passeata eram contra o fechamento dos comércios.

cortador depende da minha empresa, a costureira depende da minha empresa, a passeadeira depende da minha empresa! Então vamos juntos, meus amigos lojistas, meus amigos empresários, vamos nos unir, não vamos aceitar esse conformismo⁶³.

Segundo alguns trabalhadores ambulantes, a convocação do ato propunha que todos os trabalhadores usassem branco para não caracterizar alguma filiação política, e argumentavam que seria um ato em “defesa do trabalhador”. No entanto, no dia que a manifestação estava marcada, conforme a passeata - que mobilizou cerca de 5.000 trabalhadores ambulantes e informais que compõem o comércio da região central do Brás - foi se acercando à ALESP, os puxadores do carro de som foram se revelando, portando agora camisetas pretas, com discursos focados no pedido de impeachment do governador João Doria. Muitos ambulantes, quando perceberam a rápida movimentação, começaram a se dispersar do ato, uns justificavam aos outros que se fosse para aquele intuito não teriam ido, e que foram porque “queriam defender o trabalho”, ou que se soubessem que “era bolsonarista”, não iriam; outros permaneceram.

O evento reiterou as simbologias e o vocabulário atrelado ao bolsonarismo - em defesa do pai de família, da pátria, do cidadão de bem e das das forças policiais como reprodutoras de modelos de resguardo de moralidade - longe daquela polícia violenta que agrediu o vendedor de açaí, como se não fosse a mesma polícia. Simbolicamente, o ato se aproxima do modo como o registro da agressão foi (re)apropriado e amplificado na esfera de influência dos setores bolsonaristas, com foco não nas reais demandas dos trabalhadores ambulantes por garantias de sobrevivência⁶⁴, mas sobretudo, como uma ação direcionada contra as medidas de isolamento social, reforçando a lógica negacionista do governo Bolsonaro (Aguiar, Barbosa, de Gobbi e Rocha: 2021,p.15-16).

Já muito desgastados pelo impacto do fechamento do comércio, com a baixa das vendas e com as constantes apreensões feitas pelo poder público sobre a mercadoria⁶⁵ dos ambulantes, sem nenhuma medida de combate à pandemia e à pobreza e de suporte aos trabalhadores; tais discursos, sobretudo aqueles que acionam a questão religiosa, muito presente em todas as falas, acaba sendo uma saída para a redenção das dificuldades das experiências da pobreza urbana, muito comum nos mercados populares (Birman, 2019), isto é, são atores em disputa.

Como parte das cenas diárias vividas pelas (os) trabalhadoras (es), dentre elas (es) as (os) migrantes, foi o aumento da violência policial que aparece de diversas facetas: pela quantidade de apreensões feitas pela fiscalização, pela brutalidade praticada, especialmente pela Polícia Militar da Operação Delegada, bem como pelos relatos de cobrança de propina e extorsão por parte do poder público.

Muitos automóveis que guardavam mercadorias dos camelôs no Brás, nos meses de fechamento do comércio, foram violados pelos “coletes laranjas” sofrendo apreensões pela Guarda Civil Metropolitana (GCM) e Polícia Militar (PM) no centro da cidade, deixando mais uma vez os ambulantes a míngua, pois além de não receberem auxílio, de não poderem

⁶³ Dados obtidos através de vídeos da mobilização para o ato, circulado em grupo de WhatsApp e Telegram dos trabalhadores ambulantes.

⁶⁴ Entre as principais demandas dos ambulantes durante a pandemia estão a Distribuição de cestas básicas aos ambulantes, auxílio emergencial municipal e estadual, suspensão das cobranças das taxas do Termo de Permissão de Uso e do programa Tô Legal, no ano de 2020 e 2021; suspensão das operações de repressão contra os ambulantes, pela operação delegada, *coletes laranjas* e GCMs no município; nenhuma remoção dos ambulantes e suas barracas: Despejo Zero!; vacina já! (Manifesto em defesa dos trabalhadores (as) Ambulantes na pandemia, março de 2021)

⁶⁵ São muitos relatos de apreensões de mercadorias, em que a equipe de remoção e apoio da prefeitura, responsável pela ação, não emite o *lacre*, documento que garantiria a retirada das mercadorias. Um casal de ambulantes chegou a perder 9 mil reais em mercadoria apreendida.

trabalhar, ainda tiveram suas mercadorias (muitas delas já destinadas a venda certa) apreendidas, fazendo mais uma dívida ao ambulante frente aos fornecedores. A prefeitura age no impedimento do trabalho ambulante de diversas maneiras, seja perseguindo e impedindo de ocupar o espaço urbano, seja apreendendo a mercadoria que dá sentido ao comércio.

Uma ambulante senegalesa chegou a relatar que dia ou outro a fiscalização chega em sua banca no centro da capital, alega que ela tem excedente de mercadoria ou que não tem permissão para a comercialização, recolhe os produtos e, na esquina seguinte, vendem para outros ambulantes africanos por um valor menor; além de permitirem vender nos mesmos espaços que os demais, mas por um preço mais barato, já que conseguiram por outras vias. Outra situação experienciada pelos imigrantes foi a de ameaça e extorsão através de grupos de telegram com atores alegando serem policiais dizendo que sabia que “fulano era peruano e que trabalhava na rua de forma ‘ilegal’”.

Em dezembro de 2020 aconteceu uma audiência pública na câmara municipal de São Paulo, chamada pela Comissão de Direitos Humanos, em articulação com diversas entidades de trabalhadoras (es) ambulantes, para tratar da questão de possibilidade de remoção de alguns ambulantes da região do metrô Conceição e Jabaquara. A Prefeitura conseguiu derrubar uma liminar que garantia a licença de permanência desses trabalhadores, tal ação remonta processos da gestão municipal de Gilberto Kassab, entre os anos de 2011 e 2012, quando se praticou uma política de perseguição sistemática contra os ambulantes.

Neste evento, da audiência pública, uma trabalhadora ambulante fez uma denúncia pública que estava sofrendo ameaças por parte de um funcionário da prefeitura, com a alegação que na verdade esse processo de remoção estava ocorrendo com aqueles que não pagaram o valor extra-legal exigido. Imediatamente houve uma movimentação em torno das organizações de defesa dos Direitos Humanos para garantir a segurança da trabalhadora. Por parte da Prefeitura houve a proposta de apuração dos fatos, pois até então não se tinha conhecimento dessa qualidade de denúncia.

Mercados em Disputa

A cidade de São Paulo é estruturalmente organizada a partir de parâmetros de desigualdades socioespaciais, ao mesmo tempo em que a produção dessas assimetrias se alimenta e está cada vez mais por financeirização e privatização territoriais. As escalas de observação das regiões dos comércios populares demonstram as diversas clivagens de acesso, circulação e patrimônio entre os múltiplos atores, isto é, a cidade é constituída a partir de uma série de fronteiras, sobretudo aquelas demarcadas por diferentes esferas do Estado em consonância com atores capitalistas com poder de barganha.

Nesse momento tão recente de São Paulo, a reestruturação do centro da cidade é operada através de políticas que visam expulsar a população mais pobre, demarcado por um modelo de cidade neoliberal, para regiões cada vez mais periféricas, ao mesmo tempo abraça a especulação imobiliária que enobrece o centro por meio de fortes investimentos econômicos, e como dito anteriormente, a pandemia aparece como pretexto para acelerar tais ações. O atual debate sobre as modificações no plano diretor da cidade aparecem sobre esse contexto, não à toa, tem-se voltado a grandes acordos de cooperação com a iniciativa privada.

Essa parceria entre grupo de empresários e lojistas com o poder público, como o caso da FEVABRÁS citado acima, visa projetos higienistas, como uma das facetas da cidade neoliberal. As ações de São Paulo são acompanhadas de políticas, muitas vezes, perversas, que paradoxalmente aceleram remoções, criminalizam determinadas populações, ao mesmo

tempo em que retroalimentam a circulação, inclusive do capital via compra e venda de mercadorias que são vendidas nas ruas através do comércio ambulante.

Segundo Hirata (2014), as mudanças do comércio popular na cidade, apontam para uma tendência de formalização seguindo novos modelos de empresariamento via empreendedorismo, acompanhado de controle “militar-securitário” do espaço urbano. As propostas de políticas de revitalização da cidade, segurança pública, combate à pirataria e atividades ilícitas convergem com a identificação de possibilidades econômicas naquilo que antes era visto como precariedade” (Rangel, 2019:4).

Em consonância com tais políticas, durante a pandemia o que assistimos foi uma verdadeira “caça às bruxas” em relação aos camelôs como já dito anteriormente. São inúmeros relatos de abuso da violência policial, apreensão de mercadorias feita pela equipe de remoção e apoio da prefeitura (os coletes laranjas) com suporte da Operação Delegada. Até caminhões de abastecimento de alimentos foram autuados e tiveram suas mercadorias apreendidas. Ônibus e vans que se dirigiam a região com os pedidos dos sacoleiros que não foram às ruas pelo isolamento social, também foram alvos da fiscalização. São cenas de violência cotidianas que se repetem ao redor da cidade, inclusive com denúncias de cobranças de propina e extorsão por parte de agentes públicos. Além disso, a prefeitura investe na remoção de ambulantes de diversas áreas da cidade, como as regiões de Jabaquara e Lapa e cobra valores abusivos das taxas das TPUs e do Tô Legal, mesmo a câmara de vereadores tendo aprovado a isenção do pagamento das mesmas, isso porque os ambulantes permissionários não trabalharam nos primeiros meses do ano, ficando impossibilitados de pagar suas taxas. Ainda hoje, a batalha é pela garantia da isenção das taxas e parcelamento das dívidas, tema este de uma das audiências públicas chamadas em parceria com os movimentos e trabalhadores.

O enfrentamento entre Prefeitura e trabalhadores ambulantes demonstra uma tendência urbana: a de retorno dos investimentos públicos e privados aos centros urbanos outrora abandonados. No entanto, o espaço urbano passa a ser “reservado” àqueles que têm mais condições de acesso a determinados serviços, deixando uma série de trabalhadores na informalidade, muitas vezes se apresentando mediante certa exclusão, na medida em que a rua não é proporcionada pelo Estado formalmente como lugar comum de trabalho.

As políticas adotadas pelo setor público, baseadas em ações de controle e segregação do espaço urbano, podem gerar consequências desastrosas para a vida na cidade. Além do acirramento da violência e da formação de uma opinião pública a partir dos estereótipos que estigmatizam os sujeitos, como sugere Mafra (2005), o discurso de acusação de violação da ordem encobre as verdadeiras políticas que envolvem a prática policial de repressão, ou seja, a higienização.

Advocacy e resistência em rede

Ao longo de 2020 e ainda agora em 2021, foram chamadas uma série de audiências públicas, em articulação com a rede de apoio aos ambulantes, entidades representativas dessas (es) trabalhadoras (es) e também com apoio parlamentar. Seja para reivindicar alimentos, seja para buscar a revogação das tentativas de remoção e despejo dos ambulantes da região do Jabaquara e metrô Conceição, seja para buscar isenção das taxas, ou mesmo mudanças de locais para os ambulantes deficientes físicos e visuais que se encontram em regiões precárias ao comércio e com falta de estrutura ao seu funcionamento, como é o caso do chamado “centro novo”. Neste último setembro de 2021, mais uma audiência pública para discutir as intervenções privadas na região do Brás e Pari, na feirinha da madrugada, foi convocada. Além disso, as (os) ambulantes foram protagonistas de algumas manifestações contra o

poder público. Em dezembro de 2020, ambulantes deficientes fizeram uma manifestação da porta da prefeitura, em agosto de 2021, junto com a frente São Paulo pela vida, pelo adiamento do plano diretor, novamente ambulantes voltaram à porta da prefeitura. Por fim, neste último setembro, cerca de cinco mil trabalhadoras (es) do Brás marcharam da Rua Tiers em direção ao Paço Municipal em uma ampla manifestação pedindo “regularização já” aos ambulantes da região do Brás.

Para se manterem, as redes de apoio, sobretudo em torno das organizações e sindicatos de ambulantes, de migrantes e de outros movimentos sociais, em destaque ao movimento de moradia; as articulações com operadores de diversas expertises (advogados, pesquisadores, agentes de saúde etc.) foram de profunda importância para garantir as sobrevivências em torno do trabalho, da moradia etc. As Iniciativas que se ancoram em coletivos locais, formas de ação e de articulação territorializadas, construídas ao longo dos anos, desdobram-se, no contexto da pandemia, em outras tantas ações e iniciativas (Cidade e Trabalho, 3:2020) fundamentais para os chamados pobres urbanos.

Nas suas diferentes conformações e modos de atuação, essas plataformas e redes de apoio parecem se configurar como verdadeiros operadores de escala, dando ressonância aos agenciamentos locais e transterritoriais para lidar com os efeitos devastadores da pandemia. E também para contornar os efeitos nefastos da desinformação sistemática promovida pelos poderes públicos (*idem*, 9:2020).

Referências

AGUIAR, Ana Lídia e BARBOSA, Benedito Roberto (2020). *Entre a violência e invisibilidade, ambulantes resistem em tempos de pandemia*. Disponível (on-line) em www.labcidade.fau.usp.br/entre-a-violencia-e-invisibilidade-ambulantes-resistem-em-tempos-de-pandemia.

AGUIAR, Ana Lídia, BARBOSA, Benedito Roberto, DE GOBBI, Fernanda e ROCHA, Rafael (2021). *A polícia assassina do João Doria": disputas entre trabalhadores ambulantes e setores bolsonaristas em torno do discurso sobre direito ao trabalho e violência policial*. Trabalho apresentado ao 20º Congresso Brasileiro de Sociologia. Belém - PA.

FELDMAN-BIANCO, Bela (2009). Reinventando a Localidade: globalização heterogênea, escala da cidade e a incorporação desigual de migrantes transnacionais. *Horizontes Antropológicos*, v.15, n.31, p. 19-50.

GLICK-SCHILLER E ÇAGLAR (2016) Displacement, emplacement and migrant newcomers: rethinking urban sociabilities within multiscalar power. *Identities: Global Studies in Culture and Power*. Vol. 23, No. 1, 17–34.

GRUPO DE PESQUISA CIDADE E TRABALHO.(2020) (Micro) políticas da vida em tempos de urgência. Dilemas.

HIRATA, Daniel. *A produção das cidades securitárias: polícia e política*. In: *Le Monde Diplomatique*.

MAFRA, Patrícia Delgado (2005). *A “Pista” e o “Camelódromo”*. Camelôs no centro do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Museu Nacional. Rio de Janeiro.

RANGEL, Felipe (2019). Problema e Potência: O comércio popular entre a repressão e a empresarização. *Journal of Illicit Economies and Development*.

Moradia e Migração: ocupações sob ameaça de remoção

Eduardo Abramowicz Santos
Universidade Federal do ABC
a.eduardo@ufabc.edu.br

Resumo

O artigo parte da pesquisa de mestrado realizada na Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território na Universidade Federal do ABC e trata do tema da integração dos migrantes na cidade e o papel exercido pelos movimentos sociais de moradia no percurso da moradia migrante. O texto destaca os seguintes temas: informalidade urbana, moradia e migração e a forma pela qual os processos judiciais de ameaça de remoção operam socialmente, compondo deste modo, os circuitos da moradia migrante. Enfatiza-se o papel dos movimentos sociais na acolhida dos migrantes.

Palavras-chave

Migrantes; Ocupações; Integração; Desposseção; Resistência

Introdução

Este artigo⁶⁶ desenvolve o tema da integração e o papel dos movimentos sociais de moradia na cidade de São Paulo na acolhida dos migrantes⁶⁷ a partir de duas ocupações sob ameaça de remoção, a primeira, chamada de Vila das Belezas no bairro da Vila Andrade, zona sul de São Paulo, e, a segunda, chamada de 21 de abril no bairro do Brás, centro de São Paulo. O texto objetiva desenvolver o tema da integração e o papel dos movimentos sociais de moradia no percurso da moradia migrante na cidade.

A partir do desenvolvimento da pesquisa de campo, das entrevistas efetuadas no decorrer da pesquisa, das articulações que se formaram em torno dessas ocupações na cidade de São Paulo e da revisão bibliográfica referente ao tema sobre cidade e migração, articula-se a discussão sobre integração, cidade, migração e movimentos sociais de moradia.

O artigo está dividido em três partes, além da introdução e da conclusão. Em um primeiro momento, apresenta-se de forma sucinta o tema da pesquisa, indicando as perspectivas teóricas para compreensão do direito, da informalidade urbana e do circuito da moradia migrante na cidade de São Paulo. Toma-se a cidade como plano analítico no intuito de pensar a relação entre os migrantes e a cidade, apontando para as dinâmicas produzidas em duas ocupações sob ameaça de remoção na cidade de São Paulo compostas por brasileiros e migrantes.

⁶⁶ Este texto é parte da pesquisa de mestrado desenvolvido no programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território na Universidade Federal do ABC.

⁶⁷ A bibliografia contemporânea referente ao tema opta pelo uso do termo migrante (em vez de imigrante) e migração (em vez de imigração), pois destaca as múltiplas formas de mobilidade e fluidez, devido às diversas temporalidades e motivações que marcam as migrações contemporâneas e que variam em função de questões políticas, econômicas e sociais, além de fugir da categorização utilizadas pelos Estados nacionais que definem sujeitos com o status de estrangeiros (ÇAGLAR e SCHILLER, 2011).

Em um segundo momento, discute-se os temas da integração e território, relacionando-os com as perspectivas teóricas desenvolvidas na primeira parte do artigo, trazendo a relevância dos conceitos de território e escala para análise concreta da integração dos migrantes na cidade. Em um terceiro momento, apresenta-se, a partir das trajetórias de lideranças das ocupações analisadas, os processos de integração que são forjados no cotidiano das cidades, evidenciando o papel das experiências de “desposseção” (HARVEY, 2003) e resistência vivenciados por esses sujeitos.

A Pesquisa e o enquadramento teórico

A pesquisa busca compreender como o direito opera socialmente compondo o circuito da moradia migrante, relegando certas populações da cidade à informalidade, deslocando a análise essencialista e linear do direito (FONSECA, 2012) para analisar, a partir das margens, as formas que o direito opera socialmente, compondo zonas de ambiguidade e práticas que se ramificam (TELLES, 2015). Busca retratar as dinâmicas e realidades de ocupações sob ameaça de remoção a partir dos circuitos inscritos nesses espaços pelos chamados “indesejáveis” (AGIER, 2008), precarizados e marginalizados submetidos à informalidade.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa é a pesquisa-ação e o estudo de caso, tendo como perspectiva, além do objetivo de pesquisa apresentado anteriormente, um objetivo de ação, qual seja, a busca pela suspensão da ameaça de remoção, objetivo que se torna condição para o desenvolvimento da pesquisa e que a enquadra na tensão permanente entre ação e pesquisa (THIOLLENT, 1986; TRIPP, 2005). A escolha das ocupações parte da atuação do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos⁶⁸, pois esta entidade possibilita um olhar privilegiado do conflito fundiário, uma vez que atua na defesa jurídica dos moradores, posicionando-se na intersecção entre o domínio da lei, próximo das instituições que circundam o conflito fundiário, e as “redes sociotécnicas” de apoio e resistência que se formam a partir da instauração da ameaça de remoção (GODOI, 2019; Grupo de Pesquisa cidade e trabalho, 2020).

A informalidade urbana é entendida como modo de urbanização, rejeitando a ideia de setor informal e rompendo com a dicotomia entre o formal e informal, sugerindo que a informalidade não é um setor específico, mas uma série de transações que conectam diferentes economias e espaços (ROY, 2005). Essas atividades tidas como informais ou “não-regulamentadas é em si e por si uma forma distinta de regulamentação, um conjunto de táticas que recriam a informalidade, transformando-a em governamentabilidade” (ALSAYYAD e ROY, 2009, p. 115).

Esse conceito possibilita analisar as transações, dinâmicas e expedientes de determinados espaços urbanos tidos pelo direito e por agentes do Estado como informais ou ilegais. Assim, a informalidade urbana não é um setor ou um espaço determinado, mas dinâmicas e transações que atravessam e conectam os territórios populares a partir de sua diferenciação e da (re)constituição das categorias de legitimidade e ilegitimidade que por meio do exercício de poder sobre determinadas populações, em uma tática de sujeição, determina-se espaços de exceção à ordem formal do planejamento urbano (AGAMBEN, 2002; ROY, 2005; FOUCAULT, 2014).

A partir da instauração de processos judiciais que possuem como objetivo a remoção de famílias migrantes moradoras de duas ocupações, a primeira, localizada na Vila Andrade, Zona Sul de São Paulo, constituída por haitianos e brasileiros e, a segunda, localizada no Brás,

⁶⁸ Entidade de direitos humanos conveniada a Defensoria Pública do Estado de São Paulo que presta assessoria jurídica gratuita em casos de conflitos fundiários de população em situação de vulnerabilidade social e econômica.

centro de São Paulo, composta por migrantes latino-americanos e brasileiros, localizadas a seguir:

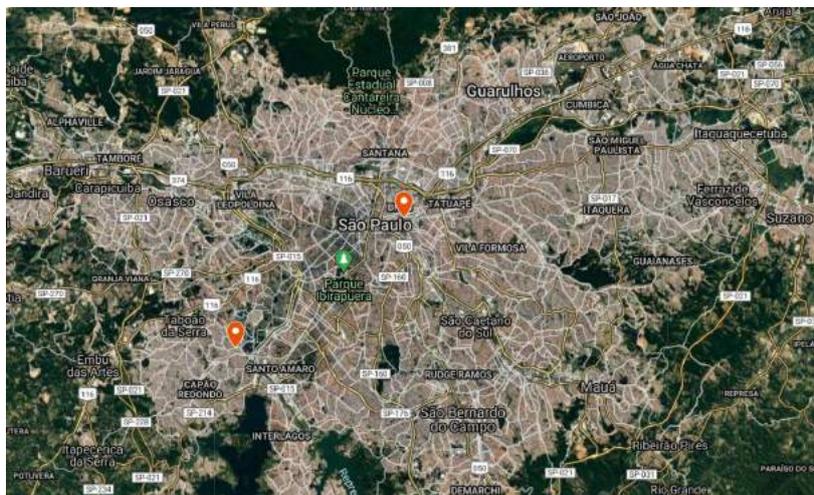


Figura 2 - figura produzida pelo Google Maps indicando as duas ocupações

A pesquisa busca compreender a forma pela qual o direito opera socialmente e seu papel na composição da informalidade urbana enquanto modo de urbanização, analisando as trajetórias desses moradores; as dinâmicas que se formam nas ocupações a partir da instauração da ameaça de remoção em meio à pandemia de COVID-19; as instituições, organizações e seus agentes que começam a operar na localidade, questionando qual o papel do direito na constituição do circuito da moradia migrante e seu papel na territorialização das populações que possuem suas trajetórias marcadas pela ameaça de remoção.

O conflito fundiário produz reflexos nas dinâmicas das ocupações e não se limita ao processo judicial, possuindo papel central na constituição da informalidade enquanto modo de urbanização. Nos dois casos analisados na pesquisa, a remoção foi suspensa por tempo indeterminado, as dinâmicas que se formaram se ligam com a perspectiva constante da remoção, uma temporalidade constituída pelo processo judicial que se caracteriza pela espera e pela incerteza. São ocupações que se consolidam e se organizam em torno da indefinição, no limiar entre a permanência e a extinção.

A partir da instauração da ameaça de remoção diversas instituições e agentes começam orbitar as ocupações. O primeiro contato de muitos migrantes com a institucionalidade se dá por meio da ameaça de remoção.

É a partir dessas perspectivas teóricas, das duas ocupações sob ameaça de remoção indicadas e das dinâmicas que se formaram em seu interior que se analisa o circuito da moradia migrante e o papel do direito em sua constituição.

Portanto, é a cidade enquanto plano analítico que permite as formulações teóricas apontadas sobre a migração, assinalando as redes constituídas entre migrantes e não migrante e destacando as articulações em lutas, movimentos sociais e em processos de despossessão que não são circunscritos a condição migratória.

As diferentes posições e formas de integração dos migrantes na cidade possibilitam diferentes respostas, trajetórias e oportunidades em seu interior, constituindo percursos próprios e singulares nesses espaços. Integração em igrejas e religiões locais, movimentos sociais, mercados de trabalho, entre outros, que contribuem para reestruturação urbana e o reposicionamento da cidade na escala global.

Tomar esse plano de análise e se atentar aos circuitos próprios dos migrantes nos espaços urbanos, que transcendem questões específicas sobre migração ou circuitos étnicos, não significa que essas questões migratórias e suas particularidades não possuam importância, apenas aponta que essas questões partem de uma especificidade e uma unidade que se tem por assumida. Os circuitos em que os migrantes transitam e os caminhos de integração são múltiplos, não existe um circuito e/ou um caminho único de integração dos migrantes (SCHILLER e ÇAGLAR, 2011).

Sob essa perspectiva, a integração dos migrantes não se relaciona apenas com o Estado e suas políticas públicas de acolhida ou pela aquisição de direitos, os processos de despossessão e resistências constituídos por migrantes e não migrantes na cidade engendram identidades que não passam pela identidade nacional, formando repertórios compartilhados de um coletivo urbano mais amplo. A partir dessas condições comuns em uma conjuntura global de trabalho precário, financeirização e violência estatal, que colocam em perspectiva deslocados internos e externos, torna-se possível sociabilidades coletivas de enraizamento que circunscrevem diversas formas de integração (SANTOS, 2020a).

Integração e Território

O artigo não objetiva discutir qual o melhor termo a ser empregado para designar “incorporação”, “integração”, “assimilação”, “adaptação” – entre outros – dos migrantes na sociedade ou no país de recepção. O artigo objetiva apontar para as diversas formas de integração possíveis, como os migrantes de duas ocupações sob ameaça de remoção da cidade de São Paulo constituem seu cotidiano entre a permanência e a remoção e os conflitos que emergem a partir desse cotidiano. A proposta, portanto, é apontar para as formas de integração dos migrantes no cotidiano da cidade a partir da trajetória de migrantes que vivem em ocupações, locais em que o Estado “está constantemente redefinindo seus modos de governar e legislar” (DAS e POOLE, 2004, p.3), colocando em evidência os sujeitos, as dinâmicas, trajetórias, expedientes e agenciamentos que ocorrem nesses espaços urbanos.

Em vez de discutir integração como passo anterior para se pensar políticas que emanam do Estado ou para compreender o conceito em sua perspectiva teórica, será apresentado as formas pelas quais a integração, coesão e identidade se forjam no cotidiano das ocupações em meio aos processos de resistência e despossessão vivenciados.

Importante indicar que a integração não se circunscreve a ação do Estado ou a simples aquisição de direitos ou cidadania, destaca-se que a integração não é reflexo apenas da vontade política e ações conscientes do Estado (SAYAD, 1994). A integração é parcialmente resultado de políticas públicas produzidas por atores públicos e privados que acompanham, substituem e complementam a ação do Estado.

A integração não se limita a concessão do status de cidadão e aquisição de direitos, por mais que estes sejam importantes. A integração possui, também, significado simbólico de pertença a uma comunidade política, constituindo para além de identidades locais, identidades regionais e transnacionais, identificações, segundo Spreafico (2009), diaspóricas e desterritorializadas. Esses apontamentos levantam questões fundamentais para se pensar a integração no cotidiano dos migrantes, como se forjam e se constituem a integração dos migrantes no coletivo.

Algumas questões devem ser levantadas antes de analisar as trajetórias, conflitos e identidades assumidas pelos migrantes nas ocupações objeto da pesquisa. Para se pensar a integração concretamente e como se constitui no cotidiano das cidades é preciso, primeiro, territorializar a análise sobre a migração, portanto, diferente do que foi apontado, a

integração não pode ser desterritorializada. A experiência vivenciada pelos migrantes em vez de desterritorializada, caracteriza-se como multiterritorial, como afirma Haesbaert:

Afinal de que território estamos falando quando nos referimos a “desterritorialização? Se a desterritorialização existe, ela está referida sempre a uma problemática territorial – e, conseqüentemente, a uma determinada concepção de território. Para uns, por exemplo, desterritorialização está ligada à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais – o território, aí, é sobretudo um território político. Para outros, desterritorialização está ligado à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas – o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades (HAESBAERT, 2020, p.35).

A partir desse entendimento, a desterritorialização, na verdade, é a intensificação da territorialização, assumindo uma multiterritorialidade, processo concomitante de construção e destruição de territórios que mistura diferentes modalidades territoriais em novas e diversas formas de articulação territorial e em múltiplas escalas (HAESBAERT, 2020).

Assim, os processos migratórios e as experiências vivenciadas ocorrem em algum lugar, em um território ou em múltiplos territórios, emergindo para a análise sobre a migração, o conceito de escala.

Apesar das múltiplas definições e debates elaborados nas últimas décadas sobre escala, o conceito adquire relevância para análise da integração na medida em que possibilita a apreensão do tema da migração sob outra perspectiva, evidenciando que os migrantes possuem identificação e agência nas transformações e lutas urbanas locais, assumindo múltiplas identidades e formas de integração, destacando a relação do migrante com a cidade e como agentes nos processos de produção da cidade (“city-making process”). O termo “city-making” se refere a constituição relacional, processual e multiescalar das cidades, assinalando que o urbano pode ser ponto de entrada para estudar processos mais amplos (ÇAGLAR e SCHILLER, 2021).

Portanto, a abordagem multiescalar e a inserção e agência dos migrantes na cidade oferece uma alternativa metodológica para análise da migração que foge de abordagens tidas como propriamente migratórias. Não significa que essas questões e suas particularidades não possuam importância, apenas aponta para múltiplas formas de se enquadrar e analisar a questão migratória e para as múltiplas identidades que esses sujeitos adquirem, para além das subjetivações como estrangeiro ou imigrante.

Enfocando a relação entre migração e cidade é possível apontar para múltiplos caminhos de integração dos migrantes, múltiplas conexões transnacionais que caracterizam os migrantes como produtores de escala e do espaço urbano e que, também, são moldados pelos processos e hierarquias de poder que as cidades estão inseridas.

É proposto deslocar a análise sobre migração como uma unidade dada a priori e que se tem por assumida, caracterização que esconde as múltiplas identidades, os caminhos de integração possíveis e os conflitos que emergem no cotidiano, inclusive entre migrantes. Assim, assumir apenas a categoria de “migrante” é insuficiente da mesma forma que assumir a categoria de “sem-teto” para se referir aos sujeitos urbanos que moram em ocupação e que são reconhecidos politicamente dessa forma é insuficiente para revelar toda complexidade, as diversas formas de morar e se organizar na cidade, deixando de evidenciar toda potência que está colocada nas vidas, percursos e arranjos que esses sujeitos produzem (SANTOS, 2020b).

As transformações que as cidades passam engendram repertórios locais de experiências compartilhadas entre os considerados migrantes e não migrantes, registro que permite analisar processos de resistência e despossessão que são compartilhados no ambiente urbano.

Integração, migração e luta por moradia

Os migrantes possuem papéis diferentes e centrais na (re)estruturação urbana, compondo redes e produzindo agência sobre identidades nacionais, religião, luta pela moradia, educação e dinâmicas no espaço urbano, os migrantes estão reestruturando e reimaginando cidades em todo mundo, inclusive reimaginando formas de morar e de resistir aos processos de despossessão. (SCHILLER e ÇAGLAR, 2011).

Apesar do registro cada vez maior de migrantes no país, a cidade de São Paulo passou a transformar as políticas públicas destinadas aos migrantes internacionais apenas a partir da campanha eleitoral de 2012 (Rossa e Menezes, 2017), passando pela criação da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Trabalho Decente (CPMigTD), a criação do Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante e a edição, apenas em agosto de 2020, do primeiro plano municipal de políticas para imigrantes.

O CRAI é um serviço público de atendimento ao migrante que tem por objetivo dar atendimento multilíngue orientando sobre acesso à direitos sociais, orientações dos serviços sociais em São Paulo, orientações jurídicas, mas, principalmente, a orientação e o auxílio para a regularização migratória. A Coordenação de política para Imigrantes tem como papel fundamental transversalizar a pauta migratória no interior da Prefeitura de São Paulo, sensibilizando as secretarias municipais sobre o tema da migração. Órgãos do Poder Público estão aprofundando e formulando um trabalho de acompanhamento de ocupações com moradores migrantes e/ou ameaçadas de remoção, um desses projetos é o “CRAI ocupa”, projeto iniciado em 2018 diante da precariedade habitacional vivenciada pelos migrantes na cidade de São Paulo, o projeto acompanha e auxilia nas demandas que emergem dos sujeitos que habitam as mais diversas ocupações espalhadas pela cidade.

A Prefeitura possui em sua rede de assistência social 572 vagas em Centros de Acolhida para receber migrantes internacionais. O tempo de permanência varia de acordo com o regulamento interno do Centro de Acolhida, variando de 02 a 06 meses. Ainda, há centros organizados por instituições da sociedade civil.

Após o término do tempo de acolhida, quando utilizado, não existe nenhuma política específica de moradia destinada aos migrantes, falta de alternativa reconhecida pelos agentes da administração pública. Essa população é relegada à informalidade produzindo seus próprios espaços de moradia, circuitos constituídos pelos “indesejáveis” (Agier, 2008).

Neste contexto, liderança migrante do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) e moradora da ocupação 9 de julho em uma formação aos migrantes, elaborada durante o desenvolvimento do campo de pesquisa, sobre direito à moradia, especialmente, para os moradores das ocupações Voluntários da Pátria, Zona Norte, e Vila das Belezas, Zona Sul, ambas ameaçadas de remoção - organizada pelo Labcidade⁶⁹ e o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, afirmou que:

O Brasil recebe, mas o Brasil não acolhe. Por que eu faço essa diferença? É porque, o Brasil recebe, sim. Você está com visto, chega no aeroporto e entra. Você tá no Brasil, pronto! Sem orientação, ninguém tá aí pra saber como você

⁶⁹ Grupo de pesquisa da FAU USP

veio, por que, como que é, te dar orientação [...] Como o governo só recebe, mas não acolhe. Então, os migrantes têm que se virar.

[...]

Falando das moradias, eu quero, também, agradecer os movimentos de moradia hoje. Porque eu acho que esses movimentos estão fazendo um trabalho com carinho e bem agilizado do que tudo essas instituições e organizações que a gente conhece que trabalha com papel migratório ou que trabalha apoiando os imigrantes, entendeu? Que não tem um apoio efetivo. Eles não enxergam no problema real do imigrante e isso acaba fragilizar a integração dos imigrantes no Brasil.

A liderança aponta para a falta de políticas públicas para migrantes no país e que a moradia é uma das questões centrais, na qual, os movimentos sociais de moradia acabam por desempenhar o papel de acolhimento. O Brasil recebe os migrantes, porém, não os acolhe. É possível ir além na afirmação acima apresentada, apontando que o Brasil, além de não acolher, recebe os migrantes com uma carta de despejo, precisando se virar para encontrar moradia e acabam por encontrar nos aluguéis nas periferias de São Paulo ou nos movimentos sociais uma alternativa, mesmo que temporária, para a questão habitacional.

Segundo levantamento de 2016 da situação habitacional dos migrantes atendidos pelo Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI) dos 1260 atendidos, 42,3% vivem de aluguel; 24,9% em Centro de acolhida; 13% não possui moradia; 4,6% em situação de rua; e 3,5% em ocupações. Portanto, pelo menos 46% dos migrantes atendidos pelo CRAI em 2016 estavam em vulnerabilidade domiciliar, somando os que vivem em Centros de Acolhida, não possuem moradia, estão em situação de rua e vivem em ocupações (IPPDH, 2017). O estudo aponta que a moradia de aluguel possui centralidade na forma de habitação dos migrantes, importante salientar que morar de aluguel não significa estar inserido no mercado formal de moradia, nem que a situação não seja de vulnerabilidade domiciliar, exemplo são as moradias em cortiços onde o valor do metro quadrado nas áreas centrais da cidade supera o valor de bairros de classe média, como Vila Mariana e Pinheiros, e muitas vezes há uma relação de violência entre os intermediários – que cobram os alugueis - e os moradores dos cortiços (KOHARA, 1999).

As formas de morar constituídas pelos migrantes são inúmeras e diversas, constituem moradias em ocupações organizadas por movimentos sociais, aluguéis formais e informais, moradias em cortiços, favelas e nos mais diversos assentamentos precários, moradias concedidas e vinculadas ao trabalho que desempenham, como os desenvolvidos em ateliê de costura, apontando para uma miríade de percursos possíveis na cidade de São Paulo.

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa de campo é comum encontrar o apoio e acolhimento dos movimentos sociais aos migrantes. Interessante pensar o que significa integração no contexto da luta política de um coletivo urbano, que transcende a questão da habitação e/ou da migração, e que se configura enquanto um coletivo marginalizado que luta por direitos e reconhecimento. São precarizados submetidos à informalidade que se realiza enquanto única alternativa para determinadas populações de constituição de habitação, trabalho, deslocamentos e formas de vida na cidade de São Paulo.

Com a fragilidade das políticas públicas, os movimentos desempenham o papel de acolher as famílias migrantes, constituindo um determinado fluxo no percurso migratório para muitos no Brasil.

Com o fim da estadia em centros de acolhida – quando utilizados -, pela incapacidade de arcar ou regularizar um aluguel ou ao serem removidos, muitos migrantes são recebidos pelos movimentos sociais. Esse fluxo da moradia migrante na cidade de São Paulo não se constitui

sem conflitos, não apenas conflitos que envolvem as nacionalidades, seja entre migrantes e não migrantes, mas, também, entre migrantes. Porém, um dos conflitos que se constitui e que foi comum encontrar no percurso do campo de pesquisa, foi o papel de acolhimento que as ocupações de movimentos sociais tomaram ao se constituírem como alternativa de moradia aos migrantes. É comum a pergunta, diante de uma ameaça de despejo ou de remoção, se teria alguma ocupação para indicar, colocando, de certa maneira, a luta dos movimentos de moradia e suas ocupações como um serviço, algo temporário ou transitório, descaracterizando a luta, os simbolismos que envolvem e o objetivo de uma ocupação. Com a falta de políticas de acolhida os movimentos tomam esse lugar no percurso da moradia migrante e conflitos, como o apresentado, emergem nos circuitos da moradia migrante.

Ao desenvolver a pesquisa de campo nas ocupações Vila das Belezas e 21 de abril, a presença dos movimentos sociais é incontornável, enquanto na Vila das Belezas houve apoio da União dos Movimentos de Moradia (UMM) e Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), na 21 de abril houve apoio do Movimento de Moradia do Centro (MMC) e Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), que organizou em junho de 2021 na Praça Carlos Gomes a Ocupação dos migrantes Jean Jacques Dessalines⁷⁰, ocupação organizada por migrantes em sua maioria haitianos. Diante da ameaça de remoção que se instaurou na ocupação 21 de abril e com a apresentação do movimento MLB, que fez o convite aos moradores para participarem do movimento, muitos começaram a frequentar as reuniões do movimento na ocupação Jean Jacques Dessalines, tendo como perspectiva a luta política e constituição de novas ocupações e alternativas habitacionais na cidade.

Quem desenvolve o apoio constante aos migrantes nas ocupações acompanhadas na pesquisa são os movimentos sociais e organizações da sociedade civil, sendo que o Estado intervém nesses espaços por meio de ações judiciais que buscam a remoção dessas famílias ou pela violência policial. É a partir do confronto com o poder e da instauração do processo judicial que instituições do Estado começam a orbitar essas ocupações, inclusive os órgãos de apoio como o CRAI e a CPmigTD.

Nos dois casos a remoção foi suspensa por tempo indeterminado, as dinâmicas que se formaram se ligam com a perspectiva constante da remoção, uma temporalidade caracterizada pela espera e pela incerteza, constituída pela ação judicial que objetiva a remoção das famílias. São ocupações que se consolidam e se organizam em torno da indefinição, no limiar entre a permanência e a extinção, produzindo zonas cinzentas e práticas que se ramificam, fazendo emergir práticas informais, formas de resistência e conflitos que integram os migrantes no cotidiano da cidade.

Com o estabelecimento da ameaça de remoção diversas instituições e organizações, como Defensoria Pública, entidades da sociedade civil, movimentos sociais, órgãos do poder público e seus agentes começam orbitar as ocupações. O primeiro contato de muitos migrantes com a institucionalidade e com a rede de apoio aos migrantes se dá por meio da ameaça de remoção. É apenas do confronto com o poder que essas “vidas infames” se tornam visíveis, deixando seus rastros e sendo marcadas por discursos que atravessam suas vidas, discursos impostos pelo processo judicial e pelas instituições e organizações que começam a orbitar as ocupações, vidas que são marcadas pela ameaça de remoção (FOUCAULT, 2003).

O cotidiano, a moradia e o trabalho dessas “existências destinadas a passar sem deixar rastros” (FOUCAULT, 2003, p. 207) vêm à tona, discutindo-se a (i)legitimidade de sua forma de morar e impondo no cotidiano desses sujeitos a incerteza e a ameaça constante de

⁷⁰ Um dos líderes da Revolução do Haiti

remoção, produzindo e afetando dinâmicas, formas de organização, resistências, conflitos e disputas nas ocupações analisadas.

As lideranças migrantes dessas ocupações afirmam que apenas com a instauração da ameaça de remoção as instituições do Estado se apresentam. Liderança haitiana da Vila das Belezas que mora há oito anos no Brasil, afirmou em entrevista que apenas com a ameaça de remoção conheceu a Defensoria Pública, o CRAI e outras instituições da Prefeitura, como a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social:

A verdade, a gente conheceu o CRAI através do coletivo Ifê. O coletivo ifê é de Santana.

[...] a Prefeitura veio quebrar as casas que estavam no Ecoponto. Destruíram as casas e como tinha crianças também, entendeu? Eles destruíram a casa, aí o povo fez um vídeo enquanto estava destruindo as casas levando o material do povo embora, entendeu? Faz tudo essas bagunças. Aí faz o vídeo, coloca no youtube⁷¹ e através desse vídeo ela conseguiu entrar em contato com nós.

[...]

Através dela, ela foi procurar os direitos humanos, assistência social, entendeu? Porque a gente, ninguém conhecia nós aqui, entendeu?

[...]

A gente não sabia nada, não sabia o que era CRAI, não sabia direitos humanos, assistência social, não sabia nada, entendeu? Por isso quando alguma coisa vem da Defensoria falando que vai quebrar aqui a gente fica apavorado. Para onde vai ou que não vai? Mas depois que ela veio aqui, conversou comigo, com assistência social, conversou é... povo dos direitos humanos, né? Ai o CRAI entrou em contato comigo.

A partir de uma remoção administrativa em meio à pandemia de COVID-19, que ocorreu ao lado da ocupação em um terreno de propriedade da Prefeitura, os órgãos de apoio foram apresentados e disponibilizaram ajuda aos migrantes da região. Primeiro remove, em seguida, oferece apoio aos migrantes das ocupações espalhadas por São Paulo, momento em que deixam de existir.

Esses processos de violência por parte do Estado e de resistência dos moradores formam sociabilidades coletivas e geram processos de integração dos migrantes em um coletivo urbano que tem suas trajetórias marcadas por processos de despossessão e que constituem sua vida em “transitoriedade permanente” (ROLNIK, 2015).

Portanto, não são apenas políticas que garantem cidadania ou direitos que produzem a integração da população migrante no país, as violências de Estado geram repertórios compartilhados de migrantes e não migrantes que se organizam e produzem resistência na cidade de São Paulo. São experiências compartilhadas de precariedade habitacional e de movimentos constantes na cidade em busca de moradia, esses circuitos se entrecruzam e esses sujeitos se transmutam, como aponta Vera da Silva Telles:

Esses personagens se transmutam uns os outros, conforme vão seguindo seus percursos incertos – migrantes que viram trabalhadores precários, trabalhadores, migrantes e não migrantes que se instalam em ocupações habitadas por famílias sem-teto, ex-presidiários ou gente que saiu de instituições de confinamento e que busca acolhimento em algum lugar da

⁷¹ Vídeo mencionado na entrevista: <https://www.youtube.com/watch?v=qbZrEQeZvko&t=1s>

cidade, nem que seja em uma ocupação no centro ou embaixo de pontes; ou o contrário, habitantes desses lugares que saem às ruas em busca de algum sustento e se veem às voltas com a opressão da polícia e vão parar nas prisões – e que mais tarde retornam às ruas e vão seguindo a vida conforme as piruetas do destino. Poderíamos ir longe para descrever as transversalidades e transitividades desses habitantes da cidade (TELLES, 2018, p. 5).

São “refugiados urbanos” que vivenciam a experiência de mobilidade constante. São populações de refugiados, mesmo os que nasceram no Brasil, que se transformam em refugiados no seu próprio país de origem pela ilegalidade que estão sujeitos, apresentando “os contornos de uma cidade atravessada por espaços de exceção, essas zonas cinzentas nas quais transitam os habitantes anônimos, uma gente que ninguém ouve (ou não quer ouvir), que ninguém nota (ou não quer notar), cujos rastros precisam ser apagados e muitas vezes de fato o são (ou tenta-se apagar)” (TELLES, 2018, p. 3)

O cotidiano das ocupações acompanhadas indicam que os sujeitos que habitam as ocupações, ao desenvolverem seu cotidiano nas cidades, assumem diversas identidades, seja a de migrante propriamente dita, mas, também, a de “sem-teto”, ambulante, população em situação de rua, sobrevivente do sistema prisional, entre inúmeras outras. Esses processos geram repertórios comuns e compartilhados de um coletivo urbano mais amplo e que possui coesão social, adquirindo significados concretos e simbólicos.

Os processos de integração também são forjados por meio de políticas de Estado que resultam em violência ou por processos mais amplos de despossessão vivenciados por esses sujeitos. Os processos judiciais, a ameaça de remoção e as formas de organização formulados e experimentados pelos migrantes nas ocupações analisadas produzem repertórios, redes, formas de resistência e circuitos de migrantes e não migrantes que integram e se constituem enquanto um coletivo urbano amplo, que possuem suas vidas submetidas a informalidade e a transitoriedade permanente. As lutas por moradia que a muito tempo se constituíram na cidade de São Paulo são incorporadas e transformadas pela presença dos migrantes. Importante apontar que essa integração não se forja sem conflitos, seja entre migrantes e não migrantes, mas também entre os migrantes.

Esses personagens urbanos se transmutam e fazem parte dos processos de fazer cidade (AGIER, 2015). Os caminhos de integração e as identidades assumidas são inúmeros, ao analisar um dos caminhos de integração, que se relaciona com a luta pela moradia na cidade de São Paulo, evidencia-se a potência que está colocada nas vidas, percursos e arranjos que esses sujeitos produzem.

Considerações finais

A cidade é um plano analítico que coloca em perspectiva deslocados internos e externos, despossuídos e precarizados em uma conjuntura global mais ampla e marcada pelo trabalho precário, pela financeirização e pela violência estatal. São personagens da cidade que se confundem em seu cotidiano, compartilhando processos de resistência e despossessão, são “refugiados urbanos” que vivenciam a experiência de mobilidade constante nas cidades espalhadas pelo mundo (SANTOS, 2020a; FELDMAN-BIANCO, 2015; TELLES, 2018; ÇAGLAR e SCHILLER, 2018).

As redes de apoio, a forma de organização e a luta de migrantes e não migrantes que se estabeleceram nas ocupações analisadas transcendem as redes tidas propriamente como migratórias e forjam processos de integração.

Reter a escala urbana permite visualizar experiências partilhadas de precariedade que atingem diversas populações em movimento, analisando a relação que os migrantes

possuem com a cidade, afastando-nos de pesquisas sobre migração que possuem a cidade apenas como contexto (ÇAGLAR e SCHILLER, 2011). Assim, coloca-se em primeiro plano os circuitos constituídos em conjunto entre migrantes e não migrantes que transformam e reimaginam as cidades, apontando a agência dos migrantes nas cidades e as resistências produzidas pelos “indesejáveis” e marginalizados que sofrem com a violência de Estado.

Para além das resistências e dinâmicas cotidianas nos espaços urbanos, as violências de Estado engendram experiências compartilhadas de processos de despossessão. São experiências compartilhadas de precariedade habitacional e de movimentos constantes na cidade em busca de moradia, são circuitos que se entrecruzam e sujeitos que se transmutam (TELLES, 2018).

Os migrantes são agentes que reimaginam as cidades e que sofrem em seu cotidiano com a violência de Estado. São sujeitos que se integram e transformam as lutas sociais já existentes compondo um coletivo urbano amplo que produz resistências e alternativas de vida no cotidiano das cidades.

Referências

SAYAD, Abdelmalek. **Qu'est-ce que l'intégration?** Hommes & Migrations, 1182, décembre, 8-14, 1994.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer. O poder soberano e a vida nua I.** Belo Horizonte. Editora UFMG, 2002.

AGIER, Michel. **Gérer les indésirables. Des camps de réfugiés au gouvernement humanitaire.** Paris: Éditions Flammarion, 2008.

_____. **Anthropologie de la ville.** Puf, 2015.

ALSAYYAD, Nezar; ROY, Ananya. **Modernidade medieval: cidadania e urbanismo na era global.** Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 85, p. 105-128, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002009000300005>.

BRENNER, N. **Reestruturação, Reescalamento e a Questão Urbana.** GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 17, n. 1, p. 198-220, 2013. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2013.74311.

ÇAGLAR, Ayşe e SCHILLER, Nina Glick Schiller. **Locating Migration: Rescaling Cities and Migrants.** Nova York: Cornell University Press, 2011.

_____. 2018. **Migrants and City-Making: Dispossession, Displacement, and Urban Regeneration.** Durham, N.C.: Duke University Press.

_____. 2021: **Relational Multiscalar Analysis: A Comparative Approach to Migrants within City-Making Processes.** Geographical Review, DOI: 10.1080/00167428.2020.1865817.

DAS, Veena e POOLE, Deborah. **Anthropology in the Margins of the State.** New Delhi, Oxford University Press, 2004.

FELDMAN-BIANCO, Bela. **Apresentação: Deslocamentos, desigualdades e violência do Estado.** Ciência e Cultura, vol. 67, no 2, pp. 20-24, 2015.

FONSECA, Marcio Alves da. **Michel Foucault e o direito.** São Paulo: Saraiva, 2ª ed. 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vida dos homens infames.** In: Ditos e Escritos IV: Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão.** tradução de Raquel Ramalheite. 42. Ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2014.

GODOI, Rafael. **A arte de livrar: notas etnográficas sobre a defesa judicial pública no sistema de justiça criminal comum.** Revista Brasileira de Segurança Pública, 2019, v. 13, n.1, pp. 140-155. <https://doi.org/10.31060/rbsp.2019.v13.n1.975>.

Grupo de Pesquisa Cidade e Trabalho. **(Micro)políticas da vida em tempos de urgência.** In: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia 2020 – pp. 1-13. Disponível em: < <https://www.reflexpandemia.org/texto-59>>. Acesso em: 11/03/21.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade.** 12 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

HARVEY, David. **The New Imperialism.** New York: The Oxford University Press, 2003.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares – A colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo. Boitempo, 2015.

ROSSA, Lya Amanda e MENEZES, Marilda Aparecida. **Política Municipal para Imigrantes da cidade de São Paulo: gênese e disputas eleitorais.** 41º Encontro anual da Anpocs, GT16 – Migrações internacionais: Estado, controle e fronteiras, 2017.

ROY, Ananya. **Urban Informality: Toward an Epistemology of Planning.** In: Journal of the American Planning Association, Vol. 71, No. 2, Spring 2005. pp. 147-157.

SANTOS, Renato Abramowicz. **Redes e territórios: Ações de enfrentamento a processos de despossessão em tempos de pandemia.** In: DILEMA: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Rio de Janeiro – Reflexões na pandemia 2020a – pp. 1-13.

_____. **Discussão Metodológica a partir de uma Etnografia Urbana: Experiência, Política e Pesquisa.** In: Humanidades e Inovação, v. 7 n. 28, 2020b: Infâncias e pesquisas: problematizações epistemológicas, metodológicas e éticas. Pp. 42-55.

SPREAFICO, A. **O que quer dizer ‘integração’ nas sociedades de imigração?** Revista Sociedade e Cultura, v. 12, n. 1, p. 127-138, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/6905/4935>.

TELLES, Vera da Silva. **Fronteiras da lei como campo de disputas.** In: Ilegalismos na globalização: migração, trabalho, mercados. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

TELLES, Vera da Silva. **Refugiados urbanos – Espaço urbano em tempos de urgência: ressonâncias.** In: REDONDO, T. (org.). Do guia para os habitantes da cidade. Poema e Comentários. São Paulo, Fundação Rosa Luxemburgo, 2018.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 2ª Ed., 1986.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica.** In: Educação e Pesquisa, Dez 2005, Volume 31, nº 3, pp. 443-466.

Nós vamos invadir sua praça: uma provocação sobre AirBnB, gentrificação e espaços públicos de lazer⁷²

Giovanna Lima Gurgel
Graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade Potiguar (UnP)
giovannagurgel321@gmail.com

Mateus Cavalcante de França
Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGDir-UFRGS) e pesquisador pela Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do Rio Grande do Norte (SETHAS/RN), pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte (FAPERN) e pelo Instituto de Ensino Superior Presidente Kennedy (IFESP).
mateusfranca96@gmail.com

Resumo

Este trabalho busca apontar relações entre exploração turística de zonas residenciais e gentrificação em cidades turísticas. Partiu-se da pergunta: como uma maior presença de imóveis ofertados via AirBnB pode levar a processos de gentrificação? Para respondê-la, foi feito um mapeamento, a partir da plataforma AirBnB, de imóveis para aluguel no bairro de Ponta Negra, em Natal/RN, e dois estudos de caso em duas praças no mesmo bairro. Percebeu-se uma discrepância na qualidade de ambos os espaços, o que indica que há uma orientação do poder público em priorizar investimentos em locais próximos à concentração turística.

Palavras-chave

AirBnB; Gentrificação; Espaços de lazer; Praça; Investimento público.

Introdução

As chamadas economias do compartilhamento têm provocado sensíveis mudanças em relações sociais de diversas ordens em todo o planeta. Essas práticas envolvem diferentes aspectos da vida cotidiana, como transporte, moradia, comunicação e outros tipos de prestação de serviços. Nesse contexto, o *AirBnB* é um exemplo dessas atividades, com especial impacto no espaço urbano.

Trata-se de uma plataforma virtual destinada à locação de imóveis por períodos de curta duração, que, ao integrar diversos serviços em um só aplicativo, acaba por simplificar o processo de aluguel de residências diretamente pelo proprietário. Contudo, os impactos causados por essa “facilidade” de acesso vão além de uma simples criação de um novo nicho de mercado, chegando a refletir consequências da ausência de regulamentação no desenho urbano.

⁷² Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada em 2021, em Porto Alegre, no IV Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer (CBEL) e XVIII Seminário "O Lazer em Debate", tendo sido publicado em anais (GURGEL; FRANÇA, 2021a). Esta versão conta com informações adicionais e a incorporação de comentários feitos pelos pares no decorrer do evento.

Um desses impactos reside no fato de a plataforma possibilitar que imóveis concebidos e por muito tempo utilizados para fins habitacionais sejam oferecidos como serviço de hospedagem, no mercado turístico. Isso pode fazer com que, gradualmente, bairros ou conjuntos residenciais apresentem, cada vez mais, um uso do solo para fins de exploração pelo turismo. Isso também pode provocar outras alterações a nível local, como o surgimento de comércios e serviços voltados a esses públicos, e a nível de gestão municipal, como a expansão da zona favorecida por políticas de incentivo à atividade turística. Esses investimentos, enfim, podem ser materializados em melhorias na infraestrutura de áreas urbanas de maior nível de valorização pela ótica do poder público. Em conjunto esses fatores podem provocar um encarecimento do custo de vida local, o que pode levar à migração de moradores a outras áreas da cidade, de menor nível de valorização imobiliária, processo denominado gentrificação.

Essas possibilidades, no entanto, precisam ser melhor investigadas. Nesse sentido, este trabalho parte da pergunta: como uma maior presença de imóveis ofertados via AirBnB pode levar a processos de gentrificação? Buscando explorar essas possibilidades, foram conduzidos dois estudos de caso, na Praça Henrique Carloni e na Praça Varela Barca, ambas localizadas no conjunto Ponta Negra, área residencial na cidade do Natal/RN, localizadas a poucos quarteirões de distância uma da outra, com a diferença de que uma delas é próxima de uma maior concentração de imóveis disponibilizados para o aluguel turístico. Em ambas as praças, foram feitas observações diretas com registros fotográficos, de modo a investigar as diferenças em seus elementos estruturais.

AirBnB e gentrificação

Na literatura internacional de estudos urbanos, tem sido desenvolvida uma linha de investigações sobre o papel do crescimento do uso da plataforma AirBnB em ativar processos de gentrificação em bairros residenciais. Esse processo pode acontecer na medida em que o aluguel turístico mostra-se um investimento econômico mais rentável do que a oferta de imóveis no mercado de aluguéis residenciais, podendo gerar o que Neil Smith (1987) identifica como "lacuna de aluguéis" (do inglês *rent gap*), fenômeno que pode gerar a expulsão de antigos locatários para áreas mais afastadas da cidade. Assim, casas e apartamentos que antes poderiam ser alugados para fins habitacionais podem ser inteiramente ofertados, durante o ano inteiro, para o aluguel por temporadas por turistas. Quem antes poderia habitar essas unidades tem que buscar, então, outras alternativas de habitação, possivelmente em bairros mais distantes. Esse processo, no qual mudanças imobiliárias e econômicas provocam o deslocamento de residentes que não podem mais arcar com os custos de moradia no local é denominado gentrificação (VASCONCELOS, 2013, p. 29).

Evidências disso foram encontradas por Ismael Yrigoy (2019) ao estudar o impacto do AirBnB no bairro histórico de Palma, na ilha de Maiorca, na Espanha: o crescimento da oferta de imóveis na plataforma provocou a redução da oferta de aluguéis residenciais e um aumento no preço médio dos aluguéis. Esse impacto é ainda mais sensível em bairros de predominância residencial em comparação a zonas anteriormente exploradas pelo setor turístico tradicional, como o autor percebeu ao comparar Palma com outros bairros de Mallorca (YRIGOY, 2016). Resultados similares foram encontrados na ilha de Menorca, também na Espanha, a partir da análise de dados quantitativos sobre o crescimento da oferta de imóveis inteiros via AirBnB e a disponibilidade de imóveis para o aluguel residencial (YRIGOY, 2017).

Evidências desse processo também foram encontradas em outros contextos em diferentes países. Malcolm Campbell *et al.* (2019) perceberam essa tendência na Nova Zelândia, a partir

de dados quantitativos e cartográficos, notando, também, que imóveis ofertados via AirBnB concentram-se não apenas em cidades e zonas turísticas, mas em áreas residenciais de grandes cidades. Keren Horn e Mark Merante (2017) perceberam, por meio de testes estatísticos, uma relação negativa e significativa entre oferta de espaços inteiros no AirBnB e disponibilidade de unidades residenciais para aluguel de longo prazo em Boston, nos Estados Unidos. Nicole Gurrán, Glen Searle e Peter Phibbs (2018) encontraram resultados parecidos na região de Nova Gales do Sul, na Austrália, percebendo, ainda, que o crescimento da oferta de imóveis na plataforma tem provocado problemas de outras ordens, a exemplo de conflitos com vizinhos e administrações de condomínios, além de desafios em termos regulatórios, como o controle fiscal da atividade e mesmo aspectos que envolvem a segurança dos hóspedes, como a prevenção contra incêndios e o controle sanitário.

Assim, evidências coletadas e analisadas pela literatura internacional de estudos urbanos apontam que o aluguel turístico via plataformas virtuais pode provocar gentrificação a partir de seu efeito mais imediato: imóveis que poderiam ser ofertados para aluguel residencial são retirados desse nicho do mercado e deslocados à disposição de turistas por estadias mais curtas. Além disso, é possível que a atividade traga impactos no custo de vida local de outro modo: a maior presença de turistas pode fazer com que atividades comerciais e de serviços locais aumentem seus preços, tornando-se inacessíveis para parte dos moradores nativos. O poder público também pode participar desse processo. Lucas Pizzolatto Konzen (2013), a partir de estudos qualitativos feitos em Florianópolis, em Acapulco (México) e San Sebastián (Espanha) percebeu que discursos normativos orientam gestores municipais à destinação de maiores investimentos na infraestrutura de espaços públicos localizados na zona turística. A ocupação de áreas residenciais por hospedagens turísticas podem provocar a ampliação das fronteiras da zona turística, trazendo consigo esses investimentos, o que pode acarretar no encarecimento do custo de vida local. Nesse sentido, o nível de investimento recebido em espaços públicos pode ser um indicativo desse processo de valorização turística de áreas de uma cidade e, conseqüentemente, processos de gentrificação a nível local.

Apesar de uma agenda de pesquisas considerável em outros países, o tema ainda precisa ser melhor explorado no contexto latino-americano, inclusive no brasileiro. É para isso que Bianca Tavolari (2017) chama a atenção, ainda mais ao considerar que há iniciativas de regulação da atividade em outros contextos nacionais, o que ainda é relativamente incerto na realidade brasileira. Um exemplo, no entanto, é oferecido por Ilana Rafaela da Silva Pereira Silveira (2018), que encontrou regulações ao AirBnB no município de Caldas Novas, em Goiás, o que nem de perto baniu a atividade, mas também garantiu uma maior segurança aos usuários do setor de aluguéis residenciais. Um estudo anterior identificou a presença consistente, ao longo do ano inteiro, de uma quantidade considerável de espaços inteiros (casas ou apartamentos completos, e não um quarto) ofertados pela plataforma do AirBnB em bairros residenciais na cidade do Natal/RN (GURGEL; FRANÇA, 2021b), resultado semelhante ao encontrado por Luis Moreno Izquierdo, Ana Ramón Rodríguez e María Jesús Such Devesa (2016) em Alicante, na Espanha. Ainda, Natal é um município com alto potencial turístico, inclusive explorado por meio da plataforma de aluguéis por temporadas, conforme evidenciado na investigação de André Luiz Vieira Soares e Luiz Augusto Machado Mendes Filho (2016), o que pede um olhar sobre o fenômeno na capital potiguar.

Desenho metodológico

De modo a alcançar o objetivo anteriormente determinado foi construída uma análise baseada nos dados disponibilizados pelo site do AirBnB, através do contingente de imóveis ofertados para locação no bairro de Ponta Negra, em Natal/RN, simulando uma estadia entre os dias 18/06/2021 e 20/06/2021 para um hóspede, em comparação com estadias com a

duração de um fim de semana em outros períodos do ano de 2021, considerando baixa, média e alta estação. Foi aplicado o filtro "espaço inteiro", correspondente a casas ou apartamentos ofertados por completo na plataforma, e excluindo quartos de um imóvel, quartos compartilhados e quartos de hotéis ou pousadas. A partir do mapa gerado na própria plataforma, foi possível observar as manchas de concentração desses imóveis, inclusive o trecho ocupado por ela fora da zona turística tradicional, tomando áreas residenciais como o Conjunto Ponta Negra.

A partir disso, foram feitos estudos de caso em duas praças localizadas nesse mesmo bairro: a Praça Henrique Carloni e a Praça Varela Barca, situadas a uma distância de três quadras (Figura 1). Em cada uma, foram feitas observações diretas com registros fotográficos no turno da noite, avaliando as condições dos seguintes aspectos: manutenção do gramado, bancos, iluminação, quadra esportiva, brinquedos infantis, lixeiras e calçadas. O período noturno foi escolhido para que fosse possível avaliar a iluminação das praças. A análise considerou a proximidade de cada uma em zonas de concentração de imóveis ofertados via AirBnB.



Figura 1: Localização das duas praças.

Fonte: Google Maps.

Após a coleta inicial dos dados, novas visitas, com observações diretas, foram feitas em ambas as praças, a fim de averiguar se os resultados iniciais não foram afetados por alguma contingência (por exemplo, uma reforma recente em uma das praças, que viria a ser executada na outra). Nessas visitas, foram utilizados os registros fotográficos da primeira ida a campo como forma de comparar o estado anterior e atual em ambos os espaços.

Resultados

Foi possível observar algumas relações entre a influência do turismo em pontos específicos da cidade e o desenvolvimento, revitalização e manutenção dos espaços públicos de lazer, bem como a depredação e abandono de outros que não oferecem tanto potencial de visibilidade aos turistas. Na Figura 2, pode-se observar que a Praça Henrique Carloni está cercada por imóveis ofertados via AirBnB, enquanto a Praça Varela Barca está fora dessa zona, o que repercute na qualidade dos espaços. Com o crescimento da plataforma AirBnB, a zona turística de Ponta Negra, antes localizada entre a Avenida Engenheiro Roberto Freire e a praia, apresentou avanços sobre áreas onde, tradicionalmente, preponderava o uso residencial. Assim, a valorização turística aproxima-se da Praça Henrique Carloni, mas ainda não aproximou-se da Praça Varela Barca, embora ambas situem-se no Conjunto Ponta Negra. As diferenças na qualidade de ambos os espaços podem refletir, em algum grau, a influência da valorização turística.



Figura 2: Concentração de imóveis ofertados via AirBnB em trecho do bairro de Ponta Negra.

Fonte: AirBnB.

A primeira diferença que pode ser observada é a presença de um trabalho luminotécnico mais refinado e amplo na Praça Henrique Carloni, enquanto na Praça Varela Barca, não apenas existem vários pontos de iluminação depredados (como postes com lâmpadas queimadas), como também a qualidade deste mobiliário é visivelmente inferior às lâmpadas aplicadas na praça que se encontra mais próxima ao foco de investimento turístico. É revelador que, na primeira praça (Figura 3), não foi necessário o uso de *flash* para os registros fotográficos, o que foi preciso em todos os registros fotográficos realizados na segunda (Figura 4).



Figura 3: Praça Henrique Carloni.

Fonte: acervo dos autores.



Figura 4: Praça Varela Barca.

Fonte: acervo dos autores.

Embora ambas as praças disponham de mobiliários de lazer infantil com estruturas semelhantes, o estado de conservação é nitidamente desigual entre ambos os casos. A Praça Henrique Carloni tem brinquedos com a pintura recente, feita periodicamente (Figura 5), enquanto esse mobiliário não foi reformado desde sua instalação na Praça Varela Barca, possuindo pintura e estrutura física comprometidas, sendo parte dos brinquedos inutilizável devido à deterioração (Figura 6).



Figura 5: Praça Henrique Carloni.

Fonte: acervo dos autores.



Figura 6: Praça Varela Barca.

Fonte: acervo dos autores.

As duas praças também dispõem de uma quadra de esportes, com traves para futebol e cestas de basquete, e é nestas que o contraste é maior. Enquanto elas estão completas na Praça Henrique Carloni (Figura 7), elas carecem de rede e de tabela na Praça Varela Barca (Figura 8). Em todas as visitas feitas à praça Henrique Carloni (inclusive, sempre no turno da noite), havia equipes que jogavam basquete ou futebol. Em uma das ocasiões, um dos grupos que jogava basquetebol era de turistas internacionais anglófonos. Por outro lado, em todas as visitas realizadas na Praça Varela Barca, sua quadra estava vazia. A existência de traves ainda torna possível a prática do futebol, mas a ausência de travessões impossibilita a prática do basquetebol.



Figura 7: Praça Henrique Carloni.

Fonte: acervo dos autores.



Figura 8: Praça Varela Barca.

Fonte: acervo dos autores.

As diferenças entre a pavimentação dos dois ambientes também podem ser ressaltadas. Enquanto uma das praças dispõe do calçamento novo e possivelmente restaurado recentemente (Figura 9), a outra possui seu piso bastante deteriorado e com marcas de uso

e tempo (Figura 10). Isso reflete fortemente na qualidade do uso desses espaços. Durante a visita à Praça Varela Barca, era necessária a constante atenção ao calçamento, para evitar acidentes. Por outro lado, em todas as idas à Praça Henrique Carloni, foi evidenciado o seu uso para atividades físicas como caminhadas e corridas.



Figura 9: Praça Henrique Carloni.

Fonte: acervo dos autores.



Figura 10: Praça Varela Barca.

Fonte: acervo dos autores.

A vegetação presente na Praça Henrique Carloni (Figura 11) está podada e regada, além de se tratar de um firmamento vegetal de melhor qualidade (grama batatais), enquanto é possível observar na Praça Varela Barca (Figura 12) que a vegetação que antes existia foi praticamente tomada por matagal com a falta de manutenção. Além dos efeitos paisagísticos evidentes, essa diferença também tem implicações práticas: na Praça Henrique Carloni, é comum o uso dos trechos de gramado para a locomoção de pedestres, o que se mostra mais dificultoso na Praça Varela Barca.



Figura 11: Praça Henrique Carloni.

Fonte: acervo dos autores.

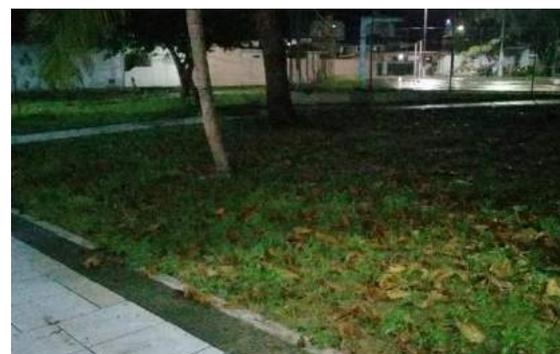


Figura 12: Praça Varela Barca.

Fonte: acervo dos autores.

Os assentos públicos dispostos na Praça Henrique Carloni (Figura 13), apesar de antigos, passam por manutenção, são envernizados com frequência, bem como a disponibilidade destes em relação à praça se dá de maneira satisfatória, a ergonomia destes também merece destaque, sendo o *design* bem mais confortável. Enquanto isto, a Praça Varela Barca (Figura 14) possui bancos nada ergonômicos e muitos foram arrancados ou se desfizeram com o tempo e ausência de manutenção. A existência, quantidade e qualidade de assentos em praças pode ser entendida como um elemento importante para o seu uso enquanto espaço

público urbano. Uma praça como a Varela Barca, com poucas e desconfortáveis opções de locais para o descanso, a torna pouco convidativa à permanência, o que também é um aspecto importante nesse tipo de equipamento de lazer.



Figura 13: Praça Henrique Carloni.

Fonte: acervo dos autores.



Figura 14: Praça Varela Barca.

Fonte: acervo dos autores.

Por fim, algumas diferenças podem ser percebidas entre as lixeiras das duas praças. A Praça Henrique Carloni é bem equipada com lixeiras novas, fornecidas pela Prefeitura do Natal e bem distribuídas por toda a sua superfície (Figura 15). A Praça Varela Barca, por sua vez, sequer dispõe de lixeiras. É possível ver apenas alguns canos metálicos que um dia serviram de suporte para esse mobiliário, que não existe mais (Figura 16). Os impactos dessa diferença são, também, evidenciados na qualidade de conservação das praças. Na Praça Varela Barca, é comum encontrar lixo pelos canteiros, o que não é comum na Praça Henrique Carloni. Isso pode indicar, também, que o serviço de limpeza urbana é feito com maior habitualidade na praça localizada em local mais próximo à zona turística em expansão.



Figura 15: Praça Henrique Carloni.

Fonte: acervo dos autores.



Figura 16: Praça Varela Barca.

Fonte: acervo dos autores.

Quando as visitas foram retomadas, um, dois e três meses após a primeira ida a campo, ambas as praças encontravam-se em condições semelhantes. A praça Varela Barca não apresentou sinais de maior degradação, além do crescimento da vegetação sem poda. Já a Praça Henrique Carloni apresentou sinais de uma contínua atividade de manutenção: a pintura de seus mobiliários foi feita periodicamente por agentes municipais, que também realizaram a poda das árvores e o aparo do gramado. Isso evidencia um investimento contínuo dirigido a uma praça, localizada em uma área de maior valorização turística, que não foi direcionado, em momento algum do período da realização de investigação, à praça localizada em uma área de menor valorização turística.

Considerações finais

A literatura sobre impactos do crescimento da plataforma do AirBnB é crescente nos estudos urbanos internacionais, mas precisa ser melhor explorado no contexto da América Latina e mesmo do Brasil em específico, considerando o grande papel do turismo na economia de vários municípios do país e na falta de regulações de práticas como o aluguel turístico. Neste trabalho, percebeu-se que o AirBnB pode estar provocando uma expansão das fronteiras da zona turística, e, assim, foram feitos dois estudos de caso, em praças localizadas em um mesmo conjunto habitacional na cidade do Natal/RN, estando uma mais próxima da área de concentração de espaços inteiros ofertados na plataforma.

Os resultados encontrados mostram diferenças entre as duas praças que refletem um maior investimento pelo poder público municipal na manutenção da Praça Henrique Carloni, a mais próxima da zona de valorização turística. Já a Praça Varela Barca, a alguns quarteirões da primeira, recebe pouca atenção para a manutenção e revitalização de seu mobiliário. É claro que outros fatores também podem determinar essa preferência do poder público, mas a visibilidade de uma praça a pessoas que visitam a cidade pode, efetivamente, influenciar essa decisão. Ainda, a melhor estruturação de uma praça pode também influenciar nos custos de

comércios e serviços em seus arredores, bem como na valorização dos imóveis de suas imediações, provocando processos de gentrificação. Os dados coletados nesta investigação, no entanto, não são suficientes para essas afirmações.

Naturalmente, este trabalho tem limitações. Na verdade, ele foi concebido como uma provocação para a reflexão sobre esses processos contemporâneos e um convite a um acúmulo de pesquisas sobre eles no contexto brasileiro. O crescimento de plataformas como *AirBnB* faz com que zonas de uso residencial tornem-se de interesse turístico, e isso tem impactos em espaços públicos de lazer. Se é verdade que a presença de turistas pode levar a maiores investimentos do poder público em praças (não necessariamente para seu uso pelos visitantes, mas para gerar uma boa impressão da cidade), isso é feito em detrimento de "lugares fora do mapa". A valorização desses espaços pode levar ao encarecimento do custo de vida local e à expulsão dos moradores, criando equipamentos "para turista ver".

Referências

- CAMPBELL, Malcolm *et al.* Disrupting the regional housing market: Airbnb in New Zealand. **Regional Studies, Regional Science**, [S.L.], v. 1, n. 6, p. 139-142, mar. 2019.
- GURGEL, Giovanna Lima; FRANÇA, Mateus Cavalcante de. Nós vamos invadir sua praça: uma provocação sobre *AirBnB*, gentrificação e espaços de lazer. *In: SILVEIRA, Raquel da; PACHECO, Ariane Corrêa; MYSKIW, Mauro. Anais do IV Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer e XVIII Seminário "O Lazer em Debate"*. Porto Alegre: PUC; ESEFID/UFRGS, 2021a. p. 108-115.
- GURGEL, Giovanna Lima; FRANÇA, Mateus Cavalcante de. Invasão turística desregulada: a relação entre crescimento do *AirBnB* e gentrificação na cidade do Natal/RN. *In: ZANETONI, Jaqueline de Paula Leite; MENEGETTI, Rayssa Rodrigues; LOPES, Carina Deolinda da Silva. Direito administrativo e gestão pública II*. Florianópolis: CONPEDI, 2021b. p. 24-27.
- GURRAN, Nicole; SEARLE, Glen; PHIBBS, Peter. Urban planning in the age of Airbnb: Coase, property rights, and spatial regulation. **Urban Policy And Research**, [S.L.], v. 36, n. 4, p. 399-416, ago. 2018.
- HORN, Keren; MERANTE, Mark. Is home sharing driving up rents?: evidence from Airbnb in Boston. **Journal of Housing Economics**, [S.L.], v. 38, p. 14-24, 2017.
- IZQUIERDO, Luis Moreno; RODRÍGUEZ, Ana Ramón; DEVESA, Maria Jesús Such. Turismo colaborativo: ¿está *AirBnB* transformando el sector del alojamiento? **Economistas**, Madrid (Espanha), n. 150, p. 107-119, dez. 2016.
- KONZEN, Lucas Pizzolatto. **Norms and space: understanding public space regulation in the tourist city**. 336 f. Tese (Doutorado) - Curso de Law and Society, Università Degli Studi di Milano, Milão (Itália), 2013.
- SILVEIRA, Ilana Rafaela da Silva Pereira. **O desafio de regulamentar a economia de compartilhamento: o caso do Airbnb face o direito à moradia**. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
- SMITH, Neil. Gentrification and the rent gap. **Annals of the Association of American Geographers**, [S.L.], v. 77, n. 3, p. 462-465, 1987.
- SOARES, André Luiz Vieira; MENDES FILHO, Luiz Augusto Machado. Turismo e hospedagem compartilhada: o uso do *Airbnb* por turistas em Natal/RN. **CULTUR: revista de cultura e turismo**, Ilhéus, v. 10, n. 2, p. 33-38, jun. 2016.

TAVOLARI, Bianca. Airbnb e os impasses regulatórios para o compartilhamento de moradia: notas para uma agenda de pesquisa em direito. In: ZANATTA, Rafael A. F.; PAULA, Pedro C. B. de; KIRA, Beatriz (org.). **Economias de compartilhamento e o direito**. Curitiba: Juruá, 2017. p. 259-278.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 17-37.

YRIGOY, Ismael. Rent gap reloaded: Airbnb and the shift from residential to touristic rental housing in the Palma Old Quarter in Mallorca, Spain. **Urban Studies**, Glasgow (Reino Unido), v. 56, n. 13, p. 2709-2726, 2019.

YRIGOY, Ismael. The impact of Airbnb in the urban arena: towards a tourism-led gentrification?: the case-study of Palma old quarter (Mallorca, Spain). In: COLOQUIO DE GEOGRAFÍA DEL TURISMO, EL OCIO Y LA RECREACIÓN DE LA AGE, 15., 2016, Palma (Espanha). **Turismo y crisis, turismo colaborativo y ecoturismo**. Palma (Espanha): Societat D'Història Natural de Les Balears, 2016. p. 281-289.

YRIGOY, Ismael. Airbnb en Menorca: ¿una nueva forma de gentrificación turística? Localización de la vivienda turística, agentes e impactos sobre el alquiler residencial. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona (Espanha), v. 21, n. 580, p. 1-31, dez. 2017.

O Programa Casa Verde e Amarela como mediador de novas etapas de financeirização

Eloina Caroline Ferreira Paes
Universidade Federal de Ouro Preto
eloina.paes@aluno.ufop.edu.br

André Dal'Bó da Costa
Universidade Federal de Ouro Preto / Universidade de São Paulo / Université Paris-Nanterre
andredalbo@usp.br

Resumo

No presente contexto de crise política, econômica e sanitária, observa-se que o governo federal brasileiro tem apresentado medidas para um suposto socorro social e econômico, baseado em pelo menos três elementos que não são novos no histórico recente das políticas públicas brasileiras: transferência emergencial de renda; robustas isenções fiscais no andar de cima; e a reedição do programa habitacional público Minha Casa Minha Vida (PMCMV), agora alterado, reduzido e rebatizado como Programa Casa Verde e Amarela (PCVA). Com foco no último dos três elementos, justamente o que parece apresentar maior rebatimento nas mediações dinâmicas da produção do espaço, e entre o Estado e o capital financeiro, este artigo propõe uma breve análise da Lei 14.188/20 que institui o PCVA, em conjunto com o Decreto 10.600/21, que o regulamenta, com atenção especial sobre as possíveis questões relacionadas ao avanço das mediações financeiras na produção do espaço. Para tanto, três aspectos serão tratados: (1) o padrão dos juros nos financiamentos; (2) a possibilidade de securitização dos financiamentos; e (3) as novas modalidades e formas de regularização fundiária e melhoria habitacional, diretamente vinculadas a maior flexibilização do papel do Estado como ente garantidor de serviços e infraestruturas básicas, aspectos que em conjunto sinalizam para mudanças mais recentes nas relações de produção das cidades brasileiras. Espera-se, através da breve análise proposta, que a reflexão empreendida possa lançar luz sobre novas mediações financeiras determinantes da produção do espaço brasileiro no período mais recente, sobretudo revelando um novo padrão financeiro e austero do Estado, onde o mesmo se ausenta, ainda mais, de suas responsabilidades de garantia dos serviços e infra estruturas básicas da cidade.

Palavras-chave

Financeirização; Programa Casa Verde e Amarela; Política habitacional; Produção do espaço; Produção Neoliberal do espaço.

Introdução

A política habitacional brasileira passou por diversas formas e alterações nos programas habitacionais em toda sua história: as primeiras intervenções estatais relacionadas ao autoritarismo sanitário no final do século 19, as primeiras regulamentações para construção privada de vilas operárias no início do século 20, os primeiros conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado através dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e da Fundação da

Casa Popular, já na década de 1940, (BONDUKI 1995), chegando à produção de maior porte com o Banco Nacional da Habitação na década de 1960 até os recentes Minha Casa Minha Vida e, finalmente o Casa Verde Amarela, uma versão muito reduzida da sua forma anterior. Em todos estes momentos, guardadas as essenciais diferenças entre tais programas, todos eles têm em comum que a promessa de garantia à habitação adequada como direito constitucional (hoje o atual artigo 6º da Constituição Federal) manteve-se como horizonte e desafio sempre inalcançados, não somente pela imperfeição ou limitação destes programas, mas sobretudo pelas características sociais e históricas da formação no Brasil, na periferia do capitalismo (OLIVEIRA 2003), lugar onde um estágio avançado de garantias sociais, promessa das democracias capitalistas modernas, torna-se impossível, ou ainda, onde conforma-se uma produção neoliberal do espaço (DAL'BÓ da COSTA 2019).

No período mais recente, já no contexto de crise sistêmica de implosão da dimensão do trabalho, com capitalismo global altamente financeirizado, parte das alterações realizadas na formatação do programa estatal de habitação pública, ocorreram também devido à uma mudança de concepção sobre o posicionamento político do Estado para novas práticas de governo, ganhando agora a política habitacional aspectos fortemente financeiros a partir da localização da política habitacional como mediadora de novos ativos financeiros para acumulação privada, que por sua vez acarretaram consequências na produção do espaço nas cidades. Estes dois temas, *a financeirização da produção da habitação* e *as consequências territoriais* de tal processo são, conjuntamente, o foco deste artigo.

Situando estes temas como contexto geral, pretende-se analisar o processo de financeirização das cidades através das recentes mudanças ocorridas nas políticas habitacionais no Brasil, sobretudo a partir da implantação do recente Programa Casa Verde e Amarela (PCVA). O programa em questão revelou novos avanços-mediações financeiras sobre a produção do espaço urbano brasileiro, mudanças estas expressas, por exemplo, na alteração do padrão dos juros, na possibilidade de securitização dos financiamentos, na flexibilização de parâmetros urbanísticos ao mercado privado, na nova modalidade de financiamento individualizado para regularização fundiária e na flexibilização da presença (ou mesmo retirada) do Estado como garantidor de serviços e infra estruturas básicas da cidade. Todos estes aspectos, em conjunto, contribuem para a ampliação das formas de acumulação financeiras inseridas no processo de produção e oferta de habitação para população de menor renda.

Observa-se que tais fatores de financeirização ganham força, não somente nas etapas de construção e comercialização de novas unidades, mas, sobretudo, através do programa de regularização fundiária, inserido na lei do PCVA através do inciso IV, artigo 8º. Neste ponto o Estado poderá assumir postura ainda mais austera, ausentando-se – ainda mais – da obrigação de promoção das infraestruturas e serviços básicos da cidade, mas agora - destaca-se: o que é novo - respaldado formalmente pela Lei Nº 13.465/2017, que possibilita a regularização fundiária de assentamentos sem a garantia de infraestrutura via financiamento público.

Tal deslocamento demonstra diretamente, na produção das cidades, como a economia política da habitação interfere e se relaciona com a economia política da urbanização (ROLNIK, 2016), onde o processo de financeirização e privatização crescente dos serviços ligados à moradia implicam em um redesenho das cidades, promovendo uma urbanização ainda mais desigual e desconexa das realidades territoriais.

Segundo Rolnik (2020), há um tripé que conduz as políticas habitacionais de interesse social, formado pelo poder político, a indústria da construção civil e a indústria financeira, onde os dois últimos alternam o controle da implantação dos programas.

Pode-se enquadrar essa relação evidente entre as políticas públicas e a atuação das indústrias de capital privado através daquilo que Harvey (2001) chamou de *novo empreendedorismo urbano*, onde a cidade como produto dos processos sociais emerge com aspectos empreendedores na governança urbana, com o intuito de atrair investimentos. Na atual dimensão do PCVA, o Estado estaria portanto, através de seu controle de produção do espaço, estendendo a lógica da racionalidade neoliberal (LAVAL e DARDOT, 2016) para gestão da sociedade e garantia de mais concorrência e novos fluxos de acumulação.

Da mesma forma, poderíamos estender tal enquadramento às características já presentes no Planejamento Estratégico (MARICATO, 2015) que por meio do marketing urbano promove a vendas das cidades (VAINER, 2013) intensificando as desigualdades sociais através da expansão do capital financeirizado na constituição do espaço (ROLNIK, 2013), elemento este que poderá ser observado na nova modalidade de financiamento da política habitacional por meio do programa de regularização fundiária e melhoria habitacional, mas agora não através da construção de uma concorrência entre as cidades, e sim através da viabilização de um novo produto habitacional altamente precarizado, ainda que formalizado e legalizado.

O complexo processo de financeirização das cidades, e sua interferência nas políticas habitacionais, vem sendo assunto de grande interesse no campo da Arquitetura e Urbanismo e dos Estudos Urbanos, nos últimos anos. Grande parte deste debate tem se dedicado a auxiliar na compreensão da interferência do capital financeiro na constituição das cidades e como a habitação social passa a ser uma mediação concebida como um ativo financeiro e não mais como um bem ou direito social.

Analisar o PCVA, no contexto de austeridade e retirada do Estado como provedor de infraestruturas urbanas básicas, traçando paralelos com relação à legislação que institui o PCVA com a política habitacional que o antecedeu, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), compõe o objetivo proposto neste artigo, visando uma maior compreensão de uma possível ampliação da interferência da indústria financeira nos programas habitacionais de interesse social e as possíveis consequências territoriais decorrentes da implantação do programa.

Para tanto, foi realizada uma breve revisão bibliográfica sobre políticas habitacionais no Brasil, sobre a financeirização das cidades e suas consequências na produção do espaço urbano, bem como uma análise dos instrumentos legais que versam sobre o PCVA, que propiciam um comparativo com o PMCV, dando ênfase aos aspectos que sinalizam a utilização do programa habitacional como mediador das novas etapas da financeirização.

O Programa Casa Verde e Amarela

Para melhor compreensão do processo de avanço da financeirização por intermédio da reformulação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) que resultou no Programa Casa Verde e Amarela (PCVA) deve-se observar o contexto político ao qual o Brasil está inserido, com a finalidade de investigar posicionamentos empreendedores⁷³, na atuação do Governo Federal, que contribuem para ampliação da oferta de serviços financeirizados à população. Para tanto, dá-se destaque ao crescimento da mercantilização financeira de políticas públicas, como a habitação, saneamento, educação, saúde, etc. com a abertura da inserção do capital privado, fazendo com que haja menor intervenção do poder público, este, agindo

⁷³ Para Harvey (2001), o empreendedorismo urbano normalmente age de três formas: (1) por meio de parcerias público-privada; (2) com uma atuação empreendedora, relacionada à expectativa, assumindo uma posição de risco e; (3) com foco na economia política e não nas necessidades de cada território.

somente como mediador e não mais como provedor essencial dos direitos básicos estabelecidos pela Constituição Federal.

Nesse aspecto, a ampliação da tendência política austera tem se renovado pelo menos desde 2014, reflexo também da crise política que causou um recuo dos investimentos públicos nos setores de desenvolvimento social, formalizadas oficialmente em 2016 com a Proposta de Emenda à Constituição — PEC do Teto de Gastos (PEC 241/55), posteriormente convertida na Emenda Constitucional nº95, ocasionando a limitação de investimentos em saúde e educação. Outros aspectos se apresentam como continuidade dessa política, agravada com ataques aos direitos humanos, destacando-se a Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista, a proposta do programa Future-se, o novo Marco do Saneamento, o Programa Casa Verde e Amarela e mais recentemente, a proposta de Reforma Administrativa, entre outras peças do desmonte.

Neste conjunto de peças da austeridade que compõem um conjunto renovado de prática de governo, o PCVA se destaca por estar respaldado nas necessidades reais de moradia da população mais pobre – apresentando-se a princípio como política social de Estado –, mas produzindo, sobretudo, nova conciliação à Indústria Financeira.

O contexto anteriormente apresentado se agrava ainda mais com as aproximadamente 600 mil mortes pelo COVID-19, em setembro de 2021, e com uma série de ataques aos serviços básicos, tentativa de privatização de empresas públicas, como a Eletrobrás e Correios, desregulamentação e precarização do trabalho, atingindo a marca de 14,1% de desempregados, contemplando principalmente a juventude (IBGE, 2021), como frutos de uma gestão austera no Brasil.

Em resumo, o Programa Casa Verde e Amarela faz parte dessa nova gestão do colapso social, e se apresenta como uma nova viabilização à indústria financeira, compondo o pacote de ações que visam, finalmente, a estabilidade do atual governo federal. Visto que em nossa história recente tal setor já demonstrou sua influência na política brasileira, como por exemplo, no golpe-impeachment da Presidente Dilma Rousseff, que após fazer duras críticas aos bancos em 2012, no auge da aprovação de seu governo, inicia-se um percurso para a deposição do seu cargo (SINGER, 2015).

Análises pontuais sobre o PCVA

Ao analisarmos a Lei 14.188/20 e demais materiais que complementam a aplicação do Programa Casa Verde Amarela percebemos semelhança com o PMCMV, com algumas alterações, no que tange ao atendimento por faixa de renda, a flexibilização de atuação dos agentes financeiros, na forma de como os recursos são empregados e nas modalidades de financiamento destinados à menor faixa de renda. Contudo, neste artigo será dado ênfase aos aspectos que contribuem com a análise do possível avanço da financeirização por intermédio das políticas habitacionais e suas possíveis consequências na produção do espaço.

Entrada de novos agentes financeiros, mudanças na taxa de juros e securitização

Em 2019, a Caixa Econômica Federal (CEF) lançou uma nova linha de crédito imobiliário indexado à inflação através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), como resposta a baixa da inflação, possibilitando juros, momentaneamente, mais baratos, para incentivo à contratação de financiamentos. Já em 2020, com o projeto de lei do PCVA levantou-se expectativas sobre como tal mudança poderia afetar os financiamentos de habitação social.

A Lei que dispunha sobre o MCMV em seu Artigo 9º destaca que a gestão operacional dos recursos financeiros oriundos da União ficaria sob a responsabilidade da CEF (BRASIL, 2009). No entanto, na lei que instituiu o PCVA é formalizada a possibilidade de participação de agentes financeiros públicos e privados na gestão operacional do programa, admitindo a atuação de outros bancos além da Caixa. De acordo com a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal - FENAE (2020) tal ação simbolizou um ataque aos direitos de habitação no Brasil e desmonte da máquina pública, flexibilizando a atuação de bancos privados, dando subsídios para que indústria financeira possa gerir recursos públicos e possibilitando o crescimento de lucro a outros agentes financeiros.

A possibilidade de participação de outros bancos na oferta destes financiamentos traz consequências que contribuem para diminuição momentânea dos juros⁷⁴, com um elemento característico da economia liberal que é a ampliação da competitividade:

O valor de troca abandonado a si mesmo produz-se naturalmente no mercado, sob o império da *concorrência*. Como compradores, os permutadores *aumentam os lances*, como vendedores, *oferecem em liquidação*, e seu concurso produz assim certo valor de troca das mercadorias, ora ascendente, ora descendente, ora estacionário. Segundo essa concorrência funcione de forma melhor ou pior, o valor de troca produz-se de uma maneira mais ou menos rigorosa. Os mercados mais bem organizados em relação à concorrência são aqueles nos quais as vendas e compras são feitas por pregões, por intermédio de agentes como os agentes de câmbio, corretores de comércio e zangões, que as centralizam, de tal modo que nenhuma troca é feita sem que sejam anunciadas e conhecidas as condições e sem que os vendedores possam oferecer em liquidação e os compradores possam aumentar os lances. (WALRAS, 1996, p.63)

Observamos, portanto, que a concorrência entre bancos é um dos fatores decisivos para que fossem ofertados financiamentos com taxa de juros abaixo do programa anterior. Contudo, é necessário analisar esse fato aliado a outros elementos que compõem a Lei 14.188/20, principalmente com relação a possibilidade de securitização, que se manifesta como um dos elementos da financeirização, pois se caracteriza como uma das formas de acumulação, que não extrapola a esfera financeira (CHESNAIS, 2005) possibilitando relações mais complexas de operações de dívidas e crédito. A securitização garante que os bancos possam ofertar serviços adicionais à oferta de financiamento. Tal abertura aos agentes financeiros foi possível pela falta de regulamentação com relação à concessão de subvenção econômica lastreada dos recursos públicos, como havia na Lei Nº11.977/2009, que instituiu o MCMV:

§ 8º É vedada a concessão de subvenções econômicas lastreadas nos recursos do FAR ou do FDS a beneficiário que tenha recebido benefício de natureza habitacional oriundo de recursos orçamentários da União, do FAR, do FDS ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, excetuadas as subvenções ou descontos destinados à aquisição de material de construção e aquelas previstas no atendimento a famílias nas operações estabelecidas no § 3º, na forma do regulamento. (BRASIL, 2009, Artigo 6º)

Com a abertura a outros agentes financeiros privados sem uma regulamentação observamos uma tendência de crescimento da atuação da Indústria Financeira na condução da política habitacional. O setor obtém o papel de agente executor, regulamentado pelo ponto 6.3 do anexo da Instrução Normativa Nº2/2021, onde estabelece sua autonomia na escolha dos

⁷⁴ Compreendendo como algo esporádico no momento da apresentação do programa, visto que a instabilidade econômica atual propiciou uma alta da inflação que consequentemente contribuiu para a elevação dos juros, principalmente quando relacionado à diminuição do poder de compra da população.

agentes promotores e na fiscalização da implantação do programa. Esse elemento reforça o argumento da retirada do poder público na oferta de políticas públicas e no avanço da indústria financeira por intermédio do Casa Verde e Amarela, o que garante o surgimento das novas etapas de financeirização como a securitização.

A divulgação na grande mídia sobre o PCVA esteve relacionada a diminuição dos juros dos financiamentos. Tal ação possui relação direta com a possibilidade de novos agentes financeiros, ampliando-se a competitividade na oferta de financiamentos com juros reduzidos. O que traz a possibilidade da inserção de taxas adicionais aos serviços, através da securitização, aumentando a possibilidade de endividamento das famílias, principalmente no contexto de redução do poder de compra da população, alta de desemprego e a busca por alternativas que visam complementação de renda ou a busca de investimentos iniciais em atividades empreendedoras. A chegada de novos atores financeiros possibilita a ampliação da disputa de mercado pelo financiamento de habitação de interesse social. Observamos que a grande inovação do programa estudado é a possibilidade de mediação de novos atores e etapas, para securitização dos financiamentos, criando então, um novo ativo financeiro lastreado pelo poder público.

Importante destacar que não houve modificações com relação a atualização do saldo devedor, de acordo com a Instrução Normativa N°42/2018, que rege sobre a Carta de Crédito Individual. No ponto 6.8 é especificado que as operações de créditos regidas por tal instrução, como o caso do PCVA, terão índice de correção monetária das contas vinculadas do FGTS, ou seja, permanecerá a atualização da dívida de acordo com a Taxa Referencial (TR).

Regularização fundiária e melhoria habitacional no PCVA

No contexto de agravamento da crise política no Brasil a aprovação da MP 759 /2016, Lei N°13.456/2017, principal instrumento que rege a regularização fundiária no Brasil, soma-se a uma série de retrocessos na consolidação de direitos constitucionais. Nessa mesma perspectiva se apresenta a Lei N°14.188/20, que institui a modalidade de financiamento para regularização fundiária, como uma das formas de entes privados desempenharem esta função com subsídios públicos por meio das políticas habitacionais.

A aprovação de ambas as leis, no que cabe à regularização fundiária, possuem um caráter semelhante, quando identificamos os atores envolvidos e principalmente os discursos que envolvem a defesa de flexibilização⁷⁵ das formas de propiciar o direito à propriedade. No artigo 23, seção III, da Lei 13.456 é possibilitado a legitimação de propriedade desassociado da oferta de infraestrutura pública e serviços, além de possibilitar a regularização de áreas públicas. Tal mecanismo propicia que a regularização fundiária assuma aspectos deslocados da luta por direito à terra, como se apresenta na história da reforma urbana no Brasil, sendo um facilitador aos atores ligados a interesses específicos e de outros extratos sociais (GONÇALVES, RIZEK, 2020). Além disso, abre portas ao mercado privado de regularização fundiária, que poderá intervir diretamente na constituição do espaço das cidades, ampliando as fronteiras comerciais do espaço urbano. Processo que poderá ser intensificado com a oferta de microcrédito⁷⁶ por meio do Programa Casa Verde e Amarela à Regularização

⁷⁵ Os argumentos que envolvem essa flexibilização do processo estão ligados à morosidade processual da regularização fundiária, também utilizado na defesa da inserção de entes privados na operação e execução destes serviços.

⁷⁶ De acordo com Rolnik (2015) a concessão de crédito para famílias consideradas de baixa e média renda começou a ser encarado como um mercado lucrativo, visto pequenas concessões de valores ou de produtos com altas taxas de juros. A autora afirma que por mais que sejam pequenos valores há um grande número de famílias que buscam alternativas para aumento do poder de compra, se relacionando, por exemplo, com a oferta de microcrédito para melhoria habitacional. No final do 1º semestre de 2021, o endividamento chegou a 70% das famílias brasileiras, grande parte relacionada com dívidas de cartão de

Fundiária e Melhoria Habitacional em assentamentos irregulares. O viés do PCVA em atribuir valor à imóveis antes irregulares ao mercado formal é destacado pelo Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho:

entregar ao cidadão mais humilde a escritura pública de sua residência, que acresce de imediato de 40% a 50% de valorização do imóvel. Isso é transferência de renda na veia, ação social [...]. (LANÇAMENTO DO PROGRAMA CASA VERDE E AMARELA, 2020, in 36 min. Apud Guerreiro e Rolnik 2021)

A política de regularização fundiária promoverá a inserção de imóveis no mercado imobiliário e simultaneamente financeiro, com a possibilidade do endividamento de famílias, abrindo-se como alternativa a venda do imóvel ou sua inserção direta à indústria financeira por meio de hipoteca. Destaca-se a expansão do "domínio da indústria financeira" também com a possibilidade de securitização dos financiamentos. Neste caso, não é a atração direta de uma indústria em seus moldes formais, mas um sistema de acumulação que reflete na conformação das cidades, ou seja, o empreendedorismo toma as rédeas do planejamento urbano, principalmente com a entrega da regulação fundiária ao mercado imobiliário que acabam por contribuir na inserção de atividades financeirizadas nas modalidades de oferta de serviços, como elencados no tópico anterior.

Outro aspecto que se soma a intensificação desse processo de regularização de imóveis, apresentado na lei de regularização fundiária, é o Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI), implantado recentemente como Sistema de Atendimento Compartilhado (SAEC) pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o intuito de instituir o registro de imóveis por meio eletrônico. A operacionalização deste sistema possibilitará que cartórios, administração pública, empreendedores, imobiliárias, setor financeiro, etc. possam consultar e solicitar informações referente a matrículas de imóveis. Essa ação soma-se a outros serviços que estão sendo implementados de forma digital, como a Penhora Eletrônica de Imóveis (Conselho Nacional de Justiça, 2021).

O surgimento deste sistema tem como intuito unificar as informações e facilitar o intermédio entre os entes que envolvem o registro de imóveis. Atualmente, os municípios por meio das secretarias responsáveis pela tributação e identificação dos imóveis não possuem um banco de dados compatível com os respectivos cartórios municipais que realizam a matrícula, o que por vezes contribuem para identificações duplicadas, incompatibilidade de localização, tornando processos que envolvam imóveis mais lentos, exigindo grandes esforços nessas relações.

Compreende-se a necessidade de otimização dos sistemas públicos que visem uma melhor funcionalidade à população, contudo, observa-se que tal elemento também contribuirá efetivamente para a aceleração da compra, venda, penhora, e demais transações que envolvam imóveis, que somando-se ao processo de entrega de titulação, como um dos objetivos do PVCA, trará consequências rápidas aos territórios, intensificadas pelo processo de compressão de *espaço-tempo*, que facilitará a aquisição de imóveis em qualquer lugar do país por meio das incorporadoras e demais atores envolvidos, colocando famílias em situação de vulnerabilidade por inseri-las nos circuitos de mercado altamente predatórios após a aquisição do título imobiliário.

crédito. Ver em: <<https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-junho-de-2021/363192>>.

Possíveis consequências na produção do espaço

As novas mediações do financiamento habitacional e da produção de infraestrutura básica das cidades, somados à legislação vigente de regularização fundiária e instrumentos vinculados a ela, conformam novos elos de mediação entre famílias de baixíssima renda e o mercado de capitais na produção do espaço urbano.

Outro aspecto que merece destaque é a diminuição de representação da sociedade civil na elaboração do PCVA, principalmente pela eliminação da possibilidade de participação dos movimentos organizados como propositores e executores do programa, como ocorria anteriormente, ainda que em pequenas proporções, no MCMV-Entidades. Trata-se portanto de uma mudança na forma de concepção da própria norma de gestão do espaço.

É preciso destacar ainda, sobre o PCVA, que tanto o distanciamento entre a prática da regularização fundiária da luta social pelo direito à terra, quanto o aspecto da entrega de titulação (regularização jurídica) em massa desassociada da oferta de infraestrutura e serviços básicos (regularização urbana), fazem parte do mesmo pacote de ações que transformam áreas precária em ativos financeiros e, conseqüentemente, contribuem para a ampliação da financeirização nas cidades conjuntamente a maior precarização da vida.

Em resumo, nesta breve análise foi possível identificar como as alterações destacadas (novos agentes financeiros, mudança no padrão de juros, possibilidade de securitização e o programa regularização fundiária e melhoria habitacional) abrem campo para ampliação das formas de acumulação – constituídas tanto de forma física com a expansão das fronteiras comerciáveis das cidades, quanto de forma estritamente financeira com a inclusão de novos indivíduos no mercado de capitais –, que circundam o campo da habitação ganhando outras formas e garantindo sua perpetuação na produção do espaço, demonstrando uma relação intrínseca entre a economia política da habitação e a economia política da urbanização, que em seus aspectos financeiros possibilitam a reprodução de cidades ainda mais desiguais.

Importante destacar, por fim, que no Artigo 7º da lei que cria o PCVA, existem ainda outras brechas que poderão implicar na produção do espaço nas cidades, estas ligadas à flexibilização de parâmetros urbanos e concessão de imóveis públicos às empresas que se instalarem em centros urbanos, cabendo portanto mais análises futuras acerca deste ponto.

Referências

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: Arquitetura Moderna, lei do inquilinato e a difusão da casa própria. [S. l.]: Estação Liberdade, 1998. 352 p.

BRASIL. Decreto nº 10.600, de 12 de janeiro de 2021. Brasília, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Decreto/D10600.htm#view. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.465/2017, de 11 de julho de 2017. **Diário Oficial da União**: Órgão: Atos do Poder Legislativo, Brasília, 12 jul. 2017. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwoTZC2Mb/content/id/19169484/do1-2017-07-12-lei-no-13-465-de-11-de-julho-de-2017-19169182. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021. Brasília, DF, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14118.htm. Acesso em: 17 mar. 2021.

CHESNAIS, François. **O capital portador de juros**: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In_ A finança mundializada. Editora Boitempo: São Paulo, 2005).

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis. In: CNJ. **SREI**. 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/sistemas/srei/>. Acesso em: 27 set. 2021.

DA COSTA, André Dal'Bó. **Luta social e a produção neoliberal do espaço**. tese de doutorado defendida no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2019.

DARDOT Pierre, LAVAL Christian, **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016

FENAE. Substituto do Minha Casa Minha Vida exclui população de baixa renda e ataca moradia de interesse social. Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal, 8 dez. 2020. Notícias. Disponível em: <https://www.fenae.org.br/portal/fenae-portal/noticias/substituto-do-minha-casa-minha-vida-exclui-populacao-de-baixa-renda-e-ataca-moradia-de-interesse-social.htm>. Acesso em: 26 jul. 2021.

GONÇALVES, Ana Luiza Vieira; RIZEK, Cibele Saliba. Lei nº13.465: Regularização fundiário no Brasil - novas injunções. **Risco**: Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, [s. l.], v. 18, p. 1 -16, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/issue/view/11418>. Acesso em: 24 ago. 2021

HARVEY, David. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. _in A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais. In. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Distribuição de pessoas desocupadas por idade, 2º trimestre 2021**. Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=destaques>. Acesso em: 3 ago. 2021.

MARICATO, Ermínia. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo: Do "Consenso de Washington" ao "Plano Estratégico". In: MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 88-91.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Instrução Normativa nº 42, de 28 de dezembro de 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwoTzC2Mb/content/id_57631493/do1e-2018-12-31-instrucao-normativa-n-42-de-28-de-dezembro-de-2018-57631379. Acesso em: 1 ago. 2021.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à Razão Dualista / O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

ROLNIK, Raquel. A cidade é nossa com Raquel Rolnik #24: **Casa Verde e Amarela e a financeirização da moradia**. São Paulo: Labcidade, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uAEBOQ32qCU>. Acesso em: 16 fev. 2021.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia (org.). **Cidades Rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1º. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 7-12. ROLNIK, Raquel. Financeirização global da moradia. In. **Guerra dos lugares**: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1º. ed. São Paulo: Boitempo, 2015. cap. 1, p. 21-78.

SINGER, André. **Cutucando onças com varas curtas**: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). Novos Estudos: **CEBRAP**, [s. l.], ed. 105, p. 39-67, 15 ago. 2015.

VAINER, Carlos B. **Pátria, Empresa e Mercadoria**: Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. **Anais VIII ENANPUR**, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3870371/mod_resource/content/1/Vainer%20%20cidade%20mercadoria.pdf. Acesso em: 21 jul. 2021.

WALRAS, Léon. O mercado e a concorrência: Problema da troca de duas mercadorias entre si. In: OS ECONOMISTAS: Compêndio dos elementos de economia política pura. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996. cap. Lição V, p. 63-71.

Produção capitalista do espaço, revitalização e turismo no Parque da Juventude (São Paulo)

Karla Santos Moreira
Faculdade de Tecnologia de São Paulo
karla.sanmo@gmail.com

Marina Alves de Oliveira Sá
Faculdade de Tecnologia de São Paulo
marina.sa.oliveira@gmail.com

Resumo

A pesquisa se baseia nas teorias críticas de Henri Lefebvre e David Harvey sobre a produção do espaço das cidades em uma dinâmica de acumulação do capital, discutindo as transformações e revitalizações desse espaço como meio de reinseri-los na lógica da produção capitalista, tendo como recorte a revitalização do Parque da Juventude, onde outrora havia existido a antiga Casa de Detenção de São Paulo, o Carandiru. Nossa proposta é analisar a reinserção do antigo espaço da penitenciária na malha urbana da cidade através de sua revitalização em parque urbano, tomando-a como estratégia de expansão do capital, por meio da atuação conjunta dos setores privados e do Estado para tornar a região valorizada. Diante disso, buscamos refletir também como o turismo, nesse contexto, assume duas facetas arbitrárias: como possibilidade de apropriação desse novo espaço de lazer e lugar de memória, e como agente valorizador da região para o mercado imobiliário.

Palavras-chave

Produção capitalista do espaço; Turismo; Apropriação do espaço; Segregação socioespacial; Parque da Juventude.

Introdução

De acordo com Harvey (2005), por muito tempo o espaço não esteve presente nos estudos marxistas. Marx, ao analisar e descrever o capital, teve um foco maior na apresentação dos conceitos econômicos, e como essa estrutura de funcionamento da economia afeta os indivíduos na dimensão da ideologia, das formas de viver, e principalmente nas formas de produzir. Apesar do espaço também ser algo que pode ser produzido pelo homem, e estar implícito que a cidade é uma materialidade do sistema econômico dominante, seus escritos não deram muito espaço - talvez por não ser a sua principal intencionalidade - à análise das formas de produção do espaço. Apesar disso, nas teorias de Marx, de acordo com a pesquisa de Harvey, se pode encontrar uma ponte que nos permite chegar a essas indagações, quando este afirmou uma lógica de centralidade no processo de acumulação, e que a lógica do capitalismo também daria vazão a tipos muito específicos de estruturas geográficas. A acumulação é a base de todo o processo de produção capitalista, que em sua caracterização neoliberal e financeira, se assume dinâmico e expansível, possuindo uma força permanentemente revolucionária, através da criação de novos desejos, de novas necessidades e da expansão geográfica do capital para novas regiões, da reorganização espacial como um processo necessário para a continuidade processo de acumulação.

O parque urbano paulistano conhecido como Parque da Juventude, se revela como um exemplo da reorganização e revitalização espacial trazida por Harvey. Construído sob o terreno da antiga Casa de Detenção de São Paulo, mais conhecida como Carandiru, o projeto e desenho de construção do parque possuía a finalidade de inserir o terreno novamente à malha urbana da cidade. Localizado na Zona Norte da cidade de São Paulo, o parque foi inaugurado em 2003, mas somente em 2007 teve sua terceira e última fase entregue. Possui 240 mil m² divididos em três áreas principais: uma área esportiva, com quadras poliesportivas e pistas de skate e corrida; uma área contemplativa, ou o “parque” propriamente dito, arborizado, com trilhas e caminhos; e uma área institucional e cultural, onde estão localizadas duas escolas técnicas, uma biblioteca municipal e o centro administrativo.

É mencionado em diferentes roteiros turísticos da cidade de São Paulo, tanto como atrativo histórico-cultural, quanto como atrativo natural. Os diferentes roteiros e city tours que o incluem abordam diferentes temas: de arte urbana, por seus grafites; a dark tours, por conta do antigo presídio e histórias de assombração; até arquitetura, aparecendo como referência em requalificação de áreas urbanas sendo inserido no Guia dos Lugares Difíceis de São Paulo em 2019, promovido por alunos da FAU-USP, que separa locais da cidade marcados por histórias de violência e segregação.

No que se refere a sua localização, pode ser considerada privilegiada por estar próximo a três estações de metrô da Linha 1 azul (Santana, Carandiru e Portuguesa-Tietê), por estar entre duas avenidas (Av. Cruzeiro do Sul e Av. Zaki Narch) e também pela proximidade com as áreas de centralidade dos bairros de Santana e da Vila Guilherme. Porém, apesar de sua potencialidade enquanto atrativo turístico, a maior parte de seus frequentadores são moradores do bairro e de regiões próximas, que o fazem para acessar a Biblioteca, os equipamentos esportivos e as escolas. Portanto, nos cabe refletir os conteúdos que constituem a atual realidade material do Parque da Juventude, como possível atrativo turístico e das possíveis implicações em seu entorno.

1. Atuação do Estado e do mercado imobiliário na produção e revalorização do espaço da cidade

A produção social da cidade está ligada diretamente aos modos de produção da sociedade, que dentro da lógica de produção capitalista se realiza na valorização comercial, impondo aos espaços a sobreposição do valor de troca aos valores de uso, reduzindo-os a mercadorias e reduzindo as possibilidades de apropriação das ruas, segundo as possibilidades do uso do tempo, das estéticas e éticas próprias de cada grupo social (Araújo, 2012). O espaço onde o parque funciona, assim como seu entorno, acompanharam as mudanças políticas e históricas da cidade e da sociedade, refletindo nas ruas e edificações, as ideologias e os modos de produzir, sempre e quando dotados de intenções. Estas mudanças ocorrem, de modo geral, sob a lógica da utilização do espaço, de forma a racionalizar, criar e recriar valores e símbolos, ordenando e transformando os usos e mudando a relação do indivíduo com a cidade.

A edificação que conhecemos como a Casa de Detenção, teve sua construção iniciada nos anos 60, como expansão da penitenciária de São Paulo⁷⁷, que apesar de ter funcionado como prisão modelo em seus primeiros anos, não demorou para que tivesse seu projeto desvirtuado, contribuindo para um atraso no desenvolvimento da região e legando ao bairro um ar de violência e insegurança. A constante superlotação tornava comuns as ocorrências de rebeliões e tumultos. Após o fatídico dia em 1992, quando um conflito ocasionou na violenta ação da polícia militar, a existência do presídio em uma área que agora era

⁷⁷ Inaugurada em 1920 como Penitenciária de São Paulo, a construção ainda existe e funciona atualmente a Penitenciária Feminina de São Paulo.

densamente habitada tornava-se incabível. A desativação da penitenciária foi proposta pelo prefeito Mário Covas em 1995, com o objetivo de implosão dos edifícios e construção de um complexo cultural e de lazer que pudesse ressignificar as memórias do espaço marcado por tragédias. Hoje, com o parque em funcionamento já há 22 anos e com as melhorias no sistema viário, a região da Zona Norte tornou-se mais valorizada, recebendo grandes investimentos como shoppings, centros de eventos (como a Expo Center Norte) e diversas redes de hotéis.

Sua existência enquanto um atual espaço público da cidade, não pode deixar de ser pensada como um produto da ação do Estado. Com o adensamento da população no bairro do Carandiru, a expansão das áreas de centralidade dos bairros de Santana e Vila Guilherme - ponto que voltará a ser abordado em um momento posterior do texto - o poder municipal aparece como um zelador dos interesses coletivos, logo, um mediador entre os interesses públicos e privados. Sobarzo (2006) é preciso em seu trabalho ao analisar a produção desse tipo de espaço, tendo em conta a relação do Estado com os setores privados. No âmbito da acumulação do capital, os espaços públicos assumem um valor de troca, mesmo que não de forma direta, passando a ter um valor imobiliário, seja como mercadoria, ou como valorizador da região.

Especificamente no caso dos parques urbanos, estes também interferem na dinâmica de produção do espaço ao passo que representam novos arquétipos urbanos, reorganizando o uso de áreas, ruas e bairros de forma que, sendo construídos por essa aliança entre o público e o privado, normatizam o uso dos espaços. Mesmo o direito à natureza entra para a prática social em favor do lazer, de forma que, assume também um valor de troca. Os lazes são comercializados, vendidos como um discurso em que se exalta a necessidade de áreas verdes e de elevação do padrão de vida urbano. Desta forma, os parques se tornaram um slogan de um modelo de desenvolvimento, trazendo essas promessas de lazer, de segurança e de verde, mas acabam por responder aos interesses de valorização de empreendimentos imobiliários, muitos dos quais, não deixam de apresentar um discurso inocente do paisagismo e do desenvolvimento sustentável, ou, como preferimos entender, uma estratégia que busca favorecer a reprodução ampliada do capital, justificando um estilo de vida como ideal. Por outro lado, a sua existência no espaço pode não assumir um valor de troca tão direto, já que os parques não possuem um valor estabelecido de venda. Porém, eles servem como uma ferramenta de valorização e apropriação desigual do espaço, pois beneficiam o seu entorno, de forma a valorizar os empreendimentos, e aumentar o valor de troca destes⁷⁸.

A condição do espaço enquanto mercadoria implica em uma contradição dialética entre o valor de uso e valor de troca propostos por Marx⁷⁹. Neste âmbito, o valor de troca se assume através do mercado imobiliário, que media e define seu valor de venda/troca, ou seja, o quanto esse espaço vale em dinheiro. Por sua vez, o valor de uso está relacionado à apropriação do espaço pelas pessoas, seja como espaço de moradia ou de lazer (de realização da vida). A contradição que se instaura acerca desses valores é que, sendo o espaço produto, meio e condição para a realização do capital (Carlos, 2007), seu valor de troca acaba sobrepujando o valor de uso, o que significa que, a apropriação dos espaços para a realização da vida fora da lógica do capital é suprimida pela racionalização desse uso. Quando não, visa-se a valorização do uso para justamente ampliar as possibilidades de troca, fazendo com que a instalação de certas melhorias, ou mesmo a “requalificação”, desperte novos usos e assim valorize a troca. Logo, as formas de viver, de realizar o cotidiano e as práticas sociais, são reduzidas às práticas do capital.

⁷⁸ Gomes, 2010.

⁷⁹ Harvey (2005).

Essa sobreposição do valor de troca ao valor de uso e condicionamento do valor de uso à troca, também cria condições para a hierarquização do espaço, limitando o acesso de certos grupos a certos tipos de espaço, assumindo assim, uma racionalidade que instaura a segregação, e impõe aos sujeitos uma condição de sobrevivência, não de realização da vida⁸⁰.

2. Produção desigual do espaço e o aprofundamento da segregação socioespacial: tensões no entorno do Parque da Juventude

A transformação do espaço não é um fenômeno próprio do modo de produzir capitalista. Cada momento histórico tem suas particularidades ao produzir/ transformar seu ambiente, revelando a relação dialética entre o espaço e as práticas sociais, a realização da vida em sociedade. Portanto, podemos entender a produção do espaço como um resultado histórico das modificações da natureza pelo ser humano, sob determinados modos de produzir, sendo estes capitalistas ou não⁸¹.

Como já colocamos, o modo de produzir capitalista é baseado em um regime de acumulação. Acumulação essa que vem constituindo uma sociedade marcada pela arbitrariedade do aumento da produção de riquezas e da pobreza econômica simultaneamente, indicando uma reprodução desigual do espaço das cidades. De acordo com Alves (2011) a capacidade produtiva de riqueza (acumulação do capital), por fazer parte de um processo de reprodução capitalista desigual, contraditoriamente tem gerado também imensas áreas de marginalização e pobreza, onde boa parte da população vive em áreas precárias e sem acesso aos serviços públicos existentes. Situação que pode ser encontrada tanto em áreas mais distantes, consideradas periféricas, como em áreas centrais da cidade que sejam consideradas degradadas e desvalorizadas, como é o caso da área da antiga prisão. Com o investimento do Estado em equipamentos urbanos de transporte, ensino e de lazer, essas áreas passam a ser valorizadas, podendo atrair populações com maior poder aquisitivo. Contudo, no momento em que esses espaços são incorporados pelas estratégias do mercado imobiliário, algo que acontece em detrimento da articulação do Estado com esses mercados, há a tendência imanente da produção de espaços de tensão e de conflito.

Os novos conteúdos alimentados pela atual dinâmica de produção espacial são fundamentados principalmente pela expansão acelerada do setor imobiliário, o que atrai nossa atenção, sobretudo quando locais que não eram atrativos para esses investimentos se tornam valorizados, criando novas fronteiras econômicas que aparecem na cidade⁸², deslocando os grupos a locais que anteriormente não pertenciam. Não é difícil encontrarmos no senso comum justificativas de que espaços degradados precisem voltar à malha urbana da cidade. Porém, a problemática estabelecida e proposta neste artigo é de que esses espaços, quando reinseridos na dinâmica da cidade, acabam por promover situações de segregação em vez da inclusão dos moradores da região.⁸³

Ao tratarmos da transformação do Parque da Juventude, é interessante levarmos em consideração não só as recentes intervenções que objetivam “requalificar” a paisagem, intervenções que geralmente são descritas como um aspecto unicamente positivo principalmente sob o olhar dos urbanistas, mas de abordar os conteúdos da realidade material da região após essa transformação.

⁸⁰ Carlos, 2007.

⁸¹ Paiva (2013).

⁸² Smith (1979).

⁸³ Pádua, 2009.

A começar pela Cohab Zaki Narchi, localizada atrás do parque. A ocupação de seu território iniciou nos anos 70, de maneira ilegal, sob o pano de fundo da implantação de novas políticas habitacionais do governo militar, que implementou diversos programas voltados para a construção e financiamento de habitações, com o intuito de movimentar o mercado da construção civil, como alternativa para a crise econômica. Como traz Bonduki (1983), São Paulo passou por um processo de favelização, pois, mesmo com as novas políticas de financiamento, muitos ainda não alcançaram os pré-requisitos para a aquisição de suas moradias, recorrendo à ocupação de terrenos irregulares e distantes do centro, explicando a ocupação dos terrenos próximos a penitenciária que, justamente pela condição de proximidade ao presídio, era desvalorizado. Sua verticalização/urbanização ocorreu em 2001 pelo projeto Cingapura.

Segundo Rolnik (2017), a proposta do modelo de construção das Cohabs ocorreu em 1981, e objetivava garantir uma reserva de terras baratas através da atuação da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo, que trabalhava também com a construção de outras moradias populares. O projeto visava a construção de imensos conjuntos uniformes, aproveitando o uso de territórios considerados impróprios geomorficamente. A construção da Cohab Zaki Narchi, por exemplo, foi realizada em cima de um sítio onde antes se localizava um aterramento sanitário, o que ocasionou, inclusive, diversos desastres posteriormente, como a ocorrência de incêndios devido ao alto teor de componentes químicos no local⁸⁴. Mesmo com a verticalização da antiga ocupação irregular na avenida Zaki Narchi, nem todos os moradores tiveram condições suficientes para a compra das habitações e financiamento, por isso até hoje ainda existem áreas ocupadas ilegalmente próximas a Cohab.

Outra questão que compõe a realidade da região do parque, são as áreas de centralidade próximas a sua localização. Carlos (2009), destaca que na metrópole paulistana, o capital se reproduz, em especial, a partir de determinados setores dinâmicos da economia, que possuem forte consequência sobre o processo de produção do espaço: o capital financeiro e o turismo, principalmente o turismo de negócios. Em 2017, Soares realizou um estudo trazendo a constituição de clusters turísticos em São Paulo, identificando um que abrange a região em questão, o cluster “Centro e Zona Norte” que concentra grande parte dos empreendimentos hoteleiros instalados em São Paulo. De acordo com a SPCVB⁸⁵, o cluster é constituído pela reunião de espaços para eventos e meios de hospedagem, posicionados na Av. Luís Dumont Villares, Av. Zaki Narchi, Av. Cruzeiro do Sul e Av. Assis Chateaubriand/Marginal Tietê, todas próximas ao parque urbano. Os empreendimentos em questão se tratam do complexo hoteleiro Nortel (constituído pela rede Mercure e Adagio), o espaço Immensità, o complexo Center Norte (constituído pelo Novo Hotel, e o Expo Center Norte) e o Parque Anhembi (constituído pela rede Ibis Style e Hollyday Inn). Nos anos iniciais da década de 80, segundo Canaverde (2007), se deu início a atuação do grupo Baumgart⁸⁶ na Zona Norte, com a construção do shopping Center Norte, a instalação da Av. Luís Dumont Villares, junto a inauguração do Terminal Rodoviário Tietê, tornando a área uma nova centralidade atrativa para os novos negócios da região.

Também no início da década de 80 foi levantada a necessidade da desativação da penitenciária, e sua requalificação⁸⁷. Após o massacre, a discussão foi priorizada, tendo

⁸⁴ Vide SEVILLA, Pablo D. S. **Urbanização de Favelas: A realidade vivida pelos moradores em quatro comunidades carentes no bairro de São Paulo**. Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Pública, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Pato Branco, 2014.

⁸⁵ São Paulo Convention & Visitors Bureau.

⁸⁶ O Grupo Baumgart é um conglomerado de empresas sediado na cidade de São Paulo, criado em 1936, responsável pelos empreendimentos Novo Hotel, Shopping Center Norte, Shopping Lar Center e o Expo Center Norte, dentre outros.

⁸⁷ Lodi (2008).

grande apelo dos moradores do entorno. A elaboração dos projetos que substituiriam a penitenciária buscavam a criação de um espaço que superasse suas características de exclusão através da construção de um parque para a população onde se pudesse encontrar locais para realização de eventos, áreas para esporte e lazer, e locais voltados também para a educação, tendo a participação dos moradores da região na elaboração do projeto, como um meio de integrar a população e o novo espaço. Contudo, como aponta a pesquisa de Lodi (2008), foi realizado um projeto diferente e mais barato do que havia sido acordado no início das discussões, não havendo a participação dos moradores como também havia sido proposto inicialmente.

Em relação ao parque, em um estudo apresentado por Formicki e Namur (2014) sobre a integração do parque à região, foi observado que houve um aumento da procura por imóveis na região após a desativação da penitenciária e incentivo à construção de novos empreendimentos e habitações.

O entorno do parque é habitado por diferentes níveis socioeconômicos, mas possui uma predominância da classe média e baixa, devido ao esquecimento da região durante os anos de existência do complexo penitenciário. Foi observado também que existe um embate entre os usuários do parque e moradores da Comunidade Zaki Narchi, indicando falta de integração do parque com seu entorno que, segundo os autores, é desencadeada pela falta de comunicação entre os moradores do entorno e da administração do parque. Em 2009 e 2011, as passagens que integravam a COHAB à parte verde do parque foram fechadas como uma tentativa de mitigar os problemas levantados sobre segurança, porém, só aumentaram as tensões entre os envolvidos.

Podemos apontar uma paisagem fragmentada, dividida entre o parque requalificado, novos empreendimentos imobiliários verticalizados, a área residencial habitada por uma população de classe média baixa, os novos prédios das redes de hotéis e os grandes espaços de eventos e a cohab Zaki Narchi. Sposito (2020), baseando-se em Navez-Bouchanine⁸⁸ (2002, p.65), explica o processo de fragmentação do espaço como fundamentado nas diferenças socioeconômicas, de modo que cada fragmento comporta elementos voltados para grupos de determinadas faixas socioeconômicas. Os diferentes fragmentos coexistem próximos, mas não integrados, valorizados de modo diferencial baseando-se na localização residencial e nas condições de emprego daqueles que o frequentam. A cidade fragmentada revela a exclusividade de grupos em relação a outros, transformando a cidade em áreas privadas, diferenciadas e discriminantes⁸⁹, que por sua vez se revelam também no acesso diferencial a determinados espaços, onde o turismo como possibilidade de apropriação, pode também estar sujeito.

3. Contradições do turismo: apropriação e o direito à memória x valorização do espaço.

De modo dialético, o turismo é um produto da atual forma de organização socioespacial, de modo que também é agente transformador da mesma, conferindo ao espaço novas funções. A difusão de seu uso do espaço se reflete nas paisagens geográficas que são transformadas pelas dinâmicas modificações proporcionadas pelas novas atividades. O turismo é, de um ponto de vista territorial, um grande consumidor de espaços, mas também é produtor do

⁸⁸ Navez-Bouchanine, F. “**Emergence d’une notion: quelques repères historiques**”. In: NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise. *La fragmentation en question: des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale*. Paris: L’Harmattan, 2002, p. 19-103.

⁸⁹ Sposito (2020).

mesmo. Uma vez que cria, reorganiza e valoriza os espaços que poderiam não ter valor em outras lógicas de produção⁹⁰.

Para Rodrigues (1999), o turismo se orienta pelo consumo do espaço, que se “caracteriza por um uso efêmero do território, num processo contínuo de desterritorialização e reterritorialização”(p.56), em que, mesmo que se realize no consumo de paisagens, assume uma apropriação indireta. O tempo e a paisagem são apropriados pelo turismo através da mercantilização do tempo livre e da conversão do valor de uso dos lugares em valor de troca. Seu movimento aponta, como apresenta Soares (2017), o processo que transforma a cidade em metrópole, propiciando a expansão do urbano, e a constituição de centralidades, assumindo um papel da dinâmica da reprodução do espaço que se une às decisões e interesses do Estado e dos investimentos imobiliários.

Em espaços como o Parque da Juventude, erguido sob os escombros do maior complexo carcerário do país, palco de uma das mais marcantes tragédias prisionais brasileiras, acaba existindo o potencial turístico de atrair visitantes ansiosos por informações sobre detentos famosos, sobre a rotina e o cotidiano dentro do cárcere, os motivos que levaram às prisões, os conflitos, as relações entre os sujeitos envolvidos nesse sistema e curiosidades amenas ou sórdidas.

Por um lado, podemos enxergar uma romantização da história do Carandiru, em produções literárias e cinematográficas criadas a partir do evento do massacre de 1992, e que são outros fatores que contribuem, tanto para a rememoração do evento, quanto na sua idealização. No caso do Parque da Juventude, essa idealização pode caminhar junto de outros interesses, podendo indicar vantagens na permanência e não resolução da segregação espacial em seu entorno. As moradias ilegais ao lado da Cohab, a falta de informações coerentes e acessíveis sobre as ruínas e demais fragmentos remanescentes do antigo presídio e a consequente proliferação de boatos e mal entendidos sobre essas construções são elementos que, em teoria, compõem o parque como um atrativo “exótico”.

Podemos enxergar essa romantização da história do Carandiru nas produções literárias e cinematográficas criadas a partir do evento do massacre de 1992, e que são outros fatores que contribuem, tanto para a rememoração do evento, quanto na sua idealização. No caso do Parque da Juventude, essa idealização pode caminhar junto de outros interesses, podendo indicar vantagens na permanência e não resolução da segregação espacial em seu entorno. As moradias ilegais ao lado da Cohab, a falta de informações coerentes e acessíveis sobre as ruínas e demais fragmentos remanescentes do antigo presídio e a consequente proliferação de boatos e mal entendidos sobre essas construções são elementos que, em teoria, compõem o parque como um atrativo “exótico”.

Em um diálogo com Borges (2016, 2017) e Amaral (2016), a atividade turística em tais lugares pode ser apropriada para a construção de uma sociedade mais consciente, como meio de reflexão e aprendizado de aspectos da cidadania e direitos humanos, mas acaba por não deixar de servir a propósitos meramente mercadológicos, explorando as memórias do lugar sem qualquer preocupação social, explorando, de ambas as formas, o potencial turístico dessas memórias. Ambos os autores ressaltam o potencial educativo e social desses lugares, mas reforçam o aparente desejo público de distanciar esses aparelhos e discussões da sociedade. Tais elementos evidenciam o descumprimento dos princípios da ciência penitenciária; a exclusão da família e da sociedade na participação do cumprimento das penas; e a forma como as prisões, muitas vezes, são instrumentos de manutenção do poder político, por vezes atuando em prol do afastamento de minorias indesejadas.

⁹⁰ Varajão e Diniz (2014).

Para Amaral, as políticas brasileiras relacionadas à memória carcerária caminham para o apagamento, ainda mais quando se referem a fatos que o poder público se recusa a lembrar, provocando intencionalmente sua própria amnésia. E essas políticas de esquecimento podem ser percebidas pelos maus cuidados em que as ruínas do Carandiru 2 se encontram hoje ou na sua pobre menção nas publicidades de atrativos histórico-culturais da cidade, ou mesmo nos projetos iniciais do parque que traziam a possibilidade de um museu que não chegou a ser construído.

Dentro deste contexto, o turismo poderia servir como um meio de permitir que essas memórias e o próprio espaço do parque fossem apropriados pela população, tanto local quanto por turistas. Porém, não podemos isolar de nossa análise que a realidade da própria atividade turística da cidade se revela predominantemente com o turismo de negócios, que está fortemente ligado à atuação de grandes redes hoteleiras e de eventos como os Clusters apresentados anteriormente. Sua presença dos espaços cria novas configurações urbanas e arquitetônicas, como explica Paiva (2013) em sua pesquisa:

“A relação entre turismo e as práticas políticas têm como ponto de intersecção a incidência das novas atribuições do Estado no processo de acumulação, marcadas principalmente pelo planejamento estratégico, que direciona políticas públicas que favorecem a atuação do mercado, que se direciona para a produtividade e a competitividade especial, sendo o turismo uma das principais atividades nesse processo”.

Assim, tal como aponta Carlos (2007), as necessidades de quem vive na cidade e mantém com esta uma relação de apropriação e de uso do espaço, e realização da vida sofrem um embate com o processo de transformação desses espaços em valor de troca, e realização do poder político. As diferentes formas de apropriação do espaço, que também constituem a formação da identidade do cidadão com a cidade, entram em forte confronto com as necessidades do capital de acumulação. O habitante assim se torna um simples morador, e sua cidadania só se realiza quando este se torna usuário dos serviços da cidade.

Considerações finais

Observar as mudanças na paisagem ao longo do tempo é importante para percebermos como elas revelam os conteúdos, tensões de cada momento histórico da cidade, das necessidades dos sistemas político-econômicos e da realização do cotidiano das pessoas que se apropriam dos espaços para a moradia e realização da vida.

Através da análise pela perspectiva da produção espacial lefebvriana, podemos entender os indivíduos como produtores dos espaços, ao mesmo tempo que, dialeticamente, são também produtos deste. Logo, entender estes espaços envolve entender também quais são os agentes envolvidos nessa construção e as contradições que estas intervenções ocasionam.

Tratar da memória de um espaço, especificamente da memória do Parque da Juventude, nos mostra como este espaço vem se transformando à medida em que se relaciona com as mudanças da cidade. Atentar-se a esta memória nos permite entender tanto a dinâmica da produção dos espaços na cidade - questões de revitalização e urbanização - como da formação da identidade dos sujeitos através da relação e apropriação dos locais, e também, como esse processo de urbanização pode refletir um movimento de apagamento de memórias e identidades, e da segregação de certos grupos sociais ao acesso e direito à cidade.

Sua transformação traz essas questões pois, ao mesmo tempo que incita a possibilidade de reintegração de um espaço à malha urbana, e sua devolução de uso à população local, nos

revela como essa revitalização também permite que as memórias do local relacionadas ao cárcere, às violências de Estado, e das políticas penitenciárias da cidade sejam esquecidas, mesmo que a longo prazo.

Existe uma tendência nas cidades de buscar cada vez mais por seus históricos do passado, trazendo hábitos que são artificialmente mantidos. No âmbito do turismo o fetichismo da mercadoria é potencializado e estes bens culturais, como prédios antigos e presídios, são apropriados. É o caso dos patrimônios históricos que não demoram em se converter em locais de atração turística, servindo como um meio de inseri-los no circuito turístico. Por conta disso, quando tratamos da inserção do Parque da Juventude neste mercado, precisamos ter em conta as problemáticas que a atividade de forma massiva pode ocasionar e as possibilidades de apropriação da memória por meio dele.

Desse modo, o turismo pode atuar como um valorizador da cultura local, da identidade e das memórias, promovendo intercâmbio e possibilitando um resgate das memórias e o ensino destas; mas também na sua transformação em mercadoria e alienação de seus significados. Neste caso, apesar da lógica mercadológica da atividade turística tende a despersonalizar os lugares e artificializar os elementos que compõem sua identidade, a não inserção do parque no turismo e a não preparação da infraestrutura do local para a atividade, acabam por contribuir ainda mais para o seu esquecimento. Há nisso, um posicionamento dos grupos políticos ao trato das questões do cárcere já que as memórias do parque trazem à cidade, e ao poder público, as contradições do sistema e suas falhas, bem como já foi dito anteriormente. Por isso ele faz muito mais sentido na cidade, segundo os interesses do poder público e das classes dominantes, como uma expressão da efetividade do sistema vigente.

No caso do Parque da Juventude, apesar de se inserir na lógica do turismo paulistano, dada a requalificação de seu espaço em área verde, de lazer e cultura; dados os elementos preservados do antigo presídio, como as ruínas já mencionadas, o trecho remanescente da muralha de vigilância, as estruturas inacabadas das celas e os antigos pavilhões reformados onde hoje funcionam as escolas técnicas; somados ainda à sua proximidade com o centro e com importantes equipamentos e infraestrutura turística (como o Complexo Center Norte, no que diz respeito ao turismo de negócios e eventos e o centro de Santana); aparece como elemento esvaziado de sentido na paisagem urbana, configurando-se como um espaço semi ou pseudo público, onde a realização da vida é uma caricatura do que poderia ser, sendo realizada como uma sociabilidade limpa que é mediada por normas e organizadas em função do consumo. Onde os grupos sociais que possuem alguma relação identitária com a memória do local pouco ou nada se veem representados ou possuidores de direito sobre o uso desse espaço público; ao passo que turistas, frequentadores dos espaços do parque e transeuntes, pouco ou nada se identificam com as memórias do que já foi o lugar, havendo um esforço insignificante por parte da gestão em trabalhar tais memórias.

O que nos leva a concluir que a predominância do valor de troca em todas as dimensões da vida, dificulta a apropriação no sentido do uso para a realização da vida. Por isso, o turismo no parque não se estabelece de forma efetiva, pois seu valor de troca se realiza muito mais na sua existência como um fator de valorização imobiliária do que como atrativo turístico. Esta situação só contribui para a negação do direito à memória, e da total apropriação dos espaços por todos os grupos que compõem a cidade. Logo, ambos os interesses, tanto do Estado como das iniciativas privadas, caminham para o apagamento das memórias do local e para sua requalificação em detrimento dessa sobreposição do valor de troca na dinâmica da produção espacial capitalista, deixando as lutas pela preservação da memória e pela apropriação deste espaço nas mãos dos movimentos sociais.

Com isso, poderíamos pensar uma possibilidade de turismo que não se prendesse às necessidades de acumulação do capital, e que entendesse a dimensão política e social das

transformações da cidade, de suas implicações nos grupos sociais, e das questões da produção da memória e da identidade destes grupos materializadas no espaço, o que nos mostra a necessidade de repensar a realidade e construir um projeto capaz de pensar um “mundo novo”, como Lefebvre nos coloca, em que o direito à cidade seja de fato uma totalidade.

Referências

ALVAREZ, I. P. **A segregação como conteúdo da produção do espaço**. In: VASCONCELOS, P. A.; CORREA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs.). *A cidade contemporânea, segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013.

ALVES, G. da A. **A segregação socioespacial na metrópole paulista**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 15, n. 2, p. 33-42, 2011. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74203>. Acesso em: 12 out. 2021.

AMARAL, Cláudio. **Prisões desativadas, museus e memória carcerária**. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, nº 113, pp. 289-334, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/download/394/356/0>>. Acesso em: 10 out. 2020

ARAÚJO, James A. **Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº31, pp. 133 - 142, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74258>> Acesso em: 5 nov. 2020.

BONDUKI, N. **Habitação popular: contribuição ao estudo da evolução urbana de São Paulo**. In: VALLADARES, L. *Repensando a Habitação no Brasil*. Zahar Editores; Rio de Janeiro, 1983.

BORGES, Viviane T. **Patrimônio cultural e as prisões: apagamentos e silenciamentos**. História: Questões e Debates, Curitiba, vol. 65, nº 1, pp. 285-303, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/53899>>. Acesso em: 21 out. 2020

BORGES, Viviane T. **Carandiru: usos da memória de um massacre**. Revista Tempo & Argumento, Florianópolis, vol. 8, nº 19, pp. 04-33, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/download/2175180308192016004/6348>>. Acesso em: 22 out. 2020

CANAVERDE, A. A. **Do Além-Tietê às novas áreas de centralidade-estudo da produção de centralidade na zona norte de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/D.16.2007.tde-19092007-133828. Acesso em: 10 set. 2021.

CARLOS, Ana F. A. **Justiça Espacial e o Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

CARLOS, Ana F. A. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo, 2007.

CARLOS, A. F. A. **A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea**. Estudos Avançados, [S. l.], v. 23, n. 66, p. 303-314, 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10425>>. Acesso em: 10 set. 2021.

FORMICKI, G. R.; NAMUR, M. **A transformação em áreas de lazer de espaços anteriormente degradados – Análise do Parque da Juventude como estudo de caso**. III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva: São Paulo, 2014. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/56812366/SC-EPC-032_FORMICKI_NAMUR-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1634063970&Signature=OACn8lNnlwNyCcD3WHjVtNegnQwo1Z~z5JBfQLUR>

MLMRRRGke8679yu1qiHJmUs~mLEPWM-
J77qEw2uuQjgHIYjvLdlgqmjw9xsDf8k9xWT8CKnwj4UFYVB7CctpVvqQ9wC9GIFLOezr6fc6H
9-Bj1H8wMwHch7EVxZgJDbpFlx~QS~JUjZNoWDZV6sHrS2p~oITqRrNI~Aa5x5l7xqsK7m3-
fJQnMXqWhElbj8LuoPooWhjIMFCGCQ8PNM1ewqCKJ8F-9hioHBb5A7~Vsyfo~iiW-
EZg2yBVtWPaCmYbYvgCdNmfZSV5J2lsjFSjtA9zo4nRfmAJta3slzSgOGiw__&Key-Pair-
Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>. Acesso em: 12 out 2021.

GOMES, Marcos A. S. **Os Parques e a Complexidade da Produção do Espaço Urbano**. 4º Seminário de pesquisa do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense - UFF, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev, 2006

LODI, Leticia Takeda. **O concurso público no projeto urbanístico: São Paulo, 1998 - 2004**. Dissertação (Mestrado em Projeto de Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-29032010-151630/pt-br.php>>. Acesso em 04 nov. 2020

OURIQUES, Helton R. **A Produção do Turismo: Fetichismo e Dependência**. Campinas-SP: Editora Alínea, 2005.

PADUA, Rafael Faleiros de. **Produção e consumo do lugar: espaços de desindustrialização na reprodução da metrópole**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.8.2012.tde-04072012-132838. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04072012-132838/pt-br.php>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

PAIVA, R. A. **Sobre a relação turismo e urbanização**. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, [S. l.], v. 20, n. 33, p. 126-145, 2013. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v20i33p126-145. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/80924>>. Acesso em: 12 out. 2021.

PETRELLA, G. M. **Das fronteiras do conjunto ao conjunto das fronteiras**. Pós. Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Arquitetura E Urbanismo Da FAUUSP, 18(29), 114-135, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v18i29p114-135>>. Acesso em: 06 jun 2021.

RODRIGUES, Arlete M. **A produção e consumo do espaço para o turismo**. In: YÁZIGI, E; CARLOS, A. F.; CRUZ, R. C. A. (Orgs.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p.55-62.

ROLNIK, Raquel. **Territórios em conflito: São Paulo: espaço, território e política**. São Paulo; Três Estrelas, 2017.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1979.

SOBARZO, Oscar. **A Produção do Espaço Público: Da Dominação a Apropriação**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 19, pp. 93 - 111, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73992>>. Acesso em: 14 out. 2020.

SOARES, L. A. S. **A produção do espaço urbano em São Paulo: da cidade do turismo de negócios à metrópole dos negócios turísticos**. (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo,

2017. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10042018-100915/pt-br.php>>. Acesso em: 05 set. 2021.

VARAJÃO, Guilherme F. D. C. DINIZ, Alexandre M. A. **Turismo, produção do espaço e urbanização: evolução do uso e ocupação do solo de Lavras Novas, Ouro Preto-MG.** Caderno de Geografia, v.24, n.42, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/6660>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

Raízes em resistência, nas margens da metrópole de São Paulo:

habitat contra-hegemônico e construção decolonial

Anaïs Guéguen Perrin
(AE&CC/ ENSAG/ UGA (França) e HABIS/IAU/USP)
anaïsgueguen@gmail.com

João Marcos de Almeida Lopes
(HABIS/IAU/USP)
jmalopes@sc.usp.br

Resumo

Ao falar de cidades, aparecem-nos a imagem de sociedades modernas que baseiam seu "(des)envolvimento" eminentemente no domínio funcional da natureza. São estradas e seus asfaltos, construções e concreto armado, signos de progresso e aparente conforto. No entanto, às margens da metrópole de São Paulo, remanesce um lugar de resistência indígena que busca manter um modo de vida que, contra-hegemônico, originado nos modos ancestrais de se relacionar com a natureza, se mantém em perpétuo movimento de reação, adaptação e reivindicação frente às diversas modalidades de pressão urbana. O presente trabalho tem sua origem em pesquisas de campo realizadas no território da Terra Indígena do Pico do Jaraguá, localizada no noroeste do município de São Paulo. Num primeiro momento, procuramos apreender a organização do território pelas comunidades Guarani, assim como a evolução da sua cultura construtiva - o que nos serve para entender como seu modo de vida, o *Nhanderekó*, continua inadvertidamente sendo perpetuado nas margens da capital paulista. Num segundo momento, são evidenciadas as lutas pelo território frente aos interesses imobiliários, inclusive pelo fato da TI do Jaraguá situar-se sobreposta ao Parque Estadual do Jaraguá - que constitui uma ilha de natureza, sob a permanente ameaça de sucumbir ao setor imobiliário. Por fim, o texto ampliará a abordagem, alcançando a organização indígena em rede interestadual - a qual busca a preservação dos ecossistemas da Mata Atlântica, considerada como um *comum*. Tal abordagem provoca pensarmos na necessidade de reconhecer a presença dos povos indígenas como parte constituinte da sociedade brasileira, convocando assumi-la também como identidade e história próprias. Talvez admitamos, assim, alguma possibilidade de desconstruir, passo a passo, um passado subalterno, como parte de um processo descolonizador frente a um sistema econômico e político mundializado que acentua, cada vez mais, as desigualdades entre países autoproclamados "do centro" e países considerados periféricos.

Palavras-chave

Ontologia relacional; Comum; Resistência territorial; Resistência cultural; Antropoceno

1. Hegemonia

1.1. Antropoceno e sistema colonial

A era designada como *antropoceno* é caracterizada por desigualdades sociais e econômicas, dentro das e entre as nações, além de distúrbios climáticos cada vez maiores e impossíveis de negar. No entanto, o termo *antropoceno* tende a homogeneizar as sociedades e grupos humanos assim como suas ações e impactos no *sistema Terra* (Bourg, 2018, p.11) - apesar de, como o elenca Marques (2005), os mais pobres representarem 68,7% da população, detendo 3% da riqueza financeira mundial e emitindo 7% das emissões de CO₂. Assim, Haraway (2016) sugere os termos *capitaloceno* ou *plantationoceno*, associando distúrbios e desigualdades a um sistema de acumulação e exploração de territórios longínquos. Para Stengers, o chamado desenvolvimento atual, cujo "transcendental" reside no capitalismo, tem como base um crescimento "intrinsecamente insustentável" (Stengers, 2009, p.12). Desde os anos 1970, diversos autores como Illich, Latouche ou Viveret vêm chamando a atenção para o decrescimento como contraponto - que consiste em diminuir o impacto ambiental, diminuindo o consumo, os insumos para a confecção dos produtos, levando progressivamente a sistemas hoje qualificados como *circulares*⁹¹. No entanto, em nível mundial, por um processo de "autoengano" e de "denegação da insustentabilidade" do sistema capitalista (Marques, 2015, p.46), o consumo continua crescendo e alimentando essa máquina de produzir cada vez mais capital.

Atualmente num funcionamento globalizado, a acumulação primitiva - uma noção da economia política clássica já criticada por Marx n' *O Capital* (1867) -, se perpetua numa *acumulación por desposesión* (Harvey, 2014, p.66), onde os recursos materiais, saberes e força de trabalho, humano e não-humano, são extraídos de territórios considerados periféricos para territórios centrais (Tortosa, 2011) em relações mercantis hegemônicas. Isso pode ser entendido em escalas continentais mas também em escalas territoriais, entre uma metrópole que se alimenta das suas periferias ou do meio rural, em termo de recursos materiais, alimentos ou força de trabalho (Magnaghi, 2003).

Segundo Porto-Gonçalves, o conhecimento europeu procura se afirmar a partir da Renascença como universal, e não como "*saber histórica e geograficamente situado*" (2002, p.217), negando o conhecimento local e regional historicamente constituído. Assim, numa prática hegemônica, os europeus justificaram a colonização do continente americano pela suposta superioridade de sua civilização sobre os povos nativos, considerados como meros selvagens (originários da natureza), afirmando uma visão moderna do mundo que emancipa a humanidade da natureza.

Reflete uma "*dicotomia clássica do mundo ocidental, pela qual se supõe que as pessoas devem passar para alcançar o bem-estar*" (ACOSTA, 2014, p.49, nossa tradução⁹²), uma visão moderna hegemônica onde a alteridade não tem lugar a não ser na beira do validado. Segundo Illich, "é inevitável que [numa sociedade de consumação] existam dois tipos de escravos, os que estão intoxicados e os que querem ser, os iniciados e os neófitos"⁹³(1973, p.73, nossa tradução), o que revela um dos mecanismos da perpetuação deste sistema hegemônico, onde esse consumismo nos traz um sentimento de pertencimento a um grupo específico,

⁹¹ Consideramos que a circularidade se refere ao ciclo de vida completo de um produto, com seus intrantes (extração material e de conhecimento, assim como o trabalho, humano e não-humano) e visa a reinjectar estes no final do prazo de uso dele, que seja num produto idêntico, similar, derivado ou outro. Est

⁹² "[...] dichotomie classique du monde occidental, par laquelle les gens sont censés passer pour atteindre le bien-être."

Aqui foi escolhido de traduzir a versão francesa pro português, o teor deste parágrafo sendo bastante diferente na versão portuguesa (se encontra na página 71) por não fazer aparecer a formula *dicotomia clássica do mundo ocidental*.

⁹³ "la situation inhérente à une société de consommation ; il est inévitable qu'elle comporte deux types d'esclaves, ceux qui sont intoxiqués et ceux qui ont envie de l'être, les initiés et les néophytes"

oferecendo segurança e gerando, ao mesmo tempo, ecossistemas que perdem sua resiliência (Marques, 2015, p.51).

Desse modo, o caráter hegemônico é reproduzido por lógicas políticas, econômicas, produtivas e sociais, envolvendo diferentes escalas. Assim, o atual sistema produz bens e serviços padronizados que nos são impostos a partir de uma centralidade que terá extraído matérias-primas e meios de produção de suas periferias e que procurará desovar seus excedentes nessas mesmas periferias, seja em escala territorial (metrópoles e cidades satélites) ou em escala global (relação entre países centrais e países periféricos que exportam matérias primas). Esta hegemonia tende a padronizar os modos de vida e de habitação, apagando as identidades territoriais e a territorialidade de grupos humanos específicos.

1.2. Habitat contra-hegemônico

O "(des)envolvimento", como o qualifica Sônia Guajajara (2019), Coordenadora nacional da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), é o que guia a concepção de cidades aparentemente conformes a uma visão hegemônica de sociedade, onde a dicotomia humano e natureza se afirma eminentemente no domínio funcional da natureza - com suas estradas e seus asfaltos, construções e concreto armado, signos de progresso e aparente conforto, materializado de forma duradoura e aparentemente controlável, em adequação com as normas de estado. No entanto, ao "(des)envolver", este modelo gera suas alteridades, nas suas margens: populações que Ailton Krenak, conhecida liderança indígena, nomeia, do ponto de vista hegemônico, de "quase-humanos [...] que insistem em ficar fora dessa dança civilizada, da técnica, do controle do planeta. E por dançar uma coreografia estranha são tirados de cena, por epidemias, pobreza, fome, violência dirigida." (2019, p.70).

Trata-se então para os quase-humanos de saber lidar com um "planejamento ordenador e autoritário do urbanismo moderno" (Lopes, 2004, p.243), na busca de uma sobrevivência segundo seus próprios modelos, que sejam históricos, criativos, na sobrevivência, na resistência ou todos esses modos juntos. Neste artigo, tomaremos como exemplo um *habitat*, do povo Guarani, que persiste nas margens da metropole de São Paulo, numa postura de (re)afirmação territorial, saindo da invisibilidade imposta desde o sistema colonial.

Concebemos o *habitat* como um medium que manifesta a relação dos seres humanos com o mundo e com a Terra: toda percepção, concepção ou interação com o lugar é gerada por uma ontologia. Um grupo humano específico manifestará assim sua relação com o mundo, material e imaterialmente, de acordo com sua concepção do mundo e, inclusive, através do *habitat*, sua materialidade, as práticas nele realizadas, as projeções sociais e simbólicas, e sua organização sócio-espacial, que dita as regras de convivência entre os humanos e os não-humanos que povoam e constituem um território. Consideramos aqui o *habitat* como o espaço territorial (que pode ser diferente do território, seja ele tradicional ou delimitado administrativamente) que permite a uma população específica suprir suas necessidades materiais e imateriais em interação com os não-humanos. Entendemos aqui que este *habitat* é produzido socialmente pelos seres que nele co-habitam. Inclui a moradia, o espaço coletivo praticado diariamente, o ecossistema local que fornece os recursos necessários para manter o modo de vida de seus habitantes, o território que expressa sua própria territorialidade, assim como as paisagens culturais que induzem práticas específicas.

Consideramos que o *habitat* contra-hegemônico visa manter ou "reinventar" um modo de vida endógeno particular, de acordo com as culturas e ecossistemas envolvidos, cujos habitantes buscam e experimentam uma alternativa ao modelo de (des)envolvimento vigente. Ao moldar um *habitat* contra-hegemônico, seus habitantes reivindicam o direito à

diversidade, à existência diante de um sistema que, através de seus processos produtivos, tende a apagar as especificidades dos habitats espontâneos que refletem uma relação direta com o território, sem o intermediário de um estado de controle.

2. Habitat guarani e território

Em um mecanismo de defesa e sobrevivência, as culturas indígenas foram forçadas a se submeterem a uma estratégia de invisibilização, imposta por um contexto de extrema violência, desde a época da colonização e perpetuada até os dias de hoje. No entanto, às margens da metrópole de São Paulo, remanesce um lugar de resistência indígena que busca manter um modo de vida que se mantém em perpétuo movimento de reação, adaptação e reivindicação frente às diversas modalidades de pressão urbana. Nesta parte, procuramos apreender a organização do território das comunidades Guarani, da Terra Indígena do Jaraguá, constituindo uma ilha de Mata Atlântica, na beira dos bairros etiquetados como periferias. Abordamos também a evolução da sua cultura construtiva, o que nos serve para entender como seu modo de vida, o Nhanderekó, o *bem viver guarani*, "nosso modo de ser" (Meliá, Grünberg et Grünberg, 2008 in Noelli et al., 2019) continua, inadvertidamente, se perpetuando nas margens da capital paulista.

2.1. Nhanderekó e habitat

Construiu-se um imaginário a respeito dos povos indígenas, na época da colonização, que os viam como beneficiários da generosidade da natureza e de uma abundância de plantas, frutas e caça. Essa visão não poupou os Guarani, interligados ao bioma da Mata Atlântica - uma relação que os jesuítas se esforçaram para "curar" pela civilização e pela fé cristã. No entanto, até hoje, essa relação consiste numa postura ativa dos seres que co-constituem esse ecossistema. Para o professor guarani Jurandir Augusto Martim da TI do Jaraguá, a Mata Atlântica é considerada como um lugar comum de moradia e que "foi confeccionada por humanos como se fosse um jardim." Essa colocação vem reforçar a noção de interdependência entre os Guarani e a Mata, bem como do caráter da ação dos povos indígenas sobre as biodiversidades dos espaços praticados. De fato, a biodiversidade de certos ecossistemas, além de ser resultado da natureza, é oriunda da interação entre as sociedades tradicionais não-industriais e as demais espécies não-humanas (Diegues, 2000). Com relação aos Guarani, é importante salientar que realizavam migrações que ocorriam, quando o local de moradia se encontrava esgotado, material e espiritualmente (Grünberg, 2008). Nestes deslocamentos, levavam consigo as espécies vegetais domesticadas para garantir sua autonomia alimentar. Plantando-as em sua nova aldeia, a Tekoá (lugar físico propício à vida), os Guarani garantiam o acesso a certos recursos para seu artesanato e construções, e iam contribuindo com a biodiversidade, em diversas etapas, num sistema agroflorestal em amplas áreas⁹⁴ (Noelli et al., 2019). Hoje, a mobilidade guarani ainda se perpetua, porém de forma contemporânea: por se dar num território normatizado por outro sistema, ela acontece principalmente de forma individual ou por núcleo familiar, perpetuando um funcionamento em redes no território Yvyrupa⁹⁵.

Muitos povos indígenas mantêm uma ontologia relacional, cujos ecossistemas não são recursos a serem explorados, mas elementos que co-habitam num mesmo tempo-espaço - e que, portanto, devem ser respeitados, numa concepção de mundo de alianças interespecies

⁹⁴ "Em 10 anos estima-se que uma aldeia com 60 famílias cultivou um espaço médio mínimo de 300 hectares e um máximo de 1.200 hectares de roças novas." (Noelli et al., 2019, p.26)

⁹⁵ Yvyrupa, a plataforma terrestre, se distribui entre o sudeste e sul do Brasil, extremo norte do Uruguai, parte do Paraguai, Argentina e Uruguai.

em simbiose (Haraway, apud. Moraes et al, 2021). Assim, para Jera Poty Mirĩ Guarani, liderança da TI Tenondé Porã, localizada em São Paulo (Parelheiros, Zona Sul da cidade) e em relação constante com a do Jaraguá, cada elemento como árvore, pedra, água, tem um *ijá*, que seria o dono ou espírito dono, que está carregado de cuidar daquele não-humano. Assim, se o humano consumir um destes elementos de forma irresponsável, os *ijá* podem puni-lo. Esta percepção expõe uma relação de negociação com o não-humano que induz uma relação frugal com os recursos, conscientizada nas ações produtivas diárias. Jera Guarani esclarece "Temos que lembrar os ensinamentos da generosidade: se a natureza dá a água, se a natureza dá o remédio, se a natureza dá o alimento, então o mínimo que podemos fazer, tendo ou não alguma crença, é respeitá-la" (Guarani, 2020). A interação com os *ijá* constitui uma negociação, levada pelos anciões mais sábios em situações consideradas delicadas, por exemplo com o corte de uma árvore sagrada (como o cedro) para a construção da casa de reza, a *opy*. Essa cautela induz de manter um equilíbrio entre as alteridades, reduzindo o impacto ambiental ao mínimo num ecossistema con-vivenciado por animais humanos e seres não-humanos.

A arquitetura tradicional guarani reflete parte da representação do mundo guarani, participando da transmissão cultural. Tradicionalmente, as comunidades limitavam seu impacto sobre seu ambiente, construindo com materiais locais e perecíveis, que eram devolvidos ao solo após a ocupação. Assim, a casa tradicional guarani feita de pau-a-pique se faz reflexo do território, o uso dos materiais locais seguindo a lógica da floresta e sua escolha sendo feita sob critérios cosmológicos. A arquitetura se entende como território material, reflexo do bioma, apresentando uma tipologia cosmológica, reflexo dos mundos e da comunidade, ecoando com a cosmovisão guarani, segundo a qual o território é reflexo do que existe nas esferas celestiais.

A forma hegemônica de acesso à terra no Brasil se faz pela propriedade privada (Salles de Faria, 2020), mas para os Guarani, a Terra atende às necessidades individuais e coletivas assim como uma mãe e, portanto, sua mercantilização não pode se conceber. No entanto, para poder manter o Nhanderekó no mundo do não-indígena, o *juruá*, os Guarani se resignam a um direito de demarcação de Terra Indígena (TI) concedido pelo governo que, ao mesmo tempo, lhes nega o direito à mobilidade coletiva tradicional (Ladeira, 2008). De fato, a demarcação induz uma ocupação prolongada de um mesmo local e levanta a questão do impacto duradouro das construções e práticas sociais.



Figura 01 – Terra Indígena do Jaraguá, São Paulo.

Reivindicada desde os anos 1950, a TI do Jaraguá tem hoje uma configuração de enclave entre rodovias e cidade (Figura 01). Por consequência, os recursos se fazem escassos, inclusive com

relação à coleta dos materiais necessários para as construções tradicionais, induzindo uma situação precária, além da insegurança fundiária. Assim, o modo hegemônico de produção do habitat adentrou as aldeias nos anos 2000 até 2012, através de programas do estado, como o CDHU em 2002, ou a construção de casas de tabua de madeira pela ONG Teto (Figura 02). Segundo os Guarani, apesar de aportar condições de vida mais favoráveis a curto prazo, esses exemplos próximos à tipologia convencional negam a Cultura Construtiva Guarani e, portanto, são inadequados ao *Nhanderekó*.



Figura 02 – Projeto do CDHU e da ONG TETO.

A *opy* é a construção considerada a âncora de uma *Tekoá*, pela sua importância cosmológica, de coesão comunitária e práticas cotidianas. Por isso, frente à escassez dos recursos e à precariedade fundiária dos Guarani, os materiais nobres, do ponto de vista guarani (madeira, fibras e terra) eram reservados à *opy*. No entanto, desde a declaração da TI do Jaraguá em 2015, por supostamente ter o uso da terra garantido na lei do *juruá*, diversas comunidades da TI manifestam a sua identidade no território empregando a técnica construtiva tradicional como marco na paisagem (Figura 03). Assim, madeira e terra são colocadas como uma alteridade frente aos materiais industrializados do sistema hegemônico.



Figura 03 – *Opy*, cozinha coletiva, casa de artesanato e habitação em pau-a-pique na *Tekoá* Yvy Porã.

Estas construções de casas assim como das *opy* apresentam variações com relação à construção tradicional, devidas à evolução do contexto, que seja em termo de permanência

mais perene no território, pelos recursos que se fazem mais escassos. Assim, o eucalipto vem sendo fincado no chão em vez do cedro e da palmeira *pindó*, as telhas ecológicas cobrem o espaço no lugar das folhas de palmeira ou do sapé, ripas de madeira ou até podas dos cafeeiros foram ensaiadas no lugar da *takuara*, e o arame e pregos vem sendo usados no lugar dos cipós de amarração. Essas variações favorecem uma autonomia na construção das habitações, híbridas por integrar também materiais e saberes do *Juruá*. Além do material, construir com materiais naturais propicia envolver mais a comunidade, inclusive nas etapas de barreamento onde mulheres, crianças e *Juruá* podem se juntar ao processo, estimulando a autonomia no ato de construir. Assim, as variações estão sendo realizadas em função de inovações tecnológicas ecológicas tanto guarani quanto *juruá*. É importante sublinhar aqui que as variações estão sendo implementadas de forma diferenciada entre cada TI, a critério de cada *tekoá*, sempre no objetivo de alimentar o *Nhanderekó* dentro do contexto contemporâneo específico.

2.2. Terra Indígena nas margens urbanas e Unidade de Conservação

Reivindicada desde os anos 1950, a TI do Jaraguá foi primeiramente demarcada em 1987, com 1,7 hectares, sendo a então menor TI do Brasil. Portanto, a reivindicação por terra continuou. O dia 30 de abril de 2013 foi publicado o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena do Jaraguá pela FUNAI. Em seguida, no dia 1º de maio de 2013, um projeto de lei (PL) é iniciado para a privatização de 25 Unidades de Conservação Naturais e Parques do estado de São Paulo, dentro dos quais o Parque Estadual do Jaraguá, que se sobrepõe à TI. A esta iniciativa, seguem diversas mobilizações dos povos indígenas da capital, gerando um movimento qualificado de *levante guarani de 2013*, pressionando para a declaração da TI do Jaraguá assim como da TI Tenondé Porã. É um fenômeno que pode ser considerado como um marco nas relações dos Guarani com a sociedade hegemônica, inclusive em termo de visibilidade da luta pela terra - tendo em vista a estratégia dos Guarani de lidar com os conflitos de forma não frontal, absorvendo, segundo David Karaí Popyguá, o movimento do outro, levando-o na direção objetivada.

A declaração da TI do Jaraguá, que ocorre em 2015, é colocada em risco em junho de 2016, quando a Assembleia Legislativa de São Paulo aprova o PL de concessão dos 25 parques estaduais. Assim, de forma inusitada, no dia 21 de agosto de 2017, o então Ministro da Justiça, Torquato Jardim, assina a portaria 683 que cancela o processo de demarcação da TI. Segundo Faria (2020, p.65), essa portaria foi uma "*portaria política [...] resultado de um acordo entre o Governo Temer e o Governo Alckmin*"⁹⁶. Por consequência, os Guarani ocupam as antenas do Pico do Jaraguá durante 4 dias e se mobilizam na avenida paulista assim como em Brasília. O MPF se pronuncia considerando que a dupla afetação da terra é possível, desde que não haja restrição do usufruto dos indígenas sobre ela considerando que, nesses casos, não há conflito, mas *simbiose*. Assim, o dia 05 de dezembro de 2017, o MPF cancela a anulação da TI do Jaraguá e relança o processo de homologação.

Segundo Ladeira a sobreposição de TI com UC acabam sendo problemáticas pelo fato que "o seu planejamento não considera o zoneamento e as formas de manejo já existentes como referência inicial para a realização do zoneamento em seu todo"(2008, p.49) e da gestão pela instituição não envolver as comunidades locais. Assim, à sobreposição de território se sobrepõem visões de mundo e modos de interagir com esses territórios. No entanto, a instauração da Unidade de Conservação desconsidera a interação ancestral dos Guarani com o ecossistema e busca "conservar" o parque no seu estado atual, herdado da monocultura

⁹⁶ Aliás, sobre os interesses políticos ícones ligados à TI do Jaraguá, vale ressaltar que a família do atual Ministro do Meio Ambiente, Pereira Leite, tem um processo de retomada de posse com relação ao local da *Teokoá Pyau*. Essa nomeação foi considerada como mais um afronto político pelos Guarani.

do café e do eucalipto. Os Guarani reivindicam a implementação de uma gestão compartilhada, o que facilitaria a recuperação da mata, assim como a atuação frente a incêndios que ocorrem no Pico do Jaraguá de forma cada vez mais frequentes. No entanto, existe um certo desengajamento por parte dos bombeiros pela dificuldade de acesso a certas partes do Parque e os Guarani acabam apelando para parceiros não-indígenas para que possam apoiar com equipamentos básicos, como foi o caso dia 21 junho de 2021⁹⁷. Após diversas denúncias pelas mídias convencionais e as redes sociais, os Guarani conseguiram estabelecer uma parceria com o Parque de Estado do Jaraguá e a fundação Florestal em julho de 2021⁹⁸, possibilitando assim a formação de uma brigada guarani formada e apoiada materialmente para lutar contra os focos que aparecem repetitivamente por lá. Frente à pressão do *Juruareko*, os Guarani estão permanentemente inovando suas estratégias, ativando suas redes e a rede de parceiros, apropriando-se das diversas mídias, conseguindo assim sair da invisibilidade e reivindicar seus direitos à terra e ao *Nhanderekó*.

3. Resistência territorial e comum

3.1. Resistência territorial local

Segundo Salles de Faria, a apropriação da terra pelas comunidades é pautada mediante as "relações sociais/culturais" e ela está sendo entendida como "bem comum" (2020, p.57). Para diversas lideranças entrevistadas, o pico do Jaraguá é uma formação rochosa de grande valor na geografia cultural, marcando um ramal do Peabiru. Assim, podemos observar que a ocupação do território, principalmente desde 2015, se faz ao redor do Pico, para limitar as ocupações inesperadas de *Juruá* - como foi o caso que incentivou a criação de uma tekoá, caso que comentamos a seguir (Figura 01). A TI do Jaraguá, situando-se na beira da capital e sobreposta ao Parque Estadual do Jaraguá, possibilita evidenciar os diversos aspectos da resistência dos corpos e do território em duas lutas.

A primeira é relacionada com um evento pontual, que aconteceu na margem do Parque Estadual do Jaraguá em 2017 e gerou a criação de uma nova tekoá, a *Yvy Porã*. Segundo nossos interlocutores, a criação desta tekoá não foi planejada de forma tradicional. De fato, uma retomada será primeiro indicada em sonho pelos guias espirituais, depois validada pelas lideranças espirituais locais, para depois ser validada a nível político e judiciário, tanto pelas lideranças políticas como pelos parceiros não-indígenas - como advogados da Comissão Guarani *Yvyrupa* (CGY), ou aliados indigenistas. Esta tekoá foi criada em reação a uma tentativa de ocupação ilegal, por uma pessoa estranha à comunidade, que começou a cercar um espaço de Mata Atlântica localizada entre a estrada turística do Jaraguá e o limite do Parque. Entendendo que estavam testemunhando uma tentativa de invasão e apropriação fundiária, os Guarani acionaram um agente da FUNAI e decidiram ocupar o lugar para evitar a criação de um projeto de construção perene, potencialmente acompanhado de um estrago ambiental: a cidade moderna e sua cultura material engolindo a vida no seu modo de ocupar os territórios.

Outra mobilização diz respeito a um projeto da construtora Tenda, para realização de um complexo de 11 prédios de 10 andares, totalizando 880 apartamentos, distribuídos em dois

⁹⁷ ALEANDRO SILVA, AMANDA SIGNORI E RAFAEL MARTINS. "Incêndio na TI Jaraguá: povo Guarani denuncia negligência do Poder Público", in CIMI, dia 25/06/2020. <https://cimi.org.br/2020/06/incendio-na-ti-jaragua-povo-guarani-denuncia-negligencia-do-poder-publico/>, consultado dia 27/09/2021.

⁹⁸ Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo "Operação corta-fogo promove treinamento para a comunidade guarani do parque estadual jaragua" acessível na página da fundação: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2021/07/operacao-corta-fogo-promove-treinamento-para-a-comunidade-guarani-do-parque-estadual-jaragua/>, consultado dia 27/09/2021

lotes, adjacentes à Tekoá Ytu e Tekoá Pyau da TI do Jaraguá. Conforme à convenção 169 da OIT, a consulta às comunidades tradicionais deve ser realizada para qualquer projeto suscetível de alterar seu habitat. O terreno, dando continuidade à Mata Atlântica da TI e sendo localizado na beira do Ribeirão das Lavras⁹⁹ (que também beira a Tekoá Ytu), deveria contar com uma mediação estabelecida entre a comunidade e a empresa. No entanto, os Guarani afirmam que receberam a visita de representantes da construtora Tenda no final do ano de 2019, que *avisaram* que iam realizar ali um novo empreendimento. No dia 30 de janeiro de 2020 foram cortadas as primeiras árvores, inclusive cedros centenários, sem o consentimento das diversas comunidades que, no dia seguinte, ocuparam o terreno para impedir mais cortes e começar um processo de luto para os não-humanos atingidos. Esse tempo permitiu agregar parceiros *jurua* à mobilização e o engajamento coletivo numa luta judiciária e política. Após a audiência de conciliação no Ministério Público Federal de São Paulo, realizada no dia 13 de fevereiro, a reintegração de posse foi prevista para o dia 10 de março. De forma complementar às mobilizações no local, na véspera da reintegração de posse, os Guarani foram até a sede da Tenda, em São Paulo, trazendo com eles pedaços dos corpos das árvores cortadas no terreno.

É importante notar que, durante o conflito, ainda não foi resolvido, os Guarani deixaram claro que estavam reivindicando o direito de cuidar de uma área de Mata Atlântica com árvores centenárias, em benefício da comunidade vizinha, bem como da cidade. Eles entendem esta mobilização como uma contribuição para o equilíbrio de um ecossistema específico, necessário para o do planeta, opondo-se a um projeto com um propósito puramente econômico, em detrimento do ecossistema local.

“É importante que as pessoas entendam a nossa luta. Não é para nós; é uma luta pela vida humana. É uma causa justa para a sociedade paulistana. É uma ajuda que damos para a Mãe Terra, para o planeta inteiro [...]” (Márcio Boggarim in ISA, 13/03/2020)

Segundo o Márcio Boggarim, os Guarani foram gerados a partir das árvores, da seiva delas. Os Guarani são os *yvyraijá*, guardiões das árvores. Por isso é tão importante cuidar delas e da natureza terrestre, sendo assimilado a um cuidado do próprio *ser Guarani*. Assim, estas duas mobilizações mostram como os Guarani se colocam como guardiões da Mata Atlântica e de toda a extensão de seu território, como uma base para a vida, um elemento *comum* a seus habitantes, humanos ou não, indígenas ou não, dentro e fora dos limites da TI - arbitrariamente impostos pela ordem hegemônica.

3.2. Redes de resistência regionais políticas e espirituais

Yvyrupa era outrora um território guarani contínuo, com redes de tekoá orgânicas e dinâmicas cuja localização ou mudança eram guiadas espiritualmente, conforme à geografia cultural e critérios de perpetuação do *Nhanderekó*. Hoje, as TIs e retomadas de território guarani constituem ilhas limitadas onde se perpetua o *Nhanderekó* e suas variações, organizadas em redes políticas e espirituais, no meio de uma maré consumista que vai seguindo com um projeto desenvolvimentista avassalador. Como foi exposto anteriormente as TIs perpetuam a organização de apoio em redes que, tradicionalmente, se baseiam nas relações de parentesco. Assim, as redes de apoio recíproco se fazem no caso de trocas de sementes, rituais ligados ao calendário guarani, ou projetos que precisam de saberes específicos, como na área da construção. Segundo Márcio Boggarim, o funcionamento em

⁹⁹ Para entender melhor a relação dos Guarani com esse rio, indicamos o documentário realizado por Jurandir Augustio Martim e Thiago Karai Djekupé acessível neste link: <https://racismoambiental.net.br/2017/05/24/ribeirao-das-lavras-um-rio-guarani-documentario-de-jam-jekupe-e-thiago-carvalho/>

rede entre tekoá permite manter a coesão cultural coletiva a nível do território, alimentando o conhecimento mútuo dentro do próprio povo.

Com no já mencionado levante de 2013, os Guarani destas duas TIs guarani, a do Jaraguá, no noroeste do município, e a de Tenondé Porã, localizada no Sul, inovaram "um laboratório de experimentação cosmopolítica" (Moraes et al., 2021). Desde agosto de 2020, ambas TIs constituindo resquícios de Mata Atlântica no território municipal, as comunidades vêm se organizando para que seja aprovado um projeto de lei (PL 181/2016) que visa valorizar e perpetuar as ações que vêm sendo realizadas há vários anos em prol da restauração e preservação do ecossistema local dentro das TIs. Assim, os Guarani implementam diversas ações coletivas em suas terras, tais como atividades agrícolas, a fim de manter certos rituais, perpetuar espécies vegetais endêmicas e revitalizar os solos enfraquecidos pelos processos de monocultura de café ou eucalipto; atividades apícolas com espécies de abelhas nativas, cujo produto, o mel, é também um elemento fundamental nos rituais tradicionais; e atividades de saneamento ecológico, ou revitalização das nascentes, a fim de restituir à água o lugar que lhe corresponde no território.

Essas atividades envolvem jovens indígenas, através de atividades educacionais, e não indígenas, através de projetos de cooperação e ecoturismo, com o objetivo de aumentar a conscientização sobre o estilo de vida específico dos Guarani, dando assim maior visibilidade a sua cultura nesse território. Estas atividades são apoiadas pelo Programa Aldeia e sua continuação depende de cada eleição municipal. Com as eleições municipais de novembro de 2020, os Guarani reiteraram a tentativa de transformar esta iniciativa no PL181/2016 para garantir a perenidade do apoio do município, mediante a divulgação nas mídias. Eles enfatizam a utilidade destas ações não apenas para os territórios em que são implementadas, mas também como uma ação conjunta benéfica para a saúde da cidade de São Paulo.

" O reconhecimento de nosso modo de vida guarani, o Nhanderekó, como constituinte da diversidade cultural paulistana e do povo Guarani como guardião do patrimônio ambiental de São Paulo por meio do fortalecimento ambiental das Terras Indígenas vai na contramão do crescimento urbano desordenado que tem resultado em uma vida pior para todos os habitantes da cidade. Nosso território fortalecido funciona como um verdadeiro cinturão verde de proteção e como um exemplo de que uma vida sem destruição ambiental produz mais equilíbrio e abundância e menos doenças e devastação." (CGY, 2020¹⁰⁰)

Neste caso, as duas TIs se baseiam na organização de apoio em redes se unindo para uma intrusão nas brechas que o funcionamento político abre às causas invisibilizadas. Consiste em saber como absorver o movimento do outro, como foi mencionado nas formas guarani de lidar politicamente. Esta rede constitui um funcionamento propício à solidariedade em diferentes escalas, a alianças entre Guarani ou entre povos. Neste caso também, o funcionamento coletivo revela escalas diferentes, desde as comunidades (com eventos onde convidam outros povos tradicionais) até o território (como nas recentes mobilizações de junho e agosto contra a PL490 e o Marco Temporal) ou os continentes (como a Tour Europeia Guardiões da Floresta de 2017¹⁰¹). Através da resistência cultural e territorial, as comunidades Guarani capturam, combinam e tecem novas possibilidades, entre humanos e com não-humanos, em um lugar de resistência coletiva de corpos e territórios.

¹⁰⁰ <http://www.yvyrupa.org.br/pl-cinturaoverdeguarani/> consultado dia 20/08/2020.

¹⁰¹ <https://apiboficial.org/2017/10/20/liderancas-da-apib-participam-de-tour-europeia-com-indigenas-de-diversos-paises-guardioesdafloresta/>, consultado dia 11/11/2017.

3.3. Comum multiescalar e hegemonia

As mobilizações dos Guarani em São Paulo, que se reforçam desde 2013, não se tratam "apenas de "resistência", mas de uma política experimental dedicada a práticas de autonomia e tecnologias do comum que fazem proliferar a vida por meio de alianças multiespécie: entre humanos, plantas, animais, fungos, rios; entre os seres visíveis e invisíveis com os quais se compartilha o mundo" (Moraes et al., 2021). Entendemos que as mobilizações guarani para o "bem comum", no caso a Mata Atlântica, é uma luta segundo outra visão de mundo, que não se limita então a um "bem", indo além do material, dos objetos ou sujeitos, focando nas relações e interdependências. A essas mobilizações participam lideranças ou ativistas guarani de outras regiões, conforme ao sistema de reciprocidades e apoio mútuo frente a políticas do mundo do Juruá hegemônico, nas escalas locais, municipais ou estaduais. Consideramos essas lutas como um "processo comum", no sentido de interação coletiva e cidadã para com o sistema Terra. É uma implicação cidadã coletiva para garantir a habitabilidade do sistema Terra na era do antropoceno. Estamos assim falando de lutas para um *comum* concebido, vivido e reivindicado em diversas escalas, um *comum multiescalar*¹⁰².

Desde a colonização, os Guarani buscam formas de lidar com o *Juruáreko*, que também evoluiu nas suas formas de opressão. No início da época do bandeirantismo paulista, entre o final do XVI e o início do XVII, foram entre 180 e 200 mil Guarani capturado para servirem de escravos, o que é muito superior aos falantes guarani dos países da Argentina, Brasil e do Paraguai que contabilizam atualmente cerca de 108 mil pessoas (Keese dos Santos, 2021, p.223). Assim, ainda segundo Keese dos Santos, a distinção muitas vezes feita entre os Guarani das missões e o Montesés, aqueles refugiados na Mata Atlântica não seria uma ruptura tão nítida. Se parte dos Guarani associaram a sua sobrevivência à Mata Atlântica, não se pode excluir ida e voltas entre a Mata Atlântica, refúgio dos Guarani, e as missões, também refúgios, frente aos bandeirantes, e lugar de interface com aquele outro modo de vida do Juruá.

Da mesma forma, hoje, segundo Sônia Barbosa Ara Mirim, liderança da TI do Jaraguá, " Falam que a nossa comunidade é urbana. A gente vê como resistência. A aldeia existia muito antes do bairro e a urbanização chegou até nós. [...] Ser indígena em São Paulo é sempre estar tentando provar que estamos vivos" (Thomas, 2021). Assim, os Guarani buscam lidar com o fenômeno da cidade que avança consumindo o território de forma todavia tão predatória quanto a colonização do século XVI, mas com outras estratégias de imposição societal, política e econômica. Hoje, a ilha de mata atlântica onde vivem os Guarani pode ser interpretada como um refúgio pros Guarani e vice versa, os Guarani sendo o último refúgio da Mata Atlântica, considerando a relação já explicitada neste artigo. Assim, a Mata Atlântica é o lugar de reforço da cultura e da alteridade, frente à colonização dos séculos passados, assim como à hegemonia urbana atual.

É claro, os Guarani usam celulares, computadores, assistem televisão, se deslocam com motos, carros ou trem, e frequentam as lojas da metrópole. Também lutam com as contradições que essas tecnologias trazem. Por exemplo, os jovens, no mesmo tempo que realizam cliques de rap abordando a questão da luta pela terra, outros esvaziam a casa de reza e os pais buscam soluções de envolvimento mais efetivo. Da mesma forma que a fronteira missão/ monteses é permeável, a TI e a cidade também trocam, mediante objetos, eventos e alianças. Assim, os Guarani procuram aperfeiçoar suas "experiências de atualização cultural" (Gallois, 2006), numa relação com a cidade onde vão identificar os aspectos que podem

¹⁰² Essa noção considera também uma "correlação corpo/ arquitetura/ território" que se relaciona com a noção de fractal, que não abordamos aqui. Podemos ler mais a respeito desse entendimento de "comum multiescalar" num artigo da mesma autora (Guéguen Perrin, 2021).

alimentar o Nhanderekó no contexto atual. Assim os Guarani podem procurar apoio nas redes *Juruá* em termos de direitos, em termos de iniciativas contra-hegemônicas, como a permacultura que alimenta as novas formas de cultivar os territórios, ou detalhes e técnicas construtivas alternativas ao concreto que possam dar outra perenidade às construções nestes territórios tão reduzidos quanto os do Jaraguá.

4. Desconstrução do olhar colonial e reconstrução decolonial

Segundo Sônia Guajajara (2019), no 3º Congresso Internacional dos Povos Indígenas da América Latina (CIPIAL), "não tem como a gente, hoje, discutir a questão indígena descolada da questão ambiental, e não tem como discutir a questão ambiental descolada de uma conjuntura política". O aspecto político e suas formas contra-hegemônicas de se praticar é essencial pois evidencia as visões de mundo e, então, as formas de interagir com ele, econômica e socialmente. Como o autor e blogueiro Daniel Munduruku denunciou a desintegração da FUNAI iniciada logo depois da posse do atual presidente do Brasil,

"Os povos indígenas são intrinsecamente comunistas. Os últimos. A última fronteira. O derradeiro obstáculo. Os guardiões. É a fronteira jamais vencida pelo liberalismo econômico. Talvez por isso sejamos, a partir de agora, perseguidos como nunca. Faz parte do processo do abocanhamento necessário para que o capitalismo se renove devastando não apenas árvores e gentes, mas um pensamento que resiste além do tempo. Estamos na resistência." (Munduruku, 2019)

Durante conversas com a Sônia Barbosa Ara Mirim, ela afirma que o que dificulta uma compreensão entre a sociedade Guarani e a sociedade *Juruá*, é o propósito da vida. Se para os indígenas, o *Juruá* vive principalmente para o dinheiro e o poder individual ou da família nuclear, para os Guarani, o propósito é a própria vida e seu cuidado, de toda vida, de humanos ou não-humanos. Assim, cada ecossistema, brejo, árvore é o modo de vida de não-humanos, e tem que ser respeitado para manter o equilíbrio. Portanto, a preservação da Mata Atlântica, berço da vida do bioma local, é o propósito. Da mesma forma, para Poty Poran Turiba Carlos, professora guarani, o sistema capitalista não é só um sistema monetário. É "a maneira de estar e viver no mundo" do *Juruá*, seu *Juruáreko*. Este se diferencia do Nhanderekó principalmente pela noção de coletividade e pela forma de ver e se relacionar com a natureza.

"Nós Guarani nhandekuery¹⁰³, a gente vê a natureza ao mesmo nível. Nós somos iguais. E o *Juruá*, no *Juruáreko*, ele sempre se põe acima. Ele sempre se acha mais que a natureza, mais do que o planeta Terra. Mais do que os outros animais. Entendeu? Mesmo os que são, os que tem um discurso "verde" tipo "ah, a gente tem que proteger a natureza, nos temos que proteger os animais", tal. [...] "Eu sou superior à natureza, por isso eu tenho o dever de protegê-la." Tipo os pais. Algumas pessoas se sentem superiores às crianças, por isso tem o dever de protegê-las. Mas na verdade, não é isso. A gente tem que proteger a natureza e o planeta Terra, porque a gente não vive sem a natureza e sem o planeta Terra. Nos dependemos dela. A gente não defende a natureza porque a gente é, assim, "bonzinho", é que se sumir a natureza, a gente some também. É uma visão mais [...] realista da situação. Uma visão que a gente entende o nosso papel no mundo e no planeta." (entrevista do dia 17/07/2019)

¹⁰³ *Nhandekuery*, seria "nós todos" ou seja, os Guarani como um coletivo.

Na era do antropoceno, diversos representantes indígenas procuram chamar a atenção do povo hegemônico - assim como Ailton Krenak: “Tem quinhentos anos que os índios estão resistindo, eu estou preocupado é com os brancos, como que vão fazer para escapar dessa” (Krenak, 2019). Assim, a liderança Jera Poty Mirĩ Guarani, da TI Tenondé Porã aponta:

"Se fizéssemos um estudo antropológico na cultura de vocês, teríamos qualificações e um respaldo maior para conseguir convencer muitas pessoas a se tornarem selvagens, a se tornarem pessoas não tão intelectuais, não tão importantes. Vocês passariam a correr o risco diário de ser assassinados, de ter suas casas e suas famílias queimadas, seus filhotes queimados. Mas, de um modo geral, vocês seriam melhores." (Guarani, 2020).

Se, num mundo capitalista o não-humano se resume a recursos com potencial de acúmulo, do ponto de vista guarani, os *seres não-humanos* co-constituem o planeta da mesma forma que os *animais humanos*. Por consequência, dentro de uma ontologia relacional, o cuidado com os ecossistemas locais é o cuidado das relações entre existências, uma manifestação de responsabilidade para com a vida, também humana.

Stengers convoca nos inspirarmos nos povos indígenas para atuar mediante um "ativismo contemporâneo", um "collective reclaiming" que traduziríamos por "reapropriação coletiva das práticas ligadas ao comum" (Stengers, 2014). E para ela, não há o *comum* sem se juntar ativamente num fazer *comum*. Será possível pensar em um equilíbrio entre o mundo guarani e o mundo hegemônico, entre um sistema dicotômico e uma visão holística e relacional, em interrelações assumidas e efetivas. Assim a causa indígena pode ser entendida como uma causa cidadã, o cuidado com a "natureza" vira uma luta cidadã e multiespécie.

Desde séculos, muitos povos indígenas perpetuam práticas de negociação, compreendendo que a visão antropocêntrica leva à desconexão do próprio mundo e ao desenraizamento – até porque muitos brasileiros têm sangue indígena nas veias, sem saber ou, melhor, negando o fato. Se falamos de um projeto em comum, multiescalar e que diverge de uma visão antropocêntrica, faz-se necessário o estabelecimento de um "mundo onde cabem vários mundos" - como dizem os zapatistas, um *pluriverso* (Escobar, 2014). No entanto, diversas etapas têm que ser vencidas: admitirmos o colapso ambiental que Marques identifica, para nos reconectarmos ao território, como indivíduos e sociedade; olhar para a alteridade reconhecendo-a, sem buscar aniquilá-la etc. Estamos falando sobre como romper com a rejeição global da legitimidade das epistemologias indígenas na sociedade brasileira.

Tal abordagem provoca admitirmos a necessidade de reconhecer a presença dos povos indígenas como parte constituinte da sociedade brasileira, convocando assumi-la também como identidade e história próprias. Talvez admitamos, assim, alguma possibilidade de desconstruir, passo a passo, um passado subalterno, como parte de um processo descolonizador frente a um sistema econômico e político mundializado que acentua, cada vez mais, as desigualdades entre países autoproclamados "do centro" e países considerados periféricos.

Olhar e reconhecer as raízes indígenas da sociedade brasileira pode contribuir para um processo descolonizador, desprendendo-nos dos laços com o sistema hegemônico. O habitat, percebido, projetado e praticado em inter-relação com o não-humano, é um aspecto fundamental da reflexão e das ações a serem empreendidas na problemática antropocênica. O paradigma indígena e sua materialização no habitat pode inspirar a (re)criação de outras formas de convivência em territórios e com ecossistemas. Não se trata de adotar formas de vida guarani, mas de considerar e experimentar aqueles aspectos que fazem do habitat um elemento que se encaixa em um ecossistema de forma a respeitar o equilíbrio do sistema terrestre, num habitat contra-hegemônico - e decolonial.

Referências

- ANN THOMAS, Jennifer. "Pauliceia indígena: a vida entre aldeias e periferia em São Paulo" in: Mongabay Series: Desmatamento ilegal na Amazônia, Indígenas nas Cidades, Iniciativa de Reportagens Especiais, 28/04/2021, disponível em <https://brasil.mongabay.com/>, consultado dia 09/06/2021
- BOURG, Dominique. **Une nouvelle terre**. Paris, Éditions Desclée de Brouwer, 2018.
- DIEGUES, Antonio Carlos. "Introdução" in: Antonio Carlos Diegues(org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**, São Paulo, MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000, p3-15.
- ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**, Medellín, Ediciones UNAULA, 2014.
- GALLOIS, Dominique Tilkin (org). Patrimônio Imaterial e Povos Indígenas. São Paulo: Iepé, 2006.
- GRÜNBERG, Georg (coord.). **Guarani Retã, Povos Guarani na Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai**, Ed: UNAM, ENDEPA; CTI, CIMI, ISA, UFGD; CEPAG, CONAPI, SAI, GAT, SPSAJ, CAPI, 2008.
- GUAJAJARA, Sônia. "Conferências em diálogo", in: **3º Congresso Internacional dos Povos Indígenas da América Latina (CIPIAL)**, UnB / Brasília, 2019.
- GUARANI, Jerá. "Tornar-se selvagem". In: **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, número 14, página 12 - 19, 2020.
- GUÉGUEN PERRIN, Anaïs. « Matérialisation d'une représentation holistique du monde dans l'habitat des indigènes guarani au Brésil », in **Les Cahiers de la recherche architecturale urbaine et paysagère** [En ligne], 11 | 2021.
- HARAWAY, Donna. "Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes", in **Clima Com Cultura Científica**, Ano 3 - N. 5 / Abril de 2016.
- HARVEY, David. **Diecisiete Contradicciones Y El Fin Del Capitalismo**. Quito: IAEN, 2014.
- ILLICH, Ivan. **La convivialité**. Paris: éditions du Seuil, 2014 (1973)
- ISA "Entenda o protesto dos Guarani-Mbya contra a construtora Tenda", blog do ISA, 13/03/2020, disponível em <https://www.socioambiental.org/>, consultado dia 17/03/2020.
- KEESE DOS SANTOS, Lucas. **A esquiva do xondaro: movimento e ação política entre os Guarani Mbya**, Dissertação em antropologia na FFLCH/ USP, São Paulo, 2017.
- KRENAK, Ailton, **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019
- LADEIRA, Maria Inês. **Espaço geográfico Guarani-Mbyá: significado, constituição e uso**. Maringá PR: Eduem; São Paulo: Edusp, 2008.
- LOPES, João Marcos de Almeida. "O Dorso da Cidade": os sem-terra e a concepção da uma outra cidade", in: Boaventura de Sousa Santos. (org.) **Produzir para Viver: Os caminhos da produção não capitalista**, Porto: Edições Afrontamento, 2004, pp.240-275
- MAGNAGHI, Alberto, 2003. **Le projet local**. (1re éd. ita. *Il progetto locale: verso la coscienza di luogo* 2000). Sprimont, Belgique: Mardaga. 123 p. ISBN 2-87009-850-2.
- MARQUES, Luiz "Introdução", in: **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Editora da Unicamp, edição de 2015, p13-62.
- MARX, Karl. "Chapitres XXIV - La prétendue "accumulation initiale", in **Le capital, livre 1**. Presses universitaires de France, 1993 (1867), p803-857.

MORAES, Alana; SCHAVELZON, Salvador; GUARANI, Jera; KEESE, Lucas; HOTIMSKY, Marcelo. "Um levante da terra na metrópole da asfixia". **Piseagrama**, Belo Horizonte, seção Extra!, 04 fev. 2021. disponível em <https://piseagrama.org/>, consulté le 06/02/2021

MUNDURUKU, Daniel, "os últimos socialistas ou por que perseguir os povos indígenas?", blog do Daniel Munduruku, 04/01/2019, accessível: <http://danielmunduruku.blogspot.com>, consultado dia 05/01/2019

NOELLI, F. S., VOTRE, G. C., SANTOS, M. C. P., PAVEL, D. D., & CAMPOS, J. B. (2019). "Ñande reko: fundamentos dos conhecimentos tradicionais ambientais Guaraní". In: **Revista Brasileira De Linguística Antropológica**, 11(1), 2019, p13-45.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W., "Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades", in Ana Esther Ceceña y Emir Sader (dir.), **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial**, Buenos Aires: CLACSO, P. 217-256, 2002

SALLES DE FARIA, Camila. "Cadeia dominial: uma leitura da grilagem e da Constituição da propriedade privada capitalista das Terras", in: UMBELINO DE OLIVEIRA, Arioaldo. **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**, São Paulo: FFLCH/USP, 2020, p.55-82.

STENGERS, Isabelle. **Au temps des catastrophes, résister à la barbarie qui vient**. Paris: La Découverte 2009.

STENGERS, Isabelle "Gaia, the Urgency to Think (and Feel)" [conférence] Colóquio Internacional **Os Mil Nomes de Gaia - do Antropoceno à Idade da Terra**, Rio de Janeiro, septembre 2014.
https://www.youtube.com/watch?v=jaS6HtkH7UU&ab_channel=OsMilNomesdeGaia, consulté le 11/11/2020.

TORTOSA, José María, **Maldesarrollo y mal vivir, pobreza y violencia a escala mundial**, Quito: Abya Yala y Fundación Rosa Luxemburg, 2011.

Uma concepção de gênero e interseccionalidades da ocupação do município de Rio Claro - SP através da cartografia social

Sofia Santos Vasques Simões de Carvalho
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP
sofia.vasques@unesp.br

Resumo

Este texto traz reflexões relativas aos resultados de uma pesquisa (da mesma autora) em formato de Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia, elaborada na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, no campus de Rio Claro, concluído em janeiro de 2021. O TCC também intitulado “Uma concepção de gênero e interseccionalidades da ocupação do município de Rio Claro – SP através da cartografia social”, buscou, a partir do mapeamento social/colaborativo, compreender a ocupação feminina do município de Rio Claro - SP, através de uma ótica geográfica sobre gênero e interseccionalidades. O objetivo fundamental deste trabalho foi analisar a violação do corpo, dos direitos, do cotidiano e do bem-estar das mulheres nos espaços urbanos do município. Para isto, foi realizada uma revisão bibliográfica, majoritariamente feminina e subversiva, pautando o conceito de gênero na luta por direitos e igualdade, considerando as interseccionalidades articuladas nas opressões de gênero, raça e classe. A partir da análise, compreendeu-se a importância de, junto à cartografia social, propor novas perspectivas de planejamento, como o insurgente. Neste sentido, destaca-se o conceito do direito à cidade, abarcando as problemáticas a partir de análises das perspectivas de bem estar e usufruto da cidade pelas mulheres. Para tal contemplação, foi elaborado um questionário, aplicado a 331 mulheres moradoras de Rio Claro, maiores de 18 anos, com questões sobre segurança, bem estar e envolvimento político. As respostas serviram de base para a elaboração do mapa: “Mapa colaborativo do nível de segurança e insegurança das mulheres no município de Rio Claro – SP (2021)” e de um infográfico. Ambos seguiram os critérios de acessibilidade que fundamentam a cartografia participativa e as noções de ciência aberta. Com base nos resultados obtidos, reflexões e propostas foram possibilitadas, destacando-se a urgência de novas abordagens teóricas e metodológicas, compreendendo o corpo como espaço e o uso da cartografia social e insurgente como ferramenta de análise e luta.

Palavras-chave

Cartografia social; Geografia e gênero; Direito à cidade

Introdução

Para desenvolvimento do presente trabalho, serão analisados e discutidos os resultados da pesquisa “Uma concepção de gênero e interseccionalidades da ocupação do município de Rio Claro – SP através da cartografia social”, formulada em formato de Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia, na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), no campus de Rio Claro, concluída em janeiro de 2021.

O TCC buscou, a partir do mapeamento social/colaborativo, compreender a ocupação feminina do município de Rio Claro no Estado de São Paulo, através de uma ótica geográfica sobre gênero e interseccionalidades, espacializando as subjetividades inerentes às vivências das mulheres no município.

Para isso, o embasamento teórico e metodológico da pesquisa se estruturou, principalmente, em referências subversivas e decoloniais, divergindo em alguns momentos dos traços da ciência moderna, cuja característica da objetividade e racionalidade, segundo Joseli Maria (2009), distancia o pesquisador do objeto de estudo.

A partir disto, buscou-se conceituar gênero, por meio da luta por direitos e igualdade, levando em consideração as interseccionalidades articuladas nas opressões de gênero, raça e classe, e os contextos sociais e políticos do sul global. Conceituações estas compreendidas durante os anos de maneira complexa, principalmente dentro da ciência geográfica, esta que na tentativa de legitimação, percorre abordagens escassas e dificultadas como discute Joseli Maria Silva (2009) em “Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade”:

A ciência geográfica hegemônica é marcada por privilégios de sexo e de raça, características que dificultaram a expressão das espacialidades dos grupos das mulheres, dos não-brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante. Durante muito tempo, as existências espaciais desses grupos ou de suas ações concretas não foram consideradas adequadas como objetos de estudos do campo da geografia. A razão de suas ausências no discurso geográfico deve ser entendida pela legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos da geografia branca, masculina e heterossexual, que nega essas existências e também impede o questionamento da diversidade de saberes que compõem as sociedades e suas mais variadas espacialidades. (SILVA 2009, p. 26)

Assim, na tentativa de superar estes discursos, concretizaram-se o lugar e o espaço como categorias fundamentais de análise geográfica em relação a sexualidade e gênero, sendo o segundo não relacionado à, apenas, sua materialidade, mas entendendo o corpo como parte de sua configuração, proporcionando o repensar das escalas tradicionais, até então utilizadas na ciência geográfica.

Linda McDowell (1999) em “*Gender, Identity and Place*”, analisa os corpos a partir de uma perspectiva em que o feminino e o masculino variam de acordo com o tempo e o espaço. O espaço, para Milton Santos (1985), é entendido como ativo, ou seja, transformador da totalidade social, através de dialéticas espaciais, como o Estado e Mercado, Interno e Externo e Antigo e Novo.

As dialéticas espaciais se mostraram diretamente articuladas às questões do estudo, contexto em que, o Estado e o mercado, atuam como os principais mantenedores da violência e opressão contra a mulher, negligenciando e demarcando corpos passíveis de isolamento e marginalização, através da falta de políticas públicas e assessoramento às já existentes, reafirmando a matriz de dominação nas relações de gênero, raça e classe social fundantes da modernidade.

Da mesma forma que as teorias e metodologias se enrijecem a partir de preceitos que negligenciam e deslegitimam a pluralidade, concretiza-se uma arquitetura agressiva, conservadora e reprodutora do caos urbano, distante do sentimento de bem estar individual ou coletivo, não permitindo a ocupação integral dos espaços públicos e violentando as individualidades. Logo, o trabalho também foi direcionado a órgãos de planejamento e gestão de cidades, possibilitando um novo olhar a arquitetura e políticas voltadas às cidadãs e para todes, afinal, uma cidade melhor para mulheres é uma cidade melhor para todes.

A partir das concepções introdutórias, das análises históricas da memória e identidade do movimento das mulheres no Brasil e em Rio Claro, examinadas no curso da investigação, a cartografia social se fez uma ferramenta de análise e luta na tentativa de atender, através do protagonismo das mulheres rioclarenses, uma demanda ainda não correspondida pelos órgãos públicos da cidade.

Esta forma de elaboração cartográfica, também compreendida como mapeamento participativo/colaborativo, é particular das fundamentações “investigação-ação-participativa”, conceituada por Costa et al (2016) como uma ferramenta ou meio técnico, resultado de uma ação colaborativa com o objetivo de uso no planejamento e na transformação social, buscando uma linguagem acessível. De acordo com os mesmos autores, esta corresponde a um instrumento que privilegia a construção do conhecimento popular, simbólico e cultural, elaborado sob os preceitos da coletividade, onde os diferentes grupos sociais expressam seus anseios e desejos através do espaço.

Além da colaboração da cartografia social, atenuou-se também os princípios para um planejamento insurgente, para isso, consultou-se na pesquisa, principalmente a obra de Faranak Miraftab (2016), “Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano”. A autora feminista e defensora de uma reação, dita radical, em relação ao planejamento tradicional, busca em suas obras novas perspectivas acerca da participação social, na criação e atuação de políticas públicas, visto o cenário contemporâneo neoliberal que sonda o globo. Por meio destes princípios democráticos surge a possibilidade do combate a alienação e transcendência do binarismo eurocêntrico regulado nas relações de poder através de mapas.

Assim, a possibilidade de abordar o mapeamento como um processo contínuo de aprendizado e atualização, não só do espaço, mas também para com o sujeito histórico que o ocupa e o produz, proporciona uma materialização gráfica da sua história e de suas reivindicações, de forma sistematizada, acessível e democrática, usufruindo dos locais públicos, não só como cenários do cotidiano, mas como espaços de vivência integral, que devem ser ocupados, como expressa Costa et. al (2016) refletindo sobre as possibilidades abarcadas na cartografia social

Compreende-se que uma mesma população tem a capacidade de produzir diversos mapas em diferentes momentos históricos sobre o mesmo espaço. Os mapas são dinâmicos e as lutas dos movimentos sociais não são fixas, novos desafios são postos a todo o momento para as comunidades o que propicia a construção e reconstrução dos mapas. (COSTA et. al 2016, p. 76)

A cartografia social atrelada ao planejamento insurgente, permitiu a iluminação, a respeito da legitimação e validação dos conhecimentos elencados como não científicos, questionando os paradigmas tradicionais baseados em preceitos analíticos de noções de modernidade euro centradas.

Assim, viabilizou-se a construção de novas reflexões de como, nós mulheres educadoras, geógrafas, acadêmicas etc. podemos transformar o pensamento de forma libertadora e emancipatória, considerando todos os corpos como livres e atos políticos a serem preservados, cuidados e acima de tudo respeitados.

Para concluir tais reflexões, o Trabalho de Conclusão de Curso contou com um estudo com 331 mulheres residentes do município de Rio Claro, através da aplicação de um questionário online, e posteriormente um mapeamento a partir das respostas. Devido à pandemia da COVID – 19, a elaboração do mapeamento coletivo, junto às munições, consumou-se apenas no formato virtual, assim como entrevistas e diálogos com diversas representantes da sociedade, seguindo as normas de segurança da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Objetivos

Para o desenvolvimento deste trabalho foram elaborados os objetivos, destacados a seguir:

Objetivo Principal:

O objetivo fundamental deste trabalho foi analisar os resultados do TCC intitulado “Uma concepção de gênero e interseccionalidades da ocupação do município de Rio Claro – SP através da cartografia social”, compreendendo a violação do corpo, dos direitos, do cotidiano e do bem-estar das mulheres nos espaços da área urbana do município de Rio Claro – SP.

Objetivos Específicos:

- A) Investigar novas perspectivas de análises espaciais transversais às questões de gênero, classe e raça;
- B) Identificar como o mapeamento, de forma insurgente e colaborativa, pode ampliar os moldes de formulação de políticas públicas e planejamento urbano.

Materiais e Métodos

Como citado, durante o desenvolvimento da pesquisa, foram levantados conceitos fundamentais para a compreensão da temática proposta, consistindo no embasamento teórico e metodológico do trabalho. Para isto a revisão bibliográfica foi compreendida principalmente pelas produções científicas subversivas e decoloniais, majoritariamente feministas.

Para a análise da temática proposta, selecionou-se como área de estudo, o município de Rio Claro, localizado entre as coordenadas 22°24’S e 22°33’S e longitude 47°25’O e 47°35’O (figura 1). A área territorial total do município é de 498,422 km², (IBGE 2019), sendo que a área urbana ocupa 44,58km² (IBGE, 2015). De acordo com estimativa do SEADE (2020), Rio Claro abriga uma população total de 201.212 habitantes, sendo 196.819 hab. na área urbana e 4.393 hab. na área rural. A densidade demográfica é de 463,70 hab./km².

Compreendendo as necessidades burocráticas para aplicação de questionários, a pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e aceita pelo sistema, o qual requereu a produção de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para ser enviado as mulheres que responderam ao questionário via *email*.

Cabe ainda ressaltar que este trabalho teve como foco descrever a situação das mulheres residentes de Rio Claro que participaram do questionário (331). O questionário foi elaborado através da plataforma *Google Forms* em formato virtual. Devido às condições requisitadas pelo CEP, foram necessárias a elaboração de dois formulários, um para o aceite do TCLE (Anexo 2) e outro para a pesquisa.

Contando com 16 perguntas com temáticas como: bairro em que reside, cor/raça, localidades da cidade que se sente mais segura ou insegura, e sobre a simbologia que seria aplicada no mapa, o questionário trouxe dados quali e quantitativo que sediaram diversas reflexões durante o trabalho.

Para que as identidades evidenciadas nas respostas dos questionários proporcionassem o sentido subjetivo e didático a quem lê o mapa e para se atingir uma expressão efetiva destas individualidades e ao mesmo tempo coletividades, se fez necessária uma sistematização. Sobre esta Carvajal (2005), afirma:

La SISTEMATIZACION, es entendida no como la simple recopilación de datos de una experiencia sino que además apunta su ordenamiento, a encontrar las

relaciones entre ellos, y a descubrir la coherencia interna de los procesos instaurados en la práctica. En este sentido la sistematización es construcción de conocimiento, es hacer teoría de la práctica vivida. De allí que la sistematización en esta metodología debe ser un elemento fundamental para aprender la realidade y transformarla, la sistematización permite dimensionar esos conocimientos, datos, y prácticas para hacer sustentable el desarrollo social. (CARVAJAL, 2005, p. 6)

A escolha do *software* de Sistema de Informação Geográfica (SIG) utilizado para a elaboração do mapa temático, também seguiu os preceitos de acessibilidade e de modelo participativo, atrelados à cartografia social. Desta forma, o a confecção do mapa foi efetuada na plataforma QGIS (ou *Quantum GIS*).

Segundo a definição do site oficial do QGIS (consultado em 2020), o *software* se resume em um Sistema de Informação Geográfica de Código Aberto, licenciado segundo a Licença Pública Geral (GNU), sendo então, fornecido de forma gratuita a qualquer usuário.

Ainda de acordo com o site, o QGIS é um dos sistemas de SIG mais utilizados do mundo, devido sua praticidade de uso, funcionalidades e, principalmente, por ser uma iniciativa “*open source*”. Isto significa que o sistema é um projeto impulsionado por uma comunidade de voluntários, através de contribuições na forma de códigos, correções e relatórios de falhas, documentações, promoção, doações e apoio a outros usuários.

Para o mapeamento dos dados levantados no questionário, optou-se por elaborar um mapa sobre os pontos de segurança e insegurança da cidade, compreendendo que muitos dos motivos do não usufruto do direito à cidade de muitas mulheres, se dão em razão da esfera do medo e violência.

Os dados para a construção (em *shapefiles*) foram adquiridos através do site do IBGE. Inicialmente, tomou-se por base o mapa dos setores censitários do estado de São Paulo, permitindo-se o recorte da área urbana do município de Rio Claro. Por questões estéticas, foram selecionadas as opções mais simplificadas possíveis para a elaboração dos desenhos; além disso as feições dos setores censitários foram mescladas por bairros. A pontuação das localidades no mapa se deu por meio dos símbolos de *emojis*, fazendo parte de grande parte das respostas sugeridas no questionário, proporcionando a acessibilidade no entendimento do mapa e uma aproximação com a linguagem do cotidiano.

Após esta etapa, a partir da extensão do *Google Roads*, foi possível obter a geolocalização dos pontos de segurança e insegurança fornecidos pelas mulheres participantes. Além dos pontos, foi escolhido destacar também - em cores de tons “pastéis” - os bairros onde os pontos estão localizados, para que estes limites não se sobressaíssem em relação às outras informações secundárias.

Outro atributo a ser mencionado é a substituição da orientação na carta, comumente representada pelo Norte, no trabalho então representada pelo Sul. Este foi inserido no canto superior esquerdo junto a um espelho de vênus, ou comumente denominado, símbolo feminino. A utilização destes signos foi elaborada como forma de subversão aos modelos tradicionais da cartografia.

Resultados e Discussão

O tamanho amostral das participantes abrangeu 331 mulheres. Segundo o Portal Cidades do IBGE (2010), no município de Rio Claro, 84.036 mulheres possuem mais de 20 anos de idade, a partir destas informações é possível estabelecer o grau de confiança e a margem de erro

da pesquisa. A partir dos cálculos elaborados pela autora, considerando um nível de confiança de 95%, a margem de erro, a partir dos dados expostos, foi de 5,38%.

Além do mapa e infográfico, tidos como resultados principais, também foram formulados gráficos e tabelas a partir das respostas obtidas no questionário. Foi criada uma tabela para o cruzamento dos dados referentes à cor/raça das participantes e suas respectivas respostas, esta denominada de “tabela da interseccionalidade”, fazendo alusão à teoria interseccional. O ideal para tais comparações, seria de padronizar o número de mulheres por cor, para se efetivar uma comparação real da influência entre suas cores e as respostas, mas destaca-se a seguir a tabela, como uma possibilidade metodológica para possíveis reflexões e afim de facilitar a observação e compreensão dos dados.

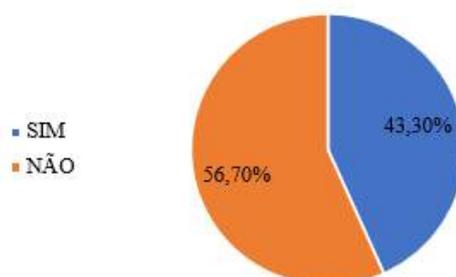
Tabela 1: Tabela da interseccionalidade

Raça/cor	Considera seu bairro seguro	Não considera seu bairro seguro	Acredita nos governantes	Não acredita nos governantes	Se envolve em decisões políticas	Não se envolve em decisões políticas	Total de mulheres que responderam ao questionário por raça/cor
Amarela	2	2	0	4	1	3	4
Branca	108	153	25	236	61	200	261
Indígena	0	1	0	1	0	1	1
Parda	21	22	7	36	9	34	43
Preta	11	9	0	20	6	14	20
S/ cor definida	1	0	1	0	0	1	1

Fonte: elaborado pela autora

Em relação aos bairros de residência das entrevistadas, a diversidade foi expressiva. Os três bairros mais selecionados foram Vila Indaiá com 58 respostas, ou seja, 17,6% das escolhas, Vila Alemã com 44 respostas, que representa 13,3% e Cidade nova com 20 respostas e, portanto, 6,1% das respostas. Assim, os três bairros totalizaram 37% das respostas referentes a esta pergunta. Quanto a pergunta: “Você se sente segura no seu bairro?”, a maioria das mulheres (56,7%), responderam que não se sentem seguras nos bairros que habitam, como mostra o gráfico da figura 1.

Figura 1: “Você se sente segura no seu bairro?”



Fonte: elaborado pela autora

Foi determinado que, para a compreensão dos dados sobre pontos mais e menos seguros do município, fez-se necessária a elaboração de dois gráficos. Nas localidades consideradas inseguras pelas e para as mulheres de Rio Claro, durante as contribuições nos questionários,

dentre as várias opções adicionadas na caixa “outros”, um perfil se repetiu com expressões similares a “bairros próximos a UNESP”, ponto adicionado ao gráfico da figura 2.

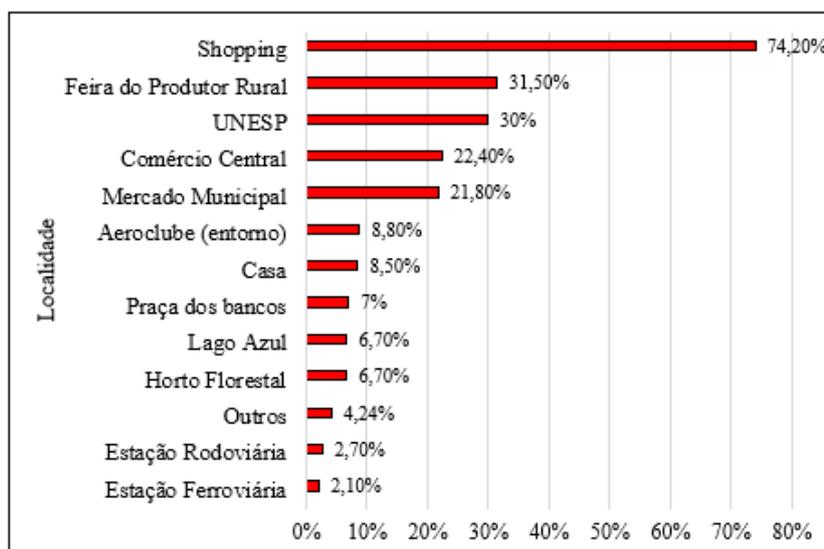
Figura 2: Localidades consideradas menos seguras pelas mulheres no município de Rio Claro – SP (2020 - 2021)



Fonte: elaborado pela autora

Assim como nas respostas sobre pontos menos seguros, nos índices de pontos mais seguros alguns padrões também foram apresentados na caixa “outros”, dentre estes se sobressaiu a expressão “casa”, como representado na figura 3.

Figura 3: Localidades consideradas mais seguras pelas mulheres no município de Rio Claro – SP (2020 - 2021)



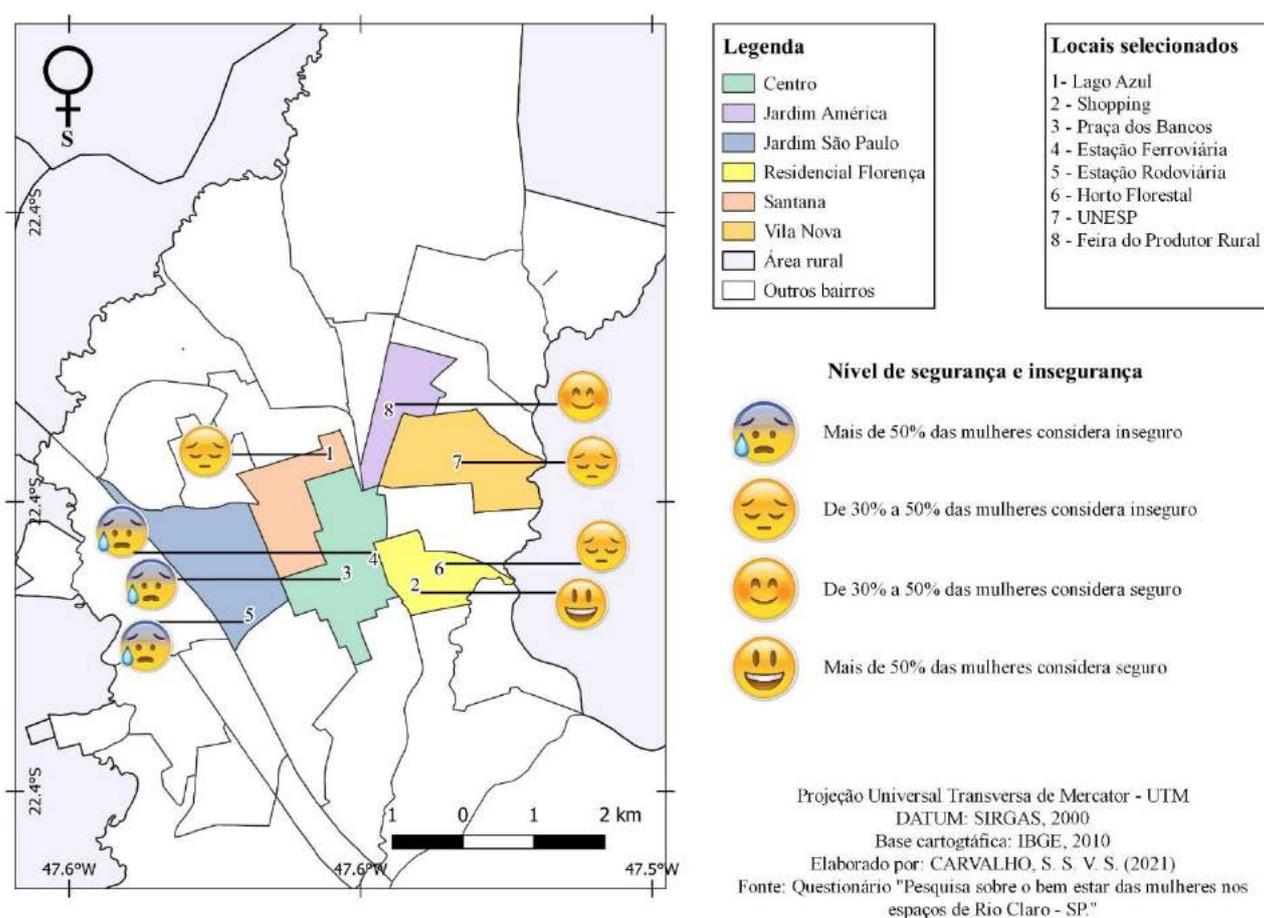
Fonte: elaborado pela autora

Das situações representadas na pergunta sobre violação de direitos, 57,3% das mulheres que responderam à pesquisa já passaram por alguma forma de agressão/assédio sexual; 40,9% por alguma forma de agressão/assédio psicológico; 27,9% por agressão patrimonial; 23% por nenhuma das opções; 15,8% por agressão/assédio moral; 11,2% por agressão física e 2,7% por outras.

A figura 4, exibe o mapa temático sobre o nível de segurança e insegurança das mulheres na cidade de Rio Claro, resultado de todas as reflexões, processos metodológicos, técnicos, científicos e informacionais abordados na pesquisa.

O intuito é que o mapa fosse utilizado pelas mulheres que colaboraram na pesquisa, e para todas as outras do município, não apenas para atentar-se ao cuidado ao passar pelos pontos realçados, mas também como como práxis e ferramenta de luta, a partir da busca de uma cartografia do cotidiano, das realidades invisibilizadas, dos percursos que resistem, como narrativa contra hegemônica, decolonial e principalmente como ferramenta de luta na legitimação de experiências subalternas.

Figura 4: Mapa colaborativo do nível de segurança e insegurança das mulheres no município de Rio Claro – SP (2021)



Fonte: elaborado pela autora

A divulgação do mapa sozinho não se mostrou efetiva, e o compartilhamento do TCC muito menos, já que este encontra-se redigido em linguagem acadêmica e técnica. Assim,

considerando-se que os processos da pesquisa e a sistematização dos dados são essenciais para a compreensão completa do intuito do mapeamento, foi elaborado um infográfico, resumindo os aspectos do estudo e exibindo alguns dados da pesquisa junto ao mapa, com linguagem mais simplificada e didática, baseando-se nas noções de ciência aberta e democratização do conhecimento para toda a sociedade, como mostram as figuras 5.

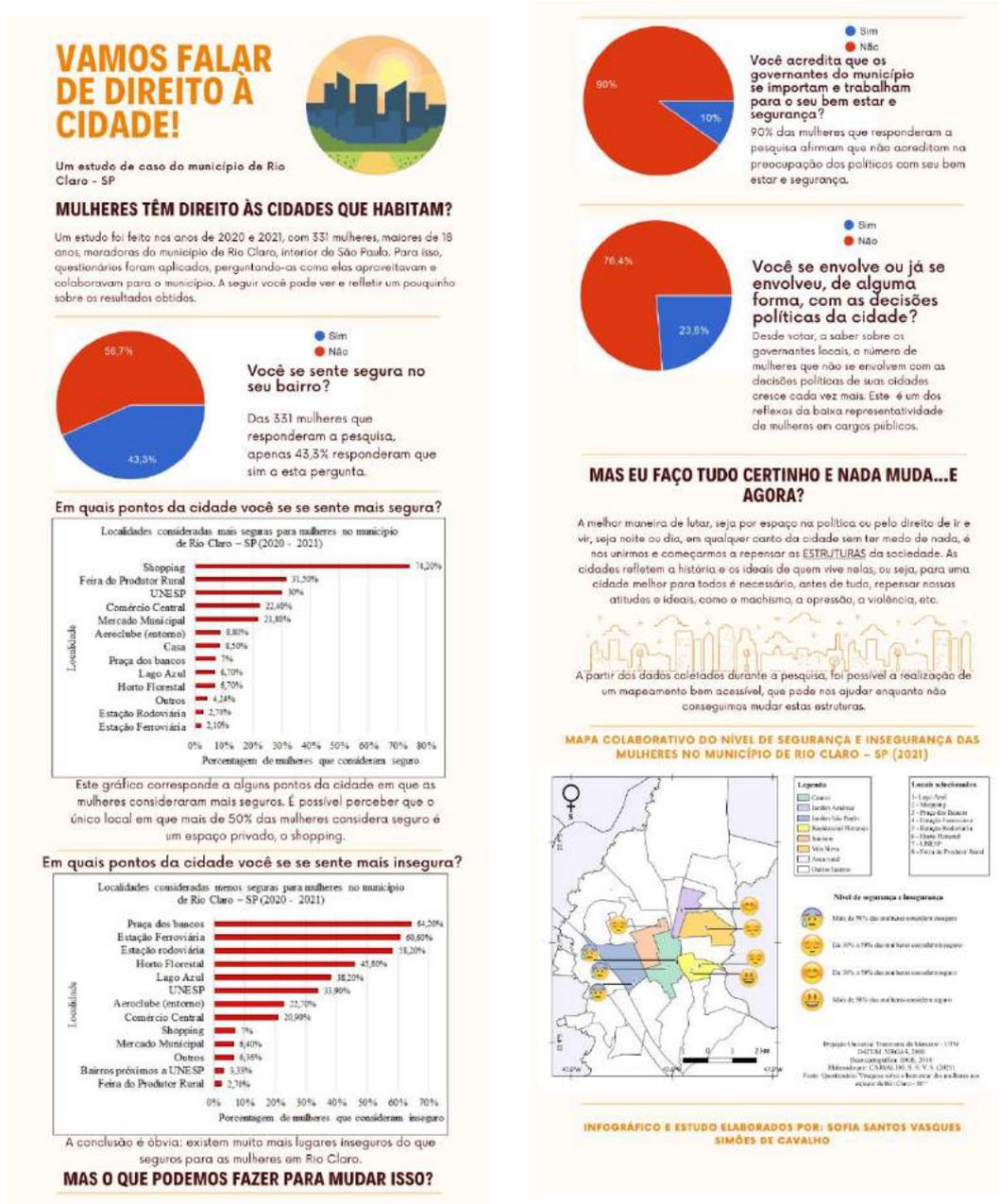


Figura 5: Infográfico “Vamos falar de direito à cidade”

Fonte: elaborado pela autora

Conclusões

A partir das análises obtidas através do trabalho, concluiu-se que a cartografia social é uma ferramenta necessária e potente para a evolução dos campos científicos geográficos decoloniais, assim como o feminismo e as questões da geografia e gênero que vêm sendo desenvolvidas, como destacam as autoras:

Map-making can be a useful tool in scaling up from the individual lived experience to building a shared analysis about collective challenges. Making maps together means piecing together collective experiences, discovering patterns, and arriving at a collective understanding of the root causes of these shared experiences. (MOORE; GARZÓN, 2010, p. 67)

As relações políticas tecidas sobre estas interpretações, também precisam ser renovadas, os órgãos gestores, não apenas do município de Rio Claro, precisam voltar os olhares aos pontos destacados no trabalho de maneira emergencial, contudo, em longo prazo deve-se repensar o formato em que as cidades são moldadas.

A elaboração de infográficos como o desenvolvido neste trabalho, possibilitam um novo formato de acesso à informação. A partir da exibição dos dados de maneira formal, atingindo as diversas realidades de quem o lê, possibilita-se novas reflexões e interpretações das informações, tornando este um modo contínuo de aprendizado e troca, necessitando de uma contínua atualização, a partir das discussões e novas relações trazidas por meio do infográfico.

Ainda sobre o uso da cartografia social, a mesma deve ser formulada a partir de práticas insurgentes, compreendendo que “o contexto neoliberal utiliza da ideia de ‘inclusão’ como alibi para a exclusão e para a normalização da dominação” (CUNHA, 2019, p. 4).

Por fim, de modo urgente, os dados e relatos obtidos durante a pesquisa, demonstram o quão necessário é repensar a ciência moderna, esta que invisibiliza os conhecimentos tradicionais e as discussões de gênero e sexualidade, compactuando com o sistema opressor inserido na sociedade.

Sendo assim, é preciso romper com os paradigmas e conceitos euro centrados do fazer científico, e para isso, o caminho da ciência aberta é essencial, focando na democratização do conhecimento científico de forma acessível, para que as cidades sejam produzidas e reproduzidas de forma revolucionária e democrática.

Referências

CARVAJAL J. C. B. **Territorio y cartografía social**. Proyceto: “Fortalecimiento de las organizaciones pertenientes a la asociacion de proyectos comunitários. A.P.C.” Popayán, 2005

CARVALHO, S.S.V.S. **Uma concepção de gênero e interseccionalidades da ocupação do município de Rio Claro – SP através da cartografia social**. Trabalho de Conclusão de Curso; UNESP, Rio Claro, São Paulo, 2021.

COSTA, N. O; GORAYEB, A; PAULINO, P. R. O; SALES, L. B; SILVA, E. V. **Cartografia social uma ferramenta para a construção do conhecimento territorial**: reflexões teóricas acerca das possibilidades de desenvolvimento do mapeamento participativo em pesquisas qualitativas. Revista ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. V CBEAGT, 2016. Pp. 73-86.

CUNHA, L. F. **Práticas insurgentes e contrapoderes no planejamento urbano: o caso de Pointe-Saint-Charles em Montreal**. Rev. Bras. Gest. Urbana. Vol.11, Curitiba, 2019.

MCDOWELL, L. **Gender, Identity and Place. Understanding feminist geographies.** Polity Press. Cambridge 1999.

MIRAFTAB, F. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano.** Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg. (ONLINE), Recife, V.18, N.3, P.363-377, set.-dez. 2016.

QGIS. **Discover QGIS.** Disponível em <https://qgis.org/en/site/>. Acesso em 15 de Maio de 2020.

SILVA, J. M. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades.** Ponta Grossa, PR. TODAPALAVRA, 2009.